TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO SUL DE MINAS GERAIS

Campo, Cidade e Dinâmicas Territoriais



Flamarion Dutra Alves
(Organizador)

EDITORA
ILUSTRAÇÃO

Flamarion Dutra Alves
(Organizador)

TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS NO SUL DE MINAS GERAIS

Campo, Cidade e Dinâmicas Territoriais

Editora Ilustração
Santo Ângelo – Brasil
2026

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional

Editor-gerente: Fábio César Junges
Imagens da capa: Os autores
Revisão: Os autores

CATALOGAÇÃO NA FONTE

T772 Transformações socioespaciais no Sul de Minas Gerais : campo, cidade e dinâmicas territoriais / organizador: Flamarion Dutra Alves. – Santo Ângelo : Ilustração, 2026.
272 p. : il. ; 21 cm

ISBN 978-65-6135-361-8
DOI 10.46550/978-65-6135-361-8

1. Geografia humana - Minas Gerais - Região Sul. 2. Desenvolvimento Regional - Minas Gerais - Sul. 3. Geografia agrícola. 4. Geografia urbana. I. Alves, Flamarion Dutra (org.).

CDU: 911.3(815.1)

Responsável pela catalogação: Fernanda Ribeiro Paz - CRB 10/ 1720

E-mail: eilustracao@gmail.com

www.editorailustracao.com.br

Conselho Editorial

EDITORA
ILUSTRAÇÃO

Dr. Adair Adams	IFRS, Vacaria, RS, Brasil
Dra. Adriana Maria Andreis	UFFS, Chapecó, SC, Brasil
Dra. Adriana Mattar Maamari	UFSCAR, São Carlos, SP, Brasil
Dra. Berenice Beatriz Rossner Wbatuba	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Clemente Herrero Fabregat	UAM, Madri, Espanha
Dr. Daniel Vindas Sánches	UNA, San Jose, Costa Rica
Dra. Denise Tatiane Girardon dos Santos	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Domingos Benedetti Rodrigues	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Douglas Verbicaro Soares	UFRR, Boa Vista, RR, Brasil
Dr. Edemar Rotta	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Edivaldo José Bortoleto	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dr. Evaldo Becker	UFS, São Cristóvão, SE, Brasil
Dr. Glaucio Bezerra Brandão	UFRN, Natal, RN, Brasil
Dr. Gonzalo Salerno	UNCA, Catamarca, Argentina
Dr. Jenerton Arlan Schütz	UCB, Brasília, DF, Brasil
Dr. Héctor V. Castanheda Midence	USAC, Guatemala
Dr. José Pedro Boufleuer	UNIJUÍ, Ijuí, RS, Brasil
Dra. Keiciane C. Drehmer-Marques	UFSC, Florianópolis, RS, Brasil
Dr. Luiz Augusto Passos	UFMT, Cuiabá, MT, Brasil
Dra. Maria Cristina Leandro Ferreira	UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil
Dra. Neusa Maria John Scheid	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dra. Odete Maria de Oliveira	UNOCHAPECÓ, Chapecó, SC, Brasil
Dr. Rafael Vieira de Mello Lopes	UNICRUZ, Cruz Alta, RS, Brasil
Dr. Rivetla Edipo Araujo Cruz	UFPA, Belém, PA, Brasil
Dra. Rosângela Angelin	URI, Santo Ângelo, RS, Brasil
Dr. Roque Ismael da Costa Güllich	UFFS, Cerro Largo, RS, Brasil
Dr. Vantoir Roberto Brancher	IFFAR, Santa Maria, RS, Brasil

Este livro foi avaliado e aprovado por pareceristas *ad hoc.*

CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Sumário

Apresentação 11
Flamarion Dutra Alves

PARTE I: DINÂMICAS DO ESPAÇO AGRÁRIO E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS 17

Capítulo 1 - Geografia do Café no sul de Minas: dinâmicas, processos e contradições 19
Flamarion Dutra Alves

Capítulo 2 - Transformações no circuito espacial produtivo do agronegócio no Sul/Sudoeste Mineiro: o avanço da soja 39
Deilson Alves Dias
Thais de Cassia Silva Lemos

Capítulo 3 - Cafeicultura sul-mineira e seus paradoxos: agronegócio e agricultura familiar, relações de gênero e trabalho escravo contemporâneo 51
Glaucione Raimundo
Tamyris Maria Moreira da Costa
Ana Rute do Vale

Capítulo 4 - Produzir e permanecer no território: estratégias da agricultura familiar cafeeira em Campos Gerais (MG) 63
Guilherme Guiari

Capítulo 5 - A constituição de uma Região Produtiva do Agronegócio no Sul de Minas Gerais 75
Renata Vieira de Melo

Capítulo 6 - Mundialização, cooperativismo e cafés especiais: influência da Cooxupé na Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG 85
Rayssa Cristina Vieira Domingues
Flamarion Dutra Alves

Capítulo 7 - O desafio da implementação da Educação do Campo em escolas rurais no município de Alfenas-MG 99
Sandra de Castro de Azevedo
Abigail Bruna da Cruz
Laryssa Lucas Campos Micheline

Capítulo 8 - Campesinato, agronegócio e transformações territoriais nas pesquisas do GERES: conflitualidades na produção do espaço agrário sul-mineiro 109
Rodrigo Giacopini
Gabriela Taíse Poiati Xavier
Marcos Vinícius Bertachi
Leonardo Lencioni Mattos Santos
Estevan Coca

PARTE II: DINÂMICAS URBANAS, REDES DE CIDADESE REESTRUTURAÇÃO REGIONAL 125

Capítulo 9 - A Rede Urbana na Região de Alfenas: uma análise da produção científica do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais entre 2011-2026 (GERES) 127
Clara Ribeiro Silva

Capítulo 10 - A (re)estruturação produtiva da rede urbana do sul de Minas: no contexto de guerra fiscal 141
Débora Cristina dos Santos
Evânio dos Santos Branquinho
Gustavo Sousa Marinho

Capítulo 11 - Área central de Poços de Caldas (MG): do apogeu do turismo às dinâmicas socioespaciais recentes 153
Alexandre Carvalho de Andrade
Daniel Fernandes Ferraresi
Ana Laura Freitas Corrêa
Jéssica Letícia de Paulo

Capítulo 12 - A tríade concebido/vivido/percebido a partir das geografias malditas do sul mineiro 165
Brenda Letícia de Paula Muniz
José Luiz Alves Neto

Capítulo 13 - Uma Alfenas sem Minas Gerais: o sistema apostilado na rede municipal de educação 173
Luan Pedro do Nascimento Ribeiro
Guilherme Albuquerque de Oliveira Souza
Sandra de Castro de Azevedo

PARTE III: SUJEITOS, TERRITORIALIDADES E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS 185

Capítulo 14 - Interações espaciais e mobilidade estudantil: o caso da UNIFAL e suas influências regionais 187
Henrique Vasconcelos Santiago
Flamarion Dutra Alves

Capítulo 15 - Itinerários Formativos no Ensino Médio: da autonomia estudantil à alienação do trabalho 199
Thales de Oliveira
Sandra de Castro de Azevedo

Capítulo 16 - O meio técnico-geográfico como condicionante da migração internacional para o Sul de Minas (2000-2025) 209
Gil Carlos Silveira Porto

Capítulo 17 - O uso do território por estudantes migrantes universitários em Alfenas (MG) 219
João Vitor de Freitas

Capítulo 18 - Mulheres no mercado de trabalho: papéis socioespaciais e autonomia econômica, a partir das cidades sul-mineiras de Muzambinho e Alfenas 229
Letícia Almeida Araújo
Mariana Freire Romanzini
Ana Rute do Vale

Capítulo 19 - Contextualização socioeconômica, racial e segregação dos sujeitos negros no sul de Minas Gerais e Alfenas a partir do século XIX.....241
Flávia Vieira Lourenço
Gil Carlos Silveira Porto

Capítulo 20 - O panorama das Indicações Geográficas na Pós-Graduação em Minas Gerais 253
Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Débora Cristina Santos
Eduardo Vieira Ananias
Leandro da Cunha Fermino

Sobre os autores.....263

Apresentação

Compreender o Sul de Minas Gerais em suas múltiplas dimensões significa reconhecer uma região cuja formação e dinâmica contemporânea resultam de processos históricos, econômicos, políticos, sociais e culturais que se articulam em diferentes escalas. Longe de constituir uma realidade homogênea ou de apresentar uma trajetória linear de desenvolvimento, o território sul-mineiro expressa a coexistência de permanências e transformações, de formas tradicionais e modernas de organização espacial, de agentes com interesses distintos e de relações frequentemente marcadas por desigualdades e contradições. É nesse contexto que se insere o livro, organizada a partir de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), em comemoração dos 15 anos de existência (2011-2026).

Nestes 15 anos, centenas de alunos de graduação e pós-graduação passaram pelo GERES e contribuíram com suas pesquisas em compreender as dinâmicas socioespaciais no sul de Minas, seja pela dimensão econômica, política, cultural em recortes territoriais mais variados, do bairro rural a mesorregião, da escola ao assentamento rural, bem como evidenciando e dando protagonismo a diferentes sujeitos que constituem esse território.

O livro reúne investigações que têm como referência a Geografia e suas possibilidades de interpretação da realidade regional. Os trabalhos abordam diferentes objetos, escalas e recortes territoriais, mas compartilham uma preocupação fundamental: compreender como a sociedade produz, organiza, apropria-se e transforma o espaço geográfico. Essa perspectiva permite ultrapassar leituras estritamente descritivas da região, colocando em evidência os agentes, os processos e as relações que participam da constituição de suas territorialidades. Assim, o Sul de Minas não é tomado apenas como delimitação regional, mas como uma construção socioespacial dinâmica, vinculada a complexos econômicos, redes urbanas, movimentos populacionais, relações de trabalho, práticas culturais e disputas pelo uso do território.

A publicação também expressa uma trajetória coletiva de produção do conhecimento geográfico. O GERES, ao longo de suas atividades de pesquisa, tem se dedicado a diferentes subcampos da Geografia Humana, com destaque para as discussões sobre a Geografia Agrária, Geografia Urbana, Geografia Econômica, Geografia da População, Geografia

Cultural e Ensino de Geografia. A diversidade de temas presentes nesta coletânea evidencia a amplitude desse percurso investigativo e, sobretudo, a importância de construir interpretações que relacionem os fenômenos particulares às dinâmicas mais abrangentes da sociedade. Trata-se, portanto, de uma produção que articula diferentes experiências de pesquisa, pesquisadores em distintas etapas de formação e perspectivas analíticas, contribuindo para consolidar uma agenda de estudos sobre a realidade sul-mineira.

A organização da obra em três partes busca estabelecer aproximações entre os temas e os processos investigados, sem desconsiderar a especificidade de cada contribuição. A primeira parte, dedicada às questões agrárias, examina as transformações do espaço rural e as diferentes formas de inserção da região nos circuitos produtivos e comerciais. A Geografia do café no sul de Minas, sendo a maior produtora do grão no mundo. A expansão da soja no Sul e Sudoeste de Minas, a centralidade econômica e territorial da cafeicultura, a constituição de regiões produtivas do agronegócio e a atuação de cooperativas na articulação entre produtores e mercados internacionais são algumas das questões abordadas. Em conjunto, esses estudos permitem refletir sobre a crescente integração de parcelas do território regional a circuitos econômicos de alcance nacional e global e sobre os efeitos dessa inserção na organização da produção, no uso da terra e nas relações entre campo e cidade.

Entretanto, o espaço agrário sul-mineiro não pode ser compreendido exclusivamente pela expansão das atividades empresariais e pela modernização dos circuitos produtivos. As pesquisas reunidas nesta parte também conferem centralidade à agricultura familiar, evidenciando suas estratégias de reprodução social, permanência e resistência. A produção cafeeira familiar, por exemplo, revela relações complexas entre a inserção nos mercados, a dependência de insumos e crédito, a diversificação produtiva, o autoconsumo e as formas de solidariedade e cooperação que permanecem no cotidiano rural. Essas dinâmicas demonstram que a integração aos mercados globais não elimina necessariamente as práticas e os modos de vida historicamente constituídos, embora possa produzir novas dependências e vulnerabilidades.

As contradições do espaço agrário também se manifestam nas relações de trabalho, nas desigualdades de gênero e nas disputas em torno dos modelos de desenvolvimento rural. Ao abordar a cafeicultura, o trabalho escravo contemporâneo, as relações de gênero e as condições

de reprodução dos agricultores familiares, os capítulos ampliam a compreensão dos processos econômicos para além dos indicadores de produção e produtividade. A discussão sobre a Educação do Campo, por sua vez, incorpora a dimensão da formação social e política dos sujeitos rurais, enquanto as reflexões sobre campesinato e agronegócio destacam as conflitualidades que atravessam a produção do espaço agrário. Desse modo, a primeira parte evidencia que o campo sul-mineiro é constituído por diferentes projetos territoriais, cujos interesses, práticas e formas de apropriação do espaço nem sempre são convergentes.

A segunda parte volta-se às dinâmicas urbanas, às redes de cidades e à reestruturação regional. O Sul de Minas apresenta uma configuração urbana marcada pela presença de pequenas e médias cidades, por diferentes níveis de centralidade e por relações de complementaridade e competição. Compreender essa rede exige considerar tanto os processos históricos de formação dos centros urbanos quanto as transformações econômicas que redefinem suas funções e suas conexões regionais. Nesse sentido, os estudos reunidos discutem a produção científica sobre a rede urbana da região de Alfenas, os efeitos da reestruturação produtiva e da guerra fiscal e as mudanças nas relações entre os centros urbanos sul-mineiros.

As transformações da área central de Poços de Caldas constituem outra dimensão dessa discussão, ao permitir observar as mudanças nas funções urbanas, nas atividades econômicas e nas dinâmicas socioespaciais de uma cidade cuja trajetória esteve fortemente associada ao turismo e à atividade termal. A análise das geografias malditas, por sua vez, desloca o olhar para sujeitos, corpos, identidades e práticas que desafiam formas hegemônicas de conceber e organizar o espaço urbano. Ao mobilizar a relação entre o espaço concebido, vivido e percebido, essa abordagem evidencia que a cidade não se limita à sua materialidade ou ao planejamento institucional: ela também é produzida pelas experiências, pelos conflitos, pelas apropriações e pelas formas de existência de seus diferentes sujeitos.

A terceira parte reúne estudos que colocam em primeiro plano os sujeitos, as territorialidades e as transformações socioespaciais. A mobilidade estudantil e a presença da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) são abordadas a partir de suas interações espaciais e de suas influências regionais, destacando o papel da interiorização do ensino superior público na produção de novas dinâmicas territoriais. A chegada e a permanência de estudantes em Alfenas também são analisadas sob a perspectiva do uso do território, considerando as práticas e os deslocamentos que acompanham a

experiência universitária. Em outra escala, a investigação sobre a migração internacional para o Sul de Minas examina a relação entre os deslocamentos populacionais e as condições técnicas do espaço geográfico, contribuindo para compreender os fatores que participam da inserção de cidades sul-mineiras nos fluxos migratórios contemporâneos.

Ainda nesta parte, há a discussão sobre a adoção de sistemas apostilados na rede municipal de educação de Alfenas, que permite refletir sobre as relações entre políticas educacionais, agentes privados e especificidades territoriais.

As relações de gênero e as desigualdades sociais também ocupam lugar importante nesta parte da obra. O estudo sobre mulheres no mercado de trabalho, com referências às realidades de Muzambinho e Alfenas, permite discutir os papéis socioespaciais femininos, a autonomia econômica e as permanências das responsabilidades domésticas e familiares. Já a abordagem histórica e socioeconômica da população negra no Sul de Minas e em Alfenas evidencia a necessidade de interpretar a formação regional considerando os processos de desigualdade racial e segregação. Ao incorporar essas questões, os capítulos reafirmam que a produção do espaço não se realiza de maneira indiferenciada: os sujeitos vivenciam e acessam o território de formas distintas, condicionadas por relações de poder, condições materiais e processos históricos de exclusão e resistência.

A discussão sobre as Indicações Geográficas na pós-graduação em Minas Gerais acrescenta a essa parte uma reflexão sobre a relação entre conhecimento, origem territorial e valorização de produtos e saberes. Ao examinar a presença dessa temática na produção acadêmica, o capítulo contribui para pensar como os vínculos entre território, identidade produtiva e reconhecimento de origem vêm sendo incorporados às pesquisas geográficas e aos debates sobre desenvolvimento regional.

Considerados em conjunto, os trabalhos desta coletânea não pretendem esgotar a interpretação das dinâmicas socioespaciais do Sul de Minas Gerais. Sua contribuição reside justamente em oferecer diferentes entradas analíticas para uma realidade regional complexa, na qual os processos econômicos se articulam às relações sociais, as transformações urbanas dialogam com as dinâmicas rurais e as territorialidades são continuamente redefinidas pelas ações de instituições, empresas, trabalhadores, agricultores, estudantes e demais sujeitos sociais. A diversidade dos capítulos constitui, assim, uma de suas principais potencialidades: permite reconhecer conexões entre fenômenos aparentemente distintos e compreender que as

transformações territoriais são produzidas por relações que ultrapassam os limites municipais e regionais.

Ao apresentar esta obra, o GERES reafirma o compromisso com a produção e a circulação do conhecimento geográfico sobre o Sul de Minas Gerais, valorizando a pesquisa como instrumento de interpretação crítica da realidade e de problematização dos processos que constituem o território. Mais do que reunir estudos sobre uma região, este livro busca contribuir para a construção de uma leitura geográfica plural, atenta às contradições do desenvolvimento, às desigualdades socioespaciais, às formas de resistência e às possibilidades de transformação. Espera-se que as reflexões aqui apresentadas estimulem novos diálogos acadêmicos, ampliem as agendas de investigação e fortaleçam o debate sobre as relações entre sociedade, espaço e território, reconhecendo o Sul de Minas Gerais como uma realidade em permanente produção.

Flamarion Dutra Alves

Organizador - Líder do GERES

PARTE I

DINÂMICAS DO ESPAÇO AGRÁRIO E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

Capítulo 1

Geografia do Café no sul de Minas: dinâmicas, processos e contradições

Flamarion Dutra Alves

1 Introdução

A produção cafeeira no sul de Minas Gerais representa uma importante atividade no contexto econômico, mas ao mesmo tempo, tem importantes repercussões político-culturais em seu território. Nesse sentido, o texto busca analisar as dinâmicas geográficas da cafeicultura na organização do campo e cidade, na estrutura fundiária, comercialização, desenvolvimento e contradições.

O Brasil é o maior produtor de café do mundo, e o Estado de Minas Gerais produz quase 55% desse total e a região do Sul/Sudoeste de Minas Gerais é responsável por quase 25% da produção nacional (IBGE, 2017). Diferente de outras commodities produzidas no país, que estão baseadas nas médias e grandes propriedades rurais, no Sul/Sudoeste de Minas Gerais a pequena propriedade e os agricultores familiares correspondem a quase 75% dos estabelecimentos rurais produtores de café (Alves e Lindner, 2020; Alves, 2023).

O sul de Minas Gerais está articulado a essa dinâmica do agronegócio e das relações de mundialização da agricultura via monoculturas agrícolas em detrimento a diversidade produtiva, sobretudo a de caráter familiar e das pequenas propriedades (Alves, 2021; Vale, 2018). Salienta-se que o sul de Minas é o principal produtor de café no Brasil, e ainda apresenta crescente expansão da sojicultura e de outras commodities, o que tem impactado na segurança e soberania alimentar na região (Coca, 2022; Correia, Freire e Alves, 2021).

Ao tratarmos do agronegócio cafeeiro no Sul/Sudoeste de Minas, o processo produtivo tem diversos atores envolvidos como agricultores familiares, cooperativas, empresas multinacionais e nacionais, conglomerados, bancos, instituições de pesquisa, assistência técnica e extensão rural, além dos órgãos estatais que atuam diretamente no agronegócio.

Este espaço regional tem se especializado em algumas funções econômicas, entre elas a cafeicultura, tanto no campo como na cidade. Esse processo de globalização e aperfeiçoamento da técnica, numa agricultura científica globalizada tem organizado as cidades funcionalmente (Santos, 2008, 2010, 2012). O consumo produtivo desse setor e a urbanização ganham forma e funções nas chamadas cidades do agronegócio (Elias, 2007, 2022). Esse processo de especialização na cafeicultura está provocando uma Commoditização do Território (Alves, 2021) ou ampliando a Monopolização do Território pelo capital cafeeiro e a Territorialização do Capital Cafeeiro (Oliveira, 2002, 2013, 2016).

Em um estudo recente, Alves (2021) analisou durante 30 anos, 1988 a 2017, a produção agropecuária na Região Imediata de Alfenas, e houve um declínio significativo da diversidade das culturas agrícolas, como alho, arroz, banana, batata, laranja mandioca, tangerina entre outras, dando espaço a commodities, como milho, soja, e sobretudo o café. Nesse sentido, esse processo de commoditização do território está ocorrendo nas demais regiões do Sul de Minas?

O agronegócio cafeeiro no Sul de Minas apresenta atores e processos complexos no seio dessa atividade. Assim, esse trabalho tem como questionamentos centrais:

Qual a dinâmica da agropecuária na região? Há uma substituição da policultura agrícola pela commoditização no território? Quais os impactos desse processo na Segurança Alimentar? Como se caracterizam a produção no café na região? Qual o papel das cooperativas na monopolização do território? Como o crédito e os agrotóxicos estão dispostos na região?

Desse modo, o objetivo desse texto é discutir sobre a dinâmica geográfica da cafeicultura no sul de Minas Gerais, analisando os aspectos da organização socioespacial da produção de café, as características da atividade agropecuária no espaço regional e global.

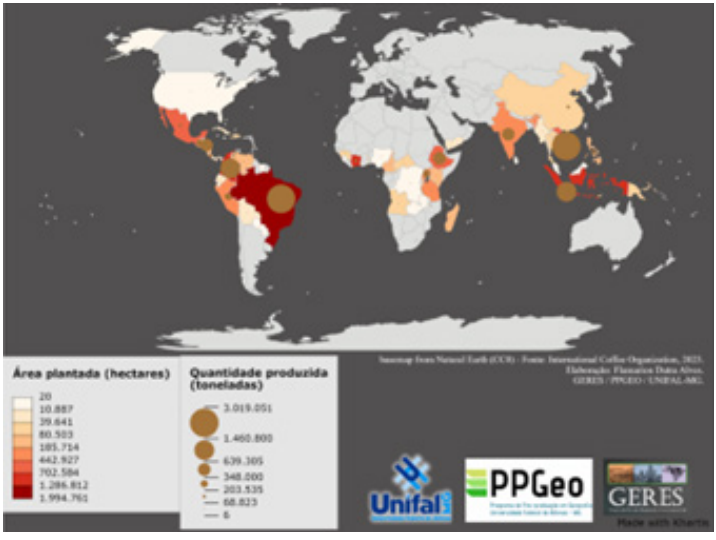
2 Dinâmica recente da cafeicultura no Brasil e no mundo

Buscando compreender a dinâmica e características da cafeicultura no Sul de Minas Gerais, será feita uma breve retrospectiva da produção do café no Brasil e no mundo, pois suas mudanças, expansão e retração interferem diretamente na organização do espaço rural da região.

O Brasil se destaca como principal produtor de café no mundo (Mapa 1) com 32,8% da produção total em 2022, essa liderança atravessa

séculos e está cada vez mais consolidada, não apenas em quantidade, mas também em qualidade nos grãos.

Mapa 1 – Produção de café no mundo em 2022.



Elaboração: Flamarion Dutra Alves, 2023.

Considerando a área plantada de café são quase 11 milhões de hectares dispersos pelo mundo, destes 1.994 milhões de hectares estão no Brasil, representando 18,2% das áreas plantadas. Na sequência vem Indonésia com 1.228 milhões de hectares, Costa do Marfim com 1.058 milhões de hectares e Colômbia com 865 mil hectares, somente estes 4 países concentram 47% da área plantada de café.

O mapa 1 também evidencia a relação existente da região tropical como sendo a mais propicia para a produção de café, sobretudo o café arábica, sendo importante estar associada a solos de qualidade, altitude, boa pluviosidade, ausência de geadas e temperaturas mais amenas.

Com relação a 9.2 milhões de toneladas de café produzida, ela não está associada somente a dimensão da área plantada, mas as técnicas utilizadas, variedades de espécies, tipos de solos, clima, mão-de-obra e outros fatores interferem na produtividade. Nesse caso, o Brasil continua ocupando o primeiro lugar com 3.019 milhões de toneladas, seguido do Vietnã com 1.460 milhões de toneladas, Colômbia com 745 mil toneladas e Indonésia com 639 mil toneladas, estes 4 países concentram 63,6% da quantidade produzida de café no mundo.

Esse processo de commoditização do território traz consigo a mercantilização agrícola, (neo) extrativismo e a dependência econômica-financeira dos agricultores, sobretudo, nos países latino-americanos (Barzola, 2019, Gálvez, 2020) que associado a esse processo acarreta uma degradação e precarização do trabalho (Riella e Mascheroni, 2015).

Nestes países onde se concentra a produção de café, a presença de multinacionais cresce visando o interesse na comercialização dos grãos, buscando melhores variedades, inovações junto a certificações e sustentabilidade ambiental. Contraditoriamente, a essas certificações cresce o número de casos de trabalhadores em condição análoga à escravidão (Raimundo e Vale, 2021).

O café brasileiro em sua absoluta maioria é exportado *in natura*, com cerca de 99,5% não torrado e apenas 0,5% do café exportado é torrado (COMEXSTAT, 2026), ou seja, o grão exportado não é torrado e nem moído, agregando pouco valor a indústria nacional quanto a geração de empregos e divisas.

O principal destino do café exportado são países europeus e os Estados Unidos, como principais atores comerciais nessa atividade. Observa-se que ao longo de 1997 a 2025 houve uma crescente nas exportações do café brasileiro (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Quantidade de café, em toneladas, exportados pelo Brasil, 1997-2025.

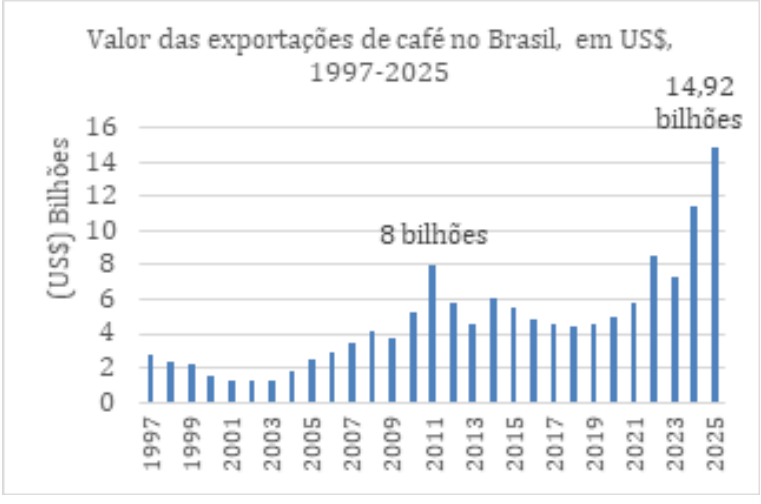


Fonte: Comexstat, 2026.

O café brasileiro vem expandido seu comércio exterior, e desde o final do século XX apresenta um crescimento significativo até o ano de 2024. Em termos de quantidade exportada em toneladas, em 1997 foram exportadas 868 mil toneladas do grão e em 5 anos, no ano de 2002 quase que dobrou a quantidade, chegando a 1.55 milhões de toneladas. Esses valores se mantiveram com poucas oscilações até 2015, quando passou da casa dos 2 milhões de toneladas de café, e que foi mantido após 2019 com esse indicador. Destaca-se que durante a pandemia da Covid-19, as exportações do café brasileiro aumentaram, chegando a 2.77 milhões de toneladas em 2024, a maior marca do período selecionado.

Quanto aos valores das exportações (Gráfico 2), as oscilações são constantes por se tratar de uma commodity, ou seja, as variáveis diversas que atuam sobre o preço das matérias-primas são sensíveis a diferentes fatores que impulsionam ou não o preço das sacas.

Gráfico 2 – Valor das exportações de café no Brasil, em US$, 1997-2025.



Fonte: Comexstat, 2024.

A volatilidade do preço internacional do café e de qualquer *commodity* é sua principal característica, que pode gerar grandes ganhos econômicos em um ano ou período, como pode endividar largamente em outro período. Observa-se no gráfico 2, que em 1997 o total exportado de café atingiu mais de 2.7 bilhões de dólares, com um preço médio por tonelada na casa dos 3.114 dólares/tonelada. As oscilações no período são constantes até chegar num rendimento alto por tonelada em 2011, atingindo 4.468 dólares/tonelada, e em 2023, pós pandemia da Covid-19

o preço médio por tonelada de café caiu para 3.476 dólares/tonelada. Nessa análise não se tem o custo da produção, que também oscila, pois grande parte dos insumos, máquinas são importados e variam de acordo com a cotação do dólar no Brasil e a dinâmica do mercado internacional. Esses valores só evidenciam os riscos econômicos da atividade cafeeira, sobretudo, para os agricultores familiares.

Dos 14.9 bilhões de dólares exportados de café pelo Brasil em 2025, Minas Gerais foi responsável por 11.3 bilhões, ou seja, 75,8% dos grãos saíram do estado mineiro, seguido pelo Espírito Santo com 10,6% de participação, São Paulo com 9,4% e Bahia 2,7%, Observa-se a predominância de Minas Gerais na especialização produtiva e nas variedades de qualidade (arábica) consumidas no mercado internacional. Ocupando o espaço que no século XX foi de estados como Paraná e São Paulo.

Neste cenário de exportações em Minas Gerais, o sul de Minas é responsável por quase 70% dos grãos que saem do estado. Dentre os municípios mais competitivos, destaca-se Varginha, Guaxupé e Alfenas (Tabela 1).

Tabela 1 – Principais municípios exportadores de café do Sul de Minas em 2025.

Município	**Exportações de café (Milhões US$)**
Varginha	3.2
Guaxupé	2.3
Alfenas	721
Machado	458
São Sebastião do Paraíso	377
Poços de Caldas	166
Três Pontas	139,4
Três Corações	109,5
Carmo de Minas	63,8
Boa Esperança	61,4
Andradas	46,1
Paraguaçu	45,1
Poço Fundo	30,1
Campestre	25,2
Campos Gerais	21,4
TOTAL	**7.764**

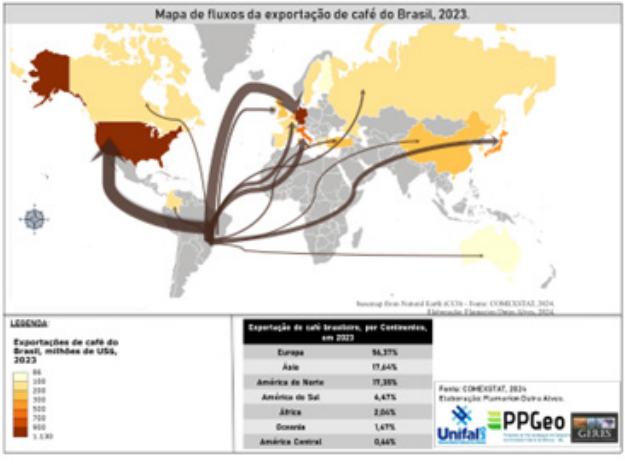
Fonte: COMEXSTAT, 2024. Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

Na tabela 1, constam os municípios do sul de Minas que exportaram mais de 7 bilhões de dólares de café em 2025. Varginha ocupa a primeira posição com mais de 3.2 bilhões de dólares exportados de café, sendo um ponto nodal das redes geográficas e das interações espaciais da cafeicultura, graças a presença do Porto Seco e de empresas multinacionais, como Louis Dreyfus Company e empresas que comercializam o café da região como o Centro do Comércio de Café do Estado de Minas Gerais (CCCMG) e Grupo Tristão de Comércio Exterior.

Em segundo lugar, Guaxupé exportou 2.3 bilhões de dólares de café em 2025, isso se deve a presença da Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ), que é a maior cooperativa de café do mundo com quase 20 mil agricultores cooperados. E em terceiro lugar está Alfenas, com exportações que alcançaram 721 milhões de dólares em 2025, pois a infraestrutura municipal conta com empresas multinacionais como as fazendas da Ipanema Coffee, as empresas e armazéns que comercializam os grãos como a COFCO Internacional da China e a OLAM/OFI de Singapura, representam outro ponto central da rede geográfica da cafeicultura mundial, podendo ser considerada uma Cidade do Café (Alves, 2021).

Estas exportações de café do sul de Minas e do Brasil chegaram a 110 países em 2023, evidenciando uma interação espacial mundializada dessa *commodity* (Mapa 2).

Mapa 2 – Fluxos de exportações para os principais países compradores do café brasileiro em 2023.



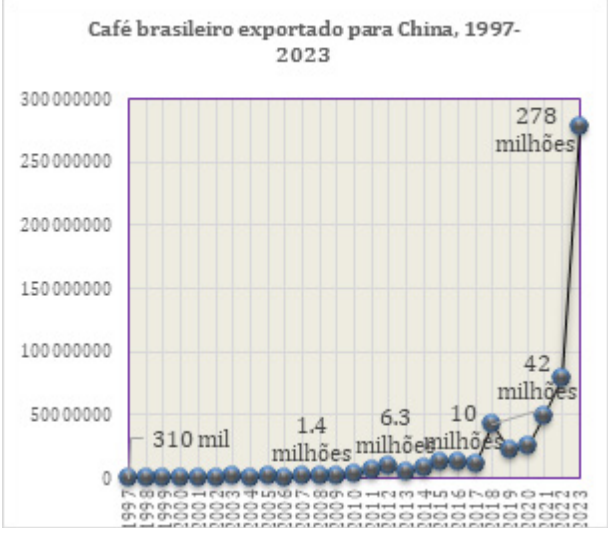
Elaboração: Flamarion Dutra Alves, 2024.

A espacialização do comércio exterior do café brasileiro tem como principal destino o continente europeu, com 56,37% do volume total de capital, seguido da Ásia com 17,64% e América do Norte com 17,35%, os demais continentes somam 8,64%.

O mapa 2 representa como o processo de mundialização da cafeicultura está consolidada e tendo interações espaciais com 110 países. O principal destino do café é os Estados Unidos que importaram 1.130 bilhões de dólares de café brasileiro (15,5%), e neste país podemos citar a presença da Starbucks® como uma das principais compradoras do café, além de outras multinacionais. Na sequência, vem a Alemanha que importou 1.071 bilhões de dólares em 2023 (14,6%), nesse país há várias empresas multinacionais que processam os grãos, onde se destaca a Melitta® que atende diversos mercados, mas destaca-se a presença da Ipanema Coffee em Alfenas, onde uma das principais acionistas é a Tchibo, sediada na Alemanha. Destacam-se ainda, Itália com 664 milhões de dólares importados de café, Japão com 436 milhões e Bélgica com 460 milhões de dólares como os principais mercados compradores do café.

Salienta-se que a China, principal parceiro comercial de *commodity* do Brasil, ocupa a 6ª posição das exportações de café, com 278 milhões de dólares em 2023, ou seja, é um mercado com potencial crescente e ganha importância ano a ano (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Valor das exportações de café no Brasil para China, em US$, 1997-2023.



Fonte: Comexstat, 2024.

Em 1997 a China importou apenas 310 mil dólares do café brasileiro, estes valores pouco oscilaram durante uma década, somente em 2005 passou a casa de 1.4 milhões de dólares. Mas estes valores comparados de outras commodities, como soja e milho, são pouco expressivos, muito se deve as características socioculturais da população chinesa, que não tem os mesmos hábitos no consumo da bebida. Entretanto, houve uma escalada importante na década de 2010, e em 2018 atingirá a marca de 48 milhões de dólares, e em 2019 a China estará na 35ª posição dos países que compram café do Brasil, com 0,40% da participação (Alves e Lindner, 2020). Durante a pandemia da Covid-19, terá um aumento expressivo no volume do café para China, e atingirá em 2023 a marca de 278 milhões de dólares, ocupando a 6ª posição dos principais mercados consumidores, com 3,8% de participação.

Portanto, ao tratarmos da mundialização da cafeicultura brasileira estamos falando da mundialização da região sul mineira, tendo em vistas os fluxos e pontos dessa rede geográfica formada, que tem os atores e agentes presentes na região. Por isso, importante contextualizar essa relação global-regional para entendermos os vários interesses e dinâmicas envolvidas.

3 Características da cafeicultura no Sul de Minas: da agricultura familiar ao agronegócio

Considerando os dados obtidos no Censo Agropecuário do IBGE (2017) e Pesquisa Agrícola Municipal do IBGE entre 1990 e 2022, pode-se dizer que a mesorregião do sul/sudoeste de Minas tem modificado seu espaço rural, de um espaço diversificado agricolamente para um espaço predominantemente de commodities (Tabela 2).

Tabela 2 – Área plantada de culturas agrícolas na mesorregião sul/sudoeste de Minas, 1990-2022.

Cultura agrícola	Área Plantada (hectares)	
	1990	**2022**
Alho	1.407	38
Arroz	55.751	929
Banana (cacho)	7.716	11.404
Batata-inglesa	23.162	12.019
Café (em grão)	412.737	420.822
Cana-de-açúcar	54.505	32.220
Cebola	60	134
Feijão	91.044	37.999
Laranja	5.610	5.440
Mandioca	4.465	6.284
Milho	226.523	189.873
Soja	888	164.847
Tangerina	611	4.444
Tomate	492	1.033

Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE 1990-2022. Elaboração: Flamarion Dutra Alves.

O café é a cultura agrícola com maior área plantada na região ao longo do período selecionado, entre 1990 e 2022. Manteve-se com a mais significativa territorialmente com 412.737 hectares em 1990 e aumentou para 420.822 hectares, isso mostra uma consolidação do setor cafeeiro, que pouco oscilou nestes 32 anos. Entretanto, culturas agrícolas mais presentes na alimentação da população brasileira e de subsistência, como arroz, feijão e batata perderam muito território para commodities que foram introduzidas, mais intensamente na região após 2010, como a soja. Esse processo fragiliza a diversidade alimentar na região, dando espaço a culturas agrícolas voltadas diretamente a exportação ou seu uso para diversas finalizadas, como ração animal e matéria-prima para ultra processados.

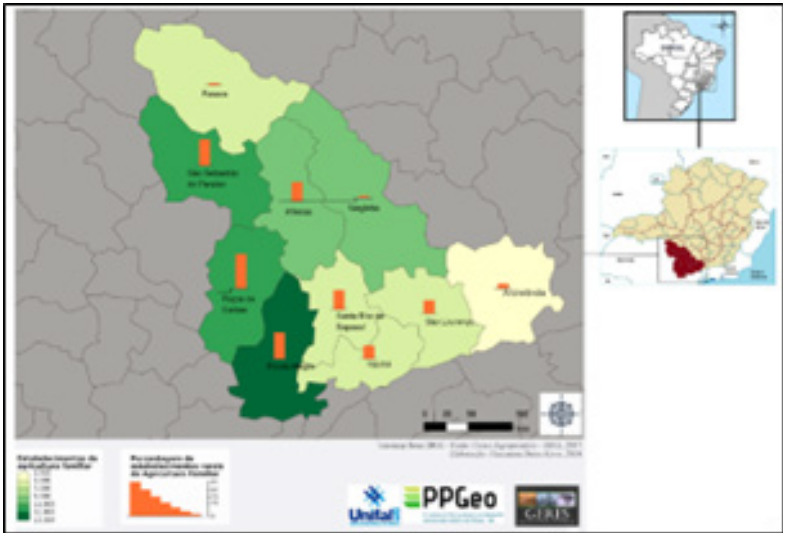
A soja passou de 888 hectares em 1990 e em 2022 atingiu mais de 164 mil hectares, por outro lado a rizicultura praticamente desapareceu na região sul-mineira, onde tinha territorializada em 1990 quase 56 mil

hectares, sobretudo em áreas próximas às várzeas de rios (Diniz, 2014; Costa e Vale, 2016), e praticamente desapareceu com apenas 929 hectares. Outra cultura tradicional na alimentação brasileira é o feijão, e a região sul-mineira detinha grandes porções de seu território em 1990, com 91.044 hectares dessa atividade, mas em 2022 teve sua área plantada reduzida em 58%, ocupando apenas 38 mil hectares. E por fim, o cultivo da batata-inglesa teve sua área plantada reduzida expressivamente no período de 1990 a 2022, em 48%, passando de 23 mil para 12.019 hectares.

Esse processo está associado a commoditização do território, que entre outros fatores estão a presença de grupos multinacionais atuando no território brasileiro na ocupação de terras e nos negócios tanto no campo como na cidade. Os estímulos do Estado, via crédito para financiamento das commodities, visando as exportações e os impactos na balança comercial.

Nesse contexto, no sul de minas apresenta uma diversidade quanto a estrutura fundiária, pois os agricultores familiares são responsáveis, historicamente, a produção de alimentos para o consumo populacional e tem a policultura como uma característica fundamental (Mapa 3). Nesse sentido, a diminuição da diversidade agrícola na região está associada a essa redução dos agricultores familiares e o crescimento de média e grandes propriedades, que tem como foco a monocultura.

Mapa 3 – Número e porcentagem de estabelecimentos rurais da agricultura familiar no sul de Minas, 2017.



Elaboração: Flamarion Dutra Alves, 2024.

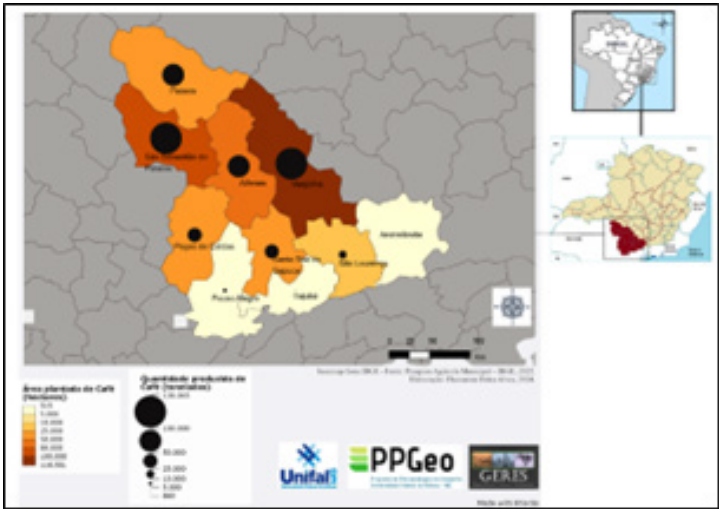
A estrutura fundiária é uma variável importante para entendermos as desigualdades existentes em uma região, pois uma região mais ou menos concentrada indicará como a organização do espaço rural pode estabelecer relações com as atividades a serem desenvolvidas. Apesar do processo de commoditização do território em curso no sul de Minas, a presença da agricultura familiar é ainda relevante, mais em número de estabelecimentos rurais do que propriamente em área ocupada.

Na região há 106.877 estabelecimentos rurais dos quais 76,17% são considerados da agricultura familiar, ou seja, tem o controle por membros de uma família que residem na propriedade e o tamanho dela é até 100 hectares. Entretanto, estes mais de ¾ dos estabelecimentos da agricultura familiar ocupam 37,68% do território sul-mineiro, ou seja, 23,83% dos médios e grandes estabelecimentos rurais ocupam 62,32% do território. Isso evidencia uma concentração de terras em um número reduzido de médios e grandes proprietários e que, por conseguinte, tem objetivos próprios para produção agropecuária, o que em grande parte não envolve a policultura e a produção de alimentos de subsistência.

A microrregião de Pouso Alegre é a que apresenta maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, com 13.309, seguido pela microrregião de Poços de Caldas com 11.039, que são também proporcionalmente ao total de estabelecimentos aquelas regiões com maior porcentagem, 81,2% e 83,8% respectivamente. Nas microrregiões de Varginha 67,8% das propriedades serão da agricultora familiar, São Sebastião do Paraíso e Alfenas, terão respectivamente 79,5%, 77,4% de estabelecimentos da agricultura familiar.

No entanto, uma cultura agrícola que envolve tanto os agricultores familiares quanto os ligados ao agronegócio é a cafeicultura, está atividade tem sua maior concentração nas microrregiões de Varginha, São Sebastião do Paraíso e Alfenas (Mapa 4).

Mapa 3 – Área plantada e quantidade produzida de café no sul de Minas Gerais, 2022.



Fonte: Pesquisa Agrícola Municipal, 2022. Elaboração: Flamarion Dutra Alves, 2024.

A cafeicultura é a principal atividade agropecuária no sul de Minas, tanto em área ocupada como em quantidade produzida e exportada. Nesse caso, observa-se uma concentração espacial dessa atividade na microrregião de Varginha, com quase 117 mil hectares de café plantado e um pouco mais de 136 mil toneladas de café produzido (IBGE, 2022). Pode-se relacionar essa liderança na microrregião, pois a agricultura familiar tem o menor quantitativo de participação, e a presença mais expressiva das grandes propriedades.

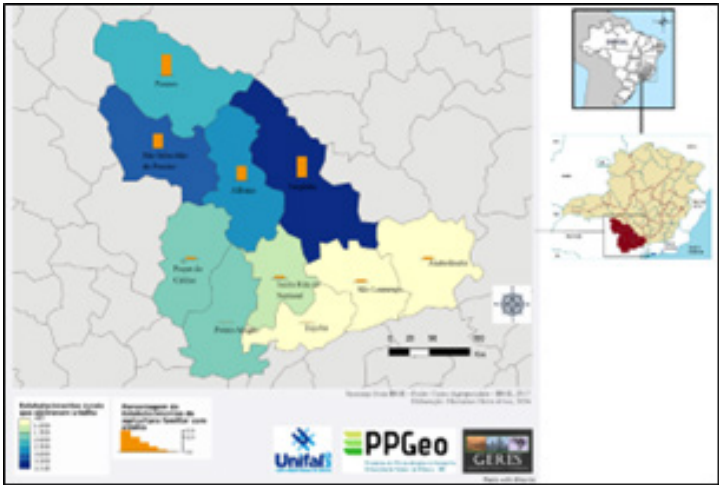
Um processo para incorporação dos agricultores familiar na cadeia produtiva do café é a presença das cooperativas, elas desempenham um papel de monopolizar o território, sendo atores fundamentais para a expansão da cafeicultura entre os agricultores familiares. Na região há dezenas de cooperativas de vários tamanhos e características, com perfil de comercialização interna no país ou para exportação, produção convencional ou orgânica.

Na microrregião de São Sebastião do Paraíso onde está sediada a COOXUPÉ no município de Guaxupé, a área plantada de café atingiu 89.055 hectares e totalizou 118.293 mil toneladas de café. Já na região de Alfenas, a área plantada foi de 73.895 hectares com uma produção de 87.055 toneladas de café (IBGE, 2022). Estas duas cidades, Guaxupé e Alfenas, apresentam características em suas infraestruturas urbano-rurais condizentes com as cidades do agronegócio, e neste caso cidades do café,

com um aparato técnico, comercial, pessoal e financeiro em torno da cafeicultura.

Entre essas características, a financeirização da agricultura é um processo que o Estado participa ativamente na territorialização da cafeicultura, dando suporte para a cadeia produtiva, sobretudo, para os médios e grandes produtores (Mapa 4).

Mapa 5 – Estabelecimentos rurais e agricultura familiar que obtiveram crédito no sul de Minas Gerais, 2017.



Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017. Elaboração: Flamarion Dutra Alves, 2024.

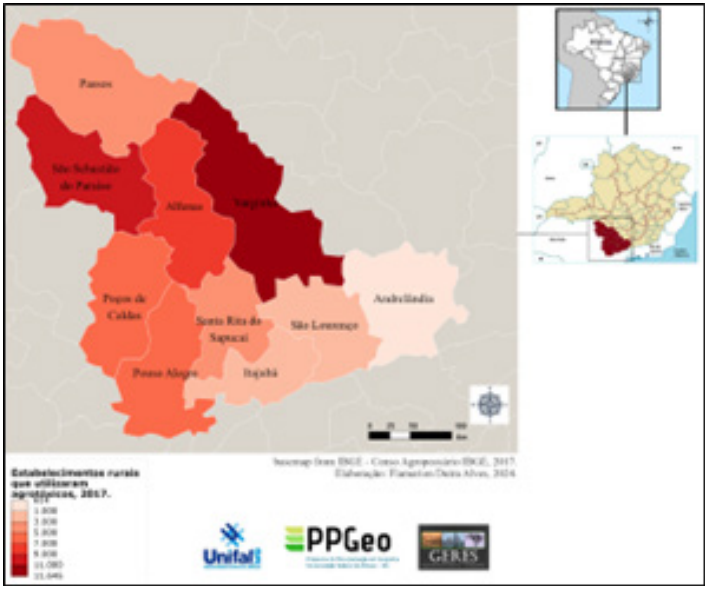
Tendo em vista que o crédito rural brasileiro destina apenas 13,6% para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (BACEN, 2023) e o restante atende os interesses dos grandes proprietários rurais e empresas, sobretudo para a produção do agronegócio. No sul de minas essa situação não é diferente, as microrregiões que mais se beneficiaram com crédito rural são as que apresentam maior número de médias e grandes propriedades e que produzem maiores quantidades e área de café, sendo elas: Varginha com 3.715 estabelecimentos rurais, São Sebastião do Paraíso com 3.110 estabelecimentos e Alfenas com 2.682 estabelecimentos (IBGE, 2017).

Os estabelecimentos da agricultura familiar representam uma parcela significativa entre aqueles que utilizaram crédito rural em 2017 na região, somando 72,44% do total. Isso significa que os agricultores familiares estão inseridos em diferentes cadeias produtivas, sejam na

produção da policultura, mas principalmente nas commodities, como o café. Essa é uma contradição existente, entre o crédito rural disponível pelo Estado, mas que se direciona para produção de commodity e não necessariamente alimentos, indicando a relação e consolidação da commoditização do território.

Entre outras contradições desse processo está a utilização de agrotóxicos na produção agrícola (Mapa 6).

Mapa 6 – Estabelecimentos rurais que utilizaram agrotóxico no sul de Minas Gerais, 2017.



Fonte: Censo Agropecuário IBGE, 2017. Elaboração: Flamarion Dutra Alves, 2024.

Outra característica da commoditização do território é a difusão de agrotóxicos nas plantações e implicando consequências ambientais e de saúde a população. No sul de Minas 53,62% dos estabelecimentos rurais utilizaram agrotóxicos, isso demonstra uma lógica pautada em pacotes tecnológicos, juntamente com sementes transgênicas, maquinário na aplicação do agrotóxicos, como aplicação por drones e aviões de pequeno porte, incorrendo em problemas socioambientais diversos.

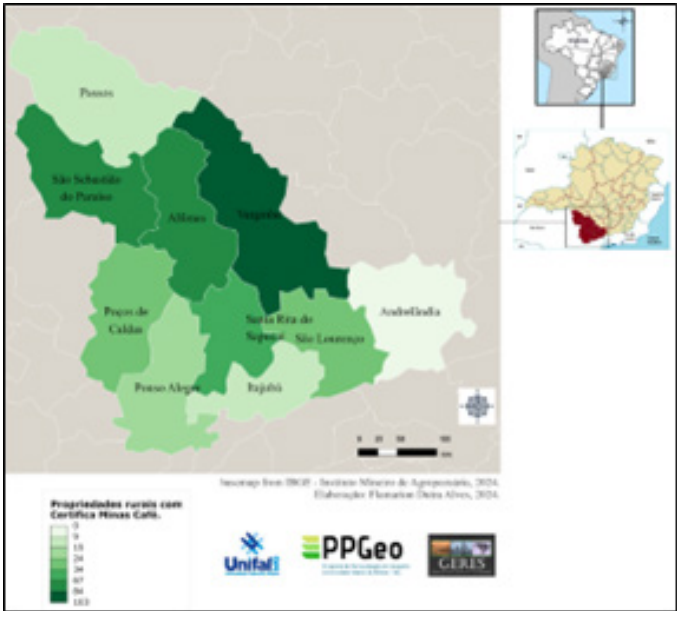
Os maiores índices no uso de agrotóxico estão associados as regiões onde predominam o agronegócio cafeeiro, ou seja, as microrregiões de Varginha onde 77,4% dos estabelecimentos utilizaram agrotóxicos, microrregião de São Sebastião do Paraíso com 71,46%, e microrregião

de Alfenas onde 65,38% dos estabelecimentos rurais utilizaram (IBGE, 2017).

O estudo de Melo e Alves (2020) apontaram para a relação entre a mundialização da cafeicultura em Guaranésia, que fica na microrregião de São Sebastião do Paraíso e o uso de agrotóxicos. Assim, pode-se inferir que essa é uma relação aderente entre a grande propriedade rural e empresas multinacionais – crédito rural – agrotóxicos e commodities, que são as bases do agronegócio cafeeiro. E no caso sul-mineiro podemos incluir nesse processo o papel das cooperativas na monopolização do território com a incorporação dos agricultores familiares.

Umas das alternativas para agregar valor a produção cafeeira e ter menores consequências socioambientais, sobretudo aos pequenos produtores é a certificação e a produção de cafés especiais (Mapa 7).

Mapa 7 – Número de propriedades rurais com Certifica Minas Café, 2023.



Fonte: Instituto Mineiro de Agropecuária, 2023. Elaboração: Flamarion Dutra Alves, 2024.

As certificações no setor agropecuário e agroindustrial são estratégias para incorporar valor ao produto que será comercializado, há diversos tipos de certificações, entre elas a do Instituto Nacional da Propriedade

Industrial (INPI) que fornece certificações a partir da Indicação Geográfica os selos de Denominação de Origem e Indicação de Procedência.

No sul de Minas tem-se duas indicações geográficas relacionadas ao café, são: Serra da Mantiqueira onde há a Denominação de Origem para os cafés dessa região, que abrangem 25 municípios[1] e que a requerente Associação dos Produtores de Café da Mantiqueira (APROCAM) centraliza as ações dos produtores de base familiar. O estudo de Favarão (2011) apontava para o valor agregado da indicação geográfica e a potencialidade para competitividade e fluidez da commodity. E a outra é a Indicação de Procedência dos cafés do Sudoeste de Minas que compreende 21 municípios[2] e que o requente é a Associação dos Cafeicultores do Sudoeste de Minas.

Outro tipo de certificação é fornecido pelo Instituto Mineiro de Agropecuária para produtores rurais e não por região, é o caso do Certifica Minas Café, esta certificação atendo o estado de Minas Gerais e na região sul-mineira tem 376 propriedades cafeeiras que detém esse selo. Conforme o mapa 7, a microrregião de Varginha apresenta o maior número de propriedades rurais com 103, seguido da Microrregião de São Sebastião do Paraíso com 83 e a Microrregião de Alfenas com 67. Considerando a escala dos municípios, Três Pontas tem 33 propriedades com certificado, Muzambinho 21 propriedades e Boa Esperança 18 propriedades certificadas.

Esse processo busca atingir indicadores de qualidade para o café e com isso novos mercados consumidores, no qual são mais exigentes quanto ao uso de agrotóxicos, mão de obra escrava ou precarizada, sistema menos nocivo ao ambiente entre outros fatores.

4 Considerações finais

A cafeicultura no sul de Minas se mostra uma atividade econômica consolidada e em expansão na região, os dados evidenciam que nos

1 Baependi, Brasópolis, Cachoeira de Minas, Cambuquira, Campanha, Carmo de Minas, Caxambu, Conceição das Pedras, Conceição do Rio Verde, Cristina, Dom Viçoso, Heliodora, Jesuânia, Lambari, Natércia, Paraisópolis, Olímpio Noronha, Pedralva, Piranguinho, Pouso Alto, Santa Rita do Sapucaí, São Gonçalo do Sapucaí, São Lourenço, São Sebastião da Bela Vista, Soledade de Minas.

2 Arceburgo, Alpinópolis, Alterosa, Bom Jesus da Penha, Botelhos, Cabo Verde, Carmo do Rio Claro, Conceição da Aparecida, Fortaleza de Minas, Guaxupé, Guaranésia, Itamogi, Jacuí, Juruaia, Monte Belo, Monte Santo de Minas, Muzambinho, Nova Resende, Passos, São Pedro da União e São Sebastião do Paraíso.

últimos 30 anos a área e a quantidade produzida aumentou, mas não foi somente quantitativamente, mas qualitativamente. Isso pois, a demanda internacional tornou o mercado exigente, quanto as certificações e diminuição ou ausência de agrotóxicos.

Por outro lado, a região sul-mineira vem substituindo suas áreas destinadas a policultura para commodities, como café, soja, milho em detrimento a alimentos as subsistência e consumo diários da população brasileira. Esse processo de commoditização do território fragiliza a segurança alimentar quanto a sua diversidade produtiva. Aliado a isso, a presença de empresas multinacionais no processo produtivo e sua relação direta com as exportações apontam para uma instabilidade econômica, devido as flutuações cambiais e no preço da commodity.

As cooperativas desempenham múltiplas funções para os agricultores familiares da região, sendo importantes para questão econômica e de comercialização dos produtores, mas ao mesmo tempo monopolizam o território e ampliam sua especialização funcional, podendo ter poucas alternativas em momentos de crise ou instabilidades, pois o território se tornou dependente de uma única atividade.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas. v. 1, n.2, p. 129-150, 2021.

ALVES, Flamarion Dutra. Mundialização da cafeicultura na Região Imediata de Alfenas-MG. **Caderno de Geografia**. Belo Horizonte. v.33, n.1, p. 2023.

ALVES, Flamarion Dutra; LINDNER, Michele. Agronegócio do café no sul de Minas Gerais: territorialização, mundialização e contradições. **OKARA:** Geografia em debate. João Pessoa, v.14, n.2, 2020. p.433-451.

BACEN – **Matriz de dados do Crédito Rural do Banco Central do Brasil.** Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural Acesso em: 12/02/2024.

BARZOLA, Erika Judith. La mercantilización del agro y la resistencia contra el extractivismo agrícola sojero en Argentina. **Brazilian Journal of Development**. Curitiba. v. 5, n. 7, p. 10376-10389, 2019.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. A soberania alimentar como parte dos contra-espaços do Brasil contemporâneo. **Boletim Alfenense de Geografia**. Alfenas, v.2, n.3, p. 25-43, 2022.

CORREIA, Guilherme G. S.; FREIRE, Mariana R.; ALVES, Flamarion Dutra. A territorialização cafeeira na Região Imediata de Alfenas-MG: a dinâmica das cidades pequenas. **Geofronter**. Campo Grande v. 8, p. 1-19, 2022.

COSTA, Tamyris Maria Moreira; VALE, Ana Rute do. Bairro rural Mandassaia: transformações socioespacaiais e culturais provocadas pelo lago de Furnas. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. **Anais...**São Luis-MA: AGB, 2016.

DINIZ, Tamiris Batista. A implantação do lago de Furnas e as suas consequências sobre a paisagem do município de Fama-MG. VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. **Anais...**Vitória-ES: AGB, 2014.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico-informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. (orgs.) A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2007, p. 49-66.

ELIAS, Denise. Consumo produtivo e urbanização no Brasil: as cidades do agronegócio. **Ciência Geográfica**. Bauru. v.26, n.2, 2022. p.1003-1019.

FAVARÃO, Cesar Buno. **A indicação de procedência dos cafés produzidos na face sulmineira da serra da Mantiqueira**: um estudo de caso sobre APROCAM. Trabalho de Conclusão de Curso (Geografia Bacharelado). Universidade Federal de Alfenas, 2011.

GÁLVEZ, Luis Eduardo Castillo. **La mercantilización de tierras agrícolas como proceso de desterritorialización:** El caso de la parroquia Vilcabamba del cantón Loja. Dissertação (Mestrado em Desarrollo Territorial Rural). Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, FLACSO Ecuador, Quito, 2020.

IBGE – **Censo Agropecuário 2017.** Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos Acesso em: 20/12/2023.

IBGE – **Pesquisa Agrícola Municipal – 1988-2022**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria.html Acesso em: 02/02/2024.

IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária – **Certifica Minas, 2023.** Disponível em: http://www.agricultura.mg.gov.br/certificaminas/website/index.php/certific-prop/prop-certific Acesso em: 02/03/2024.

MELO, Renata Vieira de; ALVES, Flamarion Dutra. Mundialização da agricultura e o uso de agrotóxicos no município de Guaranésia – MG. **Campo-Território**. Uberlândia. v.15, n.36, p.199-229, 2020.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani et al (Orgs.) **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 2002. p.63-110.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.) **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.103-172.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Mundialização da Agricultura Brasileira**. São Paulo: Iandé Editorial, 2016.

RAIMUNDO, Glaucione; VALE, Ana Rute do. A escravidão contemporânea em espaços rurais: uma abordagem geográfica sobre os apanhadores de café na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas.** n.1, n.34, p.309-338, 2021.

RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (Orgs.). **Asalariados rurales en América Latina**. Montevidéu: CLACSO/UDELAR, 2015.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 19 ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SANTOS, Milton. **A natureza do Espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. 4 ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. 5 ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

VALE, Ana Rute do. A agricultura familiar no contexto do agronegócio do café no Sul/Sudoeste de Minas: variações sobre o mesmo tema. *In:* FERREIRA, Marta Marujo; VALE, Ana Rute. (Orgs.) **Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais**. Curitiba: Appris, 2018. p.17-48.

Capítulo 2

Transformações no circuito espacial produtivo do agronegócio no Sul/Sudoeste Mineiro: o avanço da soja

Deilson Alves Dias
Thais de Cassia Silva Lemos

1 Introdução

A territorialização da soja no Sul e Sudoeste de Minas Gerais introduz novas formas de apropriação da terra, organização da produção e articulação entre campo e cidade, tendo avançado sobre uma estrutura agrária organizada pela cafeicultura, agricultura familiar e por redes de cooperativas, crédito e comercialização. A oleaginosa não inaugura o agronegócio na região, mas acrescenta uma nova camada de especialização a um território cuja inserção nos mercados mundiais já vinha sendo estruturada pelo café. A novidade reside na incorporação de um sistema de grãos mecanizado e articulado a agentes econômicos de alcance nacional e internacional, capaz de alterar a composição agrícola, disputar terras mecanizáveis e ampliar a demanda por armazenamento, transporte, financiamento e serviços especializados.

Para apreender a materialidade e a intencionalidade dessas conexões, a análise fundamenta-se no espaço geográfico, o compreendendo como um conjunto indissociável de sistemas de objetos (*fixos*) e sistemas de ações (*fluxos*). Os fixos representam os instrumentos de trabalho e as infraestruturas ancoradas no território (silos, rodovias cooperativas e etc), enquanto os fluxos correspondem à circulação de mercadorias, capitais e informações que dinamizam essas estruturas (Santos, 1996). O encadeamento geográfico dessas instâncias (produção, distribuição, troca e consumo) forma os circuitos espaciais de produção (Santos; Silveira, 2001) Para Castillo; Frederico (2010) esse processo exige comandos organizacionais centralizados, apreendidos pelo conceito de círculos de cooperação: redes imateriais e normativas responsáveis pela transferência de ordens, financiamentos, gestão e contratos, que unificam as etapas espacialmente segmentadas do circuito produtivo. Assim, são agentes que

atuam em diferentes níveis de influência e etapas do processo produtivo, estabelecendo relações contínuas e articuladas entre si.

Dessa forma, este texto procura analisar a territorialização da soja no Sul e Sudoeste de Minas Gerais a partir de dados de área colhida, estrutura fundiária, comércio exterior e capacidade de armazenamento, articulados à produção do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL-MG) sobre a região. Argumenta-se que a territorialização da soja ocasiona uma adaptação dos fixos previamente estruturados pelo agronegócio cafeeiro, sobretudo as cooperativas, a uma demanda crescente exercida por agentes capitalizados, concentrados em propriedades não familiares e de maior escala fundiária. Nesse processo, os fluxos que já articulavam café, crédito e comercialização em escala regional passam a incorporar também a nova commodity.

Metodologicamente, a Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais permanece como referência histórico-analítica, por organizar parte significativa da bibliografia produzida pelo Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais da UNIFAL-MG. A base quantitativa sobre composição agrícola no um concentra-se na série 1996-2024 da Produção Agrícola Municipal (PAM/IBGE), complementada por dados do Comex Stat, do Censo Agropecuário de 2017, do Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras da Conab (SICARM) e de fontes institucionais das cooperativas e empresas citadas.

2 A expansão da soja no Sul/Sudoeste de Minas Gerais

A modernização da agricultura brasileira combinou a difusão de máquinas, insumos industriais, crédito e pesquisa agronômica com a permanência de uma estrutura fundiária concentrada, ampliando a diferenciação entre produtores com capacidades patrimoniais distintas (Graziano da Silva, 1982). A expansão da soja ocorre nessa fase de agricultura científica globalizada, em que sementes, fertilizantes, defensivos, máquinas e serviços financeiros são fornecidos por redes empresariais cujo alcance supera a região, e preços internacionais, câmbio e decisões das tradings interferem na rentabilidade das propriedades a partir de fora dos municípios produtores (Frederico, 2013).

No Sul e Sudoeste de Minas Gerais, esse processo de modernização conservadora (Graziano da Silva, 1982) encontrou uma base já consolidada pela cafeicultura, historicamente o principal elemento dinamizador

da economia regional: uma reunião de competências infraestruturais (armazéns, torrefadoras, porto seco), institucionais (cooperativas, exportadoras, transportadores) e normativas (selos de denominação de origem, certificados de comercialização) construída ao longo de mais de um século (Frederico, 2009). É sobre essa densidade técnica e institucional que a soja se instala.

A expansão da soja no Brasil ganhou contornos próprios a partir da virada para o século XXI. Segundo a Produção Agrícola Municipal (IBGE, 2024), a área plantada de soja no país passou de 5.101.263 hectares em 1996 para 13.296.454 hectares em 2024. Esse avanço coincide, com a transformação da China em principal importadora mundial de proteínas vegetais. Segundo o Comex Stat (Brasil, 2026), a China representava apenas 3% do valor total exportado de soja brasileira em 1997, e passou a representar 73% em 2024.

O mesmo padrão se repete em Minas Gerais: a soja ocupava 471.018 hectares em 1996 (12,25% da área agrícola do estado) e passou a ocupar 2.274.950 hectares em 2024 (33,71%); ao fazer um paralelo com as exportações, em 1996 a China não constava entre os importadores da oleaginosa mineira, sendo os Países Baixos o principal destino, enquanto em 2024 a China já concentrava 78% do valor exportado pelo estado.

Na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais, historicamente estruturada pela cafeicultura, café e soja apresentaram trajetórias distintas, porém convergentes, nenhuma das duas culturas recuou no período. A área de café passou de 331.846 hectares em 1996 para 474.922 hectares em 2024, mantendo-se como a cultura dominante (IBGE, 2024). A soja, por sua vez, saltou de 709 hectares em 1996 para 206.910 hectares em 2024, tornando-se a segunda cultura em área ocupada (19,67%).

Com o crescimento das commodities, produtos considerados essenciais, deixaram de ser produzidos como o caso feijão e arroz, que perderam área de forma acentuada: o feijão caiu de 10,49% para 3,65% da área agrícola regional, e o arroz, de 37.355 para apenas 935 hectares no mesmo intervalo na Mesorregião. Um recorte mais fino, e com janela temporal própria, aprofunda esse quadro: na Região Geográfica Imediata de Alfenas, a soja passou de 950 hectares em 1988 para 17.341 em 2017 e alcançou 32.015 em 2022 (Alves, 2021; Datafenas, 2024). O aumento adquire maior significado quando relacionado à mudança na composição agrícola da RGI. Considerando sete culturas (soja, café, milho, arroz, feijão, mandioca e laranja), os pesquisadores mostram que a área agricultável da

RGI passou de 137.475 para 156.821 hectares, e café, milho e soja, que respondiam por 72,6% desse total em 1988, passaram a responder por 94,4% em 2022. No mesmo intervalo, o arroz recuou de 22.101 para 15 hectares, o feijão de 11.875 para 8.470, a mandioca de 250 para 129 e a laranja de 3.474 para 132 (Alves, 2021; Datafenas, 2024).

Essa reconfiguração da matriz produtiva materializa o que se define como a commoditização do território (Alves, 2021). A substituição de uma policultura historicamente voltada ao abastecimento interno por uma tríade de culturas globais (café, soja e milho) revela a conversão do espaço agrário regional em uma plataforma funcional às demandas do mercado externo.

Essa conversão, no entanto, não se distribui igualmente entre os produtores da região. Os dados do Censo Agropecuário de 2017 mostram que, no Sul/Sudoeste de Minas Gerais, 566 estabelecimentos não familiares produziram soja naquele ano, concentrados majoritariamente entre 100 e 500 hectares. Esses estabelecimentos não familiares representavam 67% do total de unidades produtoras de soja, mas respondiam por 92% da produção, o que evidencia uma produção regionalmente concentrada em propriedades não familiares e de maior porte, um contraste relevante com a estrutura fundiária pulverizada que a cafeicultura historicamente sustentou na região.

Em termos de volume, os estabelecimentos entre 100 e 199 hectares responderam por 11,07% da soja produzida em 2017; os de 200 a 499 hectares, por 28,73%; os de 500 a 999 hectares, por 24,73%; e os de 1.000 a 2.499 hectares, por 18,64%. Ou seja, quase três quartos da produção regional concentravam-se nas faixas de maior área.

Essa assimetria na estrutura fundiária e produtiva mostra que a viabilidade de cultivos que exigem alta mecanização e escala operacional, como a soja, depende da prévia concentração de terras em áreas topograficamente favoráveis. Ou seja, a expansão da soja não ocorre de forma homogênea, mas captura brechas específicas do território, aprofundando a divisão territorial do trabalho já existente na região. Em vez de promover o desenvolvimento regional de forma ampla, essa seletividade impõe ao espaço agrário uma racionalidade corporativa externa, cujos nexos de valorização financeira fogem inteiramente ao controle dos agentes locais.

3 Cooperativas, armazenagem e comando: os fixos da soja no Sul/Sudoeste de Minas Gerais

No circuito espacial produtivo do café, décadas de articulação entre cooperativas, armazéns, bancos, exportadoras e serviços técnicos consolidaram uma densa rede de fixos e círculos de cooperação territorializados. A soja não encontra essa rede pronta para si, mas sua expansão no território, pressiona os fixos a se adaptarem, de forma desigual, a uma demanda crescente na região. Diferentes agentes respondem a essa pressão de formas distintas, como forma de atender os interesses do capital.

Entre os agentes pressionados a se adaptar, as cooperativas ocupam posição central, por já concentrarem crédito, assistência técnica e comercialização em torno dos produtores associados no circuito espacial do café. São elas, a expressão mais marcante da cafeicultura sul-mineira e é justamente por isso que sua reorganização recente em torno da soja funciona como o indicador mais direto de como essa pressão se traduz em resposta institucional, sem que o café deixe de ser o eixo em torno do qual a estrutura foi construída. Embora as cooperativas, tenham como princípio atender aos interesses de seus cooperados, diante das transformações do capital, precisam ampliar sua estrutura e atuação para acompanhar a incorporação de novos setores produtivos. Nesse contexto, a introdução da soja em um território historicamente marcado pela produção de café exige novas formas de organização e articulação, fazendo com que as cooperativas passem a atuar na integração dessas diferentes atividades e na conexão dos produtores com novos mercados.

A Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé Ltda - Cooxupé, sediada em Guaxupé, é a maior cooperativa de café do mundo, reunindo cerca de 19 mil cooperados, com relação produtiva e comercial com mais de 360 municípios nos estados de Minas Gerais e São Paulo. Em janeiro de 2025, a cooperativa oficializou sua entrada no mercado de cereais por meio de uma sociedade com a Agrobom, empresa de grãos fundada em 2006 em Bom Jesus da Penha (MG), da qual a Cooxupé passou a ser sócia majoritária, assumindo os processos de recebimento, comercialização e exportação de soja e milho. Segundo a própria cooperativa, a decisão atende à demanda de cooperados cafeicultores que já produziam soja e milho em suas propriedades, e a diretoria já sinalizou não descartar, em etapa futura, a construção de uma indústria esmagadora de soja (Cooxupé, 2025; Agrofy News, 2025).

Outro caso é o da Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas Ltda - Cocatrel, com relações produtivas e comerciais com mais de 90 municípios, foi fundada em 1961, no município de Três Pontas, para atender as demandas da cafeicultura, ergueu estrutura própria para os grãos, inaugurando em 2022 a Unidade Foguetinho, destinada ao milho, e redirecionando o já existente silo Charneca à comercialização de soja (Costa 2024). Casos que mostram que a rede de confiança e financiamento construída pelo café passa, agora, a sustentar também outras *commodities*.

A Cooperativa Agrária de Machado (Coopama) localizada em Machado, foi fundada em 1944 e possui 81 anos de trajetória, reunindo 3.419 cooperados. Sua atuação está voltada à comercialização de café e de grãos, como milho, soja, sorgo e aveia. Atualmente, conta com oito unidades comerciais e apresenta uma abrangência territorial menor quando comparada às duas cooperativas anteriormente mencionadas. Entretanto, a Coopama vem ampliando sua estrutura para acompanhar a expansão da produção de commodities, especialmente da soja. Esse processo inclui a implantação de armazéns destinados especificamente ao recebimento e armazenamento de grãos, como milho e soja, entre os quais se destaca a unidade localizada em Alfenas e na sede Machado, municípios que apresentam importante participação na produção de soja na região. Nesse sentido, as unidades recebem, classificam, secam, limpam e armazenam a produção, contribuindo para a organização do fluxo de grãos e para o escoamento da produção. Posteriormente, os grãos são destinados à comercialização.

Seguindo o já observado por Castillo e Frederico (2010) o armazenamento ocupa posição estratégica no circuito espacial de produção dessas *commodities* porque separa o tempo da colheita do tempo da venda. Quem controla o armazém pode reunir lotes, acompanhar volumes e articular a comercialização, e a infraestrutura logística participa, assim, da distribuição do poder no circuito.

Os registros da conab indicam grande capacidade de armazenamento em silos convencionais e graneleiros nos municípios que também se destacam na produção regional de soja: em 2024, Três Corações apresentou a maior área plantada de soja da mesorregião (20.000 hectares) e capacidade de armazenamento de 217.045 toneladas; Machado somou 9.000 hectares plantados e 178.272 toneladas de capacidade; Alfenas, 14.000 hectares e 172.063 toneladas; e Passos, 16.500 hectares e 102.219 toneladas (Ibge, 2024; Conab, 2026). Essa correspondência entre produção agrícola e

densidade de fixos logísticos evidencia a formação de pontos regionais de convergência, cidades médias e dinâmicas, com grande envolvimento nas demandas do agronegócio por serviços especializados, cooperativas, financiamento e implementos, que recebem, classificam, armazenam e encaminham aos circuitos comerciais a produção da própria hinterlândia e de municípios vizinhos (Guiari; Dias; Alves, 2025).

Delfinópolis oferece um contraponto revelador a esse padrão, e evidencia que a correspondência entre produção e capacidade de armazenamento não é automática. Em 2024, a soja ocupou ali 16 mil hectares, correspondentes a 62% de toda a área agrícola do município, sem que o SICARM registrasse capacidade de armazenamento no município. A ausência de fixos logísticos proporcionais à produção sugere que a soja colhida em Delfinópolis depende de estrutura de armazenamento externa ao município, possivelmente concentrada em Passos, dada a proximidade geográfica.

Em termos da distinção entre circuito espacial e círculo de cooperação, Delfinópolis participa intensamente do primeiro. Está inserido na circulação material da soja, como área de cultivo. Mas não do segundo, já que os comandos que organizam a armazenagem, o crédito e a comercialização de sua produção parecem estar sediados em outro lugar. O que, em termos propostos por Santos (1996), equivale a dizer que o município produz massa e abriga o comando técnico da produção, sem deter o comando político que a soja, ali produzida, requer para se realizar como mercadoria.

Nesse sentido, a etapa final desse circuito, a comercialização internacional, expõe que produzir e armazenar não bastam para comandar essa etapa do circuito. Os registros do Comex Stat para exportação de soja (posição SH4 1201), entre 2000 e 2025, mostram que empresas situadas em Varginha colocam o município muito à frente dos demais da mesorregião no quesito comercialização internacional: cerca de 1,227 bilhão de quilogramas exportados no período, com registros contínuos até 2025, apesar de o município não figurar entre os principais produtores da oleaginosa. Empresas situadas em Alfenas exportaram 841,6 milhões de quilogramas, mas concentradas entre 2015 e 2019, sem nenhum registro depois disso. Empresas situadas em Três Corações e Passos exportaram ainda menos e por períodos mais curtos — respectivamente 49 milhões entre 2018 e 2021, e apenas 5,4 milhões, só em 2017 (Brasil, 2026).

Esse comando empresarial não é exclusivo da soja, nem foi por ela inaugurado. Pesquisa anterior do próprio GERES já havia identificado o mesmo padrão no circuito do café: em 2023, empresas situadas em Varginha exportaram 414.793 toneladas da commodity, tendo o município produzido apenas 13.828 (Guiari; Dias; Alves, 2025). Fixos como o Porto Seco Sul de Minas e a presença de tradings globais, entre elas a Louis Dreyfus Company, sustentavam esse comando há décadas, antes da chegada da soja. A LDC, aliás, hoje figura registrada também para o comércio de óleo de soja bruto e refinado, evidência direta de que o mesmo fixo passou a servir a duas commodities. A soja, portanto, não criou uma nova geografia do comando regional: reproduz a que o café já havia construído em Varginha.

4 Considerações finais

Os dados percorridos ao longo deste capítulo permitem sustentar a tese anunciada na introdução: a territorialização da soja no Sul e Sudoeste de Minas Gerais não configura a fundação de um circuito espacial produtivo autônomo, mas a incorporação de uma nova commodity a fixos e círculos de cooperação previamente erguidos pela cafeicultura. Isso significa que a expansão da área plantada de soja na região, ainda que expressiva, não representa uma ruptura na organização do território, e sim uma adaptação de estruturas preexistentes a uma demanda crescente. Essa adaptação, no entanto, não beneficia a todos igualmente: a produção de soja na região concentra-se fortemente em propriedades de maior porte e não familiares, em contraste com a estrutura fundiária mais pulverizada historicamente sustentada pelo café.

Demonstrou-se também que a expansão da soja tem alterado a composição agrícola regional e impulsionado a commoditização do território. Essa dinâmica é marcada pela substituição de culturas de subsistência e policulturas voltadas ao mercado interno, a exemplo do feijão e do arroz, em favor de uma tríade corporativa global (café, milho e soja), na qual a soja está concentrada em estabelecimentos não familiares de maior porte e respaldada por uma racionalidade externa aos municípios produtores. O resultado é um território que se especializa, mas que concentra os ganhos dessa especialização em um número reduzido de produtores e agentes econômicos.

A investigação evidenciou que organizações importantes relacionadas ao café têm, cada vez mais, se adaptado à crescente demanda por armazéns, tradings, redes de crédito e cooperativas, que possam atuar como a base material que viabiliza a rápida inserção da soja nos circuitos espaciais de produção e comercialização. As cooperativas, pressionadas pelas transformações do capital e pela demanda de seus próprios associados, reorganizam seus ativos logísticos e institucionais para absorver a nova commodity.

O conjunto de evidências apresentadas neste capítulo reforça a importância de olhar para o agronegócio regional não a partir de uma cultura isolada, mas a partir das estruturas que atravessam diferentes culturas ao longo do tempo. Café, soja e, eventualmente, outras commodities que venham a se instalar no Sul e Sudoeste de Minas Gerais tendem a se apoiar sobre a mesma arquitetura de cooperativas, armazéns e rotas de comercialização, herdando também suas assimetrias. Compreender essa continuidade é essencial para pensar investigações futuras sobre a dinâmica agrária regional, que não podem se limitar a acompanhar o avanço de uma cultura específica, mas devem atentar para quem, de fato, comanda o território em cada etapa desse processo.

Referências

AGROFY NEWS. Além do café: Cooxupé anuncia entrada no setor de grãos. São Paulo: **Agrofy News**, 31 jan. 2025. Disponível em: https://news.agrofy.com.br/noticia/206510/alem-do-cafe-cooxupe-anuncia-entrada-no-setor-graos. Acesso em: 12 ago. 2026.

ALVES, Flamarion Dutra. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n. 2, 2021.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. **Comex Stat**. Brasília, DF: MDIC, 2026.

CASTILLO, Ricardo; FREDERICO, Samuel. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 22, n. 3, dez. 2010.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. **Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras – SICARM**.

Brasília, DF: Conab, 2026. Disponível em: https://sisdep.conab.gov.br/consultaarmazemweb/. Acesso em: 28 jul. 2026.

COSTA, Alexandre. Cocatrel comemora 63 anos, uma história que mistura tradição com inovação. CNC, 16 jul. 2024. Disponível em: https://cncafe.com.br/cocatrel-comemora-63-anos-uma-historia-que-mistura-tradicao-com-inovacao/. Acesso em: 17 ago. 2026

COOXUPÉ. Cooxupé anuncia entrada no mercado de cereais. **Hub do Café**, Guaxupé, 31 jan. 2025. Disponível em: https://hubdocafe.cooxupe.com.br/cooxupe-anuncia-entrada-no-mercado-de-cereais. Acesso em: 17 ago. 2026.

FREDERICO, Samuel. Modernização da agricultura e uso do território: a dialética entre o novo e o velho, o interno e o externo, o mercado e o Estado em áreas de Cerrado. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 34, número especial, 2013.

FREDERICO, Samuel. Formação territorial de Minas Gerais. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2., 2009, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2009. Disponível em: https://enhpgii.wordpress.com/wp-content/uploads/2009/10/samuel-frederico.pdf. Acesso em: 28 jul. 2026.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIARI, Guilherme; DIAS, Deilson Alves; ALVES, Flamarion Dutra. Cidades pequenas e médias: lugares do fazer e do articular o agronegócio. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 20, n. 58, jan./abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2017**: resultados definitivos. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos. Acesso em: 28 jul. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Produção Agrícola Municipal**: tabela 5457. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em:https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas. Acesso em: 28 jul. 2026.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **DATAFENAS**: dados socioespaciais da Região Geográfica Imediata de Alfenas. Alfenas: UNIFAL-MG, 2024. Disponível em:https://www.unifal-mg.edu.br/datafenas/. Acesso em: 28 jul. 2026.

Capítulo 3

Cafeicultura sul-mineira e seus paradoxos: agronegócio e agricultura familiar, relações de gênero e trabalho escravo contemporâneo[1]

Glaucione Raimundo
Tamyris Maria Moreira da Costa
Ana Rute do Vale

1 Introdução

Embora pareça homogênea, a cafeicultura na mesorregião Sul/Sudoeste de Minas (mapa 1) apresenta muitos paradoxos. Como uma das principais commodities brasileiras, o café atrai pequenos, médios e grandes produtores, cada vez mais integrados ao agronegócio.

Dentre esses paradoxos, destacaremos dois. O primeiro é a inserção da agricultura familiar ao agronegócio. Embora reúna a maioria dos produtores da região, são os grandes que lideram em volume e qualidade do café. Todos devem cumprir padrões do mercado internacional, sobretudo via cooperativas e armazéns gerais, mas os maiores custos de produção pesam mais para os agricultores familiares. O segundo está nas relações de trabalho no período da colheita, majoritariamente manual, quando são contratados, sobretudo homens, do Norte de Minas e do Nordeste do país, onde são aliciados por empreiteiros ("gatos"), com promessas descumpridas, gerando denúncias de precarização do trabalho e escravidão contemporânea. As mulheres também se fazem presentes na colheita, mas são da própria região e conciliam o cafezal com o cuidado da casa e dos filhos e, embora o trabalho assalariado possa ampliar sua autonomia econômica, é mais penoso que o trabalho urbano, o que acaba afastando as trabalhadoras mais jovens.

1 O presente texto é resultado de pesquisas de Trabalhos de Conclusão do Curso e dissertações de mestrado realizados por Glaucione Raimundo e Tamyris Maria Moreira da Costa, orientadas pela Profa. Dra. Ana Rute do Vale, durante a graduação e a pós-graduação em Geografia, na UNIFAL-MG.

Partindo dessas informações, esse trabalho se propôs a compreender a existência de desses paradoxos no processo de expansão da cafeicultura no Sul de Minas.

Para sua concretização, lançou-se mão de embasamento teórico e informações obtidas a partir de pesquisas realizadas por Raimundo (2017 e 2022) e Costa (2023), envolvendo a cafeicultura do Sul/Sudoeste de Minas, com destaque para os municípios de Alfenas e Divisa Nova (mapa 1).

Mapa 1: Localização geográfica da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas e os municípios estudados.



Apresentaremos, a seguir, os desafios enfrentados pela agricultura familiar inserida no agronegócio do café e, em seguida, as relações de trabalho na cafeicultura, referente à presença de mão de obra feminina e do trabalho escravo contemporâneo.

2 Agricultura familiar no contexto do agronegócio do café

Reconhecida como a principal área produtora de café do Brasil, a mesorregião do Sul/Sudoeste de Minas iniciou sua transição para a cafeicultura em meados do século XIX. Essa atividade remodelou a economia regional no início do século XX e, a partir da década de 1970, passou a incorporar modelos de produção cada vez mais capitalistas e voltados para a tecnologia.

Nessa fase, o apoio do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e novas técnicas elevaram a produtividade e consolidaram o complexo

agroindustrial. Com condições naturais favoráveis e expansão industrial e urbana, a região ganhou projeção nacional.

Esse avanço consolidou Minas Gerais na liderança nacional. Em 2006, o estado concentrava o maior número de propriedades cafeeiras do país, sobretudo de café arábica, com destaque para o Sul/Sudoeste de Minas, a Zona da Mata e o Vale do Rio Doce. Em 2013, a área cultivada chegou a 309,5 mil hectares, impulsionada pela valorização do produto e pela bienalidade positiva (Conab, 2013). Para 2026, a Conab estima 67,6 milhões de sacas.

Segundo Alves (2021), o modelo mecanizado e dependente de insumos intensifica disputas por terra e água, concentra a propriedade, pressiona a agricultura familiar, homogeneíza a paisagem rural e estimula o êxodo rural.

Dessa forma, pode-se compreender que as transformações no padrão produtivo do café reconfiguraram profundamente as dinâmicas sociais, econômicas e territoriais, se consolidando como uma importante cultura para o Sul de Minas.

Esse é o caso do município de Alfenas, onde transformações territoriais e sociais consolidaram a coexistência entre agricultura familiar e agronegócio.

Para Sauer (2008) no campo brasileiro, os conceitos de agricultura familiar e agronegócio derivam de embates políticos e processos históricos que delimitam lógicas de vida e de produção contrastantes.

A agricultura familiar integra terra, trabalho e família: seus membros gerenciam e executam as atividades na propriedade. Porém, a pressão do capital impõe uma gestão por vezes patronal e exige reinvestir quase toda a renda na lavoura, reduzindo os recursos para o bem-estar familiar (Carneiro, 1999; Wanderley, 2009).

O agronegócio cafeeiro moderniza o antigo latifúndio, mantendo grandes propriedades, trabalho assalariado e produção de *commodities*. Sua cadeia inclui insumos, armazenamento e exportação, e a cotação em moeda estrangeira reduz a exposição a oscilações econômicas. Assim, o espaço agrário contrapõe a cafeicultura corporativa exportadora à agricultura familiar, que também abastece o mercado interno e sustenta a reprodução social no campo (Olesko, 2020; Souza, 2011).

Em Alfenas, entre 1855 e 1890, o café era cultivado em poucas propriedades, em meio ao predomínio de culturas de subsistência, como

milho e feijão. O cultivo só ganhou força comercial no início do século XX, apesar da perda de terras para municípios vizinhos, que reorganizou a população e afetou a economia de Alfenas (Martins, 2013).

Na segunda metade do século XX, a construção do Lago de Furnas inundou terras férteis do município, reorganizou o território e obrigou famílias rurais a se adaptar após perderem parte ou a totalidade de suas propriedades. A população rural substituiu lavouras temporárias, como o arroz de várzea, por permanentes, sobretudo o café (Costa, 2023).

Essa transição agrária pós-Furnas modificou a organização da produção rural e favoreceu a expansão da cafeicultura familiar e, a partir de 1970, o café e a pecuária consolidaram Alfenas como centro logístico e de serviços da agricultura moderna (Alago, 2006).

Nas décadas seguintes, o uso do solo se diversificou e a cana-de-açúcar, impulsionada pela Usina Monte Alegre/Adecoagro e a soja se expandiram no município (Fagundes, 2014; Conab, 2022). O café oscilou com crises de preço e mudanças institucionais, mas retomou sua centralidade no século XXI, concentrando disputas entre agricultura familiar e agronegócio.

Ao longo dos anos, intensificou-se a relação campo-cidade, em Alfenas, onde a agropecuária impulsiona os serviços, a indústria local e o PIB municipal, de R$ 46.472,02 segundo o IBGE (2023), ligado ao trabalho e à produção rural.

Analisar o café exige considerar o modo de vida, a identidade e as estratégias de permanência do cafeicultor no campo. Segundo o Censo Agropecuário (2017), o agronegócio ocupa 10.962 hectares, enquanto 162 estabelecimentos familiares somam 1.015 hectares e dependem diretamente da atividade. Para Martins (2013), essa configuração decorre da formação territorial do município, marcada pela divisão de terras por herança e compra e venda.

Na cafeicultura alfenense, a gestão das propriedades ainda é majoritariamente masculina. Isso reflexo de uma herança patriarcal que associa o trabalho agrícola à força física e invisibiliza as mulheres (Paulilo, 1987). No caso da cafeicultura de base familiar, elas atuam sobretudo na colheita, contribuindo para o aumento da renda familiar, embora nem sempre participe das tomadas de decisão.

Além dessa masculinização, a cafeicultura do município, se caracteriza pelo envelhecimento da população. A maioria dos produtores, na agricultura familiar e não familiar, tem entre 45 e 65 anos e possuem

baixa escolaridade (homens e mulheres) (IBGE, 2017). A permanência dos idosos decorre do apego à terra e da busca por qualidade de vida, mas também de limitações financeiras para migrar. Enquanto isso, jovens rurais vão diminuindo, refletindo na dificuldade em garantir a sucessão familiar, agravadas pela falta de incentivos e pela atração do modo de vida urbano.

A coexistência entre agricultura familiar e agronegócio também afeta o manejo do café e o meio ambiente. Segundo o Censo Agropecuário de 2017, o uso intenso de defensivos aumenta a dependência dos agricultores familiares de pacotes tecnológicos do agronegócio, enfraquecendo saberes tradicionais e reforçando a necessidade de uma cafeicultura orgânica e diversificada (IBGE, 2017).

Portanto, compreender a cafeicultura no município de Alfenas exige considerar, além da produção, as relações sociais e econômicas que sustentam as famílias rurais.

3 Relações de trabalho na cafeicultura: mão de obra feminina e trabalho escravo contemporâneo

As contratações de trabalhadores na cafeicultura no Sul de Minas, acontecem no período da colheita dos grãos. As remunerações são individuais e proporcionais a quantidade de café colhido, sendo uma maneira de proprietários aumentar a lucratividade em suas lavouras, transferindo nocivamente aos empregados o controle da sua remuneração, contribuindo para o seu desgaste físico e o aparecimento de diversas doenças (Rufino, Silveira e Júnior Ribeiro, 2010).

É importante enfatizar que nos locais onde o relevo não permite a mecanização, a colheita é realizada de forma manual, seja diretamente com pelas mãos do trabalhadores ou com o uso da derriçadeira mecânica (populara "mãozinha"). Esses trabalhadores, conhecidos como "apanhadores de café", costumam ser contratados por um pequeno período, sendo demitidos anualmente e tornando-se reféns de uma situação de dependência e informalidade, no qual recebem menores salários e nem sempre tem seus direitos trabalhistas garantidos, como registro formal na Carteira de Trabalho e Previdência Social. Dessa forma, permanecem socialmente inferiorizados e sem acesso a formas de reivindicatória. Em 2019, por exemplo, a informalidade trabalhista em cafezais sul-mineiros afetou cerca de 58,2% dos trabalhadores, no entanto, esse valor no período da safra pode ter sido acrescido (Oxfam Brasil, 2021).

É por alguns destes motivos que trabalhadoras mais jovens no município de Divisa Nova-MG estão optando pelo mercado de trabalho urbano, principalmente em fábricas de confecções da cidade, apesar de serem mais bem remuneradas durante a colheita de café. Entretanto, trata-se de um trabalho mais penoso, principalmente porque a elas cabe os trabalhos domésticos, realizados em horários extremos (muito cedo ou muito à noite) nesse período, além da insegurança de emprego no restante do ano. Isso não significa que nas atividades urbanas não haja informalidade. Sendo assim, permanecem de maneira mais significativa na cafeicultura do município, as mulheres mais velhas, às vésperas de se aposentarem (Raimundo e Vale, 2018).

Relacionado a isso, em entrevista ao *Know The Chain* - do Centro de Empresas e Direitos Humanos e a *Humanity United,* a ADERE - MG (Articulação dos Empregados Rurais do Estado de Minas Gerais) enfatizou que em uma lógica de gênero, classe e raça, mulheres, homens negros e de demais minorias étnicas enfrentam, regularmente, salários mais baixos e piores condições de trabalho. Todavia, dificilmente, sendo essas mulheres estão dispostas a falar sobre os desafios enfrentadas nos cafezais da região (Know The Chain e Humanity United, 2026).

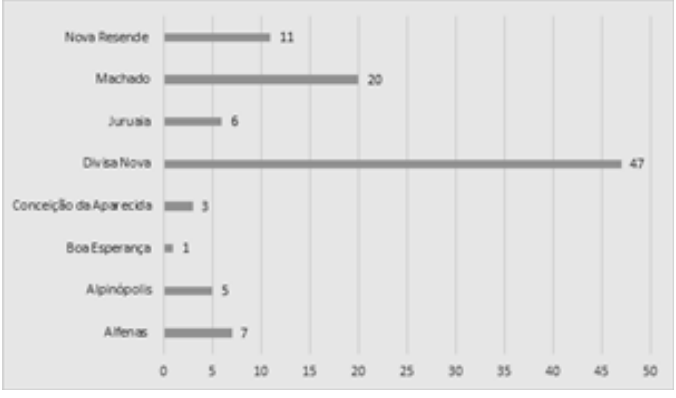
A informalidade, além de roubar a dignidade dos trabalhadores é o caminho para violações mais graves, dentre elas, a escravidão contemporânea. É no período da contratação para colheita do café, sobretudo, na admissão de trabalhadores de regiões brasileiras mais pobres, seja em Minas Gerais (Norte de Minas), no Nordeste (Maranhão, Bahia) e Norte do Paraná, que se consolida esse sistema de superexploração na região (Coalização do café *et al.*, 2004). Tal situação se explica, portanto, pela vulnerabilidade socioeconômica desses trabalhadores, que são aliciados, confinados, submetidos a variadas formas de violências - ameaças físicas e psicológicas -, sem acesso a direitos trabalhistas, ocupando alojamentos em péssimas condições e documentos retidos (Coalizão do Café, 2004; Conectas Direitos Humanos, 2018).

É importante enfatizar que a escravidão contemporânea é uma prática de superexploração e submissão do trabalhador, através das retenções de documentos, recrutamento, isolamento geográfico, privação da liberdade, endividamento e uso da força, como assassinatos e espancamentos por proprietários ou funcionários (Cavalcanti, 2020).

Essas irregularidades estão presentes nos cafezais do Sul de Minas, como se confirma pelos dados da "Lista Suja" do Trabalho Escravo,

publicada em abril de 2026, que demonstram que 100 trabalhadores foram resgatados, em 8 municípios produtores de café, entre 2024 e 2025, com destaque para Divisa Nova, com 47 resgates, seguido de Machado (20) e Nova Resende (11), sendo que os demais variaram entre 1 e 7 casos (gráfico 1).

Gráfico 1: Trabalhadores resgatados da escravidão contemporânea, nos cafezais sul-mineiros, entre 2024 e 2025.



Fonte: Brasil (2026). Org:. Raimundo; Vale; Costa (2026).

Apesar dos resgates realizados por auditores fiscais e das medidas punitivas estabelecidas pelo Ministério Público do Trabalho, os fazendeiros e sitiantes da região prosseguem escravizando, impetuosamente, trabalhadores em suas lavouras, pela certeza da impunidade, dentre elas, a demora da inserção dos nomes dos criminosos na "Lista Suja" do trabalho escravo e o pequeno valor de multas e indenizações cobradas, o que incentiva ainda mais a escravidão em cafezais da região.

É notória a emergência de averiguações contínuas de quais são as relações trabalhistas que norteiam a dinâmica agrícola do café na região, produto comercializado nacionalmente e internacionalmente, além da aplicabilidade de penalizações mais incisivas aos fazendeiros, sitiantes que escravizam apanhadores de café no Sul de Minas (Raimundo, 2022).

4 Considerações finais

Os dois paradoxos no processo de expansão da cafeicultura no Sul de Minas, mostraram que o agronegócio, embora exaltado pela riqueza que produz, se revela excludente.

Sobre a inserção da agricultura familiar no agronegócio, mostrou-se que a trajetória da cafeicultura no Sul de Minas e em Alfenas evidencia uma reconfiguração territorial impulsionada pela modernização tecnológica e o represamento pelo Lago de Furnas. Esse processo consolidou uma estrutura agrária marcada pela coexistência tensionada entre o agronegócio de exportação e a agricultura familiar. Para além dos ganhos de produtividade, emergem profundas assimetrias socioambientais, tais como a concentração fundiária, o envelhecimento demográfico e os desafios de sucessão geracional no campo. Sendo assim, essa análise da cafeicultura transcende a dimensão estritamente econômica, revelando um espaço de disputas entre as lógicas do capital e as estratégias de reprodução social das famílias que vivem e dependem do campo.

Nas relações de trabalho, a cafeicultura sul-mineira é marcada pela exploração de trabalhadores advindos de regiões mais pobres do Brasil, levando, muitas vezes à escravidão contemporânea. Além de penalizações mais incisivas aos que escravizam, a implementação da reforma agrária; de políticas públicas regionais que ocasionem a mitigação de migrações aliciadas; e a superação de desigualdades raciais, uma vez que a maioria dos escravizados ainda são negros, também são condutas fundamentais no combate à escravidão contemporânea nesse setor empregatício. O trabalho feminino nas colheitas mostrou que mesmo que a remuneração seja maior nessa função, a jornada dupla de trabalho, depois de um longo dia nos cafezais, tem contribuído para que as mais jovens prefiram as atividades urbanas, mesmo que seja informal. Por isso que as mulheres com idade mais avançadas permanecem na cafeicultura, à espera da futura aposentadoria.

Referências

ALVES, F. D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na região imediata de Alfenas–Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n. 2, 2021. Disponível em: http://publicacoes.unifalmg.edu.br/revistas/index.php/boletimalfenensedegeografia/ar ticle/view/1776. Acesso em: 22 out. 2026.

ASSOCIAÇÃO DO LAGO DE FURNAS (ALAGO). **Plano Diretor de Alfenas - Leitura técnica**. Alfenas: ALAGO, 2006.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias políticas. In: COSTA, L. F. C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.).

Mundo rural e tempo presente. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 1999.

CAVALCANTI, T. M. Como o Brasil enfrenta o trabalho escravo contemporâneo. In: SAKAMOTO, L. (org.). **Escravidão contemporânea.** São Paulo: Contexto, 2020. p. 67-84.

COALIZÃO DO CAFÉ. **Café**: vida, produção e trabalho - agricultores familiares e assalariados rurais. Florianópolis: Instituto Observatório Social, 2004.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Produção de café 2013**. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2013. Disponível em: https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/330-producao-de-4859-milhoes-de-sacasde-cafe-e-a-maior-da-baixa-bienalidade-20130514. Acesso: 7 out. 2026.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Boletim Café Janeiro 2022**. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2022. Disponível em: https://www.conab.gov.br/info-agro/safras/cafe. Acesso: 07 dez. 2021.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Produção de café 2026**. Brasília: Companhia Nacional de Abastecimento, 2025. Disponível em: https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-estimativa-de-evolucao-cafe.html. Acesso: 07 out. 2026.

COSTA, T. M. M. **Cafeicultura e transformações socioespaciais no município de Alfenas-MG pós-inundação pelo lago de Furnas**. 2023. 154 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/ppgeo/wp-content/uploads/sites/79/2023/06/TAMYRISMARIAMOREIRADACOSTA_Dissertacao_2023-1.pdf. Acesso: 07 out. 2026.

FAGUNDES, F. N. **A expansão do setor sucroalcooleiro e as transformações socioeconômicas e espaciais nos municípios de Passos e Monte Belo/MG**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia), Instituto de Ciências da Natureza, Universidade Federal de Alfenas-MG, Alfenas-MG, 2014.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**, 2017. Alfenas-MG. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/6956. Acesso em: 2 de out. 2026.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E

ESTATÍSTICA. **Produto Interno Bruto**, 2023. Alfenas-MG. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/panorama. Acesso em: 23 jul. 2026.

KNOWTHECHAIN; CENTRO DE EMPRESAS E DIREITOS HUMANOS. "Eu não voltaria nunca": riscos de trabalho forçado nas cadeias de fornecimento do café no Brasil. [S.l.]: Business & Human Rights Resource Centre, 2026.. Disponível em: https://media.business-humanrights.org/media/documents/KTC_2026_FB_Brazil_briefing_PT.pdf. Acesso em 24 mar. 2026.

MARTINS, M. L. Plantar, pastorar e fiar na Vila Formosa de Alfenas, MG: Décadas de 143 1850 – 1890. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 43, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ee/a/4kzBkS8LtwvTh5r6fxPw57z/?format=pdf&lang=pt. Acesso: 22 set. 2026.

OLESKO, G. F. **Agronegócio - Contextos Econômico, Social e Político**. 1. ed. Curitiba: InterSaberes, 2020. Disponível em: https://middlewarebv.am4.com.br/SSO/unifalmg/9786557453148. Acesso em: 07 out. 2026.

OLIVEIRA, J; GRINBERG, L. **A saga dos cafeicultores no Sul de Minas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

OXFAM BRASIL. **Mancha de café:** a situação dos trabalhadores rurais na produção de café em Minas Gerais e a responsabilidade social corporativa dos supermercados. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/justica-rural-e-desenvolvimento/por-tras-do-preco/mancha-de-cafe/. Acesso em: 13 out. 2026.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 28, p. 64-70, jan./fev. 1987. Disponível em: https://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf https://nafa.paginas.ufsc.br/files/2010/09/OPesodoTrabalhoLeve.pdf. Acesso em: 07 out. 2026.

RAIMUNDO, G.; VALE, R. A. Trabalho feminino na cafeicultura de Divisa Nova - MG: Uma análise sobre as antigas e atuais apanhadoras de café. **Geografia**, Rio Claro, v. 43, n. 1, Especial - VI Encontro REA, p. 97-106, jan./abr. 2018. Disponível em: https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/13740/8692. Acesso em: 02 ago. 2026.

RAIMUNDO, G. **Trabalho escravo contemporâneo na cafeicultura da mesorregião Sul/Sudoeste de Minas:** entre a lei e a realidade. 2022. 138

f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), Alfenas, MG, 2022.

RUFINO, J. L. S.; SILVEIRA, V. S.; JÚNIOR RIBEIRO, A. C. Introdução e metodologia de estudo. In: VILELA, P. S.; RUFINO, J. L. S. (Org.) Caracterização da cafeicultura de montanha de Minas Gerais. Belo Horizonte: **INAES**, 2010, p. 7-31. Disponível em: http://www.sapc.embrapa.br/arquivos/consorcio/livros/livro_cafeicultura_de_montanha.pdf. Acesso em: 29 jul. 2026.

SAUER, S. **Agricultura familiar versus agronegócio:** a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2008 (Texto para Discussão nº 30). Disponível em: https://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/bitstream/doc/123017/1/sgetexto30.pdf. Acesso em: 07 out. 2026.

SOUZA, L. R. de S. A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, Bogotá, v. 8, n. 67, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-14502011000200010. Acesso: 07 out. 2026.

CONECTAS DIREITOS HUMANOS. **Trabalho escravo em fazendas de café em MG é denunciado na OCDE**. São Paulo, 4 nov. 2018. Seção: Desenvolvimento e direitos socioambientais. Disponível em: https://conectas.org/noticias/trabalho-escravo-cafe-minas-gerais-ocde/. Acesso em: 13 out. 2026.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida:** reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/232612. Acesso: 22 set. 2026.

Capítulo 4

Produzir e permanecer no território: estratégias da agricultura familiar cafeeira em Campos Gerais (MG)

Guilherme Guiari

1 Introdução

A agricultura familiar é uma categoria social importante para a agropecuária brasileira, sendo responsável pela maior parte da produção de alimentos no país. Em regiões especializadas na produção de commodities agrícolas para o mercado internacional, como nas RPA (Elias, 2011), a permanência desses agentes pode se tornar contraditória, refletindo a própria contradição presente no espaço geográfico e nos interesses do setor privado e político na acumulação capitalista. Parte desses agricultores podem se encontrar integradas à cadeias produtivas altamente mercantilizadas, dependentes do crédito, insumos externos, cooperativas agrícolas e mercados que ultrapassam o lugar, alcançando níveis globais, se caracterizando como uma forma empresarial – mesmo que ainda sim subordinada – de agricultura familiar (Ploeg, 2006; Trentin, 2019; Correia, 2025). No Sul de Minas, onde a cafeicultura possui relevância econômica, social e cultural significativa, essas relações tornam-se mais perceptíveis, ainda mais em municípios onde a produção da rubiácea é majoritariamente familiar.

Nesta realidade, torna-se equivocado pensar a agricultura familiar apenas como dualidade, por um lado produtora para subsistência, por outro, totalmente inserida nas relações de mercado. Os agricultores podem acabar produzindo commodities para o mercado internacional enquanto mantêm práticas de produção diversificada, produção para o autoconsumo, trabalho familiar e solidariedade entre vizinhos e formas de trocas não necessariamente capitalistas. Essa integração aos interesses corporativos de mercados globais não significa, necessariamente, o desaparecimento das características que historicamente compõem a agricultura familiar, conquanto, contraditoriamente, esse fenômeno ao menos reproduz novas e outras formas de dependência e fragilidade.

É justamente nessa contradição, consequência das próprias intencionalidades totalizantes do espaço global, que se situa a discussão proposta neste capítulo. Esse debate é resultado de parte da discussão feita na dissertação de mestrado intitulada: Cafeicultura e agricultura familiar em Campos Gerais-MG: agentes, dinâmicas e processos. E foi intenção compreender quais estratégias permitem a (re)produção e permanência da agricultura familiar inserida nos circuitos produtivos da cafeicultura em Campos Gerais (MG) e como essas estratégias se incluem nos movimentos de imposição global sobre o território. Parte-se do entendimento de que a permanência dessas famílias produzindo no campo resulta na amálgama contraditória de diferentes mecanismos envolvendo a produção do café, pluralidade produtiva, pluriatividade, relações de solidariedade, subordinação à interesses alhures e o cooperativismo. São cruzamentos de relações verticais e horizontais que complexificam o uso do território por esses agentes possibilitando a continuidade da produção e sua permanência na terra, porém, ampliando relações de dependência em uma subordinação aos interesses hegemônicos de agentes que compõem o agronegócio globalizado. Os movimentos de totalização alcançam desigualmente os territórios, os quais devolvem ao mundo relações únicas que refletem a particularidade dos lugares (Santos, 1996).

Foram utilizadas entrevistas semiestruturadas realizadas com onze agricultores familiares de Campos Gerais entre os meses de outubro de 2024 e janeiro de 2025 nos bairros rurais denominados de: Grupiara e Pinhal 2. Além das falas dos entrevistados, o trabalho de campo permitiu a análise da paisagem dessas propriedades, os cultivos existentes e o espaço ao redor. Para manter o anonimato dos entrevistados, seus nomes foram substituídos por variedades de café.

2 Agricultura familiar, reprodução e autonomia

Entender a agricultura familiar demanda compreender a maneira particular de organização social e produtiva onde família, trabalho e espaço produtivo se relacionam de forma única, porém complexa. A produção agrícola e o espaço produtivo não são apenas elementos econômicos, mas também lugar de residência, de reprodução social e de pertencimento. Porém, consequência da própria mutabilidade do espaço e de suas relações, as transformações contemporâneas também atingem essa categoria social diferentemente, conforme os diferentes territórios.

A ideia de que todos os integrantes da família residem na e contribuem para a unidade produtiva, como apontado por Ferreira e Fernandes (2020), parece insuficiente para compreender a realidade concreta e as relações familiares. As migrações campo-cidade (pendulares ou permanentes), a busca dos filhos por outras profissões e melhores condições nas cidades, escolarização, dificuldades econômicas na agricultura e a comum necessidade de aumentar renda, permitem o aparecimento de famílias mais dispersas espacialmente. Conquanto isso não signifique obrigatoriamente o rompimento das relações com a agricultura e/ou com a unidade familiar.

A integração da agricultura familiar ao mercado de produção de commodities não pode – e não deve – ser vista como um processo contínuo capaz de eliminar as outras formas de produção e reprodução social. A realidade de parte da agricultura familiar brasileira, como a estudada neste capítulo, parte de uma relação de complementaridade entre a produção para os mercados internacionais, mediadas principalmente por cooperativas agrícolas, a produção para subsistência, mercados locais e regionais, relações de solidariedade e trabalho familiar (Correia, 2025). O que nos interessa é menos os classificar como integrados ou não à esse mercado e mais compreender em que intensidade e como essa integração ocorre, como o fenômeno influencia no uso do território e como influi na produção do espaço geográfico.

3 Permanecer no território: diversidade produtiva e pluriatividade

Um primeiro elemento importante diz respeito a idade dos entrevistados. O mais jovem deles possuía 34 anos e o mais velho 75. A média de todos os participantes foi de 57 anos. Visto o caráter e o tamanho da amostra, os resultados das entrevistas não permitem afirmar que esse recorte represente toda a realidade do município de Campos Gerais, mas indica a problemática do envelhecimento da população rural e das dificuldades relacionadas à sucessão geracional, inclusive já apontadas por Lemos e Alves (2023), em pesquisa sobre a cafeicultura da região (Correia, 2025).

Em apenas uma das onze propriedades rurais, todos os membros ainda residiam na unidade familiar. Na maioria dos casos, os filhos acabaram saindo da propriedade para residir em cidades próximas como

Campos Gerais e Alfenas, seja para estudar ou exercer alguma atividade que pouco ou nada se liga à agropecuária. Foram mencionadas profissões como vendedores, prestadores de serviços, atendentes de consultório, designer gráfico e mesmo *influencer* digital. Há, ainda, casos onde apenas um dos membros da família, em geral o pai, acaba residindo sozinho na propriedade (Correia, 2025).

Contudo, a migração desses familiares não, necessariamente, representa uma ruptura com a unidade familiar. Alguns filhos, mesmo residindo nas cidades, acabam voltando em momentos de maior demanda por trabalho, como nos períodos de plantio, desbrota ou colheita do café. Em cinco das onze famílias, apenas o pai mantinha o trabalho contínuo na propriedade. Em outras, os filhos ainda participavam das atividades no campo, mesmo não residindo mais na fazenda. Isso demonstra que, nesta realidade, a unidade familiar produtiva nem sempre corresponde à unidade familiar de residência, criando relações territoriais que atravessam o campo e a cidade (Correia, 2025).

Visando a permanência na terra, a busca por trabalhos fora da propriedade também é uma opção. Entre os entrevistados, alguns afirmaram trabalhar como tratoristas em propriedades vizinhas em períodos de ociosidade, os que prestam serviços em outras unidades e um agrônomo que presta consultorias para outros agricultores. Em ambos casos, a necessidade de complementar renda apareceram como as principais motivações para a pluriatividade. Todavia, essas relações não apareceram em todos os casos apenas para suprimento econômico. Em alguns casos, os trabalhos realizados são entre vizinhos, visando a ajuda mútua e troca de favores (Correia, 2025).

O caso do entrevistado "Catuaí Vermelho", exemplifica bem tal questão. Segundo o agricultor, depender apenas da produção do café é arriscado por causa, principalmente, da volatilidade dos preços. Por isso, acha importante que haja uma maior diversificação produtiva. Além disso, o filho mantém um hortifrúti, ampliando a renda familiar para além da produção agrícola em si (Correia, 2025). Mesmo não podendo levar essa assertiva como realidade de toda a agricultura familiar brasileira, ela ao menos reforça uma diferença central entre a agricultura exclusivamente empresarial e a produção familiar. No primeiro caso, as monoculturas são formas primeiras de aumentar os lucros de grandes produtores e empresas no setor agropecuário. Já no segundo, a diversidade produtiva além de

ser estratégia de sobrevivência, ainda leva, muitas vezes, alimentos de qualidade para a população local e regional.

Situação semelhante aparece na fala do agricultor "Topázio". Mesmo considerando a renda vinda da cafeicultura suficiente para a reprodução familiar e da propriedade, o agricultor também trabalha como tratorista em unidades vizinhas. Segundo ele, essa atividade pode e serve para complementar a renda em períodos de menor demanda. Ademais, reforça relações de solidariedade e reciprocidade entre agricultores vizinhos. Em momentos, auxilia-os a partir da prestação desses serviços, em outros recebe sua ajuda em momentos que exigem maior quantidade de trabalho (Correia, 2025).

A combinação entre diferentes atividades se torna mais evidente no relato de uma das famílias, que além do café produz milho e cria frangos e galinhas para comercialização. Aos finais de semana, marido e esposa participam de feiras livres nas cidades de Alfenas e Boa Esperança, comercializando os animais e produtos derivados do milho, como pamonhas, curau e bolos. Dessa forma, a família se articula tanto nos circuitos de produção do café, quanto regionais a partir das feiras livres (Correia, 2025). Isso demonstra uma complexa relação onde agentes estão imbricados entre relações que envolvem os dois circuitos da economia, superior e inferior (Santos, 1979), mediados por cooperativas. Isso reforça, como aponta Cruz (2020), a importância da produção agroindustrial familiar.

No discorrer da própria entrevista, essas duas maneiras de obter renda possuem funções distintas, mas complementares. Ao falar sobre a importância dessas produções, o agricultor "Caturra" afirmou que "ele [o café] é o que paga as contas grandes, a feira é mais pro gasto do dia a dia". A cafeicultura aparece como principal fonte de renda na propriedade, enquanto a feira auxilia no cotidiano. Se tratam, pois, de estratégias complementares de (re)produção dessa família, onde a comercialização regional de alimentos é um elemento central para a sobrevivência da família. A própria multifuncionalidade é fundamental para a cognoscência do que é a agricultura familiar, devendo ser irremediavelmente incorporada às políticas públicas que visem o desenvolvimento rural.

Ademais, a família apontou a troca de produtos com outros feirantes, por produtos que posteriormente compõem as opções disponibilizadas na banca. Da mesma maneira, as relações de ajuda e reciprocidade entre os agricultores aparecem em diferentes entrevistas, seja a partir do próprio

trabalho, seja no compartilhar ferramentas e recursos. Ou seja, mesmo inseridos, de um lado, em uma lógica mercantil que convém ao agronegócio competitivo, permanecem relações de solidariedade que os auxiliam mutuamente na diminuição dos custos e ampliam as possibilidades de reprodução familiar (Correia, 2025).

A diversificação produtiva também aparece no interior das propriedades. Todas as famílias entrevistadas cultivam o café destinado à comercialização, o que corrobora com a importância desse cultivo para a agricultura regional. No entanto, outros cultivos também são encontrados nos espaços produtivos dessas propriedades, como milho, frutas, hortaliças e a criação de diversos animais. Parte desses cultivos, comercializados – em escalas bastante inferiores ao café –, mas parte destinada à subsistência dessas famílias. Assim, falar em especialização produtiva do café pela agricultura familiar não é falar sobre exclusividade produtiva, visto que a multiplicidade e diversidade de cultivos ainda é uma característica (Correia, 2025).

Para os agricultores, essas outras produções parecem cumprir funções menos "importantes" economicamente. Porém, tais cultivos são tão importantes quanto o café para a vivência desses indivíduos. Nos trabalhos de campo foram observados galináceos, suínos, hortaliças e árvores frutíferas voltadas, majoritariamente, para o autoconsumo e trocas com familiares e vizinhos. Esses cultivos muitas vezes não foram ao menos mencionados pelos agricultores quando questionados sobre o que produziam, possivelmente por não fazerem parte direta da renda da propriedade. Parecem ser produções "invisíveis" que muitas vezes fogem das estatísticas oficiais, mas são socialmente importantes pois auxiliam na diminuição de despesas dessas famílias e na manutenção da alimentação de qualidade (Correia, 2025).

De maneira geral, as pesquisas revelam que a cafeicultura possui papel central na reprodução social e econômica dessas famílias, porém não pode ser explicada somente por ela. Na realidade produtiva desses agricultores convivem a produção do café, diversidade produtiva, pluriatividade e uma mescla de relações verticais e horizontais que compõem sua situação territorial. São essas particularidades que permitem sua sobrevivência, ajudando a diminuir os riscos frente à um mercado altamente competitivo e segregador. Entretanto, e consequência, a partir do momento que aumenta a dependência da produção da *commodity*, outros elementos externos à propriedade à família, tornam-se centrais para essa permanência.

4 Permanecer no território: crédito, mercado e dependência

Mesmo dentre os agricultores que afirmaram que a renda advinda da cafeicultura é suficiente diversas problemáticas foram apresentadas. Grandes gastos com a produção, volatilidade dos preços, necessidade de mão de obra, problemas ambientais e o sobretrabalho foram amplamente citados. Uma das falas resume bem essa perspectiva. O agricultor "Obatã", afirmou que "o gasto é muito grande pra pouco retorno". Por isso, a necessidade contínua de investimentos com a produção e gastos para seu mantimento demanda a busca por crédito externo, tornando-se, também, uma estratégia desses agricultores (Correia, 2025) Nada obstante, é preciso lembrar que o crédito para o investimento é uma necessidade da agricultura familiar, inclusive sendo uma das pautas de luta pelos movimentos sociais, entretanto, o aumento dos financiamentos para este fim tendem a aumentar a dependência desses agricultores. Entretanto, como nos lembra Alves (2021), o acesso ao crédito rural no país é desigual e os valores destinados à agricultura familiar são extremamente inferiores àqueles voltados ao agronegócio.

Dentre todos os entrevistados, oito afirmaram que é preciso contratar algum tipo de crédito para continuar produzindo. Os valores obtidos são majoritariamente utilizados para compra de insumos e ferramentas, adubos, implementos, investimentos em maquinários agrícolas e melhorias nas propriedades. Dessa forma, o acesso ao crédito e o próprio recurso não aparece, nesses casos, apenas como aporte produtivo, mas como elemento recorrente e primordial para a continuidade na atividade (Correia, 2025).

Conquanto, essa questão merece destaque pois essa necessidade pode reproduzir consequências significativas para esses agricultores. A fala do agricultor "Topázio" é exemplo de uma dessas problemáticas. O agricultor havia herdado as terras de seu pai, porém acabou adquirindo dívidas com a produção do café, ocasionando a venda da sua parte para o irmão. Como acordo entre eles, permaneceu trabalhando na terra como parceiro, o que o manteve na atividade agrícola. Isso reforça a contraditoriedade da necessidade de crédito para a produção agrícola, ainda mais de agricultores economicamente mais fragilizados. Ao necessitarem de crédito para a produção, o próprio endividamento pode levá-los a perder sua terra e serem expropriados da agricultura.

Na amostra aqui discutida, o crédito rural pode vir de diferentes fontes. Entre os que afirmaram a necessidade de utilização, todos

mencionaram o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), enquanto algumas famílias dependiam de duas ou mais organizações para financiar sua produção. Não ignorando outros possíveis apontamentos, essa questão, ao menos, evidencia como a produção de *commodities* passa a demandar agentes financeiros externos à propriedade, ampliando riscos de endividamento dessas famílias (Correia, 2025).

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), é um elemento de destaque. Oito dos onze agricultores afirmaram usar ou já terem usado o programa em algum momento. Segundo eles mesmos, a utilização do programa não é uma estratégia constante ou contínua, mas acionada em momentos de maior necessidade financeira ou para investimentos na propriedade. Por isso, apenas cinco, no período da entrevistas, estavam utilizando o programa. Grisa, Wesz Junior e Buchweitz (2014) apontam como os recursos do PRONAF têm sido utilizados na produção de commodities agrícolas. Trentin (2019), ao estudar o sul do país, chega na mesma conclusão. Esse fenômeno é reforçado em Campos Gerais, com a utilização do programa para a produção do café. Isso não significa desqualificar o programa e sua importância para a AF, mas levanta a questão da própria estrutura produtiva do que tem sido produzido por esses agentes no território brasileiro. A importância desse programa aparece de forma clara na fala do agricultor "Bourbon", quando afirma: "O PRONAF não é satisfatório, ele é essencial" (Correia, 2025). Mesmo sendo utilizado na produção do café, esse recurso auxilia na reprodução de famílias que possuem uma diversidade produtiva significativa. Dessa forma, auxiliam também na própria diversidade alimentar regional.

Algo parecido ocorre ao analisarmos as cooperativas agrícolas. Para os entrevistados, as cooperativas exercem papel fundamental para a continuidade da produção, principalmente no que tange a compra de insumos, beneficiamento, armazenamento e comercialização do café. Boa parte das propriedades não possui infraestrutura necessária para realização dessas atividades. Não é interesse aqui, retomar todas as contradições inerentes ao cooperativismo na região[1], mas entender que tais organizações tornam-se elementos materiais necessários para a produção agrícola e regional, assim como para a reprodução da agricultura familiar.

Porém, outras formas de cooperação não institucionalizadas aparecem no território. No bairro Grupiara, foi identificada uma

1 Discussão já realizada em outra pesquisa: Guiari, G; Alves, F. D. Monopolização do território pela cafeicultura: a importância das cooperativas e do Pronaf em Campos Gerais-MG.

associação de agricultores formada, até o momento da pesquisa, por aproximadamente vinte pessoas com o intuito de compartilhar objetos técnicos, como tratores, adubadeiras, ferramentas e outros implementos. Além do uso comunitário de objetos, havia também o auxílio mútuo em momentos de maior necessidade de mão de obra. Tais práticas visam diminuir custos e aumentar a autonomia de forma cooperativa, a partir de relações horizontais capazes de minimizar fragilidades impostas por uma produção altamente concentradora e competitiva.

5 Considerações finais

Longe de generalizações, a permanência da cafeicultura familiar em Campos Gerais é permitida pela combinação entre diferentes formas de trabalho, pela diversidade produtiva e pela contraditória participação de ambos circuitos da economia. O café permanece como principal produção agrícola dessas famílias, mas essa especialização não significa monocultura familiar, pois convive com outros cultivos para comercialização e autoconsumo. Além de pluriatividade e relações horizontais de produção e solidariedade. Porém, essa produção depende significativamente de acesso ao crédito, políticas públicas e de cooperativas para atender as demandas de infraestrutura e comercialização da produção. A integração dessa categoria social na produção do café, enquanto *commodity* agrícola, não significa, porquanto, a desqualificação desses agentes enquanto agricultores familiares, mas uma outra forma de se manterem produzindo na terra que reflete a própria contraditoriedade do território. Todavia, essa integração reproduz dependências e fragilidades do pérfido modo de produzir do agronegócio com dependências crescentes de créditos, volatilidade de preços e subordinação à agentes externos ao território.

Pretendeu-se demonstrar como a realidade agrária atual, em determinadas regiões, são um complexo indissociável de contradições, reflexo da própria integração econômica dos lugares e da intenção clara de totalização de processos. Neste caso, a agricultura familiar encontra estratégias e possibilidades de reprodução ao se inserir em uma produção com importância histórica para a região, porém altamente dependente do mercado internacional e atores externos. Representa uma complexa relação entre os circuitos superior e inferior da economia, enquanto categorias sociais que alimentam a região, mas participam, de forma subordinada, à produção de commodities para o mercado internacional.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfenense de Geografia**, Alfenas, v. 1, n. 2, p. 129-150, 2021.

CORREIA, Guilherme Guiari Silva. **Cafeicultura e agricultura familiar em Campos Gerais – MG: agentes, dinâmicas e processos**. 2025. 265 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2025.

CRUZ, Fabiana Thomé da. Agricultura familiar, processamento de alimentos e avanços e retrocessos na regulamentação de alimentos tradicionais e artesanais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, [S. l.], v. 58, n. 2, p. 1-21, 2020.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011.

FERREIRA, D. A. O.; FERNANDES, S. A formação conceitual do campesinato e da

produção familiar no Brasil. In: MARAFON, G. J.; CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L.

S. Temas em geografia rural. 2. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2020.

GRISA, Catia; WESZ JUNIOR, Valdemar João; BUCHWEITZ, Vitor Duarte. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, abr./jun. 2014.

LEMOS, Thais de Cássia Silva; ALVES, Flamarion Dutra. A cafeicultura e a relação campo-cidade dos jovens rurais de Poço Fundo-MG. In: ALVES, Flamarion Dutra (org.). **A interface rural-urbana nas cidades pequenas do Sul de Minas Gerais**. Alfenas, MG: Editora da AGB Alfenas, 2023. p. 36-60. DOI: 10.29327/5137550.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. p. 13-54.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979. 345 p.

TRENTIN, Iran Carlos Lovis. Programa Nacional de Fortalecimiento de la Agricultura familiar: promoción de la agricultura familiar o agronegócio en Brasil? **Revista Verde**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 554-561, out./dez. 2019.

Capítulo 5

A constituição de uma Região Produtiva do Agronegócio no Sul de Minas Gerais

Renata Vieira de Melo

1 Introdução

A globalização promoveu transformações nas dimensões técnica, política, econômica e cultural do espaço geográfico. Como desdobramento desse processo, consolidaram-se novas configurações territoriais e uma nova divisão territorial do trabalho, ambas decorrentes da ampliação dos processos de especialização territorial produtiva. Nesse contexto, as áreas agrícolas passaram a ser progressivamente reorganizadas para atender às exigências impostas pela economia mundializada.

Essa dinâmica está associada à crescente especialização dos subespaços, que se tornam cada vez mais racionalizados, funcionais e direcionados para determinados segmentos produtivos, sobretudo aqueles voltados à produção de *commodities*. Entre esses produtos, o café ocupa posição de destaque, já que sustenta, há décadas, a condição do Brasil como maior produtor e exportador mundial.

No âmbito federal, Minas Gerais assume papel central na cafeicultura brasileira por concentrar a maior área cultivada e o maior volume de produção do país. Destaca-se, ainda, que parcela significativa dessa produção está localizada na porção Sul/Sudoeste do estado, região responsável pela colheita de 706.554 toneladas de café em 2024 (IBGE, 2025).

A posição de destaque alcançada por essa região resulta de um processo histórico de longa duração, articulado à presença de condições edafoclimáticas favoráveis e às reestruturações produtivas e territoriais promovidas pela expansão do agronegócio globalizado.

Ao longo deste capítulo, demonstra-se que um expressivo conjunto de municípios apresenta sua dinâmica econômica fortemente estruturada em torno do agronegócio cafeeiro. Esses municípios distinguem-se pelo elevado grau de especialização produtiva e pela acentuada dependência

da cafeicultura, configurando territórios nos quais a produção de café desempenha papel central na organização econômica.

Diante desse contexto, este capítulo tem como objetivo principal delimitar, no âmbito da dinâmica contemporânea da cafeicultura, a constituição de uma região produtiva do agronegócio cafeeiro no Sul de Minas Gerais, evidenciando os fatores que conferem a essa porção do território caráter estratégico para a reprodução do agronegócio globalizado.

2 A produção de café no Sul de Minas

O cultivo do café consolidou-se ao longo de diferentes períodos históricos, preservando sua relevância econômica diante das distintas formas de inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho. Esse processo favoreceu a constituição de áreas marcadas pela especialização produtiva, nas quais a cafeicultura passou a desempenhar papel estruturante na organização do território.

No estado de Minas Gerais, a atividade cafeeira distribui-se em quatro importantes regiões produtoras, que concentram a maior parcela da produção estadual. Entre elas, o Sul de Minas ocupa posição de destaque, apresentando desempenho significativamente superior ao das demais. Em termos comparativos, sua produção ultrapassa em mais de 50% o volume registrado pela segunda principal região produtora, o Triângulo Mineiro.

A expressividade da cafeicultura regional também se evidencia na dimensão territorial da atividade. O cultivo ocupa aproximadamente 470.000 hectares, correspondendo a 94% da área destinada às lavouras permanentes da região (IBGE, 2025), demonstrando o elevado grau de especialização agrícola desse espaço.

Na atualidade, a produção cafeeira encontra-se majoritariamente articulada à atuação de agentes hegemônicos, responsáveis por coordenar a dinâmica produtiva regional e influenciar as negociações do produto em escala mundial. Nesse conjunto destacam-se cooperativas, *tradings* e indústrias de beneficiamento, cujas ações são fundamentais para a organização do circuito espacial produtivo e do círculo de cooperação (Santos, 1994) do café na região. Ao desempenharem essas funções, esses agentes exercem influência direta sobre a estrutura econômica e territorial, fortalecendo os mecanismos de coordenação e competitividade da produção regional nos mercados nacional e internacional (Melo, 2026).

Como resultado, o agronegócio cafeeiro assume papel central na organização do território, impulsionando a economia regional e ampliando sua capacidade de polarização sobre diferentes áreas, utilizando a cafeicultura como instrumento para assegurar a reprodução do capital monopolista.

3 Região Produtiva do Agronegócio: fundamentos teóricos e conceituais

Ao longo da história, o setor primário da economia foi marcado por sucessivas transformações decorrentes da evolução dos sistemas produtivos, da incorporação de novas técnicas e da difusão de inovações. No contexto da globalização, essas mudanças intensificaram a reorganização dos territórios, promovendo a constituição de novos arranjos espaciais voltados à integração das áreas produtoras às dinâmicas do agronegócio em escala mundial.

Na interpretação de Denise Elias, esses arranjos foram inicialmente definidos como Regiões Produtivas Agrícolas (Elias, 2006; 2011). Posteriormente, buscando apreender de forma mais precisa as transformações associadas ao agronegócio globalizado, a autora reformulou essa concepção, adotando o termo Regiões Produtivas do Agronegócio (Elias, 2011).

Tomando como referência esse aporte teórico, este trabalho utiliza a noção de Região Produtiva do Agronegócio (RPA) como fundamento analítico para compreender a configuração territorial e a organização espacial que sustentam a atividade cafeeira no Sul de Minas Gerais.

De acordo com Elias (2011), as RPAs correspondem a configurações territoriais produtivas que concentram os investimentos mais significativos do agronegócio globalizado, constituindo, por essa razão, os espaços de maior competitividade desse modelo de produção.

Sob essa perspectiva, a agricultura moderna vinculada ao agronegócio produz uma organização espacial dotada de coerência interna, embora permanentemente articulada a relações externas que extrapolam a escala regional. Essa dinâmica resulta na constituição de uma espacialidade própria, configurando um edifício regional especializado (Santos, 1996) associado ao agronegócio cafeeiro. Trata-se de um processo cuja lógica territorial não se subordina aos limites político-administrativos, uma vez que, enquanto fenômeno geográfico, sua conformação decorre das

relações produtivas e dos fluxos que estruturam o território, e não das regionalizações estabelecidas (Elias, 2011).

Logo, as dinâmicas espaciais e econômicas responsáveis pela sustentação da cafeicultura, enquanto manifestação do agronegócio globalizado, promovem a formação de arranjos territoriais funcionais que consolidam um espaço regional especializado. Como resultado desse processo, conforma-se a principal Região Produtiva do Agronegócio cafeeiro do estado de Minas Gerais.

4 Delimitando a Região Produtiva Cafeeira do Sul de Minas Gerais: aspectos metodológicos

Reconhecida a relevância da cafeicultura como vetor de reorganização do território sul mineiro, torna-se indispensável avançar na delimitação da região produtiva, compreendida como o esforço de identificar a abrangência espacial do fenômeno a partir dos elementos que conferem coerência e coesão ao território.

Para isso, foi necessário estabelecer escolhas metodológicas capazes de subsidiar a identificação da expressão territorial da atividade cafeeira. Assim, selecionou-se um conjunto de variáveis considerado suficiente para reconhecer a configuração da atual Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais. A análise fundamenta-se na articulação de diferentes indicadores que, de forma complementar, evidenciam a centralidade do café na organização do território, da economia dessa porção do estado de Minas Gerais.

Parte-se do pressuposto de que uma região produtiva é constituída por espaços nos quais a presença da rubiácea assume relevância expressiva entre os cultivos agrícolas. Para tanto, adotou-se o município como unidade territorial de análise, considerando-se, simultaneamente, a necessidade de continuidade e contiguidade do recorte regional. Entre as variáveis selecionadas, destacam-se os percentual da área plantada com café em relação à área agrícola municipal e a participação do valor da produção cafeeira no conjunto da produção agrícola local, disponíveis na Pesquisa Agrícola Municipal (PAM/IBGE). Foram considerados os valores médios dos anos de 2020, 2021, 2022 e 2023, procedimento que possibilita minimizar os efeitos da bienalidade característica do ciclo produtivo do café e comparar sua representatividade em relação ao conjunto das atividades agrícolas desenvolvidas em cada município. A combinação

desses indicadores permite aferir o grau de especialização produtiva dos municípios e, por extensão, da própria região.

A avaliação contemplou os municípios localizados na porção Sul de Minas Gerais, levando em consideração, ainda, a coerência histórica e identitária das tradicionais regiões cafeeiras do estado.

A definição dos critérios de inclusão exigiu o estabelecimento de parâmetros que permitissem hierarquizar a importância da cafeicultura na organização produtiva municipal. Assim, adotou-se como limite mínimo para a incorporação de um município à região produtiva a presença de, pelo menos, 15% da área agrícola cultivada com café e do valor de produção.

Com base nesse critério, os municípios que estão entre 15% e menos de 50% foram classificados como de Produção Significativa/ Produção de Valor Significativo. Aqueles que apresentam mais de 50% foram enquadrados como Especializados/Produção de Alto Valor. Por sua vez, os municípios acima 70% receberam a classificação de Muito Especializados/Produção de Valor Muito Significativo.

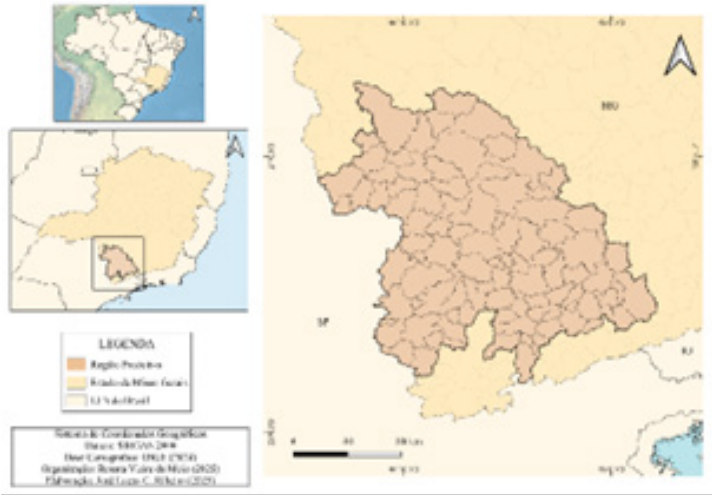
Embora esses dados ofereçam um primeiro panorama da distribuição espacial da atividade, os diferentes níveis de relevância, especialização e dependência econômica, a definição de um recorte regional coeso exige um exercício analítico mais abrangente, sobretudo no que se refere ao estabelecimento dos limites territoriais da região produtiva.

Excepcionalmente, alguns municípios, embora apresentassem percentuais inferiores a esse limite, foram incorporados à região produtiva em razão da necessidade de preservar a contiguidade e a coesão espacial do conjunto regional.

Além disso, considerando a importância da cafeicultura no estado de Minas Gerais, tornou-se necessário reconhecer as fronteiras entre a Região Produtiva do Sul de Minas e outras áreas cafeeiras dotadas de identidade própria. Para essa definição, foram consideradas as Indicações Geográficas (IGs) do café existentes nas áreas adjacentes, uma vez que elas expressam formas particulares de organização produtiva e identidades territoriais distintas.

A aplicação dos procedimentos metodológicos descritos permitiu delimitar um recorte espacial composto por 99 municípios contíguos, constituindo a atual Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais, conforme apresentado na Figura 1 a seguir.

Figura 1 - Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais



Fonte: Melo, 2026.

5 Grau de Especialização Produtiva da Região Cafeeira do Sul de Minas

A distribuição espacial das áreas destinadas ao cultivo do café evidencia um processo de expansão da atividade por dezenas de municípios, constituindo um importante indicador de sua consolidação e da centralidade que a cafeicultura assume na configuração da paisagem regional. A gradação apresentada no mapa permite distinguir os municípios segundo a participação da cultura cafeeira no conjunto das áreas agrícolas municipais, abrangendo desde aqueles nos quais o café ocupa menos de 15% ou entre 15% e 49,9% da área cultivada, passando pelos municípios considerados especializados, com participação entre 50% e 69,9%, até aqueles classificados como muito especializados, nos quais mais de 70% da área agrícola é destinada ao cultivo da rubiácea.

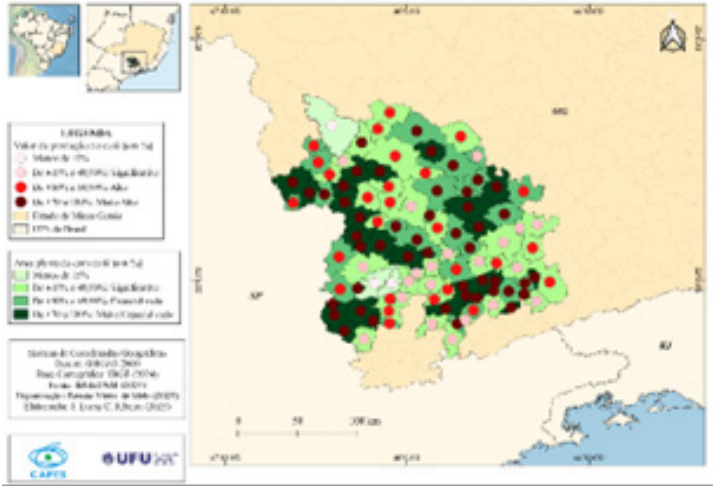
Embora esses percentuais expressem quantitativamente a distribuição espacial da cultura, sua interpretação permite reconhecer uma configuração territorial que não resulta de uma distribuição aleatória. As diferentes intensidades de especialização observadas entre os municípios cafeeiros do Sul de Minas Gerais estão relacionadas à combinação entre condições edafoclimáticas e o processo histórico de expansão e consolidação da cafeicultura. Desse modo, a distribuição da atividade estabelece um

padrão espacial que evidencia sua expressividade e sua centralidade na dinâmica regional, contribuindo para a conformação da própria região produtiva cafeeira.

Nesse sentido, o Sul de Minas Gerais pode ser compreendido não apenas como uma área produtora de café, mas como um espaço regional profundamente estruturado pela cafeicultura. As relações econômicas estabelecidas nessa porção do território encontram-se historicamente vinculadas à produção do grão, embora os 99 municípios que integram o recorte regional proposto não apresentem níveis homogêneos de especialização ou equivalência quanto aos volumes produzidos.

A comparação entre as duas variáveis consideradas (área plantada e valor da produção) permite aprofundar a compreensão dessa especialização, conforme apresentado na Figura 2.

Figura 2 - Grau de Especialização da Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas Gerais



Fonte: Melo, 2026

Os dados demonstram que, nos municípios onde o café ocupa mais de 70% da área agrícola cultivada, a produção cafeeira também representa a maior participação no valor da produção entre os diferentes cultivos agrícolas existentes. Esses municípios apresentam, portanto, não apenas elevado grau de especialização agrícola, mas também significativa dependência econômica em relação à cafeicultura.

Essa configuração permite reconhecer aquilo que Santos (1996) denomina de "edifício regional" especializado. Nessa perspectiva, a região não deve ser compreendida exclusivamente a partir de sua delimitação espacial, mas por meio da coerência funcional que lhe confere singularidade e, simultaneamente, a articula às dinâmicas do mundo globalizado. As transformações sociais, econômicas e tecnológicas participam continuamente da redefinição do espaço e das relações que o estruturam. Assim, a Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro constitui um edifício regional cuja articulação e consolidação estão diretamente relacionadas à atividade cafeeira.

A centralidade econômica do café, contudo, não se restringe aos municípios classificados como muito especializados. Ainda nos espaços em que a cultura ocupa uma parcela considerada especializada ou apenas significativa da área agrícola, sua participação no valor total da produção pode ser elevada, revelando a predominância econômica da cafeicultura entre as atividades agrícolas e reforçando o processo de especialização territorial.

A conformação desse quadro resulta da articulação de diferentes condições físicas e sociopolíticas (Melo, 2026). As características naturais da região estabelecem, em determinadas áreas, restrições à expansão de outras *commodities* de elevado valor de mercado. O relevo acidentado, por exemplo, limita a existência de extensas áreas competitivas para o cultivo da soja. Paralelamente, as condições climáticas favoráveis ao desenvolvimento da rubiácea constituem outro elemento associado à permanência e à expressividade da cafeicultura regional.

A dimensão histórica também possui papel fundamental nessa configuração. A cafeicultura encontra-se estabelecida na região há mais de um século, constituindo um elemento sociocultural de longa duração e podendo ser compreendida também como um "ativo específico". A esse componente histórico somam-se políticas e práticas que contribuem para a manutenção da atividade, especialmente em razão da centralidade historicamente assumida pelo café enquanto produto destinado à exportação.

Outro elemento relacionado à permanência e à expansão da cafeicultura corresponde aos preços alcançados pela *commodity* no mercado, aspecto que se mostrou particularmente expressivo na conjuntura posterior a 2023. A articulação desses fatores contribui para explicar a continuidade

da atividade e sua capacidade de permanecer como elemento estruturador da economia regional.

Nesse contexto, torna-se possível identificar na região aquilo que Santos (1996) denomina "acontecer homólogo". As práticas relacionadas ao cultivo do café reproduzem-se entre numerosos produtores e propriedades, especialmente em função dos resultados econômicos proporcionados pela atividade. A vinculação dos municípios a uma mesma atividade econômica favorece, assim, a constituição de comportamentos e lógicas produtivas semelhantes, produzindo uma certa similitude das atividades e estabelecendo contiguidades funcionais entre os diferentes espaços municipais.

A formação da Região Produtiva do Agronegócio, portanto, não se submete necessariamente às regionalizações oficiais ou aos recortes administrativos, conforme já apontado por Elias (2011), mas resulta das relações e articulações efetivamente produzidas pelo fenômeno econômico e geográfico. Nessa perspectiva, a Região Cafeeira do Sul de Minas apresenta identidade, funcionalidade e padrões relativamente próprios de produção e competitividade.

A Região Cafeeira do Sul de Minas Gerais pode ser compreendida, portanto, simultaneamente como um subespaço dotado de identidade própria, historicamente constituído a partir de práticas sociais que permanecem e se reproduzem no território ao longo dos séculos, e como uma "região de fato", nos termos de Ana Clara Torres Ribeiro (2004). Entretanto, essa dimensão histórica e territorial não elimina a presença de interesses e ações de agentes hegemônicos. Ao contrário, a região também se apresenta como instrumento de reprodução do capital, uma vez que esses agentes participam do controle e da organização do circuito produtivo do café tanto na escala regional quanto na escala nacional.

6 Considerações finais

Partindo da compreensão do agronegócio enquanto agente de reorganização do território, delimitamos dos municípios que apresentam especialização na atividade cafeeira. Para esse propósito, foram mobilizadas variáveis selecionadas com o intuito de apreender as características produtivas que conferem especificidade à região. A partir desse procedimento, foram identificados 99 municípios contíguos que compartilham um conjunto de características produtivas e organizacionais convergentes, permitindo

reconhecê-los como integrantes daquilo que denominamos Região Produtiva do Agronegócio Cafeeiro do Sul de Minas.

Assim, os resultados evidenciam a predominância da cafeicultura em relação aos demais cultivos agrícolas, embora essa centralidade se manifeste em diferentes níveis de intensidade entre os municípios.

Referências

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise.; PEQUENO, Renato. (org.). Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais. Fortaleza: Observatório das Metrópoles; Banco do Nordeste do Brasil, 2006. E-book. Disponível em: https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp 237 content/uploads/2020/07/EBOOK-DIFUSA%CC%83O-AGRO-NE.pdf. Acesso em: 20 fev. 2023.

ELIAS, Denise. Agronegócio e novas regionalizações no Brasil. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, [S. l.], v. 13, n. 2, p. 153-167, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.22296/2317-1529.2011v13n2p153.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Tabela 1613: área destinada à colheita, área colhida, quantidade produzida, rendimento médio e valor da produção das lavouras permanentes. Pesquisa Agrícola Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613#resultado. Acesso em: 20 nov. 2025.

MELO, Renata Vieira de. O Agronegócio cafeeiro do Sul de Minas Gerais:Especialização territorial produtiva, agentes corporativos e divisão intrarregional do trabalho. 2026. 151 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2026. DOI http://doi.org/10.14393/ufu.te.2026.172

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Regionalização: fato e ferramenta. In: LIMONAD, Ester.; HAESBERT, Rogério; MOREIRA, Rui. (org.). Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas. São Paulo: Max Limonad; CNPq, 2004.

SANTOS, Milton. Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

Capítulo 6

Mundialização, cooperativismo e cafés especiais: influência da Cooxupé na Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG

Rayssa Cristina Vieira Domingues
Flamarion Dutra Alves

1 Introdução

A mundialização da agricultura é uma questão de natureza complexa, pelo qual principalmente a partir da década de 1970, com a revolução verde e as suas dinâmicas, trouxeram diversas mudanças para o espaço agrário brasileiro. Esse processo é um marco para o capitalismo dentro do campo, mudando as dinâmicas existentes e principalmente criando toda uma cadeia que passava a articular, assistência técnica, extensão rural e também a inserção uso de agrotóxicos, fortalecendo a industrialização (devido a articulação e criação dos complexos agroindustriais), principalmente colaborando com os países capitalistas (Lemos e Alves, 2023).

Assim nesse contexto damos destaque para a cafeicultura, fenômeno que será discutido fortemente em questão, uma vez que Minas Gerais detém a principal produção de toda a cultura, com destaque para região do sul do estado que também possui grande destaque e tem o café como principal cultura agrícola desenvolvida na região (Guiari; Dias e Alves, 2026).

Esse processo é um marco para o capitalismo dentro do campo, mudando as dinâmicas existentes e principalmente criando toda uma cadeia que passava a articular as seguintes questões: tecnologias, integração ao agronegócio redes geográficas, tanto de produção, como também para a própria comercialização do café, a difusão de práticas monocultoras, demandas dos mercados internacionais, como também a própria exploração do trabalho (Vilas Boas, 2021).

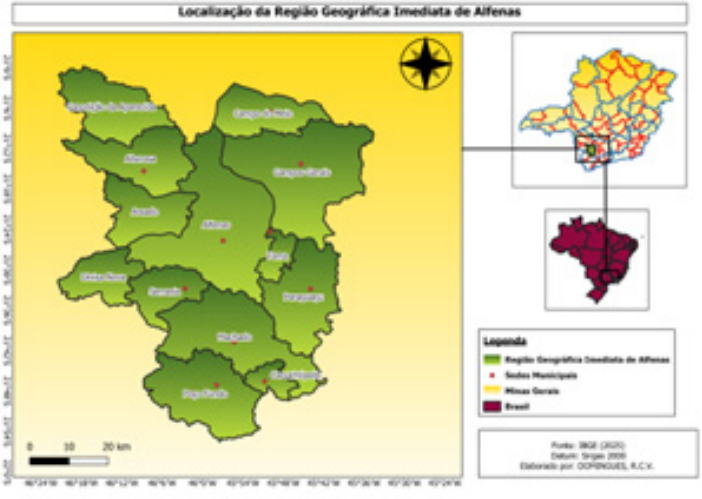
Entre os recortes e articulações regionais damos destaque em específico a Região Geográfica Imediata de Alfenas, que se localiza ao sul do estado e assim está incluída nessa dinâmica de produção da rubiácea, neste sentido

entendemos que das diversas estratégias que a mundialização se propõe, se encaixam a questão do cooperativismo, uma vez que é compreendido que as cooperativas agrícolas são importantes instrumentos para a inserção no processo de mundialização desses agricultores envolvidos nesse modo de organização (Guiari e Alves, 2025). A segundo momento ainda dentro do processo, as cooperativas cafeeiras, apesar de possuírem como carro chefe, a comercialização do café tradicional, do mesmo modo chamado de café commodity, nos últimos anos também passaram a trabalhar com os chamados cafés especiais, dentre essas a principal cooperativa da região que é a COOXUPÉ - Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé.

Assim temos como objetivo discutir nesse artigo, o objetivo desse artigo é fazer uma relação entre a questão da mundialização da cafeicultura na Região Imediata de Alfenas, juntamente observando a influência da Cooxupé em especial nessa área e a sua adaptação a novos mercados.

Parte dessa discussão foi feita na dissertação: "Entre os cafés especiais e convencionais: processos em Caconde-SP dentro da Região Vulcânica Do Planalto de Poços de Caldas e em Alfenas – MG na sua Região Geográfica Imediata", assim foi feito uso de dados obtidos para a parte da pesquisa que envolvia a Região Geográfica Imediata de Alfenas por um dos comercializadores da COOXUPÉ, que informou as movimentações de cafés especiais na última safra, referente ao ano de 2025, esses dados são referentes ao núcleo Alfenas, uma vez que o município é o polo da região imediata. Abaixo vemos um mapa da região, com os seus treze municípios (mapa 1):

Mapa 1 - Região Geográfica Imediata de Alfenas e seus municípios



Considerando a população estimada nos dados do censo de 2022, a população da região chegava ao entorno de 249.807 habitantes, desses Alfenas é o principal município com quase 79 mil habitantes, em segundo Machado com 37 mil habitantes, Campos Gerais pouco mais de 26 mil habitantes e Paraguaçu na casa dos 21 mil habitantes e os demais 9 municípios tem uma população inferior a 20 mil habitantes, podendo estas com exceção de Alfenas consideradas pequenas cidades (Alves, 2023). Para além, o PIB - Produto Interno Bruto dos municípios possuíam participação acima da média nacional do setor agropecuário, enquanto a média nacional indica 6,59% (2020), e na Região Imediata de Alfenas essa participação do setor agropecuária é de 14,94% (Alves, 2023).

2 A mundialização e a sua relação com o cooperativismo

Buscando inicialmente compreender o processo de mundialização da agricultura, Oliveira (2016), cita três processos simultâneos e intercambiados que permitiram esta aliança mundial das burguesias, em nível mundial. O primeiro processo foi determinado pela necessidade da reconstrução da Europa e do Japão depois da II Guerra Mundial. O segundo, a produção capitalista mundializada, que nasce devido aos monopólios da pesquisa e da tecnologia. O terceiro processo que caracteriza a mundialização, foram as ações mundiais de governos que se originaram dos dois processos anteriores (movimentos mundiais de capitais e produção capitalista mundializada) articulados à necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação mundial.

Assim o processo de mundialização do capitalismo monopolista e consequentemente, o surgimento do neoliberalismo, a agricultura capitalista acaba por se modificar e estruturar-se sobre uma tríade: a produção de commodities, as bolsas de mercadorias e de futuro e a formação das empresas monopolistas mundiais

Esta que revela agora, a aliança mundial entre a burguesia internacional e nacional, expressa em fusões e associações entre empresas. Ou seja, há agora uma fatia do capitalismo mundial à disposição da burguesia brasileira, e o Estado, está colocado como sempre esteve, a serviço dessa nova aliança (Oliveira, 2016, p.117). Aqui nada mais é novo, mas sim algo que passou por uma nova adequação para se manter em padrões mundiais. Dentro da esfera do avanço do agronegócio, esse sistema reconfigura os territórios rurais, mantendo as grande propriedades

nas mãos de uma mínima parcela e submetendo o uso do solo à lógica do mercado, em detrimento de formas tradicionais e sustentáveis de uso da terra, como a agricultura familiar, os territórios indígenas e as comunidades quilombolas.

O neoliberalismo nada mais é que uma releitura atualizada do liberalismo a partir das concepções econômicas neoclássicas. Trata-se, de uma visão social do capitalismo a partir da ótica burguesa. Assim permanece a intervenção mínima do Estado, mas acrescido agora de novos elementos: movimentações mundiais onde capitalistas brasileiros se associaram ou se fundiram com capitalistas estrangeiros, para a criação de novas alianças de classe em nível mundial, onde não há mais contradições importantes entre empresas estrangeiras e nacionais. Essa atuação passa a ter elementos importantes a propriedade privada capitalista da terra, o capital agrícola e industrial, o capital financeiro e o trabalho (Oliveira, 2016).

Isso resulta na formação de grandes monopólios, na intensificação da produção de commodities, em detrimento de alimentos básicos, pois o mais importante nessa lógica não são os alimentos, mas a transformação em mercadorias e lucro. Portanto a lógica neoliberal passa a converter todo alimento produzido em mercadoria, não para ser consumido pelos que produziram, mas para ser adquirido por quem tenha dinheiro, onde quer que esteja no mundo. Entre as principais commodities do campo estão o trigo, milho, arroz, soja, algodão, cacau, café, açúcar, suco de laranja, farelo e óleo de soja, entre outras (Oliveira, 2016, p.123-124, grifo nosso). Dessa forma como já sabemos, o café tem parte nesse grande domínio das commodities, o que leva a criação de diversas estratégias buscando apoio para a comercialização, principalmente para a agricultura familiar, dentro da lógica contraditória capitalista, ainda que atingida pelo agronegócio, depende do mesmo para se inserir dentro do mercado mundial e assim obter renda e sobrevivência.

Podemos entender brevemente os termos cooperativa e cooperativismo em sentido amplo para compreender da seguinte forma os seus significados perante a sua organização no espaço e assim colaboração na economia. O primeiro em questão diz a respeito que:

A cooperativa é uma sociedade de natureza civil, formada por no mínimo 20 pessoas, gerida de forma democrática e participativa, com objetivos econômicos e sociais comuns. Os próprios associados, seus líderes e representantes têm total responsabilidade pela gestão e fiscalização da cooperativa. (SEBRAE, s.p. 2023)

Assim os membros envolvidos com uma cooperativa estão comprometidos a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, em questão na agricultura elas têm como função organizar os produtores rural, e também colaboram com assistência técnica e na comercialização dos seus produtos. Em segundo momento o trazemos o significado de cooperativismo:

É um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia. É o sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Visa às necessidades do grupo e não do lucro. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa socioeconômica que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. (Reisdorfer, 2014, p.16)

Em diálogo com essa ideia, o cooperativismo é visto como uma alternativa em busca de maiores benefício dentro do que é produzido:

> O cooperativismo, dentro da concepção de diversos autores, torna-se uma opção de superação de problemas e fortalecimento de muitas atividades produtivas, pois pode ajudar na conquista de melhores resultados, bem como na facilidade de inserção e participação mais ativa na economia. Nesse contexto, surge o pequeno agricultor familiar, na busca por fortalecer sua atividade produtiva, através do ingresso em associações e cooperativas. Uma vez que essa alternativa apresenta benefícios potenciais, como: o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros. (Andrade e Alves, 2013 p. 195).

Essa concepção de uma ideia de justiça e equilíbrio, junto a superação de problemas ainda que um discurso bastante interessante, e apesar da parte de justiça, pois o cooperativismo traz uma contribuição importante aos produtores envolvidos, o equilíbrio nem sempre é algo que na prática em muitas das vezes pode ser em real constatado, pois ainda está ligado em uma lógica capitalista e esses produtores necessitam vender o seu produto ao mercado exterior para conseguirem se manter produzindo:

> Assim, tanto as políticas quanto o papel das cooperativas junto às multinacionais ampliam a produção cafeeira na região, que deixa de produzir determinados alimentos para atender à dinâmica global de produção. Isso, no primeiro momento, contribuiu para a economia local, mas depois a falta da produção de alimentos levou à insuficiência deles. Mesmo que a configuração da cooperativa seja de

> uma vida digna aos produtores, ela os coloca "reféns" de um sistema global de produção. (Lemos e Alves, 2023, p.558).

Desse modo, podemos perceber mais uma vez as contradições do processo de inserção da cafeicultura na mundialização, pois as cooperativas em seu objetivo geral em teoria têm como fim criar condições para que os agricultores possam continuar a produzir, mas os mesmos vão depender dos mais diversos fatores exteriores de mercado para que possam continuar. Ou seja ainda que sua origem tenha questões solidárias, esse caráter competitivo é muito fomentado, uma vez que uma cooperativa possui caráter empresarial, também considerando a produção de café em escala nacional e mundial, que ocorre na região do Sul de Minas Gerais que são regiões onde a cultura cafeeira é bastante presente, neste sentido:

> As cooperativas e multinacionais presentes na região criam uma territorialização do café, pois elas acabam se tornando "influenciadoras" para o sistema produtivo, principalmente quando geram bons lucros para o município e para os produtores. Ambas criam uma relação de poder e controle do território, afinal os produtores precisam se enquadrar nas necessidades das cooperativas para conseguirem se inserir no mercado. (Lemos e Alves, 2023, p. 540).

Nesse sentido, se tratando em específico sobre a questão da mundialização aliado às cooperativas, entendemos que no campo das ideias, as cooperativas seriam uma forma ideal de organização das atividades socioeconômicas, uma vez que as pessoas envolvidas trabalham de forma a buscarem e atingirem um mesmo propósito. Porém como o cerne da questão ainda se mostra aliado a questão capitalista, vemos que:

> [...] através da lógica de cooperação entre os agricultores, surgem oportunidades para aumentar a capacidade competitiva entre os atores, reforçando as desigualdades de acesso e produção no campo que dinamizam de forma contraditória o uso do espaço e a (re) produção dessas famílias. (Guiari e Alves, 2025, p. 67).

Dessa forma para se manterem nos padrões do mercado internacional, as cooperativas passam a exigir essa postura altamente profissional e empresarial de seus membros, ainda que algumas mais ou menos, pois o lucro passa a ser algo a se buscar uma vez há venda de mercadorias, neste caso o café.

3 Atuação de cooperativas e hegemonia da COOXUPÉ aliado às questões dos cafés especiais na RGI Alfenas

A região imediata de Alfenas e os seus treze municípios contém diversas cooperativas que apesar de uma ampla atuação seu destaque e surgimento vem do envolvimento da grande influência do café na região, são estas:

Quadro 1 - Cooperativas na área de atuação dentro da Região Imediata de Alfenas

Nomes	Fundação	Origem	Atuação
Camponesa	2014	Campo do Meio-MG	Campo do Meio e Guapé
Capebe	1963	Boa Esperança-MG	Sul de Minas Gerais: (Boa Esperança, Campo do Meio, Candeias, Coqueiral, Cristais, Guapé, Ilicínea, Nepomuceno, Perdões e Santana da Vargem)
Cocatrel	1961	Três Pontas-MG	Sul de Minas Gerais
Coopercitrus	1976	Bebedouro-SP	Estados de São Paulo, Minas Gerais (Alfenas) e Goiás.
Coopfam	2003	Poço Fundo-MG	Sul de Minas Gerais
Coopama	1944	Machado-MG	Sul de Minas Gerais (Alfenas, Campestre, Elói Mendes, Poço Fundo, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Turvolândia)
Coopercam	1980	Campos Gerais/ Campo do Meio-MG	Cidades circunvizinhas da região
Coomap	1957	Paraguaçu-MG	Paraguaçu
Cooxupé	1932	Guaxupé	Minas Gerais e São Paulo

Organização: Autora (2026), adaptado de Alves (2023)

Assim percebemos que a criação e instalação de cooperativas na região é uma prática bastante antiga, muitas delas tendo décadas de sua

fundação, em geral as cooperativas instaladas na RGI Alfenas possuem característica de estarem predominantemente em uma escala regional, ou seja atendem normalmente município vizinhos da própria região imediata ou de regiões imediatas vizinhas, com a exceção da Coopercitrus. De forma geral, também as cooperativas são agentes importantes na região para difusão da mundialização.

Destacam-se a Cooperativa Agrária de Machado (COOPAMA) presente em Alfenas, Machado e Poço Fundo; Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ) presente em Alfenas, Campos Gerais, Alterosa, Areado e Conceição da Aparecida; Cooperativa dos Cafeicultores de Campos Gerais e Campo do Meio (COOPERCAM) presente em Campos Gerais e Campo do Meio, Coopercitrus Cooperativa de Produtores Rurais (COOPERCITRUS) em Alfenas; Cooperativa Agropecuária de Boa Esperança (CAPEBE) em Campo do Meio; Cooperativa Mista Agropecuária de Paraguaçu (COOMAP) em Paraguaçu; Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (COCATREL) em Campos Gerais e também as que possuem o diferencial de serem produtoras de cafés orgânicos, a Cooperativa dos Camponeses Sul Mineiros (CAMPONESA) em Campo do Meio, e a Cooperativa dos Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (COOPFAM). (Alves, 2023)

Nesse processo de monopolização do território pelo café, a intenção aqui agora é dar destaque para considerada a maior cooperativa do mundo, a Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé - Cooxupé, que de acordo com as informações do seu próprio site, "foi criada em 1932 em Guaxupé e possui mais de 90 anos de cooperativismo regional, se encontrando entre os maiores players do café no mundo.

Em trajetória, a missão da empresa é promover o desenvolvimento sustentável das famílias cooperadas, que estão distribuídas pelo Sul de Minas, Cerrado Mineiro, Matas de Minas e Média Mogiana do Estado de São Paulo. Sua atuação abrange diversas áreas, como torrefação, cafés especiais, comercialização de milho e soja, fábrica de rações, laboratórios de análise, centro de pesquisa e produtos próprios. Da maioria dos cooperados, os dados afirmam que 82,6%, são agricultores familiares e pequenos produtores, que buscam produzir um café mais sustentável e respeitando certificações e normas internacionais. (Cooxupé, 2026) .

Esses cafés passam por esses laboratórios de análise buscando garantir e classificar os lotes recebidos de acordo com as exigências de mercado, e programas de certificação, tais como Nespresso AAA™, C.A.F.E

Practices, 4C, Rainforest Alliance, UTZ, Nescafeplan, Illy, entre outros. (Cooxupé, 2026)

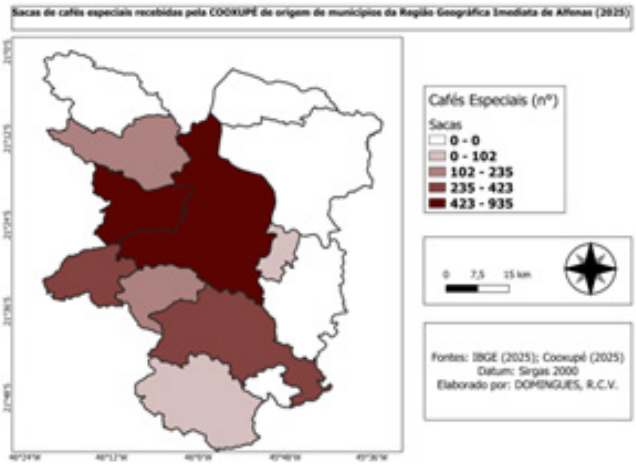
Essa atuação múltipla permite que a cooperativa como empresa possua várias frentes de inserção no agronegócio, ampliando a sua busca e dimensão em diversos mercados cafeeiros. Nesse sentido aqui falaremos um pouco sobre a questão dos cafés especiais. Criada em 1991, Associação Brasileira de Cafés Especiais, mais conhecida como BSCA (BSCA, sigla em inglês), foi criada pensando em promover, certificar e elevar a qualidade dos cafés especiais do Brasil a nível internacional e nacional, a associação é quem define com clareza o que são cafés especiais:

Cafés Especiais são grãos isentos de impurezas e defeitos que possuem atributos sensoriais diferenciados. Estes atributos, que incluem bebida limpa e doce, corpo e acidez equilibrados, qualificam sua bebida acima dos 80 pontos na análise sensorial. Além da qualidade intrínseca, os cafés especiais devem ter rastreabilidade certificada e respeitar critérios de sustentabilidade ambiental, econômica e social em todas as etapas de produção. (BSCA, 2024, s.p)

O que temos de diferença, dos cafés convencionais para a produção especial para além da sua produção minuciosa e normalmente feita em pequenos lotes, esses cafés possuem pontuação avaliada em acima dos 80 pontos, para se encaixarem na categoria especial. Abaixo disso pode ser considerada a produção convencional, que é a produção em maior escala já conhecida e comumente comercializada. Esse café tradicional, também chamado de café commodity, tem foco no mercado padronizado e de massa. Já no mercado de cafés especiais, devido sua obtenção em pequenas quantidades, aliado com comunicação mais direta e maior transmissão de informações, bem como torrefação artesanal possui muitas vezes origens únicas, ou um maior diferencial (Guimarães et al, 2016).

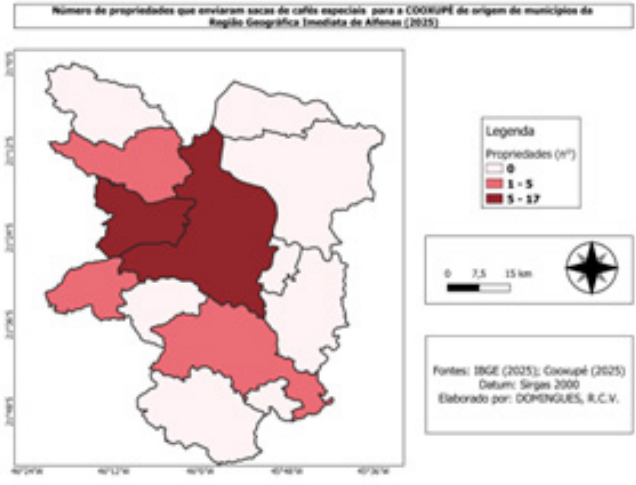
Os cafés especiais nesse sentido surgem como uma estratégia em busca de oferecer um café de maior qualidade. Nesse sentido aqui analisamos os dados obtidos no Núcleo Alfenas, da Cooxupé, a safra de 2025 contou com a participação de cooperados de quatorze municípios diferentes, desses 8 municípios são da Região Imediata de Alfenas (Alfenas, Alterosa, Areado, Divisa Nova, Fama, Machado, Poço Fundo e Serrania), e os outros estão em outras regiões imediatas, como Elói Mendes, Luminárias, Monsenhor Paulo, São Gonçalo do Sapucaí, Turvolândia e Varginha. Nesse sentido no mapa abaixo analisamos apenas os treze municípios e as suas respectivas participações no envio de sacas

Mapa 2 - Sacas de cafés especiais recebidas pela COOXUPÉ de origem de municípios da RGI Alfenas



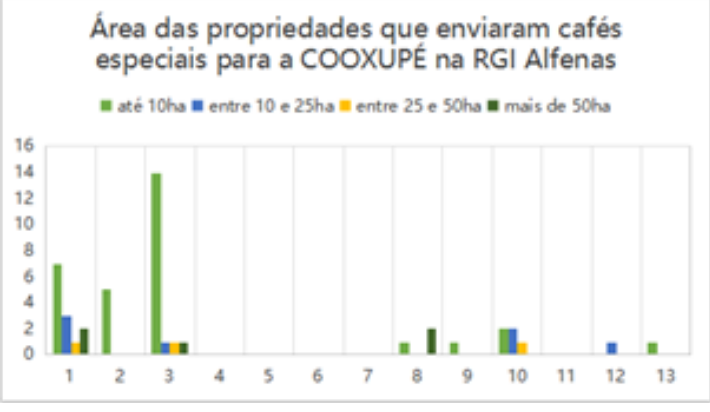
Como vemos Campo do Meio, Campos Gerais, Conceição da Aparecida, Carvalhópolis e Paraguaçu, não tiveram nenhuma participação nesse sentido. Em destaque em marrom escuro no mapa estão os municípios de Areado e Alfenas, que enviaram lotes especiais de 834 e 935 respectivamente. Os demais oscilaram os seus envios entre quantidades próximas de 100 e 400 sacas enviadas. Abaixo também observamos a quantidade de propriedades dentro da região que fizerem os envios (mapa 2):

Mapa 3 - Número de propriedades que enviaram sacas de café especiais para COOXUPÉ



Neste sentido, Alfenas e Areado também são os municípios que mais houveram propriedades cooperadas que enviaram suas sacas especiais, respectivamente 13 e 17 propriedades. Fama, Serrania e Poço Fundo tiveram apenas uma propriedade em cada município, Alterosa, Divisa Nova e Machado, oscilaram entre 4 e 5 propriedades. Nesse sentido também fizemos um breve recorte em relação a área de cada uma, dividindo em até 10 hectares, entre 10 e 25 hectares, 25 a 50 hectares e mais de 50 hectares. No gráfico abaixo os municípios foram numerados, nesse sentido Alfenas (1), Alterosa (2), Areado (3), Campo do Meio (4), Campos Gerais (5), Carvalhópolis (6), Conceição da Aparecida (7), Divisa Nova (8), Fama (9), Machado (10), Paraguaçu (11), Poço Fundo (12) e Serrania (13):

Gráfico 1 - Tamanho das propriedades que enviaram cafés especiais para a COOXUPÉ



Assim observamos que as áreas das propriedades cooperadas, predominam entre os envios as de menos de 10 hectares. Alfenas [1], possui duas apenas com mais de 50, com 60 e 412 hectares. Alterosa possui somente propriedades com até 10 hectares, Areado [3] também predominam propriedades com até 10, somente com uma maior que 50 hectares, com 84. Divisa Nova [8], uma das propriedades não constava área e duas passavam dos 50 hectares, com 235. Machado [10], também não possuía propriedades com mais de 50 hectares, e as categorias até 10 e entre 10 e 15, possui duas propriedades cada. Fama [9], Poço Fundo [12] e Serrania [13], possuem somente uma propriedade cada, a de Poço Fundo está entre 10 e 25, os demais estão na primeira categoria.

Agora considerando os módulos fiscais que são em 26 hectares na maioria dos municípios, com exceção de Carvalhópolis e Poço Fundo, que possuem módulos fiscais de 30 hectares. Ou seja, essas propriedades para

se encaixarem na agricultura familiar esses módulos não podem passar de quatro, assim Carvalhópolis e Poço Fundo podem chegar a 120 hectares e nos demais municípios da região 104 hectares.

Assim, de um total de 47, apenas três propriedades ultrapassam esses valores e não são propriedades familiares, e dessas 31 propriedades possuem até 10 hectares, mostrando que são propriedades pequenas, e que agricultores familiares têm buscado pela especialização, e por meio do processo da mundialização citado anteriormente estar incluídos no agronegócio. Uma vez que as cooperativas independentemente do tamanho ou da ideologia, contribuem para a dinâmica de commodity nacional e internacional, mas ao mesmo tempo deixam o território de atuação mais vulnerável a oscilações (Lemos e Alves, 2023).

4 Considerações finais

Nesse cenário atual, o cooperativismo surge como um importante mecanismo, tendo na Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (COOXUPÉ) seu agente hegemônico, responsável por viabilizar a inserção de produtores locais no competitivo mercado internacional na Região Imediata de Alfenas e no Sul de Minas Gerais de forma bastante efetiva, mesmo com a existência e atuação de outras cooperativas. Ao mesmo tempo que promove profundas contradições, pois o cooperativismo opera sob as regras do capitalismo monopolista global. Ao focar na comercialização de commodities para exportação, o sistema impõe padrões que subordinam o agricultor às oscilações internacionais de preço, e foco na produção do café para gerar valor agregado, em detrimento de uma variedade produtiva.

Ao mesmo tempo, esses agricultores envolvidos, que são em grande parte da agricultura familiar encontraram não somente na cooperativa, mas também na produção dos cafés especiais, formas de se incluírem de maneira mais concreta nas exportações por meio da mundialização, uma vez que esse mercado possui vantagem de melhores preços, ao mesmo tempo que esse agricultor com uma produção menor, torna-se mais acessível ter um manejo mais rigoroso.

Referências

ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura Familiar: Um Estudo de Caso. Revista de Administração IMED, v. 3, n.

3, p. 194–208, 2013.

ALVES, F.D. Mundialização da cafeicultura na região Imediata de Alfenas-MG. Caderno de Geografia, v. 33, n. 1, p. 186, 2023.

BSCA - Associação Brasileira de Cafés Especiais. BSCA 30 Anos Disponível em: <https://bsca.com.br/page/BSCA-30-Anos>. Acesso em: 19 nov 2024.

COOXUPÉ – COOPERATIVA REGIONAL DE CAFEICULTORES DE GUAXUPÉ. Quem Somos. Disponível em: https://www.cooxupe.com.br/exportacao/quem-somos/ Acesso em: 10 ago. 2026

GUIARI, G; ALVES, F.D. A monopolização do território pela cafeicultura: A importância das cooperativas e Pronaf em Campos Gerais-MG. Revista Geográfica Acadêmica, v. 19, n. 1, p. 62, 2025.

GUIARI, G; DIAS, D.A; ALVES, F.D. Trajetória histórico-geográfico da cafeicultura no Sul de Minas: da produção local à agricultura mundial. Revista Campo-Território, Uberlândia, v. 21, n. 62, p. 103–123, 2026. DOI: 10.14393/RCT216281741. Disponível em: https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/81741. Acesso em: 14 ago 2026

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022 Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-populacao-por-idade-e-sexo. Acesso em: 10 ago 2026

LEMOS, T. C. S.; ALVES, F. D. As cooperativas no processo de mundialização da agricultura: a monopolização do território pela COOPFAM em Poço Fundo-MG. Caderno de Geografia, v.33, Número Especial 1, p. 538-563, 2023. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/31325. Acesso em: 10 ago 2026

OLIVEIRA, A. U. A Mundialização da agricultura brasileira. Disponível em: <https://agraria.fflch.usp.br/sites/agraria.fflch.usp.br/files/LIVRO%20%20MUNDIALIZA%C3%87%C3%83O%20pronto.pdf>. Acesso em: 18 jul 2025.

REISDORFER, V. K. Introdução ao Cooperativismo. Disponível em: <https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/413/2018/11/01_introduc_cooperativismo.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2025

SEBRAE. O que são cooperativas. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-sao-cooperativas,c440438af1c92410V

gnVCM100000b272010aRCRD>. Acesso em: 18 jul. 2025.

VILAS BOAS, L.G. A Cafeicultura no Sul de Minas e em Nepomuceno-MG entre as Décadas de 1950 e 1990. Geografia (Londrina), [S. l.], v. 30, n. 1, p. 129–148, 2020. DOI: 10.5433/2447-1747.2021v30n1p129. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/40067. Acesso em: 14 ago. 2026.

Capítulo 7

O desafio da implementação da Educação do Campo em escolas rurais no município de Alfenas-MG

Sandra de Castro de Azevedo
Abigail Bruna da Cruz
Laryssa Lucas Campos Micheline

1 Introdução

A Educação do Campo (EDOC) é uma modalidade de ensino resultante da luta dos movimentos sociais em defesa do acesso à terra e pela reforma agrária. Os espaços rurais que não contam com presença desses movimentos em seus territórios, dificilmente conseguem manter escolas funcionando e quando isso acontece, em sua maioria, o currículo que predomina é o urbano. Esse é o caso das cinco escolas do campo[1] em funcionamento no município de Alfenas (MG). Tendo em vista essa característica, de estarem presentes no espaço rural e possuírem currículo e estrutura urbanizadas, no período entre 2022 a 2024, essas escolas tiveram apoio da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) para aproximarem seus conteúdos à realidade dos alunos e de compreenderem a Educação do Campo como possibilidade.

Antes de tratar dessa experiência, de seus desafios e possibilidades, é importante compreender que, historicamente, o processo de interiorização das universidades públicas possibilitou a transformação da Escola de Farmácia, Odontologia e Enfermagem (EFOA) fundada em 1914, se tornou Universidade Federal de Alfenas em 2005, sendo o curso de Geografia iniciado em 2007. Com o curso de Geografia, os estudos sobre o espaço geográfico, enfatizaram a região onde a universidade está instalada, resultando em uma extensa produção bibliográfica sobre o espaço rural e urbano de Alfenas.

1 A escolha da terminologia "escola do campo" neste capítulo deve-se ao fato do termo "campo" na Geografia representar as materialidades encontradas no espaço rural. Nesse sentido, Zanotto *et. al.* (2019, p. 3) salienta que as "[...] ruralidades e urbanidades são tratadas como conteúdos de construções culturais, e campo e cidade são, portanto, a materialidade/o espaço físico".

A presença da UNIFAL-MG possibilitou que muitas pessoas da classe trabalhadora e moradores do espaço rural, mais especificamente da agricultura familiar, acessassem o ensino superior, algo que durante muito tempo era inimaginável. Pensar e pesquisar o espaço rural tendo seus sujeitos como pesquisadores despertou o interesse em compreender a educação escolar ofertada neste espaço.

As pesquisas sobre a Educação no Espaço Rural que embasam esse capítulo tiveram início por meio da indagação de uma discente da graduação do curso de Geografia Licenciatura, moradora do espaço rural de Alfenas, que desenvolveu uma Iniciação Científica Voluntária (IC) buscando compreender "Qual é a diferença de Educação Rural e Educação do Campo"? Após compreender este questionamento inicial, a discente continuou buscando compreender sua realidade, e propôs uma pesquisa para analisar os conteúdos de geografia trabalhados na escola rural onde a aluna realizou sua formação da educação básica. No decorrer da pesquisa, constatou-se que o currículo desenvolvido nessa instituição estava fortemente pautado numa perspectiva urbanocêntrica. Tal constatação evidenciou o distanciamento entre conteúdos e a realidade vivida pelos alunos da escola em questão, que moram no distrito onde a escola se localiza, e no espaço rural que compõe a região, revelando contradições nesse processo.

Já na pós-graduação surgem novas inquietações buscando entender o surgimento e fechamento de escolas rurais, análise de material didático etc. O interesse dos discentes em compreenderem a Educação do Campo levou a inserção de uma disciplina eletiva no Projeto Pedagógico do Curso de Geografia Licenciatura, "A Educação do Campo na perspectiva do ensino da Geografia", possibilitando o contato dos discentes da graduação com a temática despertando interesse de outros estudantes pela pesquisa sobre as escolas rurais de Alfenas e outros municípios próximos.

Todo este movimento envolvendo a Educação nas Escolas Rurais e o anseio por uma Educação do Campo, despertou o interesse da Associação Mirante, que por meio do financiamento da Eletrobras Furnas e com a articulação com o Instituto E-Fort, coordenou durante os anos de 2022, 2023 e 2024 uma Formação Continuada que foi registrada em formato de projeto de extensão denominado de "O repensar da escola rural: formação em educação do campo na E.M. Orlando Paulino da Costa". Esta formação ocorreu no período de um ano e por meio dela foi possível realizar formações teóricas e também atividades práticas, onde os professores desenvolveram

com seus alunos uma atividade didática partindo da realidade do espaço rural, envolvendo alunos da educação infantil e ensino fundamental.

Durante a realização deste projeto foram realizados eventos em dois sábados letivos, articulados com a Secretaria Municipal de Educação de Alfenas e todos os professores das cinco escolas rurais de Alfenas participaram, despertando o interesse pela Educação do Campo nos profissionais destas escolas.

Esse interesse levou a continuidade do projeto, mas em outro formato, o projeto "Repensar da escola rural: formação em Educação do Campo nas escolas rurais de Alfenas-MG", que trabalhou a Educação do e no Campo na formação continuada de docentes das cinco escolas rurais de Alfenas-MG, sendo elas: E.M. Abrão Adolpho Engel, E.M. Arlindo Silveira, E.M. Nicolau Coutinho, E.M. Orlando Paulino da Costa e E.M. Dr. Fausto Monteiro. Nesse projeto também foi realizada uma formação com os profissionais da Secretaria Municipal de Educação. Esse segundo momento de formação teve duração de 4 meses.

A partir dessas experiências acumuladas ao longo do processo teórico e prático, pode-se identificar desafios para a implementação dessa modalidade educacional neste município. Tendo isso em vista, o desenvolvimento deste capítulo teve como objetivo analisar os principais obstáculos que dificultam a efetivação da EDOC em Alfenas, bem como discutir caminhos e estratégias para sua superação.

2 Os desafios para a implementação da Educação do Campo nas escolas rurais de Alfenas

Os espaços rurais que possuem a Educação do Campo enquanto modalidade de ensino estão, em sua maioria, vinculados aos movimentos socioterritoriais rurais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e a Via Campesina, ou seja, espaços rurais que se consolidaram por meio da luta pela terra e contra o sistema capitalista. Entretanto, esses territórios infelizmente não representam a maior parte do espaço rural brasileiro. De acordo com Caldart (2009, p. 39), a Educação do Campo nasce como uma crítica à sociedade.

> Esta crítica nunca foi à educação em si mesma porque seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que têm consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país. Ou

> seja, precisamos considerar na análise que há uma perspectiva de totalidade na constituição originária da Educação do Campo.

As pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES)[1] conseguem comprovar que o espaço rural de Alfenas é caracterizado pela presença da agricultura familiar bem diversificada e pelo agronegócio. Ou seja, não existe neste espaço rural um questionamento organizado sobre o sistema capitalista, sobre a divisão desigual de terras, aliás, este é um espaço onde a ideologia do agronegócio predomina na prática. Isso pode ser comprovado pela presença de grandes empresas do agronegócio, das cooperativas e no discurso por meio da educação escolar de caráter urbano que está presente neste espaço.

Entre os principais desafios para a implementação da EDOC nas escolas rurais de Alfenas, destaca-se a hegemonia do currículo urbano, que subordina as especificidades do campo a uma lógica educacional homogeneizante. Nota-se que, cada vez mais, as escolas estão se inserindo na racionalidade neoliberal materializada na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ou mesmo na adesão em massa aos materiais didáticos apostilados, os quais tendem a desconsiderar as realidades espaciais dos estudantes do espaço rural.

Durante as pesquisas e da realização do projeto de extensão nas escolas rurais, ficou evidente a necessidade de se considerar o processo de formação dos professores que atuam nessas escolas do município. Parte desses profissionais não teve acesso à formação que tratasse as especificidades do espaço rural, ou sobre os fundamentos da Educação do Campo, e apesar de desenvolver suas atividades neste espaço, muitas vezes não são capazes de considerar as particularidades desse território como elementos de sua prática pedagógica.

O que reforça a necessidade de uma atenção especial para as Escolas do Campo, apesar da Lei N° 4.985, de 4 de Janeiro de 2021 que trata da Estrutura Administrativa do Município de Alfenas, sobre os Cargos em Comissão, apresentar no item "14.6.8. Setor de Educação Campesina (Alfenas, 2021)" foi diagnosticado que não existia uma atuação específica para essas escolas reproduzindo a educação urbana. No momento de realização do projeto a SME designou um funcionário para ser o interlocutor das escolas com o grupo de formação.

Há também a falta de investimento e de manutenção nas escolas do campo, tornando incerto seu pleno funcionamento, justificando

1 https://www.unifal-mg.edu.br/geres/producao-cientifica/.

o fechamento de turnos, nucleação escolar e o mais grave de todos, o fechamento escolar.

Por fim, destaca-se a crescente influência do agronegócio sobre as escolas rurais, através de investimentos em projetos de melhorias de infraestrutura da escola e criação de bibliotecas. Esses projetos apresentam-se como promotores de modernização do campo e salvadores da escola, mas, visam a formação de mão-de-obra especializada, diminuindo a responsabilidade do Estado, transferindo-a para iniciativa privada e reformulando o antigo Ruralismo Pedagógico.

3 Caminhos possíveis para a efetivação da Educação do Campo em Alfenas

Então como implementar a modalidade de Educação do Campo em um espaço como esse? Para tentar responder essa pergunta foram elencados alguns pontos:

1. Ampliar o investimento financeiro para avançar em políticas públicas. Fortalecer na gestão municipal de Alfenas o princípio de educação como direito social e não em seu caráter empresarial, que atua por meio da relação custo-benefício, já que nessa concepção se a escola tem pouco aluno matriculado, ela pode ser fechada e os alunos destinados para outros espaços. Historicamente, o município passou por um amplo fechamento de escolas do campo, Micheline (2023) averiguou a existência de quarenta escolas do campo no município no período de 1922 a 1996, muitas resultado do Ruralismo Pedagógico[2], sendo que apenas cinco delas resistem até os dias atuais. Como fator de fechamento de várias escolas do campo, foi a descentralização dos poderes iniciada por volta de 1990, propiciando a nucleação escolar, além do processo de municipalização de escolas e a inserção do transporte público escolar (Micheline; Azevedo, 2024). No contexto territorial de Alfenas, outro fator determinante para o fechamento e nucleação das escolas isoladas foram as mudanças socioterritoriais advindas do represamento de Furnas;

2 Movimento educacional que tinha como objetivo a domesticação e higienização do homem do campo, além da sua inserção à dinâmica econômica da época, a agroindustrial.

2. Possibilitar aos profissionais das escolas do campo a compreensão do espaço rural de Alfenas e sua influência junto ao espaço urbano. É necessário que este profissional entenda a diversidade deste espaço, sua organização e a sua produção territorial, para a partir disso, reconhecer as contradições desse território. Haja vista, que os alunos são cercados no seu cotidiano tanto pelo modo de produção da agricultura familiar quanto do agronegócio, a forma com que seus professores trabalham com esses temas, pode influenciar diretamente na relação desses sujeitos com a terra;
3. Valorizar os alunos do espaço rural como sujeitos de direitos é uma ação essencial, pois são filhos de agricultores familiares, assalariados rurais e pescadores artesanais, dinâmicas essas que margeiam o espaço rural alfenense. Ou seja, possuem uma relação importante com o espaço rural, o que impacta diretamente no seu modo de vida. Diante deste contexto, os profissionais da educação que atuam nas escolas do campo, precisam conhecer a cultura e os sujeitos destes espaços e propor um ensino que os valorize e valorize seu território, rompendo com a visão dicotômica entre os espaços rurais e urbanos, ou mesmo a visão de que o urbano é um espaço superior ao espaço rural;
4. Os cursos de formação inicial de professores normalmente não abordam de forma aprofundada sobre as escolas do campo, seus sujeitos e suas características (exceto as licenciaturas em educação do campo, indígena e quilombola). Considerando o amplo campo de disputa dos currículos das licenciaturas e a dificuldade de inserir algo tão específico, defendemos que a formação continuada pode ser um importante instrumento de fortalecimento das escolas do campo e em busca de uma Educação do Campo. Entende-se que a formação continuada pode ocorrer inicialmente mediada pelas universidades, por meio de projetos de extensão e cursos de pós-graduação, mas não pode ficar somente na parte teórica, que é muito importante, precisa buscar a práxis, para que os professores possam se apropriar destas teorias. Mas é essencial que os sistemas de ensino estabeleçam momentos de encontros coletivos entre os professores da mesma escola e de diferentes escolas permitindo troca de saberes, experiências, e também dissabores

fortalecendo suas práticas pedagógicas e reivindicações de condições adequadas de trabalho. Para efetivar essas ações é necessário estabelecer um cargo no formato de período integral e de dedicação exclusiva, permitindo que estes profissionais tenham condições financeiras e de tempo de trabalho. Atualmente o município paga o piso salarial aos seus professores e os professores das escolas do campo recebem 30% a mais no salário como garantido pela Lei Municipal Lei Orgânica do Município de Alfenas, o que é uma ação importante, mas não o suficiente;

5. Elaborar materiais didáticos pautados na realidade do espaço rural é urgente. Em 2013, as escolas rurais de Alfenas adotaram os livros do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo), política vigente de 2013 a 2018, que visava a criação e distribuição de livros didáticos diferenciados que considerassem o território dos estudantes das escolas do campo. Apesar da importância dessa iniciativa, devido à crise política vivenciada no período pós-golpe da presidenta Dilma Rousseff, o PNLD Campo foi descontinuado, voltando aos materiais didáticos do PNLD de abrangência geral (Cruz, 2022). Atualmente as escolas do campo utilizam o mesmo material didático das escolas urbanas, a apostila Maxi, que possui um conteúdo pautado no nacional e que não aborda nada específico de Minas Gerais, do Sul de Minas Gerais ou de Alfenas. Essa implementação da apostila ocorreu em 2025, depois da Formação sobre Educação do Campo que ocorreu nas cinco escolas do campo e com os profissionais da Secretaria Municipal de Educação, comprovando que a gestão do município não possui o real interesse em estabelecer uma Educação do Campo, apesar dos professores terem demonstrado interesse em continuar com as atividades que foram iniciadas com o projeto de formação;
6. Estabelecer a multisseriação como um eixo estruturador do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas do Campo no município. Micheline (2026) por meio de análise de dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (Inep), comprova que não existe uma dinâmica específica para a adoção das turmas multisseriadas, sendo elas estabelecidas quando existe pouco alunos, fato que leva ter turma

multisseriada em um ano e não ter no outro. Lazaretti e França (2020, s/p) afirmam que não existe uma "regra específica no território nacional" acerca das turmas multi. Ou seja, a multisseriação é um paliativo quando o objetivo é diminuir os gastos com professores, afinal ao multisseriar as turmas, contratam-se um professor e não dois. Essa instabilidade dificulta o preparo do professor para trabalhar com turma multisseriada, estabelecendo a seriação, dividindo a lousa em dois espaços para trabalhar com os alunos de forma separada. Normalmente é cobrado deste professor dois planejamentos um para cada série, duplicando o trabalho do professor. Com um PPP construído dentro da lógica da multisseriação ela passa a ser a base da organização escolar possibilitando melhores condições de trabalho e valorização da diversidade dos sujeitos no processo de ensino aprendizagem;

7. A efetivação prática do existente Setor de Educação Campesina na Secretaria Municipal de Educação, para ficar atentos e buscar melhoria do transporte escolar, reforma e manutenção na infraestrutura de escolas; organização do calendário escolar que atende os fenômenos climáticos, evitando que os alunos se ausentem vários dias de aulas devido às chuvas e às condições das estradas.

4 Considerações finais

Conclui-se que para haver a implementação da EDOC enquanto modalidade, nas escolas do campo de Alfenas, superando o modelo de ensino urbanocêntrico, é necessário o reconhecimento do poder público sobre as especificidades deste território, para então repensar políticas públicas de acesso à materiais didáticos, de formação inicial e continuada docente. Nesse sentido, a UNIFAL pode contribuir junto às escolas do campo de Alfenas, por meio de projetos de extensão, de produção de pesquisas e também na formação inicial e continuada docente para atendimento dos sujeitos do campo.

Também é necessário o fortalecimento da gestão educacional do município em relação às escolas do campo para que seja oficializada a Modalidade de Educação do Campo, ampliando a oportunidade de acesso a políticas públicas federais.

Referências

ALFENAS (MG). Lei Orgânica do Município de Alfenas (MG) 07 de abril de 1990. Câmara Municipal de Alfenas, 1990. Texto atualizado em 2023. Disponível em: https://alfenas.mg.leg.br/writable/uploads/arquivos/publicacoes/1/92287df1ded3506ed4026c8146ffb1a2.pdf Acesso em: 12 de out. de 2026.

ALFENAS (MG). Lei 4.985 de 04 de Janeiro de 2021. Dispõe sobre a estrutura administrativa do município de Alfenas, sobre os cargos em comissão, dá a nova organização e outras providências. Alfenas, MG, 2021. Disponível em: https://legislacaodigital.com.br/Alfenas-MG/LeisOrdinarias/4985-2021 Acesso em: 12 de out. de 2026.

CALDART, R. S. Educação do campo : Notas para uma análise de percurso . Trab. Educ. Saúde , Rio de Janeiro, v. 7 n. 1, p. 35 64, mar./jun. 2009.

CRUZ, A. B. A educação do campo no município de Alfenas: as concepções docente sobre o uso dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo). 2022.177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas–MG, 2022. Disponível em: https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1983. Acesso em 12 de out. de 2026.

LAZARETTI, L. R.; FRANÇA, M. T. A. "Em terra de cedo quem tem olho é rei": uma análise das escolas multisseriadas no Brasil. 2020. Disponível em: https://feaac.ufc.br/wp-content/uploads/2021/02/texto-multisseriadas-versao-efeito-fixos-28-01.pdf. Acesso em: 13 de out. de 2026.

MICHELINE, L. L. C. A organização político-pedagógica da multisseriação nas escolas do campo: suas contradições e as especificidades do espaço rural. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas–MG, 2026. (No prelo).

MICHELINE, L. L. C. Escolas rurais do município de Alfenas: de onde viemos, onde estamos e o que almejamos? Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação e, Geografia). Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2023. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/geografia/wp-content/uploads/sites/141/2023/11/Trabalho_de_Conclusao_de_Curso___Laryssa_Lucas_Campos_Marcelino_1.pdf2023. Acesso em: 12 de out. de 2026.

MICHELINE, L. L. C; AZEVEDO, S. C. de. Fechamento das escolas

no campo: análise por meio da tríade municipalização, nucleação e transporte público escolar. João Pessoa: Anais do Seminário Internacional de Educação do Campo e Educação em Territórios Rurais: Seminário Nacional de Educação Popular e Movimentos Sociais do Campo: Encontro de Pesquisas e Práticas em Educação do Campo da Paraíba, 2024. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/isiec2024/974184-fechamento-das-escolas-no-campo--analise-por-meio-da-triade-municipalizacao-nucleacao-e-transporte-publico-escol/. Acesso em: 12 de out. de 2026.

ZANOTTO, L.; ALVES, F.D.; SOMMERHALDER. A. Da zona rural à escola urbana: problematizando relações pedagógicas entre professoras e crianças. Roteiro, Joaçaba, v. 44, n. 3, p. 1-20, set./dez. 2019. Disponível em: https://educa.fcc.org.br/pdf/roteiro/v44n3/2177-6059-roteiro-44-03-e17773.pdf. Acesso em: 14 de outubro de 2026.

Capítulo 8

Campesinato, agronegócio e transformações territoriais nas pesquisas do GERES: conflitualidades na produção do espaço agrário sul-mineiro

Rodrigo Giacopini
Gabriela Taíse Poiati Xavier
Marcos Vinícius Bertachi
Leonardo Lencioni Mattos Santos
Estevan Coca

1 Introdução

Reproduzindo a dualidade e conflitualidade que historicamente caracterizam a agricultura no Brasil (Fernandes, 2008; Prado Jr, 2011), o Sul de Minas Gerais possui uma estrutura agrária marcada pela presença do campesinato, atrelado ou não a cadeias globais de valor, e da agricultura capitalista, seja ela expressa pelo latifúndio ou pelo agronegócio que atualmente está amplamente envolto em tecnologias digitais e se desenvolve por meio da financeirização (Coca; Santos, 2025).

Reconhecer os diferentes ritmos e processos pelos quais essa relação se dá, ora gerando complementaridades entre o campesinato e a agricultura capitalista, ora produzindo conflitualidades entre eles, é fundamental nas análises sobre como o desenvolvimento rural do Sul de Minas Gerais tem ocorrido de modo contraditório e desigual.

Com base nessas referências e refletindo sobre os 15 anos do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), vinculado aos cursos de Bacharelado, Licenciatura e Mestrado em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), o presente artigo enfatiza algumas das contribuições desse coletivo de pensamento para a produção de um entendimento crítico sobre os processos de desenvolvimento da agricultura no Sul de Minas Gerais.

As perguntas que orientam o estudo são as seguintes: Como diferentes sujeitos, relações sociais e tecnologias participam da produção e

transformação do espaço agrário sul-mineiro? O que algumas das pesquisas desenvolvidas pelo GERES revelam sobre essas dinâmicas? Situamos como o GERES tem avançado na compreensão de que as transformações do espaço agrário sul-mineiro não correspondem a um processo linear de substituição do campesinato pelo agronegócio, mas resultam da coexistência e da conflitualidade entre diferentes projetos territoriais, formas de trabalho, estratégias de reprodução social e regimes tecnológicos.

O capítulo está organizado em quatro seções, além da presente introdução e das considerações finais, obedecendo à seguinte sequência: descrição sobre a trajetória do GERES na produção de estudos agrários críticos, breve apresentação de resultados de pesquisas que problematizam a terra e o campesinato, o agronegócio e as dinâmicas de trabalho no campo, e a digitalização da agricultura.

2 GERES e questão agrária no Sul de Minas Gerais: 15 anos de pesquisa

A emergência do GERES, em 2011, está relacionada ao processo de interiorização do Ensino Superior no Brasil e à criação dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em Geografia da UNIFAL-MG, em 2007, como parte do Programa Expandir (Azevedo; Coca, 2025). Em uma universidade recém-criada e localizada no interior de Minas Gerais, a consolidação da Geografia implicava também no desafio de construir uma agenda de pesquisa dedicada à compreensão das dinâmicas socioespaciais do Sul de Minas Gerais. É nesse contexto que o GERES se constitui como um espaço coletivo de produção de conhecimento sobre a região, reunindo pesquisadores interessados em diferentes dimensões de sua organização territorial.

No campo dos estudos sobre agricultura, o GERES assumiu, desde sua constituição, uma perspectiva crítica sobre as transformações do espaço agrário regional, investigando as relações sociais, econômicas e territoriais que produzem o Sul de Minas Gerais. Ao longo de seus 15 anos de atuação, essa agenda resultou em centenas de trabalhos, entre artigos publicados em periódicos e anais de eventos científicos, trabalhos de conclusão de curso, relatórios e dissertações, dedicados a diferentes dimensões das dinâmicas agrárias regionais.

Mais do que registrar a importância econômica da agricultura sul-mineira, essas pesquisas compreendem as contradições que acompanham

a expansão do capitalismo no campo, e evidencia os processos de concentração, desigualdade, exploração do trabalho, conflitos territoriais e resistência dos sujeitos do campo.

Essa perspectiva é particularmente relevante em uma região cuja importância para a produção agropecuária brasileira poderia facilmente conduzir a uma análise centrada em indicadores de produtividade, produção e inserção nos mercados.Criado inicialmente como um espaço que reunia pesquisadores vinculados ao eixo de Geografia Humana da UNIFAL-MG, o GERES expressa, em sua trajetória, a unidade na diversidade que caracteriza o conhecimento geográfico.

A ampliação das pesquisas e a consolidação institucional da Geografia na universidade, especialmente após a criação do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), em 2019, contribuíram, entretanto, para a emergência e o fortalecimento de agendas de pesquisa mais específicas. Nesse processo, diferentes pesquisadores passaram a constituir novos grupos e núcleos de pesquisa que, embora desenvolvam identidades próprias, preservam vínculos com a trajetória coletiva e com o legado acadêmico construído pelo GERES.

É nesse sentido que compreendemos a emergência de alguns "filhos" desse coletivo do pensamento. Um exemplo é a criação, em 2022, do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), coordenado e consolidado pelos autores deste trabalho. O NETASA surgiu com o propósito de aprofundar ações de ensino, pesquisa e extensão que já vinham sendo desenvolvidas no âmbito do GERES, particularmente aquelas relacionadas às dinâmicas do campesinato, aos movimentos socioterritoriais, à agroecologia, à soberania alimentar e às transformações contemporâneas do trabalho e da agricultura (Ribeiro *et al.*, 2024).

A trajetória do NETASA, portanto, não representa uma ruptura com o GERES, mas um processo de especialização e desdobramento de uma agenda coletiva construída ao longo de anos. Ao mesmo tempo em que a consolidação de novos grupos expressa a diversificação das pesquisas desenvolvidas na Geografia da UNIFAL-MG, ela também destaca a capacidade do GERES de produzir novas agendas e formar pesquisadores que passam a desenvolver questões específicas a partir de uma base intelectual e institucional comum.

Reconhecendo essa trajetória, na sequência deste capítulo, nos baseamos em pesquisas desenvolvidas por integrantes do GERES e do

NETASA, ao mesmo tempo, sobre três temas que compõem o espaço agrário sul-mineiro: a terra e o campesinato, o agronegócio e as relações de trabalho e a digitalização da agricultura.

3 A terra e o campesinato

A resiliência da questão agrária constitui uma das dimensões centrais das transformações do espaço agrário no Sul de Minas Gerais e, consequentemente, da agenda de pesquisas desenvolvida pelo GERES (Coca; Santos, 2025). Embora a região seja marcada pela presença histórica e contemporânea do agronegócio, sua trajetória também é atravessada por conflitos em torno da apropriação e do uso da terra, bem como pela atuação de movimentos socioterritoriais que constroem alternativas de territorialização camponesa. Entre esses movimentos, destaca-se o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), cuja atuação no Sul de Minas Gerais, há quase três décadas, tem contribuído para processos de luta pela terra e de recampesinização (Bertachi, 2023).

A experiência de Campo do Meio-MG constitui um caso particularmente expressivo para compreender essas dinâmicas. A formação territorial do município está inserida em processos mais amplos de ocupação e apropriação do Sul de Minas, região que, durante os períodos colonial e imperial, se consolidou como importante área de produção e abastecimento de gêneros agropecuários para outras partes do território brasileiro (Andrade, 2008). Em Campo do Meio, esse processo esteve associado à concentração fundiária e à constituição de estruturas de poder econômico e político vinculadas à grande propriedade. Entre os principais agentes dessa dinâmica esteve o coronel Manoel Alves de Azevedo, proprietário de terras e fundador da Usina Ariadnópolis, empreendimento que exerceu importante influência sobre a organização econômica e territorial do município (Bertachi, 2023).

A Usina Ariadnópolis experimentou forte expansão durante a Ditadura Militar, especialmente a partir da implementação do Programa Nacional do Álcool (Proálcool), consolidando-se como importante empreendimento canavieiro regional. Entretanto, as transformações ocorridas no setor a partir do início da década de 1990, associadas ao fim dos subsídios do Proálcool e ao processo de reestruturação produtiva do capital, contribuíram para a crise e posterior falência da usina (Bertachi, 2023).

Esse processo não significou apenas o declínio de uma atividade econômica, mas produziu importantes consequências sociais e territoriais. De um lado, centenas de assalariados rurais permaneceram sem receber vencimentos e direitos trabalhistas; de outro, a falência do empreendimento deixou extensas áreas do latifúndio sem utilização produtiva. A combinação entre a precarização das condições de vida dos trabalhadores, a manutenção da concentração fundiária e a existência de terras ociosas criaram as condições para a emergência de novas formas de luta e territorialização camponesa em Campo do Meio.

É nesse contexto que o MST chega à região, convocado por movimentos sociais e sindicatos para contribuir na busca por alternativas diante da crise. Entre as estratégias adotadas esteve a ocupação das terras consideradas improdutivas. A primeira ocupação ocorreu em 1996, na antiga Fazenda Jatobá, localizada nas proximidades da Usina Ariadnópolis, com a participação de assalariados rurais da região e migrantes. A iniciativa resultou, em 1997, na criação do Assentamento Primeiro do Sul (Lucas; Vale, 2014). Nas décadas seguintes, o movimento ocupou grande parte do território da Fazenda Ariadnópolis, aproximadamente 4.000 hectares, onde foram constituídos onze acampamentos de famílias Sem Terra, posteriormente reunidos sob a denominação Quilombo Campo Grande. A demanda de uma pequena parcela desses camponeses foi atendida quando, em 2014, foi criado o assentamento Nova Conquista, com capacidade para 13 famílias.

A diversidade das trajetórias de origem das famílias ilustram que a formação do campesinato no Quilombo Campo Grande não resulta exclusivamente da permanência de populações rurais tradicionalmente vinculadas à terra. Trata-se, antes, de um processo de recomposição social do campesinato que incorpora diferentes trajetórias de trabalho, migração e urbanização. A composição das famílias Sem Terra presentes nas áreas de Reforma Agrária possui origens em três situações: a) antigos trabalhadores(as) da antiga Usina Ariadnópolis como parte das famílias acampadas; b) migrantes de diversas regiões, que estiveram relacionados à colheita do café no Sul de Minas Gerais; c) famílias oriundas da região metropolitana de Campinas-SP, muitas de regiões periféricas (Bertachi, 2023).

Essas famílias integram processos de recampesinização, entendidos como formas diversas de reconstrução da condição camponesa. Embora esse processo possa ocorrer por diferentes caminhos, um deles corresponde à

chegada de populações urbanas à agricultura, reforçando que a formação ou recomposição do campesinato não resulta necessariamente da permanência de populações tradicionalmente rurais. Conforme destaca Van der Ploeg (2008, p. 26): "a recampesinização surge numa multiplicidade de formas [...]. Ela ocorre, por exemplo, através de um influxo de populações urbanas na agricultura, como é o caso impressionante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Brasil".

A recampesinização observada em Campo do Meio, contudo, não se limita à incorporação de famílias à produção agrícola. A experiência do Quilombo Campo Grande está associada à construção de um projeto territorial mais amplo, que o MST denomina Reforma Agrária Popular (RAP). A RAP representa um salto qualitativo em relação ao paradigma clássico, articulado em quatro dimensões. (i) **Agente propositor:** se no modelo clássico é o Estado quem define os termos da reforma, na RAP é o campesinato organizado em movimentos socioterritoriais que formula e executa o processo. (ii) **Padrão tecnológico:** enquanto o modelo clássico inseria o campesinato no mercado sem romper com os pacotes tecnológicos convencionais, a RAP tem a agroecologia como eixo central. (iii) **Modelo territorial:** unidimensional (economicista) no caso clássico; multidimensional na RAP, abarcando educação, saúde, cultura, relações de gênero e ecologia. (iv) **Relação campo-cidade:** dicotômica ao modelo clássico; dialética na RAP, que reconhece nos trabalhadores urbanos potenciais realizadores e beneficiários desse modelo (Santos, 2023).

Esse deslocamento também opera na identificação do antagonismo de classes: se nos anos 1980 o "inimigo" era o latifundiário improdutivo, hoje é o capital financeiro internacionalizado – Cargill, Monsanto, Bunge – que controla os sistemas alimentares globais. Essa mudança de escala exige da RAP uma resposta igualmente escalar: da luta pela democratização da terra à luta por soberania alimentar e por um novo modelo de desenvolvimento territorial, baseado na agroecologia (MST, 2013).

Em Campo do Meio, as territorialidades identificadas no Quilombo Campo Grande indicam a multidimensionalidade da RAP (Fernandes, 2008). No plano produtivo, a transição agroecológica com 140 variedades de alimentos e mais de 2 milhões de pés de café cultivados sem apoio governamental materializa a soberania alimentar como prática cotidiana, em contraposição deliberada à monocultura do latifúndio circundante. No plano organizativo-político, o coletivo de mulheres Raízes da Terra articula produção de plantas medicinais, formação política e emancipação subjetiva,

e que discute a divisão sexual do trabalho e amplia a participação feminina nos espaços decisórios (Xavier, 2022). No plano educativo-cultural, a Escola Popular Eduardo Galeano, reconstruída após sua demolição, ordenada pelo governo Romeu Zema durante uma reintegração de posse em 2020, opera como espaço de formação integral da comunidade.

A relação campo-cidade se materializa nas feiras agroecológicas realizadas no campus da UNIFAL-MG, na distribuição de 4 toneladas de alimentos nas periferias de Campo do Meio durante a pandemia e na organização das Jornadas Universitárias em Defesa da Reforma Agrária (JURA). Essas ações demonstram que a RAP produz territorialidades que extrapolam os limites físicos do assentamento, disputando o imaginário social sobre o papel do campesinato.

Nesse sentido, a experiência do Quilombo Campo Grande comprova que a questão agrária contemporânea não se reduz à disputa pela propriedade da terra. A conquista e a apropriação do território constituem o ponto de partida para processos mais amplos de recampesinização e construção de autonomia, nos quais estão em disputa os modos de produzir, as relações de trabalho, os sistemas alimentares, as tecnologias e as relações entre campo e cidade. A territorialização camponesa produzida em Campo do Meio expressa a construção de um projeto territorial alternativo ao modelo dominante de desenvolvimento do espaço agrário.

4 Agronegócio e relações de trabalho

Se a seção anterior evidenciou a persistência da questão agrária a partir da luta pela terra e da construção de territorialidades camponesas, as pesquisas desenvolvidas pelo GERES também permitem observar o movimento aparentemente oposto: a consolidação de formas de apropriação do território articuladas ao agronegócio e aos circuitos globais de produção e circulação de commodities. No Sul de Minas Gerais, essa dinâmica encontra na cafeicultura uma de suas principais expressões. A produção de café não apenas constitui uma atividade econômica de grande relevância regional, mas articula o território sul-mineiro a mercados nacionais e internacionais, empresas, instituições financeiras e diferentes agentes envolvidos na cadeia global do café. Essa inserção, entretanto, não ocorre de maneira homogênea e tampouco elimina as contradições presentes nas relações de trabalho que sustentam a competitividade da *commodity*.

Minas Gerais ocupa posição central na produção cafeeira brasileira. Em 2024, o estado possuía aproximadamente 1,37 milhão de hectares plantados com café, consolidando-se como o maior produtor nacional. As regiões Sul e Centro-Oeste de Minas respondiam conjuntamente por 706.392 hectares, aproximadamente 51,5% da área plantada com café no estado, seguidas pelas regiões Zona da Mata, Rio Doce e Central, que somavam 389.082 hectares (2024). A dimensão econômica dessa especialização também pode ser observada pelo Valor da Produção Agrícola (VBP). Em 2024, o VBP da agricultura brasileira alcançou R$ 69,2 bilhões, associado a uma produção de 3.387.724 toneladas e uma área colhida de 1.943.977 hectares. Apenas Minas Gerais respondeu por R$ 35,1 bilhões, aproximadamente 50,77% desse valor (IBGE, 2024)

A cafeicultura sul-mineira é também relevante quando considerada sua inserção nos mercados internacionais. Na safra 2024/2025, o Brasil exportou 45.589 milhões de sacas de 60 kg, equivalentes a aproximadamente 152.938 contêineres de diferentes tipos de café destinados a 115 países, alcançando receita recorde de US$ 14,7 bilhões (CECAFÉ, 2025). No mesmo período, as regiões Sul e Centro-Oeste de Minas Gerais foram responsáveis pela produção de 13,489 milhões de sacas. Associado à soja e ao milho, o café ocupa, portanto, posição estratégica na agricultura de commodities brasileira e contribui para a inserção do Brasil como um dos principais países exportadores do produto, respondendo por aproximadamente 38% da produção global (2025).

Vale ressaltar também, uma das principais características do agronegócio contemporâneo no Sul de Minas: a produção agrícola está fortemente articulada a circuitos que ultrapassam as escalas local e regional. A produção realizada no território sul-mineiro integra redes de comercialização e consumo que conectam agricultores e trabalhadores rurais a empresas, tradings, exportadores, indústrias e consumidores situados em diferentes partes do mundo. A *commodity*, nesse sentido, não constitui apenas um produto agrícola, mas o resultado de relações econômicas, territoriais e sociais que articulam diferentes escalas. A inserção do território nesses circuitos, entretanto, também produz contradições que se expressam de maneira particularmente contundente nas relações de trabalho.

Junto do protagonismo produtivo da cafeicultura brasileira coexiste uma realidade menos visível aos indicadores de produção e exportação: a persistência de formas contemporâneas de exploração do trabalho.

Entre 1995 e 2024, mais de 65 mil trabalhadores foram resgatados de situações de trabalho escravo contemporâneo no Brasil, sendo 1.845 no setor cafeeiro — cerca de 2,8% do total nacional (Brasil, 2025; Santos; de Andrade Júnior; Coca, 2025).

Embora numericamente pequena frente ao conjunto de setores, essa cifra chama atenção por sua distribuição temporal: mais da metade dos resgates do setor (1.033 trabalhadores) concentrou-se entre 2018 e 2024, período de forte expansão da produção e de consolidação da inserção internacional do café brasileiro. A persistência, e mesmo intensificação relativa, desses casos justamente no momento de maior sofisticação produtiva e comercial do setor é o que torna o dado relevante, não seu peso proporcional no total nacional de resgates.

Em 2024, ano em que a cafeicultura alcançou elevados níveis de produção e comercialização no mercado internacional, foram resgatados 226 trabalhadores submetidos a condições de trabalho análogas às de escravo no cultivo do café, dos quais 144 em Minas Gerais, estado que concentra a maior parte da produção cafeeira nacional (Brasil, 2025). Essa concentração acompanha, em certa medida, o próprio peso produtivo do estado, o que impõe cautela na leitura do dado isoladamente. Ainda assim, a persistência desses casos em um ano de desempenho econômico elevado para a cadeia produtiva do café sugere que a competitividade da commodity não pode ser compreendida exclusivamente a partir de indicadores de produtividade, produção e exportação porque ela convive, sem contradição aparente nos próprios indicadores setoriais, com formas extremas de exploração do trabalho. É necessário um olhar sistêmico crítico para além da razão econômica.

Os trabalhadores resgatados no campo brasileiro remontam como as relações de classe se articulam através das dimensões de raça, gênero e origem territorial. Predominam entre eles homens jovens, negros e com baixa escolarização. Também é significativo o peso dos trabalhadores migrantes, frequentemente recrutados em regiões marcadas por maiores níveis de vulnerabilidade socioeconômica, como o Norte de Minas Gerais e o Vale do Jequitinhonha (Brasil, 2025; Santos; de Andrade Júnior; Coca, 2025).

A mobilidade desses trabalhadores conecta, assim, diferentes territórios dentro do próprio estado de Minas Gerais: regiões com menor disponibilidade de oportunidades de trabalho tornam-se espaços de recrutamento de uma força de trabalho temporariamente deslocada

para áreas de maior dinamismo da agricultura comercial. A experiência da cafeicultura sul-mineira permite compreender, desse modo, uma contradição central do agronegócio contemporâneo. A mesma cadeia produtiva que apresenta elevados níveis de produção, amplia suas exportações e contribui para a inserção do Brasil nos mercados globais pode reproduzir relações de trabalho marcadas por vulnerabilidade e exploração.

Essa contradição também permite retomar o argumento desenvolvido na seção anterior. Enquanto a territorialização camponesa observada no Quilombo Campo Grande está associada à luta pela terra, à recampesinização, à agroecologia e à construção de formas de autonomia, a territorialização do agronegócio cafeeiro está fortemente vinculada à especialização produtiva, à inserção em circuitos globais e à articulação com mercados e agentes externos ao território. São, portanto, projetos territoriais que se relacionam de maneiras distintas com a terra, o trabalho e os mercados.

Essa oposição, contudo, não deve ser entendida de maneira simplificada. O agronegócio não constitui um bloco homogêneo, assim como o campesinato tampouco corresponde a uma categoria social internamente uniforme. A cafeicultura sul-mineira envolve diferentes escalas de produção, formas de organização do trabalho e graus de inserção nos mercados. A análise dos circuitos globais da cafeicultura também permite deslocar a compreensão da questão agrária para além da propriedade da terra. A disputa pelo território envolve igualmente o controle sobre o trabalho, os mercados, as tecnologias, os fluxos de informação e os mecanismos de coordenação das cadeias produtivas. Se a concentração fundiária permanece uma dimensão fundamental da questão agrária, as transformações recentes do agronegócio fazem com que outras formas de controle territorial adquiram crescente importância.

5 Agricultura digital, informação e novas formas de controle territorial

A inserção do agronegócio sul-mineiro nos circuitos globais de produção e comercialização, discutida na seção anterior, não se realiza apenas por meio da circulação de mercadorias, capitais e força de trabalho. Cada vez mais, ela envolve também a circulação de informações, dados e tecnologias. A expansão do uso de tecnologias digitais no campo reconfigura, nesse sentido, dinâmicas produtivas, territoriais e socioeconômicas do

agronegócio brasileiro. No Sul de Minas Gerais, onde a cafeicultura ocupa posição central na organização do espaço agrário e está fortemente articulada aos mercados nacionais e internacionais, esse processo assume particular relevância.

A Agricultura Digital (FAO, 2019) envolve mais do que a modernização dos instrumentos utilizados na produção. Ela modifica a maneira como informações são produzidas, armazenadas, processadas e utilizadas para orientar decisões. Sob essa perspectiva, a digitalização pode ser compreendida como parte de uma transformação mais ampla das relações entre território e capital, na qual diferentes lugares passam a ser conectados por redes informacionais e produtivas que operam simultaneamente em escalas locais, regionais, nacionais e globais.

Essa articulação multiescalar pode ser observada na constituição de um Sistema Regional de Inovação (Mesquita; Fernandes, 2026) associado ao agronegócio no Sul de Minas Gerais. Empresas e instituições como Ipanema Coffees®, COFCO International Brasil®, Adecoagro®, John Deere Brasil®, SENAR®, Cyan Agroanalytics® e Solinftec® participam, de diferentes maneiras, da difusão de tecnologias digitais e da produção, circulação e utilização de informações no território. Esses agentes não atuam de forma isolada. Suas tecnologias e serviços conectam produtores, máquinas, lavouras, empresas e mercados a redes informacionais que operam em diferentes escalas.

O Sul de Minas Gerais também demarca como uma tecnologia apresentada em espaços nacionais de difusão e comercialização, a exemplo da Agrishow, em Ribeirão Preto, São Paulo, pode ser rapidamente incorporada às práticas produtivas locais. A inovação, portanto, não permanece restrita ao espaço de sua produção ou divulgação: ela é incorporada ao território e passa a reorganizar práticas concretas de produção agrícola.

As tecnologias identificadas no Sul de Minas Gerais também revelam diferentes formas de articulação entre as escalas local e global. O uso de RFID pela CofcoAgri® conecta o armazenamento local do café a exigências logísticas de mercados internacionais. As plataformas de inteligência climática da Cyan Agroanalytics® utilizam dados provenientes de redes globais de satélites. Os sistemas embarcados nas máquinas da John Deere® dependem de infraestruturas informacionais desenvolvidas e operadas em escala global. Adecoagro® e Ipanema Coffees® utilizam sistemas de monitoramento integrado capazes de articular informações agrícolas e industriais em tempo real, enquanto o SENAR® participa da

digitalização da mediação social e da difusão de conhecimentos técnicos. A Solinftec®, por sua vez, amplia o monitoramento de máquinas, operadores e fluxos produtivos, confirmando que a lavoura se transforma também em espaço de produção contínua de dados.

Esse processo compreende empiricamente que, se a agricultura de precisão esteve inicialmente associada à capacidade de localizar e medir diferenças dentro da área cultivada, a expansão dos sistemas digitais amplia a capacidade de transformar essas informações em recomendações e decisões. Dados produzidos localmente são processados por sistemas e plataformas externos ao território produtivo e convertidos em orientações sobre irrigação, adubação, monitoramento climático, deslocamento de máquinas e organização das atividades agrícolas. Desse modo, conhecimentos anteriormente baseados em experiências e saberes situados passam a coexistir e, em determinados contextos, a competir com recomendações produzidas por sistemas algorítmicos (Silva, 2024).

Assim, a produção realizada no território sul-mineiro passa a gerar informações que são coletadas, transmitidas, armazenadas e processadas por infraestruturas que estão localizadas fora dele. O território agrícola torna-se, simultaneamente, espaço de produção de mercadorias e espaço de produção de dados, uma transformação relacionada às mudanças mais amplas nas formas de organização do trabalho. A expansão do trabalho remoto, da terceirização e de formas flexíveis de contratação também alcança as atividades associadas à agricultura digital. Programadores, analistas de dados, técnicos de suporte e outros trabalhadores vinculados às infraestruturas digitais participam dos processos agrícolas sem necessariamente estar fisicamente presentes no território onde ocorre a produção. Ao mesmo tempo, discursos associados ao empreendedorismo e à flexibilização deslocam para os trabalhadores parte dos riscos e responsabilidades anteriormente associados às empresas.

A digitalização também introduz uma dimensão particularmente relevante para a compreensão da questão agrária contemporânea: a transformação dos dados em ativo estratégico. Terra, trabalho e capital continuam sendo elementos fundamentais da produção agrícola, mas passam a coexistir com informações capazes de orientar decisões e organizar processos produtivos. Dados sobre clima, solo, produtividade, máquinas, trabalhadores e lavouras são utilizados para produzir novos conhecimentos e formas de gestão, mas também ampliam a dependência dos agentes locais

em relação às plataformas e infraestruturas tecnológicas controladas por empresas externas ao território.

Nesse sentido, a digitalização do agronegócio no Sul de Minas Gerais constitui um processo em aberto e em disputa. Ao mesmo tempo em que reforça estruturas econômicas e territoriais preexistentes, cria novas possibilidades de organização da produção e novas formas de dependência, controle e conflito. Compreender esse processo exige, portanto, observar não apenas as tecnologias e empresas que chegam ao campo, mas também os sujeitos que as utilizam, aqueles que permanecem à margem de sua incorporação e aqueles que podem construir formas alternativas de apropriação tecnológica. As vozes dos trabalhadores rurais, das comunidades camponesas e dos agricultores familiares são fundamentais para compreender essas disputas, justamente porque os territórios digitais do agronegócio não são espaços neutros: são territórios produzidos por relações sociais, econômicas e políticas e, como tais, permanecem sujeitos à conflitualidade.

6 Considerações finais

O GERES produz conhecimento sobre diversos subcampos da Geografia, a exemplo da Geografia Urbana, Geografia da População, Geografia Econômica e Ensino de Geografia. A Geografia Agrária tem sido um dos principais eixos de atuação desse coletivo do pensamento, destacando um conjunto de conflitos e contradições que caracteriza o campo no Sul de Minas Gerais.

Nesse trabalho, de maneira bastante direta e resumida, baseamo-nos em pesquisas desenvolvidas pelos autores para abordar eixos pelos quais essas pesquisas desenvolvidas pelo GERES se classificam: terra e campesinato, agronegócio e trabalho e tecnologias digitais. Mesmo sem ter espaço para abordar esses temas com a profundidade que eles merecem, o trabalho indicou que o GERES tem avançado na definição de um contexto de rápidas mudanças e é eivado de conflitos na agricultura do Sul de Minas Gerais. A agricultura capitalista avança de maneiras diversas, dentre outras, por meio do controle sobre o trabalho (até mesmo utilizando a escravidão contemporânea), da participação em cadeias globais de valor e da utilização de modernas tecnologias digitais. Contudo, isso não se dá de modo linear, haja vista que o campesinato resiste por meio da luta

pela terra e da proposição de um modelo de desenvolvimento baseado nas justiças social e ambiental.

Declaração sobre o uso de inteligência artificial

O ChatGPT, versão GPT-5.6 Luna, desenvolvido pela OpenAI, foi utilizado como ferramenta de apoio à organização, à revisão linguística e ao aprimoramento da redação deste texto. A ferramenta também foi utilizada para auxiliar na estruturação de argumentos e na identificação de possibilidades de articulação entre diferentes partes do manuscrito. A seleção e verificação das fontes, a análise dos dados, a interpretação dos resultados e as decisões relativas ao conteúdo, aos argumentos e às conclusões são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Referências

ANDRADE, Marcos Ferreira. **Elites regionais e a formação do Estado Imperial Brasileiro. Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008.

AZEVEDO, Sandra de Castro de; COCA, Estevan. Desafios e contribuições da descentralização da Pós-Graduação no Brasil: os impactos socioespaciais do PPGEO/UNIFAL-MG. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 21, n. 46, p. 1–29, 2025.

BERTACHI, Marcos Vinícius. **A Questão Agrária no Sul de Minas Gerais: A luta pela terra em Campo do Meio-MG**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2023.

BRASIL. Radar SIT: Painel de Informações e Estatísticas da Inspeção do Trabalho no Brasil. *In*: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. 2025. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/servicos/acessar-radar-sit?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 8 nov. 2026.

CECAFÉ - CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL. Exportação de café do Brasil tem receita recorde de US$ 14,7 bilhões na safra 2024/25. *In*: CECAFÉ. 2025. Disponível em: https://www.cecafe.com.br/publicacoes/noticias/cecafe-exportacao-safra-2024-25-20250716/?utm_source=chatgpt.com. Acesso em: 16 jul. 2025.

COCA, Estevan; SANTOS, Adriano. **Questão agrária e agroecologia**

no Sul e Sudoeste de Minas Gerais. Alfenas: AGB Alfenas, 2025.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Acompanhamento da safra brasileira de café: safra 2025, 1º levantamento**. Brasília: [*s. d.*], 2025.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In*: BUAINAIN, A. M. ET AL (ORGS.). LUTA PELA TERRA, REFORMA AGRÁRIA E GESTÃO DE CONFLITOS NO BRASIL. Campinas: Unicamp, 2008. p. 173–224.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO). **Digital Techonologies in Agriculture and Rural Areas. Status Report**. Rome: FAO, 2019. Briefing Paper.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Produção Agrícola Municipal: culturas temporárias e permanentes**. Rio de Janeiro: [*s. d.*], 2024.

LUCAS, Kelson Serafini; VALE, Ana Rute. Assentsamento Primeiro do Sul: passado de luta, presente de resistência e futuro de incertezas. **Geografia Ensino & Pesquisa**, [*s. l.*], v. 18, n. 1, p. 7–22, 2014.

MESQUITA, Fernando Campos; FERNANDES, Ana Cristina de Almeida. O regional no sistema regional de inovação: uma proposta de conceitualização em contextos periféricos. **Nova Economia**, [*s. l.*], v. 36, n. 01, p. e8841, 2026.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM-TERRA (MST). **Programa Agrário do MST. Lutas, construir Reforma Agrária Popular!**. [*S. l.*]: [*s. d.*], 2013.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIBEIRO, Maria *et al.* Trabalho, agroecologia e soberania alimentar no Sul de Minas Gerais: relatos de algumas experiências do NETASA-UNIFAL-MG. **Cadernos de Agroecologia**, [*s. l.*], v. 19, n. 1, p. 1–6, 2024.

SANTOS, Leonardo Lencioni Mattos. **Territorialidades camponesas e reforma agrária popular em Campo do Meio-MG**. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2023.

SANTOS, Adriano Pereira; DE ANDRADE JÚNIOR, José Roberto Porto; COCA, Estevan. Escravidão contemporânea no café de Minas

Gerais: degradação e superexploração do trabalho no capitalismo dependente. [*s. l.*], 2025. Disponível em: https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.16291.

SILVA, Rodrigo de Paulo Souza e. **A Agricultura Digital como Territorialidade do Agronegócio na Região Geográfica Imediata de Alfenas-Mg (2011-2023).** 2024. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2024 .

VAN DER PLOEG, Jan Douwe. **Camponeses e Impérios Alimentares; lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalicação**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2008.

XAVIER, Gabriela Taíse Poiati. **Mulheres na questão agrária: um estudo sobre o coletivo "Raízes da Terra" do Acampamento Quilombo Campo Grande, Campo do Meio-MG. 2022**. 163 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2022.

PARTE II

DINÂMICAS URBANAS, REDES DE CIDADESE REESTRUTURAÇÃO REGIONAL

Capítulo 9

A Rede Urbana na Região de Alfenas: uma análise da produção científica do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais entre 2011-2026 (GERES)

Clara Ribeiro Silva[1]

1 Introdução

A rede urbana brasileira apresenta, desde sua gênese, uma formação espacial e temporal desigual, marcada pela extensão territorial do país e pela ocorrência de processos de urbanização em diferentes períodos históricos. Sua constituição remonta ao século XVI, quando os primeiros núcleos urbanos se concentravam predominantemente na faixa litorânea, passando posteriormente por sucessivos processos de expansão territorial, crescimento populacional e formação de novos centros urbanos, sobretudo a partir do final do século XIX e ao longo do século XX (Corrêa, 1994). Nesse processo, a organização da rede urbana brasileira acompanhou as transformações econômicas, políticas e sociais que redefiniram as relações entre cidades e regiões, produzindo diferentes formas de articulação, hierarquia e centralidade.

No contexto do Sul de Minas Gerais, a formação da rede urbana apresenta particularidades associadas à constituição histórica e espacial de seus centros urbanos e às relações estabelecidas entre eles. Considerando a periodização espacial (Corrêa, 2018)[2], a expansão da rede ferroviária, especialmente a partir do final do século XIX, contribuiu para ampliar a articulação comercial da região com importantes centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro, favorecendo a consolidação de novas centralidades e a integração de diferentes áreas do território sul-mineiro (Branquinho; Silva, 2021). Ao longo do tempo, sobretudo a partir da década de 1960, essas relações foram transformadas pelas mudanças nas

1 Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ).

2 "A organização do espaço, por se constituir em uma dimensão da sociedade, pode ser periodizada, construindo-se seus tempos históricos, seus períodos" (Corrêa, 2018, p. 32).

atividades econômicas, na infraestrutura de transportes e comunicação, na divisão territorial do trabalho e na oferta diferenciada de comércio e serviços.

Nesse contexto, Alfenas constitui um importante centro urbano (Centro Sub-regional A)[1] para a compreensão da organização territorial do Sul de Minas Gerais. Sua posição regional, associada à concentração de atividades agrícolas, industriais, comerciais, serviços especializados, instituições de ensino superior e equipamentos de saúde, que contribui para a produção de fluxos e interações espaciais com municípios de diferentes portes. A cidade, portanto, constitui um importante objeto para compreender não apenas sua própria dinâmica urbana, mas também as relações estabelecidas com as cidades pequenas e médias de seu entorno e com centros regionais situados em outras escalas da rede urbana.

A partir dessa perspectiva, compreender a rede urbana da região de Alfenas implica considerar que sua configuração não resulta exclusivamente da posição hierárquica ocupada pelos diferentes centros urbanos. É necessário observar os processos históricos, econômicos e sociais que produziram essas relações, os agentes envolvidos, os fluxos estabelecidos entre os municípios e as diferentes funções desempenhadas pelas cidades.

É nesse quadro que se insere a atuação do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), vinculado ao curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Ao longo de seus quinze anos de trajetória, o grupo consolidou uma produção científica voltada à compreensão das dinâmicas territoriais, regionais e socioespaciais, com especial atenção ao Sul de Minas Gerais. Suas pesquisas abrangem diferentes dimensões da realidade regional e estão organizadas em cinco linhas de investigação: Organização e Dinâmica do Espaço Agrário; Produção do Espaço Urbano; Abordagens Teórico-Metodológicas em Geografia Humana; Dimensões Político-Culturais; e Ensino de Geografia.

Entre essas linhas, destaca-se a *Produção do Espaço Urbano*, na qual se inserem estudos relacionados às cidades pequenas e médias, à urbanização, à centralidade, às relações entre campo e cidade, ao comércio e aos serviços, às transformações econômicas e às diferentes formas de articulação territorial.

Diante disso, este capítulo tem como objetivo analisar a produção científica do GERES relacionada aos estudos urbanos sobre cidades

1 Classificação da cidade de Alfenas de acordo com a pesquisa "Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017" (IBGE, 2017).

pequenas e médias do Sul de Minas Gerais, buscando identificar e discutir suas contribuições para a compreensão da rede urbana regional, com especial atenção à Região Geográfica Imediata de Alfenas.

Parte-se das seguintes questões: como a rede urbana e a organização espacial das cidades pequenas e médias do Sul de Minas têm sido abordadas nas pesquisas desenvolvidas pelo GERES? Quais cidades, relações e temáticas constituem os principais objetos dessas investigações? E quais dimensões de análise da rede urbana são abordadas nessa produção?

Para responder a essas questões, foi realizado um levantamento e uma análise qualitativa sobre a produção científica do GERES, buscando identificar trabalhos que apresentassem relação com a temática da rede urbana. O levantamento inicial reuniu publicações localizadas a partir de buscas no Portal de Periódicos da CAPES e de procedimentos complementares de identificação da produção vinculada ao GERES e à UNIFAL-MG, considerando o período de 2011 a 2026. Foram utilizadas palavras-chave relacionadas a: rede urbana, GERES, UNIFAL-MG, Região Geográfica Imediata de Alfenas, Sul de Minas, além de termos e autores associados à organização e dinâmica urbana da região. Entre os 72 trabalhos analisados, 12 correspondem especificamente às pesquisas sobre a Rede Urbana na Região de Alfenas.

A análise qualitativa fundamenta-se nas proposições de Corrêa (1994, 2018) sobre a rede urbana e as dimensões de análise das redes geográficas (espacial, organizacional e temporal).

Dessa forma, este capítulo está estruturado para além desta introdução, os procedimentos metodológicos empregados no levantamento e na análise da produção científica do GERES. Em seguida, na seção de Resultados e Discussão, apresentam-se os 12 trabalhos selecionados, organizados em quatro eixos temáticos que evidenciam a diversidade das abordagens do grupo. Por fim, são tecidas as considerações finais.

Com essa estrutura, este trabalho busca contribuir para uma leitura da produção científica do GERES a partir de sua própria trajetória, articulando os estudos desenvolvidos pelo grupo às transformações da rede urbana no Sul de Minas Gerais. Ao sistematizar essa produção, pretende-se evidenciar o papel da Universidade Federal de Alfenas na construção do conhecimento sobre as dinâmicas urbanas e regionais, bem como demonstrar de que maneira as pesquisas do GERES têm contribuído para compreender a complexidade das relações entre cidades, regiões e diferentes escalas de articulação territorial.

2 Metodologia

A metodologia utilizada para essa investigação pode ser explicada por meio de dois procedimentos realizados: levantamento bibliográfico e análise qualitativa. O primeiro, a partir da definição de questões objetivas, teve como procedimento a pesquisa por meio de palavras-chave no Portal de Periódicos da CAPES. Para Lencioni e Trindade Jr. (2024), quando a pesquisa é orientada por palavras-chave, a investigação torna-se mais produtiva. Além das palavras associadas à temática, pesquisou-se também autores conhecidos e lugares, como exemplo, os docentes integrantes do GERES: Prof. Dr. Flamarion Dutra Alves, Prof. Dr. Evânio dos Santos Branquinho, Profª Drª Ana Rute do Vale, Profª Drª Sandra de Castro de Azevedo, Prof. Dr. Alexandre Carvalho de Andrade, e por se tratar de uma pesquisa socioespacial, lugares como: Universidade Federal de Alfenas, Região de Alfenas, Região Geográfica Imediata de Alfenas e Sul de Minas, também foram referências fundamentais.

Após a etapa inicial de levantamento, foram aplicados critérios de inclusão e exclusão relacionados à vinculação dos trabalhos ao GERES, ao recorte espacial do Sul de Minas e, especialmente, à presença de discussões relacionadas às cidades pequenas e médias, à organização urbana, às interações espaciais, à centralidade, aos fluxos, ao comércio e aos serviços. Esse procedimento resultou na seleção de 72 trabalhos diretamente relacionados aos estudos urbanos sobre cidades pequenas e médias do Sul de Minas. A leitura e análise desse conjunto permitiu identificar 28 trabalhos que apresentavam relações, diretas ou indiretas, com a temática da rede urbana.

A partir desse segundo conjunto, foi realizada uma nova etapa de seleção, orientada pelos objetivos específicos desta análise qualitativa. Considerando a necessidade de aprofundar a discussão e de estabelecer um diálogo sistemático com as proposições de Corrêa (1994, 2018), foram selecionados 12 trabalhos, entre artigos científicos, capítulos de livros e trabalhos de conclusão de curso, que apresentaram elementos suficientes para uma análise mais detalhada das relações e processos associados à rede urbana (Tabela 1).

Tabela 1 – Trabalhos do GERES sobre Rede Urbana na Região de Alfenas (2011 – 2024).

	TITULO	AUTORES	TIPO E ANO
1	O território municipal e a competitividade entre cidades como atrativos corporativos: a perversidade dos incentivos fiscais	Liska e Branquinho	Trabalho de Conclusão de Curso – Geografia UNIFAL-MG (2011)
2	O cluster do café nas microrregiões de Alfenas e São Sebastião do Paraíso, mg: possibilidades e alternativas para o desenvolvimento regional	Mina, Alves, Resende e Oliveira	Artigo – VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional. Rio Grande do Sul (2013)
3	Mercado de trabalho nos pequenos municípios e polarização regional: uma análise sobre Divisa Nova e Alfenas, no Sul/Sudoeste de Minas"	Moura e Vale	Artigo – Espaço em Revista (2018)
4	Relações de trabalho e precarização na indústria têxtil de Paraguaçu-MG: o caso da produção de ternos	Esteves e Alves,	Artigo – Revista Pegada (2020)
5	(Re)estruturação das cidades médias do Sul de Minas Gerais: uma análise morfofuncional comparativa de Alfenas e Poços de Caldas	Branquinho e Silva	Artigo – Revista Caderno de Geografia (2021)
6	A Universidade e as Dinâmicas Socioespaciais em Uma Cidade Média: O Caso da UNIFAL-MG, em Alfenas, Minas Gerais	Figueiredo, Andrade e Alves	Artigo – Revista Geoaraguaia (2022)
7	Cafeicultura e especialização produtiva nas pequenas cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG: dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território	Correia e Freire	Capítulo de livro – A interface rural-urbana nas cidades pequenas do Sul de Minas Gerais (Org. alves) (2023)
8	As cidades médias e os consumos produtivos do agronegócio: o caso de Alfenas e Campos Gerais	Correia, Freire e Alves	Artigo – Revista Territorium Terram (2023)

	TITULO	AUTORES	TIPO E ANO
9	Geografia e redes urbanas: uma análise sobre o mercado de trabalho feminino de Divisa Nova - MG e migrações pendulares de mulheres divisa-novenses à Alfenas - MG	Raimundo	Capítulo de livro – A interface rural-urbana nas cidades pequenas do Sul de Minas Gerais (Org. alves) (2023)
10	A cidade pequena e sua relação com a cidade média: o caso da cidade pequena de Paraguaçu-MG no contexto da globalização	Silva e Azevedo	Capítulo de livro – A interface rural-urbana nas cidades pequenas do Sul de Minas Gerais (Org. alves) (2023)
11	Da diversidade alimentar a commodity do café: a monopolização dos agricultores familiares na Região Imediata de Alfenas, sul de Minas Gerais – Brasil	Alves	Capítulo de livro - Sociedade, território e ambiente: estudos da geografia sul-mineira (Org. Alves) (2024)
12	Alfenas e sua Região Imediata: dinâmicas e polarizações no Sul de Minas Gerais	Branquinho	Artigo – Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (2024)

Fonte e elaboração: Autora.

Destes trabalhos selecionados, pode apontar que mais da metade são produções de artigos (7), sendo cinco publicações em revistas científicas e dois em eventos acadêmicos, como seminário e congresso. Os demais trabalhos fazem parte de capítulos de livro, sendo três do livro *A interface rural-urbana nas cidades pequenas do Sul de Minas Gerais*, publicado no ano de 2023, e um no livro *sociedade, território e ambiente: estudos da geografia sul-mineira*, de 2024. Apenas um é Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de 2011, no curso de Geografia da UNIFAL-MG.

A segunda, a análise qualitativa, está relacionada aos aspectos de interpretação e análise, do qual, adota-se como referência a concepção de rede urbana. De acordo com Corrêa (1994, 2005) a *rede urbana* pode ser compreendida como um conjunto de centros urbanos funcionalmente articulados entre si, por meio de diferentes fluxos e interações sociais espacializadas. Constituída historicamente como um produto social, a rede urbana desempenha papel fundamental na articulação da sociedade em determinada porção do espaço, garantindo condições para sua existência

e reprodução. Dessa forma, as redes urbanas apresentam diferentes configurações, que variam conforme o padrão espacial, a complexidade funcional dos centros e o grau de articulação interna e externa estabelecido entre eles

Partindo dessa perspectiva, a análise dos trabalhos baseou-se nos referenciais de Corrêa (1994, 2018), sobre tudo as chamadas As *dimensões de análise*, presentes na obra *Caminhos Paralelos e Entrecruzados* (Quadro 1).

Quadro 1 – As dimensões de análise (Corrêa, 2018)

a) Dimensão Organizacional	*Agente sociais, a origem da rede, a função, a existência, construção, formalização e organicidade;*
b) Dimensão Temporal	*Duração, velocidade dos fluxos e frequência;*
c) Dimensão Espacial	*Escala, forma espacial e conexões.*

Fonte: Corrêa, 2018. Elaboração: Autora.

Essas dimensões constituem categorias analíticas que permitem identificar quais aspectos da rede urbana são mobilizados e quais dimensões aparecem com maior ou menor recorrência no conjunto da produção analisada.

A primeira dimensão, *(a) Dimensão Organizacional* considera os agentes sociais (Estado, empresas, instituições e grupos sociais), a origem (planejada ou espontânea), a função (realização, suporte), a finalidade (dominação, acumulação, solidariedade), a existência (virtual ou real), construção (material ou imaterial), a formalização (formal ou informal), a organicidade (hierarquia e complementaridade).

A segunda, *(b) Dimensão Temporal*, apresenta a dimensão acerca do conhecimento da duração (longa, curta), a velocidade dos fluxos (lenta, instantânea), e a frequência (permanente, ocasional ou periódica).

A terceira, *(c) Dimensão Espacial intra e inter-regional,* concentra-se nas conexões e fluxos entre cidades e regiões, incluindo pessoas, mercadorias, capitais, informações e serviços, bem como relações de polarização, dependência, complementaridade e competição.

Assim, essas três dimensões servirão de base para analisar quais aspectos da rede urbana de Alfenas foram abordados nos trabalhos

selecionados, considerando que elas se constituem, em realidade, em "uma proposição para o estudo de dada rede geográfica" (Corrêa, 2018, p. 55).

Cabe ressaltar que a análise não busca uma categorização rígida nem pretende enquadrar cada artigo em uma única classificação, mas sim identificar as diferentes dimensões da rede urbana mobilizadas pelos pesquisadores. Um mesmo trabalho, portanto, poderá ser associado a duas ou mais dimensões, a depender dos elementos identificados durante a leitura do seu conteúdo.

A seguir, serão apresentados os resultados dessa análise sistematizada, evidenciando as múltiplas dimensões que caracterizam a rede urbana da região de Alfenas.

3 Resultados

Após a leitura dos trabalhos vinculados ao Grupo de Estudos Regionais e Espaciais (GERES), contemplando seus objetivos, referenciais teórico-metodológicos, recortes empíricos e principais resultados, foi possível mobilizar as três dimensões analíticas propostas por Corrêa (2018) *espacial, organizacional* e *temporal*, o que permite estruturar os trabalhos do grupo em quatro eixos temáticos integradores:

1. Dinâmicas Produtivas, Agronegócio e Consumos Regionais;
2. Relações Interurbanas, Centralidade e Apropriação do Espaço Cotidiano;
3. Hierarquia Urbana, Cidades Médias e Cidades Pequenas;
4. Políticas Públicas, Ação Estatal e Competitividade Territorial.

Esses eixos revelam como os estudos convergem para a interpretação da rede urbana de Alfenas e do Sul de Minas a partir de diferentes escalas, agentes e dinâmicas territoriais

3.1 Dinâmicas produtivas, agronegócio e consumos regionais

Este eixo reúne as investigações que analisam como a modernização agropecuária, sobretudo a cafeicultura, reestrutura a rede urbana regional, transformando as cidades em suportes operacionais e de gestão territorial do campo. São os trabalhos de Mina et al. (2013), Correia e Freire (2023), e Correia, Freire e Alves (2023), e Alves (2024).

Mina et al. (2013) revelam que a integração das microrregiões de Alfenas e São Sebastião do Paraíso aos mercados globais opera sob o domínio de grandes cooperativas (COOXUPÉ, COOPARAÍSO) e agroindústrias, expondo como a divisão territorial do trabalho subordina a economia local às flutuações das commodities.

Correia e Freire (2023) demonstram o papel das pequenas cidades, caracterizando-as como "cidades do agronegócio", provedoras de suporte técnico e financeiro que assumem o ônus da vulnerabilidade socioeconômica e da sazonalidade produtiva.

Correia, Freire e Alves (2023) apresentam as assimetrias na hierarquia urbana (REGIC, 2018), em que Alfenas (Centro Sub-Regional A) retém a mais-valia mediante o controle da gestão e do crédito, relegando centros locais como Campos Gerais à condição de bases agroextrativas dependentes.

Por fim, Alves (2024) evidencia como a rede regional de Alfenas articula conexões verticais espoliadoras, consolidando a cidade média como entreposto de drenagem e circulação do excedente econômico expropriado do campo.

3.2 Relações interurbanas, centralidade e apropriação do espaço cotidiano

Os trabalhos deste eixo deslocam o foco dos grandes circuitos econômicos para a escala da mobilidade diária, do mercado de trabalho e da estrutura interna das cidades, investigando como a polarização regional se materializa na vida cotidiana. Destacam-se as dimensões espacial (fluxos pendulares, polarização, assimetrias territoriais e articulação intraurbana/regional) e temporal (ritmos diários da mobilidade e transformações agrárias históricas que impulsionaram o êxodo rural). São eles os trabalhos de Moura e Vale (2018), Branquinho e Silva (2021) e Raimundo (2023).

Moura e Vale (2018) investigam a relação entre Divisa Nova e Alfenas, demonstrando como a baixa diversificação produtiva e a mecanização agrícola no pequeno município forçam o deslocamento diário de trabalhadores para o polo regional.

Ampliando essa escala, Branquinho e Silva (2021) conectam essa posição na rede regional à morfologia intraurbana de Alfenas e Poços de Caldas, demonstrando como a centralidade se reflete no espaço interno

por meio da segregação residencial, distritos industriais e condomínios fechados.

Raimundo (2023) analisa a centralidade regional de Alfenas a partir dos fluxos pendulares cotidianos, incorporando a dimensão de gênero e os custos da reprodução social da força de trabalho.

3.3 Hierarquia urbana, cidades médias e cidades pequenas

Este eixo dedica-se à reflexão teórico-empírica sobre a gênese, a estrutura e a diferenciação funcional da rede urbana regional, desafiando leituras simplistas de estrita subordinação entre centros de diferentes portes. Estes trabalhos Contempla com vigor a dimensão espacial (lugar central, regionalização e complementaridade funcional) e a dimensão temporal (gênese ferroviária/agrágia, consolidação histórica e reestruturação produtiva das pequenas e médias cidades). São eles: de Esteves e Alves (2020), Figueiredo, Andrade e Alves (2022), Silva e Azevedo (2023), e Branquinho (2024)

No estudo das pequenas cidades, Esteves e Alves (2020) reconstroem a trajetória econômica de Paraguaçu-MG desde 1941, mostrando sua transição do café para a confecção de ternos conectada à Rodovia Fernão Dias.

Figueiredo, Andrade e Alves (2022) destacam o papel da UNIFAL-MG como agente institucional indutor que reconfigura as funções urbanas e reforça a centralidade de Alfenas na atração de fluxos regionais de ensino e consumo.

Em convergência, Silva e Azevedo (2023) evidenciam que Paraguaçu, embora dependa dos serviços de saúde e educação de Alfenas, estabelece conexões globais próprias por meio de sua especialização fabril.

Por fim, Branquinho (2024) oferece uma síntese estruturante da Região Geográfica Imediata de Alfenas, analisando a formação histórica e a transformação dos padrões espaciais da rede sul-mineira diante da urbanização e industrialização a partir de meados do século XX.

3.4 Políticas Públicas, ação estatal e competitividade territorial

O último eixo foca na dimensão política e regulatória do território, analisando a atuação do Estado, as relações horizontais entre municípios e as estratégias de atração do capital corporativo. Sobressaem-se as

dimensões organizacional (atuação decisiva do Estado, das universidades e das corporações) e espacial (competição horizontal, vantagens locacionais e produção do espaço urbano-regional).

No âmbito da competição fiscal, Liska (2011) investiga a disputa interurbana na microrregião de Alfenas, mostrando como a gestão pública municipal mobiliza isenções fiscais, doação de terrenos e infraestrutura para atrair empresas. O autor alerta para a "perversidade dos incentivos fiscais", demonstrando que a disputa entre municípios contíguos acirra as desigualdades regionais e produz uma preparação seletiva do território.

4 Considerações finais

A análise da produção científica do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) entre 2011 e 2026 revela um panorama de produções sobre a rede urbana no Sul de Minas. Ao tomar como parâmetro teórico-metodológico a tríade analítica proposta por Roberto Lobato Corrêa, composta pelas dimensões espacial, organizacional e temporal, o levantamento de trabalhos, que culminaram na seleção e análise de doze trabalhos, demonstrou que a investigação sobre a rede urbana de Alfenas, apresentou amplos temas, desde o agronegócio, as polarizações entre cidades, bem como processos de migração e produção industrial presentes também em pequenas cidades. Isso demostra que o estudo de uma dada rede geográfica pode demonstrar, além da singularidade, suas complexidades de compreensão dos processos socioespaciais que estruturam o Sul de Minas Gerais.

A sistematização dessa produção em quatro eixos temáticos integradores permitiu evidenciar a pluralidade e a profundidade das abordagens do grupo.

- As *Dinâmicas Produtivas, Agronegócio e Consumos Regionais*, relacionado às pesquisas sobre o processo de modernização do campo, demonstrando como a cafeicultura corporativa instrumentaliza a rede urbana e converte cidades pequenas e médias em suportes técnicos, financeiros e logísticos para a reprodução e drenagem do capital agrário.
- As *Relações Interurbanas, Centralidade e Apropriação do Espaço Cotidiano* evidenciaram que a centralidade regional de Alfenas, tecida por fluxos de saúde, ensino superior e trabalho, é acompanhada por assimetrias cotidianas, mobilidade pendular

marcante e vulnerabilidades que atingem diretamente os sujeitos periféricos e as trabalhadoras sazonais.

- As *Hierarquia Urbana, Cidades Médias e Cidades Pequenas*, ao confrontar tipologias oficiais com a empiria regional, os trabalhos revelaram uma estrutura complexa, na qual pequenas cidades não atuam apenas como pequena cidade com desenvolvimento e estagnação, mas sim, apresentam especializações funcionais (como a indústria têxtil) que subvertem a rigidez hierárquica e demonstra uma divisão territorial do trabalho a ser objeto de futuras pesquisas.
- E por fim, as *Políticas Públicas, Ação Estatal e Competitividade Territorial*, sobre a atuação do Estado e das gestões locais, lançando luz sobre os impactos da guerra fiscal, das isenções tributárias e da atração corporativa na produção de novas desigualdades intraurbanas e interurbanas.

Por fim, a trajetória acadêmica do GERES reafirma o papel decisivo da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) como polo produtor de conhecimento geograficamente situado. Ao interiorizar a pesquisa científica de excelência, o grupo não apenas documentou as transformações territoriais do Sul de Minas Gerais ao longo das últimas décadas, mas construiu uma interpretação crítica e comprometida com a superação das desigualdades socioespaciais que marcam a região.

Referências

ALVES, Flamarion Dutra. Da diversidade alimentar à commodity do café: a monopolização dos agricultores familiares na Região Imediata de Alfenas, sul de Minas Gerais, Brasil. In: ALVES, Flamarion Dutra (org.). **Sociedade, território e ambiente**: estudos da geografia sul-mineira. 1. ed. Alfenas, MG: Editora da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Local Alfenas, 2024. p. 101-127.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos. Alfenas e sua Região Imediata: dinâmicas e polarizações no Sul de Minas Gerais. **VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos**. 2024.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos; SILVA, Eduardo de Araujo da. (Re)estruturação das cidades médias do Sul de Minas Gerais: uma análise morfofuncional comparativa de Alfenas e Poços de Caldas. **Caderno de Geografia**, v.31, Número Especial 2, 2021.

CORRÊA, Roberto Lobato. Caminhos paralelos e entrecruzados. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1994 [1989].

CORRÊA, Roberto Lobato. O estudo da rede urbana: uma proposição metodológica. **Revista**

Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro – ano 50, n.2, abr/jun, 1988. p.107 – 124.

CORREIA, Guilherme Guiari Silva; FREIRE, Mariana Romanzini. Cafeicultura e especialização produtiva nas pequenas cidades da Região Geográfica Imediata de Alfenas-MG: dinâmicas rurais e urbanas na commoditização do território. In: ALVES, Flamarion Dutra (org.). **A interface rural-urbana nas cidades pequenas do Sul de Minas Gerais**. 2023.

CORREIA, Guilherme Guiari Silva; FREIRE, Mariana Romanzini; ALVES, Flamarion Dutra. As cidades médias e os consumos produtivos do agronegócio: o caso de Alfenas e Campos Gerais. **Revista Territorium Terram**, v. 06, Número Especial 1, 2023.

ESTEVES, Thiago Verissimo; ALVES, Flamarion Dutra. Relações de trabalho e precarização na indústria têxtil de Paraguaçu-MG: o caso da produção de ternos. **Revista Pegada**, vol. 21, n.2.2020.

IBGE. **Divisão Regional do Brasil em Regiões Geográficas Imediatas e Regiões Geográficas Intermediárias 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

FIGUEIREDO, Rafaela Santos Costa de; ANDRADE, Alexandre Carvalho de; ALVES, Flamarion Dutra. A universidade e as dinâmicas socioespaciais em uma cidade média: o caso da UNIFAL-MG, em Alfenas, Minas Gerais. **Revista Geoaraguaia**, Barra do Garças, v. 12, n. 1, 2022.

LENCIONI, Sandra; TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. **Pesquisa socioespacial**: reflexões sobre métodos e técnicas de investigação científica. Rio de Janeiro: Consequência, 2024. 168 p.

LISKA, Estevan Rodrigues. O território municipal e a competitividade entre cidades como atrativos corporativos: a perversidade dos incentivos fiscais. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, 2011.

MINA, Renan Vidal. ALVES, Flamarion Dutra; RESENDE, Marcelo

Lacerda; OLIVEIRA, Jonatan Alexandre de. O cluster do café nas microrregiões de Alfenas e São Sebastião do Paraíso, MG: possibilidades e alternativas para o desenvolvimento regional. **VI Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Rio Grande do Sul, 2013.

MOURA, Felipe Moretto; VALE, Ana Rute do. Mercado de trabalho nos pequenos municípios e polarização regional: uma análise sobre Divisa Nova e Alfenas, no Sul/Sudoeste de Minas. **Espaço em Revista**, v. 20, n. 2, jul./dez. 2018, p. 1-18. 2018.

RAIMUNDO, Glaucione. Geografia e redes urbanas: uma análise sobre o mercado de trabalho feminino de Divisa Nova-MG e migrações pendulares de mulheres divisa-novenses à Alfenas-MG. In: ALVES, Flamarion Dutra (org.). **A interface rural-urbana nas cidades pequenas do Sul de Minas Gerais**. 2023. Alfenas: Ed. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Alfenas, 2023. 311 p. ISBN: 978-65-00-59077-7

SILVA, André de Paula; AZEVEDO, Sandra de Castro de. A cidade pequena e sua relação com a cidade média: o caso da cidade pequena de Paraguaçu-MG no contexto da globalização. In: ALVES, Flamarion Dutra (org.). **A interface rural-urbana nas cidades pequenas do Sul de Minas Gerais**. 2023. Alfenas: Ed. Associação dos Geógrafos Brasileiros - Alfenas, 2023. 311 p. ISBN: 978-65-00-59077-7

Capítulo 10

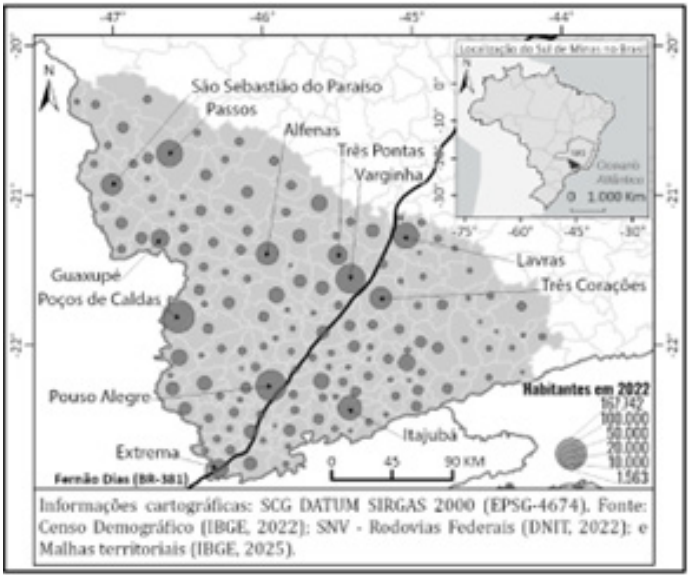
A (re)estruturação produtiva da rede urbana do sul de Minas: no contexto de guerra fiscal

Débora Cristina dos Santos
Evânio dos Santos Branquinho
Gustavo Sousa Marinho

1 Introdução

A região do Sul de Minas Gerais compreende cerca de 160 municípios (Figura 1), e é formada em sua maioria de pequenas cidades vinculadas ao rural, localizadas em média entre vinte e trinta quilômetros umas das outra, onde se destacam apenas cinco municípios que superam 100 mil habitantes, o que configura uma situação muito particular na rede urbana brasileira.

Figura 1 – Localização da região do Sul de Minas Gerais Elaboração: Os autores



Essa elevada densidade de cidades da região assume uma funcionalidade importante na rede urbana, pois atualmente tem-se uma

circulação intensa de pessoas, mão de obra, bens e serviços entre essas cidades, em função da maior articulação, implicando tanto em uma significativa complementaridade quanto concorrência entre estas.

A região também é alvo da desconcentração produtiva e populacional das metrópoles do Sudeste, especialmente os municípios situados no eixo da rodovia Fernão Dias, que liga São Paulo a Belo Horizonte, o principal eixo logístico regional.

Nesse contexto, colocam-se como os principais objetivos desta pesquisa, compreender como se formou a rede urbana do Sul de Minas, como se transformou e quais padrões espaciais adquiriu, especialmente a partir de meados do século XX, quando os processos de industrialização e urbanização avançaram no país.

Adicionalmente, procura-se verificar as consequências da polarização das cidades médias em relação aos demais municípios da região, especialmente a partir da maior articulação entre estes, a tendência à diferenciação e especialização, implica no aumento das disparidades socioeconômicas na escala interurbana.

2 A rede urbana e as interações espaciais das cidades médias e pequenas

A rede urbana é entendida por Corrêa (2006) como um conjunto de centros funcionalmente articulados, o qual constitui tanto o reflexo de processos de diversos agentes sociais como a condição da reprodução da existência social. Seu dinamismo depende do contexto espaço-temporal de sua formação socioespacial, assim como expõe uma dialética em que processos recentes atuam sobre as formas criadas no passado quanto uma inércia na manutenção das formas no presente.

Com o avanço das comunicações, a rede urbana apresenta um maior número de interações envolvendo bens, pessoas, informações, investimentos, decisões, denotando um padrão reticular mais complexo em função de uma maior especialização dos centros urbanos, ou de uma maior divisão territorial do trabalho e, portanto, mais circulação. Nesse sentido, apresenta uma efetiva hierarquização, cujos centros urbanos melhores posicionados na rede, em termos de produtividade, localização e mercado, polarizam os demais situados nos níveis inferiores, caracterizados como centros locais.

A *refuncionalização*, no contexto de uma rede mais articulada e competitiva, corresponde à busca das cidades por uma especialização econômica que a situe de modo mais vantajoso na ampliação de mercados, intensificando a polarização sobre as demais cidades da rede urbana (Corrêa, 2006). Assim, a tendência é uma maior diferenciação entre os centros na rede, em função das condições diversas destes em termos de infraestrutura, mão de obra com menores custos e ou especializada, logística e política de incentivos, o que se convencionou de "guerra fiscal" ou "guerra dos lugares" (Santos, 2006).

A reestruturação urbano-industrial, especialmente a partir da década de 1970, quando empresas se deslocam das regiões metropolitanas para cidades médias e pequenas do interior em busca de redução dos custos produtivos, visou localidades com distâncias até 150 quilômetros, estendendo-se ao longo dos principais eixos rodoviários (Lencioni, 1994). A autora diferenciou os processos de desconcentração e de descentralização, pois houve uma desconcentração de fases da produção material, mas não de descentralização do poder econômico. As sedes das empresas continuaram nas metrópoles, onde as decisões são tomadas, as quais tornaram-se "metrópoles terciárias", em um contexto de revolução tecnológica, produção flexível e financeirização.

Com relação aos pressupostos de cidade média, de um modo geral, Corrêa (2007) assinala uma particular combinação envolvendo o tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intraurbano, considerando o seu contexto geográfico (regional). Os três fatores influenciam-se mutuamente, pois um maior tamanho demográfico pode levar ao incremento das funções urbanas e de configuração mais complexa de seu espaço intraurbano e inversamente.

Assim como a consideração do contexto espacial, o contexto temporal também é importante para a classificação das cidades, como afirma Santos (2002), uma cidade com 20 mil habitantes na década de 1960 no Brasil poderia ser considerada uma cidade de porte médio, enquanto esse patamar passa a 100 mil habitantes na última década do século XX.

A cidade média só pode ser entendida relativamente à rede urbana, na qual constitui um importante nó, daí a importância da articulação das escalas local e regional, neste caso relativas às interações do espaço intraurbano e o da rede urbana. Nesse aspecto, de acordo com Corrêa (2007), as cidades médias devem ser consideradas como um estado

transitório. Com relação às funções das cidades médias, o autor elenca os seguintes tipos principais: de lugar central; de drenagem e consumo da renda fundiária; industrial; portuária e; de capital. Estas funções também podem aparecer combinadas, nas quais prevaleça uma ou outra.

Nesse sentido, no contexto de modernização agrícola, as cidades médias tendem a apresentar também uma especialização em atividades terciárias articuladas à produção do campo no quadro regional.

No que diz respeito às cidades pequenas, estas apresentam uma maior relação com o campo, expressando um *continuum* rural-urbano, e um habitat concentrado onde a função dominante reside no papel de sede municipal. Segundo Corrêa (2011):

Constituem, portanto, centros locais cuja população raramente ultrapassa 20 a 30 mil habitantes. Desse modo, o autor elenca cinco tipos ideais de cidades pequenas, onde pode haver também a combinação de algumas dessas funções: a) os lugares centrais, ocupando um lugar elementar na hierarquia urbana como centros locais; b) os centros especializados que desenvolvem atividades específicas, conferindo uma identidade singular (têxtil, de confecções, celulose e papel, de mineração etc.); c) os reservatórios de força-de-trabalho, tanto em áreas de povoamento recente, como a Amazônia oriental, como em áreas integradas do complexo agroindustrial do Oeste paulista; d) os centros que dependem de recursos externos, antigos e decadentes lugares centrais localizados em áreas agrícolas decadentes ou estagnadas, onde migração é expressiva; e) os subúrbios-dormitório, resultado da absorção de um antigo lugar central por uma grande cidade em crescimento e expansão (Corrêa, 2011).

Essas características assumem configurações espaciais distintas na escala intraurbana. Nesse aspecto, Amorim Filho e Sena Filho (2007) propõem um zoneamento morfológico funcional das cidades médias mineiras, marcadas por diferenças significativas, seja entre este porte de cidade ou em relação às cidades pequenas.

Considerando o contexto regional, os autores classificam as pequenas cidades em um nível elementar, onde o zoneamento encontra-se em fase de estruturação urbana, sem muita distinção morfológica e paisagística entre as zonas. Com função residencial predominante, à exceção de uma ou duas praças ou de ruas adjacentes onde há a presença de atividades comerciais e serviços administrativos, formam um centro modesto de alcance local. O pericentro e a periferia, praticamente sem distinção, formam uma zona

única, e a transição da periferia para a zona rural dá-se de forma direta, sem um espaço periurbano definido (Amorim Filho e Sena Filho, 2007).

Como salienta Sposito (2007), as desigualdades no espaço intraurbano também tendem a aumentar à medida que a economia se complexifica, o que aponta para a fragmentação do espaço, como no caso da instalação de condomínios de alto padrão:

Em associação a uma reestruturação produtiva há uma reestruturação urbana, a partir das quais as relações centro-periferia são redefinidas com a formação de novas centralidades e uma maior dispersão da mancha urbana.

3 A (re)estruturação produtiva da rede urbana do sul de Minas

A partir da década de 1970, o estado de São Paulo impulsionou um processo de desconcentração industrial, no qual parte das indústrias deslocou-se de sua região metropolitana em busca de locais com menores custos e de maior flexibilização das cadeias industriais, reorganizando suas etapas de produção. Nesse primeiro momento, essas industrias se dirigiram primeiramente para o interior paulista e depois para os municípios do Sul de Minas, especialmente, a partir das décadas de 1980 e 1990.

Nesse período, a Constituição de 1988 ampliou a autonomia dos municípios, possibilitando que muitas prefeituras oferecessem incentivos para atrair indústrias, com isenções tributárias e doação de terrenos. Além disso, entre 1990 a 2005 o trecho entre São Paulo a Belo Horizonte da rodovia Fernão Dias foi duplicado, o que melhorou a logística e a circulação de bens, mercadorias, veículos e pessoas no Sul de Minas (Branquinho; Silva, 2018).

É nesse contexto, que os municípios do Sul de Minas (em destaque aqueles localizados próximos à divisa com São Paulo e ao longo da Fernão Dias) tornaram-se atrativos para novos investimentos.

Na presente pesquisa, identificou-se o aumento na quantidade estabelecimentos industriais dos municípios do Sul de Minas com mais de 50 mil habitantes em 2022 entre 1985 a 2024, que pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 - Quantidade estabelecimentos industriais (grande setor do IBGE) entre 1985 a 2024 dos municípios do Sul de Minas com mais de 50 mil habitantes em 2022

Municípios	**1985**	**1995**	**2005**	**2015**	**2024**
Poços de Caldas	199	284	366	439	598
Pouso Alegre	124	228	307	450	553
Varginha	111	225	307	457	547
Passos	130	252	288	412	511
Lavras	94	170	194	228	300
São Sebastião do Paraíso	69	127	202	228	292
Alfenas	76	145	152	216	285
Itajubá	119	191	214	274	279
Guaxupé	66	168	205	257	276
Campo Belo	74	122	189	228	275
Extrema	23	35	94	149	240
Três Corações	62	102	140	166	219
Três Pontas	46	62	80	149	207

Fonte: RAIS, Ministério do Trabalho e Emprego (2026).

Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha foram os municípios que concentraram o maior número de estabelecimentos industriais na região e no período estudado. Isso ocorreu, pois, esses municípios historicamente já tinham algumas indústrias e exerciam centralidade regional, aspecto que será discutido adiante.

Salienta-se que o município que teve a maior taxa relativa de crescimento industrial (superior a 900%) na região foi Extrema. Tal desempenho pode ser associado à sua localização estratégica na porção meridional do estado, sendo o município sul-mineiro mais próximo da capital paulista, e atravessado pela Rodovia Fernão Dias.

Após Extrema, os municípios que apresentaram as maiores taxas relativas de crescimento industrial foram Varginha (392,8%), Três Pontas (350,0%), Pouso Alegre (346,0%), São Sebastião do Paraíso (323,2%), Guaxupé (318,2%), Passos (293,1%), Alfenas (275,0%), Campo Belo (271,6%), Três Corações (253,2%), Lavras (219,1%) e Poços de Caldas (200,5%), enquanto Itajubá registrou a menor taxa relativa (134,5%).

Diante desses dados, observa-se que os municípios estrategicamente posicionados no eixo da Rodovia Fernão Dias, como Pouso Alegre e

Extrema, e aqueles situados em seu entorno imediato, como Varginha, registraram as maiores taxas relativas de crescimento de estabelecimentos industriais.

Esse crescimento industrial também foi acompanhado pelo crescimento populacional entre 1970 e 2022, conforme pode ser visto na Tabela 2. Os municípios que mais ampliaram sua base industrial (como mostrado na Tabela 1) também foram aqueles que registraram maior crescimento populacional.

Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha praticamente triplicaram sua população no período entre 1970 e 2022. Extrema, novamente, chama atenção por apresentar o maior crescimento relativo da região no período, passando de 8.910 habitantes, em 1970, para 53.482, em 2022, o que representa um aumento superior a cinco vezes.

Tabela 2 - Crescimento demográfico dos municípios sul mineiros com mais de 50 mil habitantes em 2022

Municípios	**1970**	**1991**	**2010**	**2022**
Poços de Caldas	57.565	110.123	152.435	163.742
Pouso Alegre	38.072	81.836	130.615	152.217
Varginha	43.628	88.022	123.081	136.467
Passos	54.879	84.622	106.290	111.939
Lavras	44.449	65.893	92.200	104.761
Itajubá	51.716	75.014	90.658	93.073
Alfenas	28.331	52.700	73.774	78.970
Três Corações	35.180	57.045	72.765	75.485
São Sebastião do Paraíso	28.538	49.053	64.980	71.796
Três Pontas	27.514	45.832	53.860	55.255
Extrema	8.910	14.314	28.599	53.482
Guaxupé	24.273	39.611	49.430	50.911

Fonte: Censos demográficos, IBGE (2026)

Ressalta-se além da instalação de novas industrias, a urbanização, a migração e o êxodo rural também influenciaram o crescimento populacional – e são temáticas que precisam de estudos mais aprofundados futuramente.

A reestruturação produtiva decorrente do crescimento industrial também teve implicações na hierarquia urbana regional. Ao longo das

diferentes edições do REGIC, observa-se que cidades como Pouso Alegre e Varginha fortaleceram sua centralidade, consolidando-se como polos regionais. Poços de Caldas manteve relevância significativa, enquanto municípios como Alfenas e Passos ampliaram sua posição na rede urbana. Já Três Pontas e Extrema permaneceram por mais tempo em níveis inferiores da hierarquia, embora estejam ampliando gradualmente suas funções urbanas.

Comparando os dados mais atuais (em 2025), de população (2022), de Produto Interno Bruto (PIB) municipal (2023), a posição na rede urbana e configuração da rede urbana (2018), apresentados na Tabela 3, reforçam que não há correspondência automática entre população, PIB e posição na hierarquia urbana.

Municípios como Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha combinam elevado contingente populacional e forte participação econômica, ocupando a categoria de Capital Regional C. Contudo, o caso de Extrema evidencia uma divergência importante: mesmo sendo o município com maior PIB entre os analisados, permanece classificado como Centro Sub-Regional B, sendo polarizada por Pouso Alegre, o que indica que seu PIB está mais vinculado à produção industrial e à logística do que à centralidade regional em termos de comércios e serviços, bem como que a população de Extrema depende de Pouso Alegre.

Tabela 3 - Posição na rede urbana regional em 2018, População residente em 2022, PIB Municipal de 2023 dos municípios sul mineiros com mais de 50 mil habitantes em 2022

Municípios com mais de 50 mil habitantes em 2022	**População Residente (2022)**	**PIB Municipal (2023)**	**Posição na rede urbana (2018)**
Poços de Caldas	163.742 (1º lugar)	10.732.908 (3º lugar)	Capital Regional C
Pouso Alegre	152.217 (2º lugar)	14.201.206 (2º lugar)	Capital Regional C
Varginha	136.467 (3º lugar)	10.068.568 (4º lugar)	Capital Regional C
Passos	111.939 (4º lugar)	4.080.106 (6º lugar)	Centro Sub-Regional A
Lavras	104.761 (5º lugar)	3.916.682 (7º lugar)	Centro Sub-Regional A

Municípios com mais de 50 mil habitantes em 2022	População Residente (2022)	PIB Municipal (2023)	Posição na rede urbana (2018)
Itajubá	93.073 (6º lugar)	4.497.959 (5º lugar)	Centro Sub-Regional B
Alfenas	78.970 (7º lugar)	3.669.899 (8º lugar)	Centro Sub-Regional A
Três Corações	75.485 (8º lugar)	3.568.710 (9º lugar)	Centro Sub-Regional B
São Sebastião do Paraíso	71.796 (9º lugar)	2.834.250 (10º lugar)	Centro Sub-Regional B
Três Pontas	55.255 (10º lugar)	2.288.500 (14º lugar)	Centro de Zona A
Extrema	53.482 (11º lugar)	20.204.999 (1º lugar)	Centro Sub-Regional B
Guaxupé	50.911 (12º lugar)	2.431.560 (13º lugar)	Centro de Zona A

Fonte: REGIC, Censo Demográfico, Pesquisa PIB municipal, IBGE (2018, 2022, 2023).

Situação semelhante pode ser observada em Três Pontas, que, apesar de possuir mais de 55 mil habitantes e PIB relevante, ocupa a menor posição hierárquica entre os municípios analisados, polarizando apenas Santana da Vargem e sendo, por sua vez, polarizada por Varginha. Isso demonstra que a centralidade urbana envolve não apenas o valor do PIB, mas também a complexidade das funções exercidas e a capacidade de articulação regional.

4 Considerações finais

Os resultados observados dialogam com a discussão de Corrêa (2006), Santos e Silveira, 2006 e Sposito (2007) sobre a reestruturação produtiva no território nacional. Para os autores, a reorganização do espaço produtivo não ocorre de forma homogênea, mas sim de maneira seletiva, reforçando determinadas centralidades e redefinindo funções dentro da rede urbana. A desconcentração industrial não significa dispersão equilibrada das atividades, mas sim uma nova forma de concentração, agora em cidades médias e mesmo em cidades pequenas estrategicamente localizadas e integradas aos principais fluxos econômicos.

Nesse sentido, o espaço intraurbano também passa por um rearranjo em sua infraestrutura para abrigar novas formas de produção, de uso e ocupação do solo, expressando uma complexidade maior em termos de atividades e estratificação social. O resultado é a efetivação de novas formas de segregação socioespacial, dispersão da malha urbana e constituição de novas centralidades.

Portanto, o que se observa no Sul de Minas é exatamente esse movimento: a incorporação da região à lógica da acumulação flexível e da competição territorial, promovendo crescimento industrial, dinamismo econômico e reconfiguração da rede urbana, porém de forma desigual e seletiva. Assim, a (re)estruturação produtiva regional, intensificada no contexto da guerra fiscal e da melhoria da infraestrutura logística, contribuiu para fortalecer determinadas cidades e refuncionalizar os municípios, (re) estruturar a rede urbana sul mineira, tornando-a mais complexa, porém também mais hierarquizada.

Referências

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SENA FILHO, Nelson de. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2007.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos; SILVA, Letícia Silvério da. A Reestruturação das cidades médias: o caso de Alfenas no Sul de Minas. *In*: FERREIRA, Marta Felícia Marujo; VALE, Ana Rute do (Orgs.). **Dinâmicas Geográficas no Sul de Minas Gerais**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. São Paulo: **GEOUSP, Espaço e Tempo**, n. 30, 2011, p. 05-12.

CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. Encarnação B. (org.) **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-33.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre rede urbana**. 1.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GEIGER, Pedro Pinchas. **Evolução da rede urbana brasileira**. Río de janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – Ministério da Educação e Cultura, 1963.

IBGE. **Censo Demográfico: Série Temporal**. 2026. Disponível em:

https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/ Acesso em: 05 de maio 2026.

IBGE. **Divisão do Brasil em regiões funcionais urbanas 1966**. 1972. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=213622 Acesso em: 05 de maio 2026.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 1978**. 1987. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=219139 Acesso em: 05 de maio 2026.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 1993**. 1993. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=27199 Acesso em: 05 de maio 2026.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. 2007. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677 Acesso em: 05 de maio 2026.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades 2018**. 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101728 Acesso em: 05 de maio 2026.

LENCIONI, Sandra. A reestruturação urbana-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura; SOUZA, Maria Adélia (orgs.) **Território**: Globalização e Fragmentação. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1994, p. 198-210.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DO EMPREGO. **Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).** 2026. Disponível em: https://basedosdados.org/dataset/3e7c4d58-96ba-448e-b053-d385a829ef00?table=86b69f96-0bfe-45da-833b-6edc9a0af213 Acesso em: maio de 2026.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

Capítulo 11

Área central de Poços de Caldas (MG): do apogeu do turismo às dinâmicas socioespaciais recentes

Alexandre Carvalho de Andrade
Daniel Fernandes Ferraresi
Ana Laura Freitas Corrêa
Jéssica Letícia de Paulo

1 Introdução

O presente capítulo tem como objetivo demonstrar as transformações que ocorreram na área central de Poços de Caldas, local de histórica função turística, com a expansão urbana e as novas dinâmicas socioespaciais que aconteceram no município.

Por meio de fotografias, dados demográficos, mapas e autores, é evidenciado, neste trabalho, como o centro de Poços de Caldas vem passando por processos econômicos, socioculturais, paisagísticos e ambientais que podem colaborar, efetivamente, para sua deterioração e perda de vitalidade urbana.

2 Formação de Poços de Caldas

A mais antiga notícia conhecida das águas sulfurosas no território da atual cidade de Poços de Caldas se deu em 15 de junho de 1786, em um comunicado de João de Almeida Fonseca para Luís da Cunha Menezes, governador da capitania de Minas Gerais. As águas terapêuticas logo passaram a atrair enfermos, já desenganados pelos recursos oferecidos pela medicina na época, que realizavam extensas viagens com duração de dias para tentar uma nova chance com a cura proporcionada pelas águas terapêuticas, e também chamavam a atenção de médicos da época, que demonstravam preocupação sobre o uso do recurso, que, por vezes se mostrava efetivo no tratamento da lepra e sífilis, e, por falta de instrução, era usada de forma excessiva e irresponsável, podendo piorar o quadro daqueles que a usufruíam (Megale, 2002; Marras, 2004). Na falta de estruturas adequadas para os doentes, foram instaladas, após uma ordem

do governo mineiro dirigida ao juiz de fora Agostinho de Souza Loureiro, em 1826, cabanas de banheiras protegidas com choupanas de palha. Estas, precárias e vulneráveis às enchentes e ao trânsito de animais, não resistiram, ou até mesmo pela ação da pequena população local, que ateava fogo nas estruturas, talvez por medo de infecções ou invasão de seus domínios territoriais. (Dias, 2016; Marras, 2004)

Ainda nos anos oitocentos, mais especificamente em 1865, são confeccionadas pelo engenheiro Martiniano da Fonseca Reis Brandão as plantas dos primeiros balneários, além do orçamento de custo das edificações dos balneários. O movimento também levou à desapropriação das terras do sesmeiro Joaquim Bernardes da Costa Junqueira. O cenário, contudo, passa a ter uma nova e mais animadora perspectiva com a chegada do médico Dr. Pedro Sanches de Lemos à vila, em 1873, recém-formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. O médico passou a difundir seus conhecimentos medicinais e urbanísticos, influenciado por ideias higienistas e de modernização urbana observadas diretamente na Europa, que foram bem recebidas e aplicadas na vila. Pessoa bem relacionada, o médico logo conquistou a simpatia de intelectuais, governantes e da latifundiária família Junqueira, tendo se casado com Ana Jacinta Junqueira (Marras, 2004; Dias, 2016).

Nesse processo de aplicação de ideais europeus no modelo urbanístico da vila de Poços, a chegada do ramal da estação Mogiana, em 1886, foi o ponto crucial para o desenvolvimento urbano da cidade de Poços de Caldas, que passa a receber construções de palacetes, chalés e casarões da elite paulistana, como os do Conde Prates e de Martinho Prado Jr.. No mesmo ano, foi concluída em 8 de abril, a construção do primeiro balneário na localidade, o Pedro Botelho, anexo ao Hotel da Empresa e ao cassino Recreio dos Banhistas, por iniciativa da concessionária dos serviços termais, solucionando temporariamente a demanda de uma estrutura adequada para o aproveitamento das águas termais por parte dos viajantes e veranistas, abandonando as insalubres estruturas anteriormente utilizadas (Dias, 2016; Megale, 2002; Marras, 2004). Dias (2016, p. 108-109) destaca o resultado da aplicação dos ideais urbanos europeus e higienistas no século XIX em Poços de Caldas:

> No século XIX, ocorreram diversas transformações socioeconômicas e tecnológicas que influenciaram o modo de construir: a preocupação com as questões de higiene, a insolação, a ventilação, os recuos laterais, os ajardinamentos, a elevação do pavimento ao solo (porões altos). Todas essas medidas eram implantadas para melhorar as

> condições das edificações. O aperfeiçoamento dos hábitos higienistas se aplicava em construções de redes de esgotos, de abastecimento de água, de iluminação pública e de novos meios de transporte.

A *Belle Époque*, período associado às décadas finais do século XIX e às primeiras décadas do século XX, foi marcada, especialmente na Europa, por um contexto de prosperidade, modernização urbana e valorização da ciência e da tecnologia. Em Paris, as reformas conduzidas por Napoleão III e Haussmann consolidaram a cidade como símbolo da modernidade, difundindo um modelo urbano que influenciou diversas partes do mundo. Nesse contexto, destacou-se o estilo Art Nouveau, que posteriormente deu lugar ao Art Déco, consolidado na Exposição Internacional de 1925, em Paris (Lima, 2018). No Brasil, a *Belle Époque* estendeu-se até a década de 1920, impulsionada pela Proclamação da República e pela estabilidade política e econômica do governo Campos Sales (Lima, 2018). O crescimento da economia cafeeira favoreceu a expansão e modernização de cidades, sobretudo no interior paulista e regiões adjacentes, caracterizando um processo de "modernização conservadora" (Doin, 2007). Reformas urbanas no Rio de Janeiro e o desenvolvimento de São Paulo exemplificam esse processo (Lima, 2018). E é justamente, na década de 1920, período apontado como o fim da *Belle Époque* no Brasil, que Poços de Caldas recebeu um dos mais importantes projetos de modernização urbana de sua história: as "Grandes Obras".

O projeto "Grandes Obras" foi iniciado em 1927 por iniciativa de Antônio Carlos, governador de Minas Gerais, e por Carlos Pinheiro Chagas, prefeito da cidade, dando continuidade ao projeto de modernização de Poços de Caldas, e, primariamente, contou com a viagem de Pinheiro Chagas à Europa, para conhecer modelos de cidades termais e, a partir dessas experiências, contribuir para a modernização da estação hidrotermal mineira (Figura 1). As obras no centro da cidade seguiram o projeto do arquiteto Eduardo Pederneiras, que consistiu no remodelamento de praças, a implantação do Palace Hotel (concluído em 1929), e na construção do Palace Casino e das Thermas Antônio Carlos (ambos concluídos em 1931). O processo também culminou na demolição dos antigos balneários Pedro Botelho e das Thermas Primitivas, já considerados obsoletos diante da grandiosidade das Thermas Antônio Carlos. (Dias, 2016; Megale, 2002; Marras, 2004).

Figura 1 – Vistas da Praça Pedro Sanches: fotografia 1, de 1920; fotografia 2, após a conclusão das Grandes Obras, em registro da década de 1930.



Fonte: acervo do Museu Histórico e Geográfico de Poços de Caldas. Referências no acervo: JR176 (fotografia 1) e MT111 (fotografia 2).

Na década de 1920, as águas termais, historicamente vistas como o principal recurso terapêutico para diversas enfermidades, começaram a perder espaço diante do avanço da medicina científica, transformando o que anteriormente constituía um tratamento importante para reumatismos e afecções cutâneas em um recurso progressivamente associado também ao lazer e ao bem-estar. Essa mudança de paradigma, somada aos reflexos da crise econômica de 1930, enfraqueceu o modelo do turismo de cura em Poços de Caldas, reduzindo a frequência das longas temporadas de tratamento nos estabelecimentos termais. O golpe definitivo sobre essa estrutura ocorreu na década seguinte, com a rápida popularização da penicilina e a consolidação dos tratamentos medicamentosos de resposta rápida. Contudo, foi a intervenção política em 1946 que contribuiu

decisivamente para a decadência do termalismo na estância, quando a proibição nacional das apostas desmantelou o setor de entretenimento que sustentava a cidade:

> O Decreto-Lei nº 9.215, assinado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, determinou o fechamento imediato de todos os cassinos do país. Em Poços de Caldas, a medida teve um efeito avassalador sobre a economia, provocando o encerramento das atividades do Palace Casino e a consequente demissão de centenas de trabalhadores, além de paralisar o fluxo da alta sociedade que movimentava os luxuosos hotéis e a vida noturna da cidade. (Megale, 2002, p. 185).

O fim abrupto dos jogos e a decadência do termalismo clássico, provocados pela revolução farmacêutica, selaram o encerramento da era de ouro de Poços de Caldas. Conforme analisa Megale (2002), o encerramento desta era dourada forçou o município a reorganizar sua economia e reconfigurar a dinâmica do seu espaço urbano central, buscando atrair um novo perfil de visitantes e sustentar-se para além do modelo de turismo de elite associado ao passado.

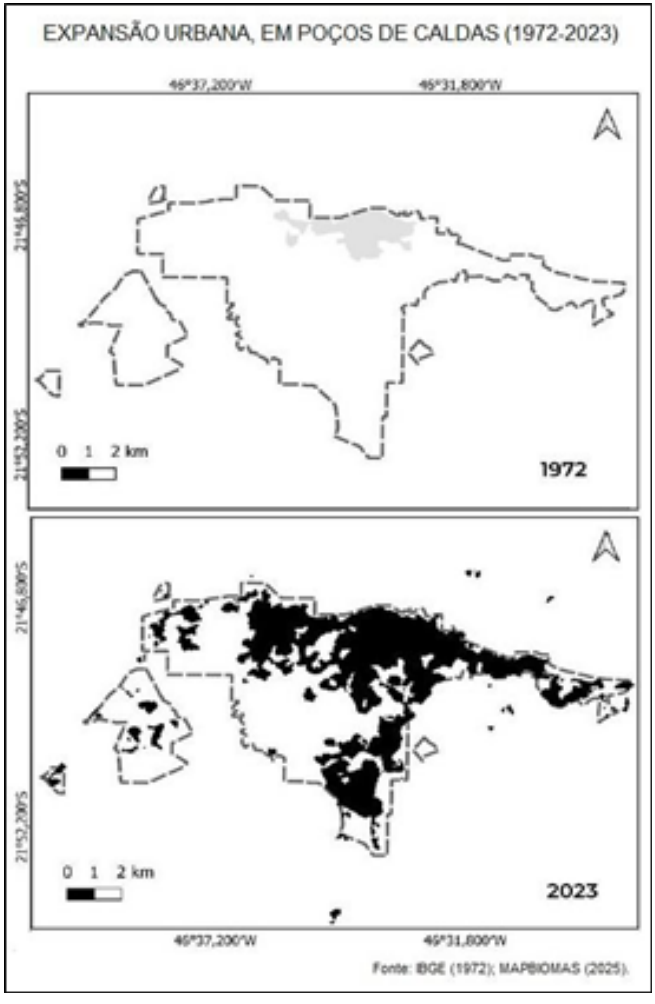
3 Dinâmicas socioespaciais recentes na área central

A partir da década de 50 do século XX, ocorreu um processo de diversificação econômica do município, especialmente pela extração de recursos minerais, pela industrialização e pela expansão das atividades comerciais e de prestações de serviços, inclusive turísticos. Como consequência deste processo de desenvolvimento econômico, a população de Poços de Caldas passou de 25.237 em 1950, para 88.354 em 1980, atingindo 163.742 habitantes no ano de 2022, destes 97% residentes na área urbana (IBGE: Censos Demográficos).

Refletindo sua situação de cidade capitalista, as condições socioeconômicas dos moradores e dos investidores colaboram para definir as produções econômicas e socioespaciais e, por consequência, as áreas em que cada grupo se apropria no espaço urbano de Poços de Caldas. Neste contexto, moradores de maior poder aquisitivo foram e são beneficiados com mais possibilidades de escolhas, restando aos habitantes mais pobres as áreas mais distantes e/ou mais precárias das cidades. E, por sua histórica importância turística e por alocar estruturas de comércio e prestação de serviços, o centro de Poços de Caldas, durante o século XX foi a área de maior valorização mercantil e de status social da cidade, entretanto, com a intensa expansão urbana (Figura 2) e as novas dinâmicas socioespaciais,

novas áreas passaram a apresentar significativa valorização, em especial na Zona Oeste.

Figura 2 – Expansão urbana em Poços de Caldas.



Fonte: Flora (2026), adaptado pelos autores.

No período entre as décadas de 50 e 60, a expansão urbana do Poços de Caldas se deu basicamente no que atualmente constitui a zona pericentral (Santa Augusta, Bela Vista, Cascatinha, São Benedito e Jardim dos Estados), em terrenos de significativa declividade (Silva, 2021). Atualmente, estas áreas pericentrais passam por consideráveis processos

de verticalização, que inicialmente, tal como em outras cidades médias, incidiu exclusivamente na área central de Poços de Caldas.

Do centro, em direção a Zona Leste, a expansão urbana foi caracterizada pela ocupação em áreas com relevo montanhoso, sendo a avenida Wenceslau Braz e a rua Coronel Virgílio Silva as principais vias de circulação. Por sua vez, a expansão urbana decorrente de um processo de segregação socioespacial, que foi induzido pelo Estado, se deu no Conjunto Habitacional, implantado no início da década de 80, na Zona Sul de Poços de Caldas. Estas áreas apresentam bairros que abrigam populações que estão dentre as com menores rendimentos da cidade de Poços de Caldas (Silva, 2021; Flora, 2026).

A Zona Oeste, apesar de seu processo de formação remontar a década de 50, do século XX, a partir da década de 90 passou a alocar importantes estruturas do município, tais como campus universitários, shopping center, hospitais, prefeitura, dentre outros. Isso favoreceu a valorização imobiliária, refletida no surgimento de novos bairros e condomínios fechados, e da recente verticalização.

Quanto maiores as distâncias necessárias, para as pessoas realizarem suas práticas cotidianas, maior a necessidade dos meios de transportes (Ojima, 2007). Com progressivamente mais pessoas residindo distantes das áreas com maiores possibilidades de trabalho, consumo e entretenimento, os moradores de Poços de Caldas são cada vez mais dependentes dos sistemas de transportes, para acessar locais da cidade. Em 2022, 39,9% dos deslocamentos para o trabalho foram feitos por automóveis e 8,1% por motocicletas. 26,5% dos deslocamentos foram realizados por ônibus, que em termos de sistema público de transporte, é constituído por somente uma única empresa, e apenas 18% dos deslocamentos foram feitos a pé (IBGE, 2022).

O centro de Poços de Caldas, possui importantes funções comerciais, de prestações de serviços, e turísticas. Em razão das características do relevo montanhoso, que motivaram as implantações das principais avenidas da cidade às margens dos cursos d'água, que se direcionam para o centro da cidade, este se tornou um espaço de destino e de passagem para grandes fluxos de veículo, com distintas procedências (Figura 3).

Figura 3 – Vias com intensos fluxos de veículos, na área central de Poços de Caldas, que constituem eixos que interligam os mais diversos setores do espaço urbano.



Fonte: Google Maps (2025), adaptado pelos autores.

Jacobs (2011), considera que áreas vazias e/ou de usos únicos, e que não relacionam efetivamente com o entorno, são negativos, a exemplos das margens de grandes vias de transportes, que formam "fronteiras desertas, retalhando as cidades". Isso acontece efetivamente no centro de Poços de Caldas, em especial no entorno do Conjunto Hidrotermal, que foi construído nas "Grandes Obras", no início do século XX, e que constituiu o "núcleo principal" da atividade turística local (Figura 4).

Figura 4 – Vias e calçadas no entorno do Parque Antônio Afonso Junqueira, na área central de Poços de Caldas, em 2025.



Fonte: Acervo dos autores.

A fotografia demonstra uma área de grande relevância histórica, na cidade de Poços de Caldas. No centro da imagem, está a antiga Estação

da Mogiana, de onde os visitantes e moradores podiam acessar o Parque Afonso Junqueira, localizado à esquerda da foto. O parque, em seus limites norte e sul, é margeado por cursos d'água, que têm suas confluências no ponto mais a oeste do referido espaço público. E, a partir deste ponto, e elucidado a direita da imagem, se acessa a avenida João Pinheiro, uma das mais importantes e movimentadas da cidade. Neste contexto, fica nítida a prioridade aos veículos, em detrimento dos pedestres, evidenciada pela estreita calçada, se comparada as largas avenidas; não é difícil compreender, assim, que o entorno do parque, pouco convidativo aos pedestres, se constitui uma "fronteira deserta", excetuando seu limite leste, que é ligado com a praça Pedro Sanches, em um agradável trajeto por entre áreas ajardinadas e arborizadas, que estão no Conjunto Hidrotermal.

Em termos de obras recentes, é importante mencionar duas. A "Alameda Poços", implantada em 2024, com o discurso de "revitalizar" o limite norte do Parque Afonso Junqueira, mas que, no nítido intuito de gourmetizar a área, substituiu os simples, mas movimentados, em especial por moradores, "carrinhos de lanche", por um conjunto de estabelecimentos com construções padronizadas, e produtos mais caros. Outra obra, em curso, é o alargamento da avenida João Pinheiro, em direção à Zona Oeste.

Apesar da expressiva diversidade de funções da área central, é nítida a redução das opções para moradia. O que, necessariamente, reduz a densidade de pessoas, e ao mesmo tempo aumenta o fluxo de veículos. Jane Jacobs (2011), afirma que as ruas e calçadas precisam ter "vida" durante dia e noite, com diversidade de pessoas (culturais, econômicas) e de usos (comércios, residências, entretenimento...), para, assim, serem seguras e atrativas para seus frequentadores e residentes. Para tanto, de acordo com a autora, deve haver, fundamentalmente, densidades suficientemente altas de pessoas, que ali frequentam ou residem, assim como usos combinados, com variadas funcionalidades e diferentes horários, que atraiam pessoas, e as motivem a permanecer, para atividades tão distintas como trabalhar, encontros sociais, consumir, frequentar eventos culturais, estudar, residir, dentre outras.

Com relação a redução das opções de moradias, dois processos coexistem na área central de Poços de Caldas. No decorrer das últimas décadas, progressivamente antigas residências foram e são substituídas por estabelecimentos comerciais, turísticos e de prestações de serviços, sejam pela derrubada/reconstrução e/ou pelas mudanças de funções e a manutenção das formas originais. Além disso, as restrições às construções

de novos edifícios, com mais de quatro andares, aliadas ao alto custo do solo e a baixa disponibilidade de lotes vazios, restringem as opções de moradias aos prédios antigos e por vezes sem garagem e/ou a outros com preços supervalorizados; ademais, recentemente houve o crescimento na oferta de aluguel de curta duração, que pode aumentar ainda mais os custos de locação de apartamentos para fins residenciais, e, assim, expulsar habitantes que não podem arcar com estes gastos.

As restritas, e caras, disponibilidades de opções de moradias, e as existências de diversas estruturas comerciais, de entretenimentos e de prestações de serviços, inclusive as turísticas, no centro de Poços de Caldas, que atraem moradores de diferentes partes do município e da região, além dos turistas, fazem com que sejam recorrentes os congestionamentos de veículos. A perda de vitalidade e diversidade na área central também pode colaborar para que vastas áreas, ao findar as atividades comerciais, se tornem vazias e mesmo inseguras, o que motiva novos deslocamentos por meios de transportes motorizados.

4 Considerações finais

A expansão urbana, nas cidades médias brasileiras, marcada pelas ações do mercado e pouca ênfase no planejamento e na gestão, recorrentemente, resulta no esvaziamento das áreas centrais e em cidades cada vez mais extensas, fragmentadas, repletas de vazios urbanos, desiguais e dependentes dos deslocamentos em veículos particulares.

As perdas de diversidade e vitalidade, como já começam a ocorrer no centro de Poços de Caldas, podem tornar as ruas e os espaços públicos menos convidativos e mais "hostis" e mesmo inseguros, fatores que podem favorecer as proliferações de espaços auto-segregados de moradia (condomínios), de consumo/lazer (shopping center) e de recreação e práticas desportivas (clubes).

A adequada manutenção dos espaços públicos, que atraem moradores e visitantes para práticas socioculturais, a maior disponibilidade de opções de moradias, a conservação ambiental, o zelo pelas construções históricas e a melhoria dos transportes públicos, podem colaborar efetivamente para tornar o centro de Poços de Caldas agradável e atrativo, sendo aspectos positivos para os turistas e especialmente para os moradores.

Referências

DIAS, Luciana Valin Gonçalves. **Um estudo de morfologia da cidade de Poços de Caldas**. 2016. 163 f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016.

DOIN, José Evaldo de Mello et al. A Belle Époque caipira: problematizações e oportunidades interpretativas da modernidade e urbanização no Mundo do Café (1852-1930). **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 91-122, 2007.

FLORA, Douglas de Paula. **Expansão urbana e os desafios do planejamento da cidade em Poços de Caldas, Minas Gerais.** 2026. 145 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2026.

IBGE: Censos Demográficos, 1950, 1960, 1980, 2022.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

LIMA, Natália Dias de Casado. A Belle Époque e seus reflexos no Brasil. **Anais da XI Semana de História**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2018.

MARRAS, Stelio. **A propósito de águas virtuosas**: formação e ocorrências de uma estação balneária no Brasil. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

MEGALE, Nilza Botelho. **Memórias históricas de Poços de Caldas**. Poços de Caldas: Sulminas, 2002.

OJIMA, Ricardo. **Análise comparativa da dispersão urbana nas aglomerações urbanas brasileiras**: elementos teóricos e metodológicos para o planejamento urbano e ambiental. 2007. 166f. Tese (Doutorado em Demografia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

SILVA, Eduardo de Araujo da. **(Re)produção do espaço urbano e segregação socioespacial em Poços de Caldas, Minas Gerais**. 2021. 211 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, MG, 2021.

Capítulo 12

A tríade concebido/vivido/percebido a partir das geografias malditas do sul mineiro[1]

Brenda Letícia de Paula Muniz
José Luiz Alves Neto

1 Introdução

A organização do presente capítulo foi motivada pela oportunidade de reunir pesquisas que tratam de temas desvirtuantes em relação ao que a comunidade acadêmica busca reafirmar enquanto ciência, especialmente na geografia acadêmica. Por esse motivo, torna-se ímpar para a compreensão do que, inicialmente, entende-se enquanto geografias malditas. Na obra de Silva, Ornat e Chimin Junior (2013), os autores anunciam que tratam-se de temas, práticas e sujeitos que desafiam a episteme geográfica, dado que suas existências e espacialidades são colocadas à prova da dignidade, tanto pela sociedade, quanto pela comunidade científica.

Diante dessa concepção, pretendemos, aqui, estabelecer o diálogo entre dois temas que ressaltam os sujeitos, suas identidades e suas experiências, acerca das espacialidades protagonizadas pelas suas dissidências, os quais são entendidos a partir da tríade do espaço concebido, vivido e percebido, descrito por Lefebvre (1991).

Assim, as reflexões a seguir evidenciam como essas práticas vêm sendo apreendidas em Alfenas, no sul e sudoeste de Minas Gerais, considerando as especificidades do lugar e dos sujeitos e sujeitas que temos dialogado.

2 Existências malditas, corpos rebeldes

Existe uma imagem de Henri Lefebvre que raramente é associada aos estudos da geografia urbana brasileira — a qual, a contragosto, tem recebido bastante atenção por parte de geógrafos(as) *queer* e feministas

1 Agradecemos ao professor Evânio dos Santos Branquinho, nosso orientador, por nos estimular a pensar nas potencialidades dos escritos de Henri Lefebvre para uma visão justa, digna e transformadora da vida no espaço.

brasileiros(as): a do autor que também refletiu sobre o corpo que é espaço e que cria ou produz espaço reproduzindo-se no espaço (Silva; Ornat; Chimin Junior, 2019; Silva; Ornat, 2022). É sobre essa imagem ou, para ser mais exato, a partir dessa função de autor, que gostaria de apresentar a minha experiência de pesquisa com e para a comunidade LGBTQIA+ de Alfenas/MG e o uso corporificado da visão triádica do espaço lefebvriano.

Tenho refletido em minha prática de pesquisa sobre as maneiras que a comunidade LGBTQIA+ tem encontrado para existir social e espacialmente na sociedade normalizadora e burocratizada. Situando meu exercício reflexivo ao nível da cidade, isso me exigiu pensar em como a sua função de concentração de fluxos de pessoas, mercadorias e ideias — o que, em tese, criaria novos e diferentes fluxos — pode ter sido instrumentalizada para afastar as diferenças sexuais e de gênero da centralidade urbana.

Embora Alfenas/MG goze do privilégio da polarização regional, devido aos setores produtivos cafeeiro, ao comércio, à saúde e à educação (Branquinho; Silva, 2021), nem sempre esses avanços técnicos e produtivos se convertem em qualidade de vida para a população em geral. Do ponto de vista da situação da comunidade LGBTQIA+ alfenense, cabe ainda dizer que, sob a forma ideológica do progresso, usufruir desses e de outros avanços significa ter que, em algum momento, negociar com valores cisheteronormativos. Ou seja, além do perigo de se tornarem meros consumidores da e na cidade, essa população ainda lida com o uso e o consumo de espaços permeados pela lógica da reprodução da família heterossexual e burguesa, e da divisão sociossexual e territorial da carne.

É nesses termos que tenho compreendido o espaço abstrato em Alfenas/MG, como projeção da ordem e do planejamento utilitário (Lefebvre, 1991), que é reto, liso e 'direito': ou seja, é *straight,* é heterossexual. Tenho dialogado com pessoas LGBTQIA+ que sentem esses efeitos do espaço abstrato no cotidiano, sobretudo quando estão consumindo em determinados locais ou utilizando equipamentos públicos e coletivos. Ao que parece, a relação de segurança/insegurança nesses espaços, bem como de acesso e uso, passa a ser mediada por uma regra de escassez: você pode ser gay, desde que não seja afeminado; você pode ser travesti, desde que não seja 'barraqueira' ou agressiva; você pode ser lésbica, desde que não seja masculinizada, etc.

Embora Alfenas/MG se projete como o reflexo de uma geometria do planejamento urbano que é tanto capitalista quanto cisheteronormativa, essa projeção não é total. É aí que entram as relações no espaço vivido, no

sentido de como a comunidade LGBTQIA+ lida subjetivamente com os custos objetivos da norma. Tenho notado, por exemplo, que as mesmas pessoas que me afirmam não haver espaços de sociabilidade LGBTQIA+ na cidade são muito hábeis em apontar suas primeiras referências dissidentes locais. Um movimento curioso, pois, a princípio, desprovê de valor simbólico as exterioridades espaciais e, em seguida, atribui às referências LGBTQIA+ um valor de pertencimento espacial. Tenho traduzido essa relação pela ideia de espaço vivido e encarnado, pois é na ausência dessas exterioridades espaciais que o corpo prefigura um lugar para quem só possui o próprio corpo para se amparar e sustentar coletivamente.

Do ponto de vista do espaço percebido, a comunidade LGBTQIA+ alfenense tem recorrido às suas performances sexuais e de gênero dissidentes, como forma de ter reconhecidas suas espacialidades na urbe. Por um lado, há as performances ligadas às estratégias espaciais de visibilidade massiva, como na Parada do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas, na qual as pessoas LGBTQIA+ usam seus corpos para festejar suas existências e reivindicar seus direitos, enquanto caminham pelas ruas da cidade (Alves Neto; Azevedo; Rovai, 2025). Por outro lado, existem aquelas performances ligadas às práticas cotidianas, como andar de mãos dadas pelas ruas ou fazer uso de espaços nos quais habitualmente não se espera a presença dissidente — sobretudo no caso de mulheres trans e travestis, cuja visão estereotipada da sociedade ainda as associa às esquinas escuras da prostituição.

Por fim, assim como Lefebvre (1991, p. 170) argumenta que o corpo "é espaço e tem seu espaço", esse mesmo corpo sofre com as "leis do espaço" que "governam o corpo vivo e a utilização de suas energias". Penso que essa relação de contrapartida é essencial para a compreensão simultânea da visão triádica e corporificada do espaço lefebvriano. Afinal, não há um espaço que seja puramente concebido, vivido ou percebido; o que existe é uma relação dialética entre os momentos da produção do espaço.

Quando busco apreender como esses momentos da produção do espaço estão presentes nas espacialidades da comunidade LGBTQIA+ alfenense, levo em consideração que essa comunidade repete as normas que a assujeita e, ao mesmo tempo, as diferencia e as utiliza como parte de sua própria superação. Pois é na repetição estilizada das normas que esses sujeitos chegam ao espaço corporificado.

3 Arte como crime ou crime como arte?

A pergunta que nomeia o presente subcapítulo é fruto das reflexões acerca da investigação de como a arte expressa na cidade impera segundo os conflitos (Herschmann, 2000), as negociações, as alianças e, sobretudo, pelas vivências de cada sujeito que se propõe à desvirtuação do que a sociedade considera correto.

Nesse caminho de descobertas, o qual sigo buscando compreendê-lo há quatro anos, experienciei situações em que muitas vezes, dada a complexidade do assunto na esfera teórica e prática, me colocaram em conflitos comigo mesma. No entanto, busco aqui propor uma leitura que vai apontar como o segmento da arte de rua, especificamente àquela não autorizada, está atrelada às lutas pelo/no espaço, em vista de que as reivindicações expressas por essas inscrições são de ordem social, política, econômica, cultural, ou seja, decorre de interesses coletivos.

Nascimento (2015, p.12) inicia sua obra afirmando que "a pixação existe porque vivemos em uma sociedade violenta". Embora essa assertiva pareça redundante para os praticantes do pixo com os quais pude aprender, mais do que no campo teórico, acerca das motivações que os tornam pixadores, pretendo contextualizar como esses dois campos dos saberes, o popular e o científico, articulam-se e dão condições para o entendimento da pixação como ferramenta de luta e protesto.

As experiências que me fizeram aproximar dos sujeitos praticantes da pixação em Alfenas/MG me permitiram perceber que ninguém, ou quase ninguém, inscreve ilegalmente numa superfície porque está satisfeito com algo. É uma prática que tem em si o desejo de expressão do não contentamento, da denúncia, da revolta, sobretudo se considerarmos essa ação no campo jurídico que reduz e enquadra a pixação como ato de vandalismo proposto no Código Penal brasileiro (Lei 9.605/98). Ora, faria sentido colocar-se numa situação de vulnerabilidade senão para denunciar as fragilidades do próprio sistema?

Buscando entender os meios pelos quais a efetivação da pixação decorre em razão de um sistema violento, torna-se necessário a compreensão das condições materiais e imateriais que se espacializam e condicionam onde e como cada sujeito deve viver. Para traçar esse raciocínio, Lefebvre (1999) parte da categoria do espaço para compreender como este, tornado mercadoria, assume as condições e os meios da reprodução das relações de

produção, ou seja, ocupa posição central na análise de como a sociedade se reproduz no espaço, produzindo-o.

Assim, o processo histórico anunciado pelo autor compreende como o espaço é atribuído de signos e de uma racionalidade própria da urbanidade que se consolida em função da sua crescente comercialização. A valorização desigual do espaço no modelo de produção capitalista ao atingir escala mundial,

> [...] realiza-se pela cooptação, quase total, dos níveis de realidade humana desde o acesso à moradia até a produção do imaginário assentado na constituição da sociedade de consumo (Carlos, 2017, p.34).

No entendimento que concerne à geografia urbana e à corrente teórica adotada para a análise da pixação como ferramenta de luta, situa-se no presente contexto da sociedade moderna os principais motivos pelos quais as escritas ilegais irrompem nos centros urbanos produzindo paisagens contra hegemônicas. O conflito expresso nessas escritas são, em sua essência, uma resposta ao modo pelo qual a sociedade organiza-se em função do valor de troca, onde o espaço, tido como mercadoria, também condiciona os modos de reprodução e organização social, expandindo as relações que suprimem as potencialidades de vivência do urbano.

Essa tomada de assalto à vida pela lógica neoliberal é entendida na prática pelos pixadores nos termos da violência pois, o processo que condiciona o papel social dos sujeitos no cotidiano, impõe que as condições de vida sejam mínimas para assegurar a continuidade da precarização em cada esfera que compõe o sujeito, seja o trabalho, o lazer, o estudo.

Desse modo, a pixação é efetivada na paisagem dos centros urbanos com a crítica acerca da necessidade de expressão e de apropriação simbólica do espaço, dado por duas perspectivas: a primeira busca subverter a lógica da esfera privada que condiciona o lugar em que cada sujeito deve ocupar e, a segunda, o modo pelo qual deve operar na sociedade, sobretudo a partir da condição que o qualifica como trabalhador e sua ética subjacente.

Diante dessas duas assertivas, pode-se considerar que a subversão se dá pela esfera do vivido na medida em que a "tomada para si" de um fragmento alheio da cidade, o sujeito subverte a lógica do espaço voltado à mercadoria e organizado segundo as ordens de reprodução.

Nesse sentido, as análises se complementam buscando compreender como essa interferência na paisagem provoca também rupturas no cotidiano no que diz respeito às diferentes posturas assumidas pelo sujeito

em sua condição de trabalhador-pixador. Nessa via, Pires (2017) afirma que a ação política do pixo se dá pela condição desempenhada pelo sujeito em períodos diferentes do dia. No diurno, o sujeito dedica-se às funções laborais, onde precisa se submeter a regras e performar um comportamento adequado, assim como é o meio pelo qual consegue adquirir o material utilizado para marcar a cidade. No período noturno, afirma que "[...] para o pixador a noite não é para o descanso, é para a insurgência de uma nova identidade" (Pires, 2017, p.169).

Essa dupla jornada verificada *in locu* com os/as pixadores/pixadoras de Alfenas, serviram como base para a interpretação da pixação como linguagem de luta e protesto diante da concepção de um cotidiano programado, sobretudo no centro onde há uma concentração dessa expressão em relação a outros pontos da cidade.

Em razão disso, põe-se que o *modus operandi* dos pixadores atua na direção contrária às condutas socialmente estabelecidas dado que, em vista de seu caráter transgressor, as superfícies são ilegalmente inscritas com a *tag*[1] do pixador ou uma frase que motiva a reflexão, como por exemplo a frase "Água não é produto" escrita no muro da COPASA (Companhia de Saneamento de Minas Gerais) em Alfenas/MG.

Por fim, ao propor as possibilidades de interpretação da pixação como ação política ao intervir no espaço, sua expressividade dada por recursos na esfera da arte de rua interferem na paisagem urbana contra às normativas do espaço concebido. Assim, o pixo pode ser compreendido por sua natureza do dissenso, na medida em que busca contrastar com a paisagem produzida nos espaços de concentração de capital, poderes e decisões, marcado pela racionalidade técnica.

4 Considerações finais

A aproximação entre as experiências da comunidade LGBTQIA+ e dos sujeitos praticantes da pixação em Alfenas/MG demonstra que o espaço urbano não é neutro ou acabado, mas produzido continuamente por relações sociais, conflitos e contradições. Nesse sentido, a tríade espacial de Lefebvre (1991) oferece um instrumental teórico-metodológico para compreender as relações entre o espaço concebido, enquanto expressão das racionalidades e normas que orientam a organização urbana; o espaço vivido, constituído pelos sentidos, afetos e experiências dos sujeitos; e o

1 Termo que designa a assinatura de grafiteiros e pixadores (Lassala, 2017).

espaço percebido, manifestado nas práticas espaciais e nas formas cotidianas de apropriação da cidade.

Assim, estudar as geografias malditas não significa apenas incorporar temas e sujeitos marginalizados ao conhecimento geográfico, mas permitir que suas experiências questionem os próprios modos de produzir conhecimento e compreender o espaço, evidenciando outras formas de existência, apropriação e transformação da cidade.

Referências

ALVES NETO, José Luiz; AZEVEDO, Sandra de Castro de; ROVAI, Marta Gouveia de Oliveira. A espacialidade da rua: o caso da Parada do Orgulho LGBTQIA+ do Sul de Minas, em Alfenas. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, Brasil, v. 45, p. e226012 , 2025. DOI: 10.11606/eISSN.2236-2878.rdg.2025.226012.

BRANQUINHO, Evânio dos Santos; SILVA, Eduardo de Araujo da. (Re)estruturação das cidades médias do Sul de Minas Gerais: uma análise morfofuncional comparativa de Alfenas e Poços de Caldas. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 3, 2021. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2021v31nesp2p3.

BRASIL. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm05. Acesso em: 01 nov 2026.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A privação do urbano e o "direito à cidade" em Henri Lefebvre. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. ALVES, Glória. PADUA, Rafael Faleiros de. **Justiça Espacial e o direito à cidade**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 33-63.

HERSCHMANN, Micael. **O funk e o hip-hop invadem a cena**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2000.

LASSALA, Gustavo; tradução para o inglês Anita Di Marco. **Pichação não é pixação**: uma introdução à análise de expressões gráficas urbanas. São Paulo: Altamira, 2. Ed. bilíngue: português e inglês, 2017.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space**. Oxford: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, Henri. Trad. Sérgio Martins. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

NASCIMENTO, Luiz Henrique Pereira. **Pixação**: arte em cima do muro. Cachoeira do Sul: Monstro dos Mares, 2015.

PIRES, Alan Oziel da Silva. **A pixação como apropriação da cidade**: o pixador como formador do cenário urbano. Dissertação (Mestrado - História Social da Cultura), Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Belo Horizonte, 2017, 173p.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. CHIMIN JUNIOR, Alides Baptista. **Geografias malditas**: corpos, sexualidades e espaços. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose; CHIMIN JUNIOR, Alides. O legado de Henri Lefebvre para a constituição de uma geografia corporificada. **Caderno Prudentino de Geografia**, *[S. l.]*, v. 3, n. 41, p. 63–77, 2019. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/6404.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. Diálogos entre Henri Lefebvre e as perspectivas feministas: o espaço diferencial como possibilidade. **Revista da ANPEGE**, *[S. l.]*, 2022. DOI: 10.5418/ra2022.v18i36.16299. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/16299.

Capítulo 13

Uma Alfenas sem Minas Gerais: o sistema apostilado na rede municipal de educação

Luan Pedro do Nascimento Ribeiro
Guilherme Albuquerque de Oliveira Souza
Sandra de Castro de Azevedo

1 Introdução

Nas últimas décadas, a educação pública brasileira tem sido marcada pelo avanço de políticas curriculares que ampliaram a participação da iniciativa privada na definição dos processos de ensino e aprendizagem. A consolidação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aliada à expansão dos sistemas privados de materiais didáticos de ensino nas redes públicas, evidencia um movimento de padronização curricular que redefine o papel da escola, do trabalho docente e do conhecimento escolar. Nesse contexto, houve uma intensificação de aquisição de sistemas apostilados privados nas redes municipais e estaduais de diferentes regiões do país, mesmo sendo atendidos pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), produzindo assim uma sobreposição de materiais privados financiados com recursos públicos.

É nesse cenário que se insere o município de Alfenas, localizado no Sul de Minas Gerais, cuja rede municipal de ensino adotou, em 2025, o Sistema Maxi de Ensino, da empresa Somos Educação. Tal processo instiga a questões centrais: Quais motivos levaram à escolha desse material? Quais concepções de espaço geográfico e de ensino de Geografia são discutidas por esse material e de que maneira as cidades médias e a realidade vivida pelos estudantes de Alfenas são contempladas em sua organização?

Metodologicamente, a pesquisa fundamenta-se no Materialismo Histórico-Dialético, compreendendo a educação, o currículo e os materiais didáticos como produtos históricos, socialmente determinados e atravessados pelas contradições próprias da sociedade capitalista. Foram analisadas as apostilas de Geografia do 6º ano do Ensino Fundamental do Sistema Maxi de Ensino, especialmente as Unidades 1 e 2 do primeiro bimestre, confrontando seus conteúdos, exemplos, atividades e orientações

pedagógicas com a literatura sobre Ensino de Geografia, cidades médias, currículo e políticas educacionais, bem como com documentos normativos, como a BNCC e o Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG). Complementarmente, foram examinados dados relativos aos investimentos públicos na aquisição do sistema apostilado e do PNLD no município de Alfenas, no Portal de Transparência do Governo Federal e da Prefeitura de Alfenas, buscando compreender as implicações dessa sobreposição de materiais para a educação pública.

2 BNCC, PNLD e apostila: a padronização do conteúdo e a limitação da autonomia docente em prol do fortalecimento da privatização da educação pública.

Em 2025 os profissionais da educação do município de Alfenas, em Minas Gerais, foram surpreendidos com a implementação de um sistema apostilado. A rede municipal de educação de Alfenas adquiriu a mercadoria Sistema Maxi de Ensino da empresa Somos Educação, fato que gerou várias indagações, a principal delas sendo: Qual a necessidade de adquirir um material da rede privada se o município é atendido pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD)?

É importante ponderar que essas mercadorias são procuradas porque existe uma supervalorização de sistemas apostilados, que historicamente têm sido utilizados por escolas privadas e discursivamente perpetuados como sinônimo de qualidade. Além disso, as editoras investem alto em marketing, em propostas de metodologias padronizadas e promessas sobre o resultado em avaliações e/ou vestibulares. É neste ponto que é necessário discutir essa contraposição: O PNLD já garante o material e o distribui para as escolas, porém o município compra materiais externos de grandes editoras. Para isso, nos deparamos com os dados que comprovam essa afirmação.

Tabela 1- Valores e quantidades dos livros didáticos e apostilas para o município de Alfenas-MG, no ano de 2025.

LIVROS E APOSTILAS NO MUNICÍPIO DE ALFENAS-MG, EM 2025			
Livros PNLD		Apostilas Sistema Maxi de Ensino	
VALOR (Reais)	QUANTIDADE (Unidade)	VALOR (Reais)	QUANTIDADE (Unidade)
255.752,78	23.560	2.625.681,08	29.440

Fonte: Portal de transparência do Governo Federal e da Prefeitura de Alfenas (2025)
Elaboração: Autores.

A análise dos dados apresentados na tabela acima revela uma grande disparidade no investimento público destinado aos materiais didáticos no município. Enquanto os livros didáticos, oriundos do PNLD, representam um custo de 255.752,78 reais para o fornecimento de 23.560 unidades, o Sistema Maxi de Ensino representa um gasto de 2.625.681,08 reais do município para 29.440 exemplares da apostila. Mas afinal, o que isso representa?

Essa sobreposição de materiais configura um duplo gasto do dinheiro público, mas é importante considerar que não é um caso isolado ao Município de Alfenas-MG, sendo na verdade parte de um movimento de integração à reestruturação das políticas educacionais nacionais a partir dos anos de 1990, que segundo Adrião et al. (2009), implica numa generalização das expressões de subvenção pública à esfera privada.

De acordo com a Secretária de Educação de Alfenas, a comunidade escolar do município tem "expectativas otimistas em relação aos impactos positivos que o Max/Saber trará, como a melhoria no desempenho acadêmico e o aumento do engajamento escolar promovendo uma educação mais acessível e equitativa para todas as crianças da rede" (Prefeitura Municipal de Alfenas, 2025). Ou seja, nota-se a ideia de que um sistema padronizado poderia melhorar a qualidade da educação e sanar as desigualdades educacionais no município.

Embora na mesma fala a secretária afirme que houve uma personalização do sistema para atender a realidade de Alfenas, parece-nos que esse movimento não aconteceu de forma efetiva, pois as apostilas

distribuídas na rede não fazem menção a realidade de Alfenas, e tão pouco ao estado de Minas Gerais. Pelo contrário, são apostilas elaboradas levando em consideração apenas a BNCC, que é um documento nacional, deixando de lado inclusive a limitada parte diversificada de Minas Gerais do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG).

Na apostila fornecida aos professores isso fica bastante claro no tópico 'A Base Nacional Comum Curricular' da parte introdutória do material:

> O material do Sistema Maxi de Ensino utilizou como referência para a produção de conteúdos a versão final da BNCC, homologada em dezembro de 2017 pelo Ministério da Educação (MEC). Cabe ressaltar que esse movimento de alinhamento a esse documento fortaleceu, ainda mais a proposta pedagógica do Sistema Maxi de Ensino, uma vez que é centrada na articulação de processos cognitivos e afetivos para efetivação das aprendizagens essenciais pelos alunos. (Maxi, 2025, p. 7).

Sobre a concepção pedagógica expressa nesses materiais, o Sistema Maxi de Ensino objetiva a "formação integral" dos estudantes com base no que a empresa chama de Pedagogia Afetiva. Essa abordagem, segundo o site da própria editora, é capaz de formar cidadãos racionais e emocionalmente preparados, capazes de compreender a multiplicidade do mundo. O discurso em si é bem articulado, porém é importante considerar que esta abordagem também se ancora nas Competências Socioemocionais, designadas pela BNCC.

O trabalho pedagógico das professoras e dos professores aparece nas apostilas guiado por um passo a passo, que na maioria das vezes consiste em explicar o conteúdo e passar uma atividade. Essa organização do sistema desvaloriza a formação, a autonomia e o trabalho docente, pois reduz sua função à mera reprodução de conteúdos. Isso fica bastante evidente com o tom imperativo usado durante todo o material do professor (ex.: "Projete na lousa..."; "Solicite previamente aos alunos..."; "Traga um globo..."; "Trabalhe o conceito de escala..." e; "Inicie a aula corrigindo...").

Esse controle só é possível porque, na seção de orientações para o professor, todas as quatro unidades do bimestre são organizadas por aulas. E todas as unidades são organizadas por habilidades da BNCC, tornando possível, dessa forma, um controle sobre o tempo e espaço do trabalho docente através do currículo.

Entendemos que esse projeto advém de décadas de um movimento de reformas curriculares neoliberais que tem retirado, das sujeitas e dos

sujeitos escolares, os seus direitos e saberes sobre o currículo, delegando essa função aos/às profissionais técnicos/as e competentes de gabinetes em grandes centros urbanos (Arroyo, 2007).

Isso ficou bastante evidente com a aprovação da BNCC, em 2017, e sua territorialização impositiva e acelerada em poucos anos nas redes estaduais e municipais de ensino de todo país (Souza e Azevedo, 2025).

3 Nem Alfenas, Nem Sul de Minas e Nem Minas Gerais: o silenciamento da realidade do sistema municipal de educação de Alfenas-MG

Um fato que justificaria a contratação deste material privado seria uma abordagem mais próxima da realidade do município, uma vez que o PNLD é nacional, não abordando assim questões específicas principalmente de cidades médias e pequenas.

Mas bem, explorando os conteúdos desses materiais, iremos nos debruçar sobre as apostilas do 6° ano, especialmente as unidades 1 e 2 da apostila do primeiro bimestre, que trazem: I - Estudar Geografia; e II - A produção do espaço.

A Unidade 1 trabalha duas habilidades da BNCC, EF06GE01 (Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos) e EF06GE02 (Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários) ao longo de 6 aulas. Analisando o passo a passo do professor para essa unidade, percebe-se um esvaziamento completo da Geografia Crítica, reduzindo a ciência geográfica a localização e registro do cotidiano.

Tanto na aula 2, quanto na aula 6, aparece a indicação para que o docente trabalhe com exemplos de Brasília, como em: "projete na lousa a imagem de Brasília feita por satélite e peça que os alunos listem os elementos observados"; e "construa um guia turístico diferenciado para Brasília a partir da perspectiva da Geografia, destacando suas paisagens e as conexões e analogias entre os elementos".

Algumas sugestões de trabalhar com a realidade dos alunos só aparece no momento de falar sobre paisagem, mas propondo a construção de linhas do tempo com as transformações da paisagem local. Daí existiria a possibilidade de trabalhar as dinâmicas da cidade média, porém o

currículo, representado aqui pela apostila, separou apenas uma aula (50 minutos) para esse movimento, além da correção de uma atividade.

Ainda por cima, nas atividades associadas ao estudo da paisagem, os exemplos normalmente são de cidades dos Estados Unidos, da Tailândia, da Suíça e do Peru. Exemplos do Brasil são de São Paulo (representada pela Av. Paulista), Santa Catarina, Brasília e Mato Grosso. Isso demonstra a falta de diversidade e articulação com a escala do município de Alfenas, proporcionados pela abstração do nacional. Esse é um problema denunciado por outras redes que fazem uso do mesmo sistema de ensino privado, como a Rede de Estado de Educação do Mato Grosso. De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores no Ensino Público de Mato Grosso (Sintep-MT):

> O sistema é encapsulado e retira a autonomia pedagógica dos professores, rompe com o Projeto Político Pedagógico da escola, fragmenta o direito ao conhecimento integral dos estudantes. "Esse tal modelo estruturado", cita Guelda, desrespeita as diferentes realidades, na qual, cada escola está inserida. E mais, conforme a dirigente, "ele engessa e direciona o professor, que sequer precisa planejar sua aula, pois apresentam um projeto e um currículo que não contemplam a realidade diversa dos estudantes que mais precisam da escola pública e gratuita. Além de fazer avaliações que não correspondem nossas defesas". (Riechelmann, 2022, não paginado).

Nossa hipótese é de que essa padronização se dá através de uma estratégia de negócios do sistema, pois, essa abstração do espaço e das escalas geográficas funciona como uma forma de produzir e vender uma mercadoria genérica para inúmeras redes, alegando assim uma falsa diversidade e uma identificação com os territórios. Analisando o material, percebe-se a problemática dessas abstrações, que parecem valorizar grandes centros urbanos ou, no caso do estado do Mato Grosso, os clientes mais importantes para a empresa. Minas Gerais sequer é mencionada em nenhum momento da unidade 1, muito menos as dinâmicas das cidades médias.

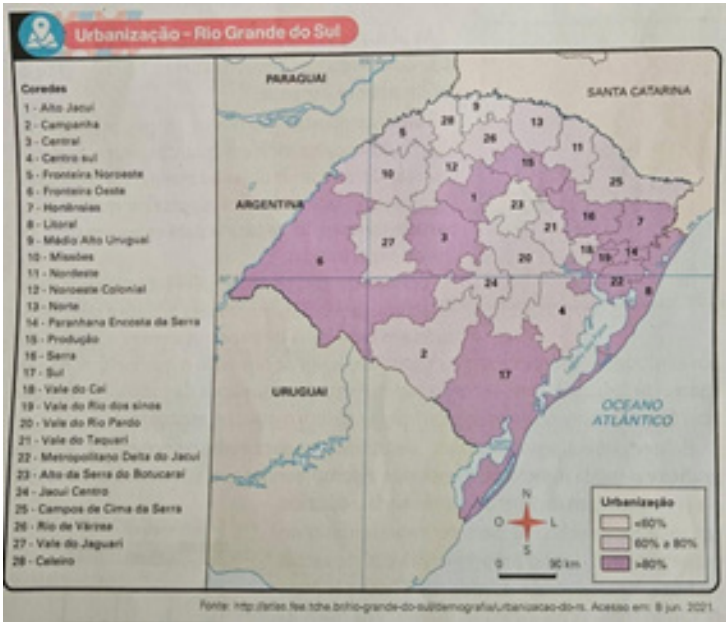
A Unidade 2 traz três habilidades da BNCC, EF06GE06 (Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização), EF06GE07 (Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades) e EF06GE08 (Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas). Embora a unidade

proponha em seu tema o estudo da produção do espaço, isso fica esmaecido no conteúdo, que na verdade só traz formas de representação do espaço geográfico (mapas, croquis, plantas etc.).

A ciência geográfica novamente é tratada de forma acrítica e desarticulada com a realidade, por exemplo na explicação sobre croquis, em que é pedido para o professor elaborar juntamente com os alunos um croqui da paisagem da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, e que isso por si poderia gerar uma "aprendizagem significativa" para os alunos. Mas significativa para quem e para quê? Como poderia significar algo se não possibilita uma articulação com a vivência dos estudantes de Alfenas e com a diversidade e as contradições da cidade média? Isso demonstra uma contradição entre o anunciado pela empresa inicialmente, nos materiais, e na prática.

A habilidade EF06GE07 usada para tratar da urbanização também não aborda a diversidade das cidades médias, nem o estado de Minas Gerais. O exemplo utilizado pela apostila demonstra o processo de urbanização no Rio Grande do Sul (Figura 2).

Figura 2 - Mapa de urbanização do estado do Rio Grande do Sul (RS) da apostila do Sistema Maxi de Ensino.



Fonte: Apostila do 6º ano Sistema Maxi de Ensino, p.19, 2025.

A crítica à essa apresentação é muito pertinente, principalmente porque nossas alunas e alunos no processo de aprendizagem dos processos cartográficos deveriam estar inicialmente incumbidos de entender a região que estão inseridos, para assim conseguirem associar diferentes representações. A forma que está demonstrada reforça o caráter pragmático da cartografia escolar e distância da Geografia Crítica, desconsiderando o desenvolvimento crítico sobre o espaço (Ribeiro e Azevedo, 2025).

O Brasil contém uma quantidade expressiva de cidades médias, e várias pesquisas científicas se dedicam ao estudo destes espaços. Este fato que por si só deve nos mobilizar para o desafio de contemplá-las em nossas aulas de Geografia. Devemos nos inclinar ao entendimento sobre como as cidades médias, enquanto uma diversidade de singularidades, quando valorizadas, contribuem para a compreensão da Geografia. Nessa busca, concordamos com Silva e Azevedo (2021):

> O que se pensa é que não se deve nem priorizar somente a escala local das cidades médias e pequenas e nem as escalas nacionais e globais, mas sim que tais escalas se articulem, passando pela escala local das cidades médias e pequenas, pelas escalas regionais, nacionais e globais, mas sem utilizar o círculo concêntrico. O que permitiria ao aluno construir essa visão escalar entre local e global, percebendo que essas escalas estão conectadas pelo espaço geográfico em que ele se encontra inserido e atuante. Para isso, é necessário que o currículo e o professor levem os alunos a pensarem nas dinâmicas de cidades médias e pequenas, saindo do discurso do nacional que normalmente é pautado na metrópole. (Silva e Azevedo, 2021, pp. 348-349)

A partir dos estudos sobre as cidades médias em sala de aula, podemos abordar uma série de outros conceitos e conteúdos geográficos, como (re) produção do espaço, relações campo-cidade e rural-urbano, desigualdades socioespaciais, cotidiano, multiescalaridades (as relações locais, regionais, nacionais e globais), redes urbanas, planejamento urbano, a relação da cidade média com as pequenas e grandes cidades, com os componentes físico-naturais do espaço geográfico etc. Mas, para que isso seja praticado, o ensino da cidade precisa dialogar com o cotidiano dos(as) estudantes e com o contexto em que a escola está inserida, não para exemplificar os conceitos ensinados, mas instrumentalizá-los para uma formação política e cidadã que contribua para a transformação da realidade.

Então não basta trazer o estudo da cidade pautado na realidade da metrópole, como aparece na BNCC (Silva, 2021), pois, embora o recorte da metrópole seja sim importante, é necessário que as alunas e

os alunos percebam as contradições do espaço onde vivem. Infelizmente, esses movimentos são reforçados pelo já citado material didático e pelos livros que são elaborados a partir do currículo nacional e de um grande financiamento pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático.

Com as recentes reformas curriculares que proporcionaram o surgimento e/ou a ampliação de novos mercados educacionais, tem se tornado bastante frequente a venda de materiais apostilados vinculados a plataformas educacionais às redes municipais e estaduais de ensino. Ou seja, essa pesquisa comprova que a BNCC, desde de sua aprovação, tem funcionado como um vetor de privatização da educação no Brasil.

4 Considerações finais

A análise das apostilas evidenciou um profundo esvaziamento crítico do Ensino de Geografia, especialmente no que se refere à abordagem das cidades médias. Observou-se que o material é fortemente padronizado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e desvinculado totalmente do Currículo Referência de Minas Gerais (CRMG) (que também é uma cópia da base, mas traz alguns elementos regionais de Minas Gerais).

Essa padronização curricular, sustentada por uma lógica de mercado e de privatização da educação pública, limita (e muito) a autonomia do trabalho docente, e reduz o papel de reprodução de conteúdos determinados por documentos nacionais e limitantes.

Importante ressaltar que apesar de reconhecer a padronização do PNLD pela BNCC, entendemos que seu uso é menos prejudicial pois, os livros didáticos passam por um processo de avaliação rigoroso antes de ir para as escolas, diferentes das apostilas, que não possuem uma avaliação e acompanhamento do conteúdo.

Constata-se que a ausência de cidades médias nos exemplos dos conteúdos e nas atividades das apostilas revela um silenciamento que reforça a desigualdade e enfraquece a relação das alunas e alunos com o espaço que estão inseridos. Ao invisibilizar a realidade local e regional, o material contribui para uma formação desvinculada da compreensão das contradições sociais e territoriais do cotidiano.

O município de Alfenas possui uma rede relativamente pequena e poderia elaborar um currículo próprio partindo da realidade sul-mineira em parceria com as universidades que existem na cidade. Mas a opção foi comprar apostilas e obrigar o uso nas escolas urbanas e nas escolas rurais.

Referências

ADRIÃO, Theresa et al. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de sistemas de ensino por municípios paulistas. **Educação & Sociedad**e, v. 30, n. 108, pp. 799-818, out. 2009.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Indagações sobre currículo**: educandos e educadores: seus direitos e o currículo. Organização Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel, Aricélia Ribeiro do Nascimento. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

MAXI. **6° ano: Ensino Fundamental, Anos Finais**. Caderno 1: Geografia - Manual do Professor/ Obra Coletiva. 2ª ed., São Paulo: Somos Sistemas de Ensino, 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALFENAS. **Prefeitura adota sistema de ensino Maxi Saber para o ensino fundamental 1 e 2**. Minas Gerais, Alfenas, 2025. Disponível em: https://www.alfenas.mg.gov.br/noticias/-12.

RIBEIRO, Luan Pedro do Nascimento e AZEVEDO, Sandra de Castro de. Cartografia escolar no Brasil: entre a representação técnica e a urgência de uma abordagem crítica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 5., 2025, Rio Claro, SP. **Anais** [...] Rio Claro, SP: UNESP / IGCE – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025. Disponível em: https://www.cboeunesp.com.br/certificadoanais.

RIECHELMANN, Roseli. **Sistema Estruturado de Ensino da Seduc/MT retira autonomia dos educadores**. SINDEP-MT, Mato Grosso: Cuiabá, 2022. Disponível em: https://sintep.org.br/sintep/Utilidades/view_noticia/sistema-estruturado-de-ensino-da-seduc-mt-retira-autonomia-dos-educadores/i:1363.

SILVA, André de Paula; AZEVEDO, Sandra de Castro de. A importância das cidades médias e pequenas no ensino de geografia e as políticas curriculares. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 2, p. 334, 2021. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2021v31nesp2p334. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/27016.

SILVA, André de Paula. **Do Global ao Local: a Dialética entre as Políticas Curriculares de Geografia e as Cidades Médias e Pequenas**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas), 2021.

SOUZA, Guilherme Albuquerque de Oliveira; AZEVEDO, Sandra de Castro de. A invenção do nacional em políticas curriculares educacionais: o caso do Programa de Apoio à implementação da Base Nacional Comum Curricular (ProBNCC). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO, 5., 2025, Rio Claro, SP. **Anais** [...] Rio Claro, SP: UNESP / IGCE – Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2025. Disponível em: https://www.cboeunesp.com.br/certificadoanais.

PARTE III

SUJEITOS, TERRITORIALIDADES E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS

Capítulo 14

Interações espaciais e mobilidade estudantil: o caso da UNIFAL e suas influências regionais

Henrique Vasconcelos Santiago
Flamarion Dutra Alves

1 Introdução

O constante avanço dos meios de comunicação e transporte, associado a uma dinâmica territorial cada vez mais atrelada ao modo de produção capitalista, intensifica a divisão territorial e produtiva do trabalho. Em outras palavras, a interconexão entre localidades se expande, gerando interações espaciais de dependência e/ou interdependência, multilocalizando os aspectos econômicos e sociais, por meio da mobilidade de pessoas e objetos.

Em conjunto, políticas públicas que visam ao desenvolvimento regional socioeconômico ampliam o poder conectivo e interativo de cidades médias e pequenas localizadas no interior do país. Um exemplo é a constituição de novas universidades e/ou a ampliação das já existentes. Em 2005, a cidade de Alfenas foi contemplada com a criação da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), cocriando novas formas interativas com outros núcleos urbanos, por meio da oferta de ensino superior.

No caso deste estudo, as interações espaciais giram em torno da mobilidade estudantil para o acesso ao ensino superior, tanto os estudantes que se deslocaram de outros municípios quanto aqueles já residentes ou nascidos em Alfenas. As interações que emergem a partir dos fluxos de estudantes não abrangem apenas a esfera da mobilidade demográfica, mas também as dimensões econômica, social e política, por meio dos fluxos e movimentos entre as localidades de origem, Alfenas e, por fim, a UNIFAL. Nesse sentido, o objetivo central desta pesquisa se vincula à análise dos fluxos e interações espaciais a partir da mobilidade discente, considerando uma categorização regional, apresentada a seguir.

A área de abrangência da pesquisa compreende todo o território nacional (para a análise geral dos concluintes), com especial atenção aos concluintes da Região Geográfica Imediata de Alfenas (RGIA), que reúne

um total de 13 municípios[1] e está localizada na Mesorregião Sul/Sudoeste de Minas Gerais.

A fonte de dados foi disponibilizada pelo DRGCA-UNIFAL[2] e compreende o período de 2015 a 2023. A partir desses dados, foi realizada a tabulação das informações em mapas e gráficos. Decidimos utilizar os dados referentes ao município de residência (no momento de matrícula). Na análise geral do total de concluintes, foram considerados os quatro campi da UNIFAL: Alfenas (campi Sede e Santa Clara), Poços de Caldas e Varginha. Considerando os cursos analisados, foram escolhidos três cursos dos campi de Alfenas. Os cursos escolhidos foram: Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e Medicina. Houve também um levantamento bibliográfico vinculado a três conceitos-chave: interações espaciais, cidades médias e universidades em cidades médias. Os resultados foram classificados em torno do conceito de interações espaciais e suas relações regionais, inspirados na obra de Corrêa (1997), como demonstrado a seguir: a) Fortemente Extra-Regional: de 0% a 9,9%; b) Significativamente Extra-Regional: de 10% a 29,99%; c) Significativamente Intra-Regional: 30% a 49,99%; d) Fortemente Intra-Regional: Mais de 50%[3].

2 Interações espaciais: fluxos e movimentos

As interações espaciais são estruturadas por um complexo e dinâmico conjunto de movimentos de pessoas, mercadorias, informações e capitais. Os fluxos gerados por essas interações apresentam menor ou maior intensidade, diferenciando-se quanto à distância, à direção e à frequência de ocorrência. A mobilidade produzida apresenta diferentes naturezas e é permitida por diferentes meios e velocidades (Corrêa, 1997).

A ocorrência de interações espaciais exige, necessariamente, a interdependência entre duas ou mais áreas geográficas distintas. Essas áreas normalmente são denominadas regiões, espaços, lugares, unidades político-territoriais ou empresas e indústrias em uma perspectiva de produtividade econômica (Corrêa, 1997). As interações espaciais não ocorrem de forma isolada, mas por meio de redes geográficas constituídas por diferentes tipos de fluxos e motivações. Quanto menores forem as distâncias entre as localidades, maior tende a ser a intensidade das interações.

1 São eles: Alfenas, Alterosa, Areado, Campo do Meio, Campos Gerais, Carvalhópolis, Conceição da Aparecida, Divisa Nova, Fama, Machado, Paraguaçu, Poço Fundo e Serrania.

2 Departamento de Registros Gerais e Controle Acadêmico.

3 As classificações serão melhor exemplificadas nos resultados.

As interações espaciais são atravessadas por especificidades e desigualdades. Essas especificidades são marcadas por qualidades regionais, locacionais e produtivas, enquanto as desigualdades decorrem da construção e do desenvolvimento diferencial regional e local. O aumento da capitalização espacial reforça as desigualdades, a partir da falta ou abundância de meios de acumulação, produção, de ensino/pesquisa, de tecnologia e informação, entre uma localidade e outra, gerando situações de dependência ou complementaridade entre os espaços. As interações espaciais "refletem as diferenças de lugares face às necessidades historicamente identificadas", o desenvolvimento desigual regional brasileiro é um exemplo, no qual os interesses coloniais e, posteriormente, os interesses capitalistas determinam as localidades de investimentos, ou seja, "tendem a favorecer um lugar em detrimento de outro, ampliando as diferenças já existentes" (Corrêa, 1997, p. 280).

Os rearranjos nacionais atuais, associados à mundialização dos territórios, facilitam a entrada do capital e a implementação de políticas de desenvolvimento socioeconômico nas cidades. As estratégias geradas por meio da vinculação entre capitalismo e políticas de Estado, "permitiram a ativação de fragmentos territoriais em escala regional" (Godoy, Castro, Alves, 2015, p. 62). Com a "ativação de fragmentos territoriais", as redes urbanas entre cidades médias e pequenas se acentuam. Os núcleos urbanos pequenos tendem a ser dependentes das cidades médias e grandes, conectando-se por meio de interações e redes.

As cidades médias apresentam possibilidades de conexão com outros centros, ao mesmo tempo em que desenvolvem processos e complexidades próprias, diferenciando-se das metrópoles. Normalmente, as cidades médias estruturam interações intraurbanas através da aproximação de elementos do campo e cidade, cocriando espacialidades únicas, sustentadas por relações econômicas, políticas e sociais no espaço geográfico, apresentando um caráter dialético entre a ruralidade e urbanidade (Godoy, Castro, Alves, 2015).

No sul de Minas Gerais, há algumas cidades médias[4] que apresentam influências regionais (REGIC, 2018). Esses núcleos urbanos constituem importantes localidades e centralidades no que tange às dinâmicas urbanas e regionais. Consequentemente, oferecem diversas infraestruturas que atraem migrantes de áreas mais próximas, a fim de acessar serviços, adquirir mercadorias e utilizar instituições de saúde, educação e lazer. Ao

4 São elas: Alfenas, Itajubá, Lavras, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre e Varginha

mesmo tempo em que Alfenas exerce influência sobre os municípios de sua região, a cidade também é polarizada por outros centros urbanos, por meio de classificações hierárquicas superiores, reforçando o papel da cidade média como elemento intermediário na rede urbana (Figueiredo, Andrade e Alves, 2022).

O desenvolvimento funcional das cidades médias cresce de forma expressiva, traduzindo-se em uma ampla oferta de bens e serviços especializados, transparecendo em sua rede urbana. Alfenas, em razão de seu desenvolvimento comparativo com outros municípios da região, torna-se portadora dos aparatos funcionais mais sofisticados, e concentrando fluxos de pessoas, matérias-primas e mercadorias que satisfazem suas estruturas funcionais (Godoy, Castro, Alves, 2015) e geram diversas interações, principalmente com cidades próximas e pertencentes à região, mas também com localidades extra-regionais.

3 A chegada da universidade em Alfenas: reestruturação da cidade e conectividade

O período de 2003 a 2010 caracterizou-se pela maior expansão do Sistema Federal de Ensino Superior. Nesse período, todos os Estados brasileiros receberam campi de universidades federais existentes ou novas. Essa ampliação apresentou variações locacionais, abrangendo cidades médias e pequenas e configurando-se como uma política de interiorização e de desenvolvimento regional (Baumgartner, 2021). A Universidade Federal de Alfenas constitui um exemplo desse processo. Vale destacar as universidades com caráter internacional, como a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

> Tanto em áreas economicamente estagnadas quanto naquelas de forte dinamismo industrial ou do agronegócio, esses novos campi visam também o desenvolvimento urbano e regional, a partir de aspectos ligados ao que se pode configurar como economia do conhecimento ou criativa (Baumgartner, 2021, p. 37).

Essa "economia do conhecimento" ocorre devido a novas modalidades produtivas voltadas ao desenvolvimento de novas tecnologias, aplicações e designs de mercadorias, mais do que propriamente para a produção de conhecimento em si. Portanto, há reproduções e intensificações do uso de conhecimentos mais inovadores em uma diversidade de setores produtivos. A produção do conhecimento cria e conecta redes entre os

sistemas oficiais ou institucionais de educação, em especial, institutos voltados ao desenvolvimento tecnológico e produtivo, sustentados por investimentos em pesquisa realizados por políticas públicas ou empresas privadas (Cassiolato, 1999).

Devido ao crescente interesse capitalista por esta "economia do conhecimento", as universidades se apresentam como instituições para a inovação e a perpetuação produtiva do capitalismo. No cenário atual, nota-se cada vez mais a interconectividade entre universidades, produção do conhecimento e modos de produção, transformando o conhecimento e a inovação em *commodities* aptas ao desenvolvimento econômico (Baumgartner, 2021). As instituições de ensino superior estão cada vez mais imbricadas em estratégias de demandas locais e regionais para o desenvolvimento, a partir da construção de capital humano e também por meio de seus serviços (pesquisa, extensão e ensino) ofertados à sociedade, ao Estado e às instituições privadas.

Quando essas universidades adentram cidades médias e pequenas, influenciam a construção do espaço geográfico por meio da atuação de diferentes agentes, como o Estado, prestadores de serviços, agentes imobiliários e comerciantes, além da inserção de novos grupos populacionais e da modificação da estrutura urbana preexistente. Não apenas os sujeitos são reconfigurados, mas também a própria estrutura urbana e regional do município, por meio da dinamização de suas esferas econômicas e políticas (Baumgartner, 2021). Sendo assim, as universidades reconfiguram as estruturas e suas funcionalidades, tanto a estrutura material da cidade quanto seus aspectos sociais e culturais.

Com a instituição da universidade, nota-se um aumento no número de migrantes nesses municípios, incluindo não apenas estudantes, mas também profissionais altamente qualificados (pesquisadores, professores universitários e técnicos). Em relação aos novos discentes, muitos deles apresentam alto poder aquisitivo, já os alunos que apresentam menor renda provocam modificações no espaço urbano e imobiliário a partir da criação de moradias coletivas e/ou "repúblicas" (Baumgartner, 2021).

Assim, enquanto cidade média, Alfenas está diretamente vinculada à oferta de serviços em seu espaço intraurbano. A potência dos fluxos de oferta e consumo dos serviços na cidade é fundamental para o estabelecimento de uma hierarquia urbana, através do potencial de seu arranjo produtivo e de distribuição de serviços e produtos.

Com uma especialização cada vez maior da cidade, as relações espaciais se tornam mais complexas. Ou seja, o elevado grau de especialização e a intensidade dos fluxos estabelecidos na rede urbana produzem uma dinâmica multidimensional, capaz de atravessar as hierarquias urbanas. Isso permite que cidades médias estabeleçam fluxos verticais com instâncias urbanas, regionais, estaduais ou federais superiores.

4 Resultados

Para esta análise, Alfenas/UNIFAL é considerada um centro nodal, responsável pela centralização das interações espaciais. Nesta pesquisa, foi utilizada a variável "fluxo de estudantes concluintes e seus municípios". São destacados os estudantes, seus municípios de residência e suas interações espaciais com a universidade e alguns cursos escolhidos, numa categorização por padrões regionais, inspirada em Corrêa (1997).

No que se refere ao acesso universitário e à concorrência por cursos tradicionalmente "mais valorizados", como Medicina, a mobilidade espacial e o potencial de interações diferenciam-se entre os estudantes com distintos níveis socioeconômicos, apresentando variáveis diferenciais no direcionamento e intensidade dos fluxos.

O número total de concluintes pela UNIFAL (2015 a 2023) foi de 7.752 formados. Nota-se a presença predominante de concluintes advindos de municípios mineiros e paulistas (Mapa 1), a junção dos dois Estados agrega um total de 7.637 (98,52%) concluintes, enquanto os demais Estados juntos apresentam 115 (1,48%) formados.

Mapa 1 – Concluintes pela UNIFAL por Estados Federativos (2015 a 2023).



Fonte: DRGCA (2025), UNIFAL-MG. Elaboração: Flamarion Dutra Alves (2025).

Os municípios que se destacam no número de concluintes são: Alfenas-MG (1.171); Poços de Caldas-MG (644); Varginha-MG (508); Campos Gerais-MG (115); São João da Boa Vista-SP (108); os demais municípios apresentaram 105 ou menos concluintes.

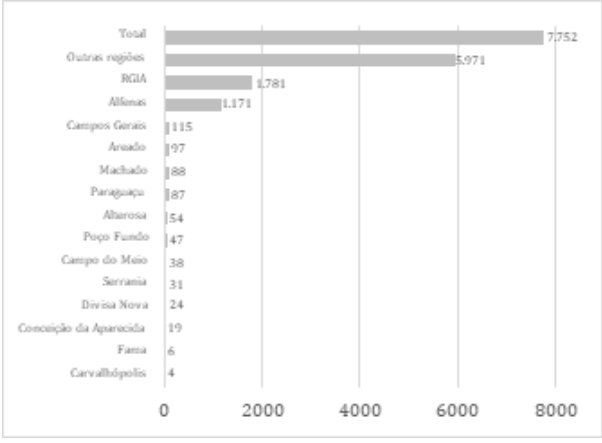
O Estado de Minas Gerais apresentou o maior contingente de discentes formados, totalizando 5.415 (69,85%). Nessa configuração estadual, as interações de estudantes em direção a Alfenas/UNIFAL caracterizam-se como fortemente intra-regionais. As interações "significativamente intra-regionais e as fortemente intra-regionais" são aquelas que se associam a um passado onde as áreas eram relativamente integradas internamente e apresentavam poucas articulações externas, "revelando forte grau de autonomia regional e limitada participação em uma pouco desenvolvida divisão territorial do trabalho" (Corrêa, 1997, p. 298). Essas interações caracterizam-se, por exemplo, pelas interações dos lugares centrais, que concentram esferas educacionais de ensino superior e exercem atração sobre áreas próximas.

O Estado de São Paulo apresentou o segundo maior contingente de concluintes, com 2.222 (28,66%). Apenas a RGIA, com seus 13 municípios (incluindo Alfenas), representa 1.781 (22,97%) dos concluintes, enquadrando-se como uma interação significativamente extra-regional. As interações "fortemente extra-regionais e as significativamente extra-regionais" caracterizam-se por fluxos de maior distância, envolvendo interações referentes tanto às especializações funcionais nos setores produtivos e de serviços (Corrêa, 1997) quanto à oferta de cursos de ensino superior.

> [...] centros portuários, **universitários**, de veraneio, mineração e de peregrinação religiosa constituem típicos focos de interações fortemente extra-regional (Corrêa, 1997, p. 300, grifo do autor).

Essas "cidades nodais" apresentam centralidades relativamente elevadas em relação ao seu tamanho demográfico, inserindo-se nas redes urbanas como centralidades especializadas e, posteriormente, como localidades centrais. O próximo gráfico (1) trará o contexto da RGIA.

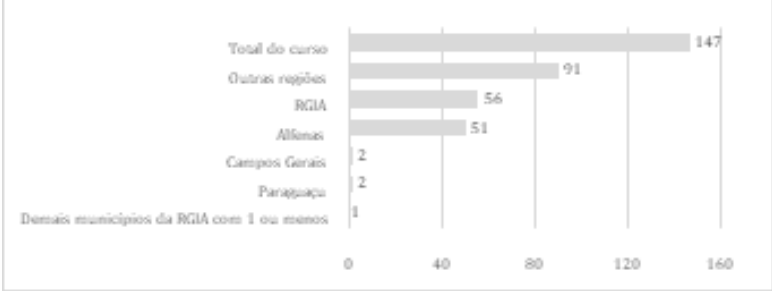
Gráfico 1 – Número de concluintes por região e municípios da RGIA (2015 a 2023).



Fonte: DRGCA (2025), UNIFAL-MG. Elaboração: do autor (2025).

O total de concluintes provenientes da RGIA chega a 1.781 (22,97% do total), sendo Alfenas (cerca de 15,11%) o maior destaque, seguida por Campos Gerais (115). Seguindo a metodologia da pesquisa, as interações formadas entre universidade e RGIA são "significativamente extra-regionais". As outras regiões (contando todas presentes no Brasil) somam 77,03%. Excluindo Alfenas, os demais municípios da RGIA, separadamente, não somam 2%. O próximo tópico refere-se à análise de alguns cursos. O primeiro será o curso de Geografia-Bacharelado (gráfico 2).

Gráfico 2 - Número de concluintes em Geografia (Bacharelado) na UNIFAL-MG por município na RGIA (2015 a 2023).

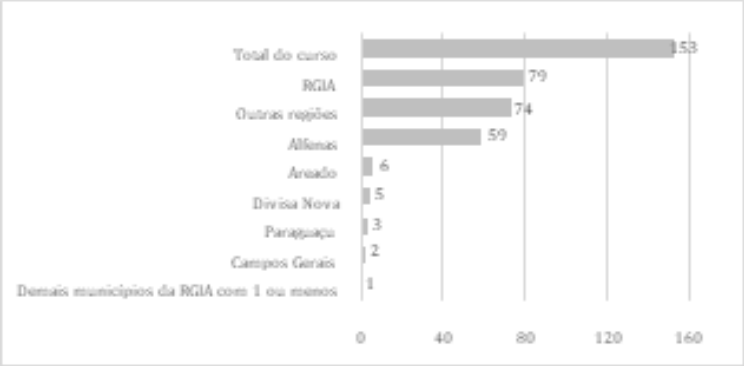


Fonte: DRGCA (2025), UNIFAL-MG. Elaboração: do autor (2025).

Dos 147 formados, 56 (38,10%) são da RGIA, o que caracteriza as interações como significativamente intra-regionais. Desses, 51 (34,69%)

são de Alfenas. As demais regiões abrangem 91 (61,90%) concluintes. A seguir, são apresentados os dados do curso de Geografia-Licenciatura (gráfico 3).

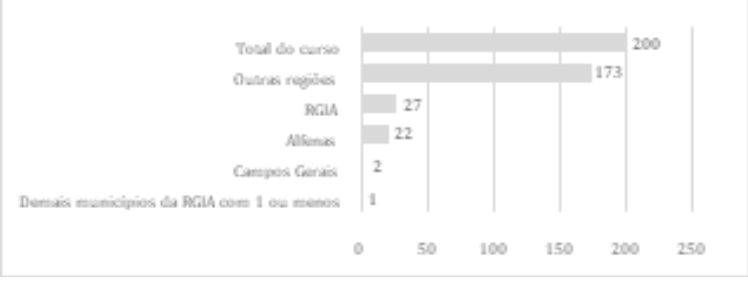
Gráfico 3 - Número de concluintes em Geografia (Licenciatura) na UNIFAL-MG por município na RGIA (2015 a 2023).



Fonte: DRGCA (2025), UNIFAL-MG. Elaboração: do autor (2025).

Em Licenciatura, o curso de Geografia formou 153 pessoas, das quais 79 (51,63%) são provenientes da RGIA. As interações espaciais entre alunos e universidade podem ser classificadas como "fortemente intra-regionais". Alfenas, novamente, apresenta-se como o maior município de origem dos alunos com 59 (38,56%), seguida por Areado, com seis concluintes (3,92%). As outras regiões apresentam um total de 74 (48,37%). A seguir, partiremos para a análise do curso de Medicina (gráfico 4).

Gráfico 4 - Número de concluintes em Medicina na UNIFAL-MG por município na RGIA (2015 a 2023).



Fonte: DRGCA (2025), UNIFAL-MG. Elaboração: do autor (2025).

Foram 200 concluintes em Medicina durante a série histórica, dos quais apenas 27 (13,5%) eram provenientes da RGIA, as interações espaciais caracterizam-se como "significativamente extra-regional", dos quais 22 (11%) são de Alfenas e dois (1%) são de Campos Gerais. Quanto às demais regiões, 173 concluintes (86,5%) eram originários de outras localidades.

5 Conclusão

Numa visão totalizante, englobando o território nacional, os fluxos entre os municípios de residência e Alfenas/UNIFAL caracterizam-se como interações espaciais significativamente extra-regionais, em comparação com os concluintes da RGIA (22,97% do total). O restante das outras regiões soma um total de 77,03% dos concluintes. Portanto, a UNIFAL atende parcialmente os moradores de sua região[1].

O curso da área da saúde aqui analisado, Medicina, apresenta maior grau de relações externalizantes, caracterizando-se como interações significativamente extra-regionais (13,5% da RGIA e 86,5% de fora). Já os cursos da Geografia apresentam uma tendência mais regional. Os cursos apresentam variações em suas interações. No Bacharelado, as interações são significativamente intra-regionais (38,10% da RGIA), enquanto na Licenciatura, são fortemente intra-regional (51,63%). Para as demais regiões, os valores são, respectivamente, 61,90% e 48,37%. As interações tendem a se intensificar no curso de Licenciatura. Uma hipótese explicativa é a oferta do curso no período noturno, o que possibilita abranger uma parcela maior de discentes trabalhadores, permitindo a essa parcela da classe trabalhadora frequentar o curso.

Observa-se também uma polarização mais evidente quando se observa que uma parcela significativa dos concluintes (22,97% do total) residia nos 13 municípios que compõem a RGIA de Alfenas. Entretanto, observa-se que Alfenas concentr mais da metade (15,11%) dos concluintes da RGIA, o que demonstra sua importância regional e, neste caso, principalmente municipal, no que tange ao acesso universitário, para populações de cidades médias e suas circunvizinhanças e também para o desenvolvimento interiorano brasileiro.

1 Mais de um quarto dos concluintes são de outras regiões.

Referências

BAUMGARTNER, W. Geografias da educação superior: a expansão das Universidades Federais no Brasil e os impactos no espaço urbano de cidades médias e pequenas da Bahia. **Para Onde!?**, Porto Alegre, 2021.

CASSIOLATO, J. A Economia do Conhecimento e as Novas Políticas Industriais e Tecnológicas. In: LASTRES, H. M. M; ALBAGLI, S (Orgs.). Informação e globalização na era do conhecimento. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 164-190

CORRÊA, R. L. Interações Espaciais. In: CASTRO, I. E de.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L (Orgs.). Explorações geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

FIGUEIREDO, R. S. C.; ANDRADE, A. C.; ALVES, F. D. A Universidade e as Dinâmicas Socioespaciais em Uma Cidade Média: O Caso da UNIFAL-MG, em Alfenas, Minas Gerais. Revista Geoaraguaia: Barra do Garças/MT, v. 12, n. 1, jul. 2022.

GODOY, M. J.; CASTRO, R. F.; ALVES, F. D. As interações espaciais na configuração e produção dos arranjos funcionais das cidades médias. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, 2015.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Regiões de influência das cidades: 2018**.

Capítulo 15

Itinerários Formativos no Ensino Médio: da autonomia estudantil à alienação do trabalho

Thales de Oliveira
Sandra de Castro de Azevedo

1 Introdução

A educação escolar é um constante campo em disputa, e uma delas é com relação ao seu projeto, que pode ser de uma educação para a prática social ou para o mundo do trabalho, como apresenta a LDB no primeiro artigo (Brasil, 1996). O que não é de se estranhar já que a educação escolar surge para atender princípios burgueses e com o passar dos anos seu controle passa ser do Estado atendendo os interesses da classe dominante.

Esse movimento de fortalecer uma educação que prepare para o mundo do trabalho se torna mais específico com a Reforma do Ensino Médio de 2017, e para se adaptar a ela, o Currículo Referência de Minas Gerais estabeleceu uma componente curricular denominada de Introdução ao Mundo do Trabalho. Este capítulo tem como objetivo analisar a proposta desta disciplina e pensar quais as consequências desta abordagem para a classe trabalhadora. Para isso, realizamos uma pesquisa qualitativa básica, tendo como base a análise documental, segundo Sá Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 5), "[...] um procedimento que se utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos". Por meio da análise de documentos educacionais é possível coletar informações para compreender qual o projeto de educação que a política pretende e como ela pode afetar a realidade da classe trabalhadora.

Para analisar os documentos, tivemos como método o materialismo histórico dialético, a partir dele, foi possível realizar aquilo que Marx propôs em sua obra, que é partir da aparência da realidade, por intermédio de sua crítica, e desvendar sua essência e seu movimento real (Paulo Neto, 2011). Com isso, propomos uma perspectiva crítica dessas mudanças curriculares, entendendo seus impactos e contradições.

Primeiramente este texto irá discutir as mudanças curriculares sobre o viés crítico. No segundo momento, apresentaremos uma experiência prática, proporcionada pelo estágio supervisionado realizado em uma escola estadual, localizada no município de Alfenas-MG.

2 O Novo Ensino Médio e a intensificação da alienação do trabalho.

A pressão empresarial sobre a educação pública tem, com seu ideário neoliberal, tem se articulado ao Estado para implementar uma concepção de educação voltada para o mercado de trabalho (Antunes, 2017). Um exemplo disso, foi a reestruturação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada no ano de 2017, pelo governo do Michel Temer, que juntamente com a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), aumentou e dividiu a carga horária desta etapa de ensino, aumentando de 2.400 para 3.000 horas, sendo 1.800 horas para a Formação Geral Básica e 1200 horas para os Itinerários Formativos. Essa divisão das horas foi alterada em 2024, passando 2.400 para Formação Geral Básica e 600 para os Itinerários Formativos.

Para complementar esta lei, em 2018, foi aprovada alterações nas Diretrizes Nacionais Curriculares para o Ensino Médio, definindo:

> II - formação geral básica: conjunto de competências e habilidades das áreas de conhecimento previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que aprofundam e consolidam as aprendizagens essenciais do ensino fundamental, a compreensão de problemas complexos e a reflexão sobre soluções para eles;
>
> III - itinerários formativos: cada conjunto de unidades curriculares ofertadas pelas instituições e redes de ensino que possibilitam ao estudante aprofundar seus conhecimentos e se preparar para o prosseguimento de estudos ou para o mundo do trabalho de forma a contribuir para a construção de soluções de problemas específicos da sociedade; (Brasil, 2018, p. 2).

Diante deste contexto, os sistemas de ensino estaduais adaptaram seus currículos para atender a BNCC-EM, e também as orientações das DCNs. Sendo a formação geral básica seguindo fielmente a BNCC e os itinerários formativos mais diversificado e heterogêneos apesar de seguirem as DCNs.

No caso de Minas Gerais, objeto de análise desta pesquisa a Secretaria de Educação do Estado de Minas Gerais, os itinerários estão distribuídos da seguinte forma:

- **Projeto de Vida:** articula a construção de conhecimento, a formação de atitudes e valores e o protagonismo do estudantes;
- **Eletivas (Eletiva 1 e Eletiva 2):** componentes curriculares que oportunizam a diversificação das experiências escolares dos estudantes,(disponíveis no catálogo oficial elaborado pela SEE/MG);
- **Preparação para o Mundo do Trabalho:** Introdução ao mundo do trabalho e Tecnologia e Inovação;
- **Aprofundamento nas áreas do Comhecimento**: distribuídos em Núcleo de Inovação Matemática, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Práticas Comunicativas e Criativas e Humanidades e Ciências Sociais.

Estes quatro tópicos são divididos em diversas disciplinas na dinâmica curricular dos alunos que é publicada anualmente e são distribuídas de forma diferentes entres os três anos do ensino médio, todos com uma carga horária de 2 horas semanais, enquanto em alguns anos a disciplina de geografia por exemplo, possui apenas uma hora de aula semanal.

O que estamos presenciando no ensino público brasileiro é, em princípio, um esvaziamento das disciplinas fundamentais (Formação Geral Básica) para a implementação de uma falsa flexibilização e autonomia discente no ensino médio. Pois as disciplinas são definidas e disponibilizada pela rede estadual e a escola escolhe de acordo com sua realidade qual pode oferecer.

Apesar deste formato ser defendido pelo governo como positivo, a análise pautada no materialismo histórico dialético, nos mostra que o que está por trás deste processo é uma política educacional voltada para o mercado de trabalho. E, mais que isso, essa política está relacionada com uma mudança na organização produtiva do espaço capitalista, porque o mercado de trabalho está cada dia se modificando e sua morfologia tem se transformado, acentuando o processo de precarização dos trabalhadores (Antunes, 2018). Essas mudanças implicam em um novo pensar a educação, pois explícita uma visão mercadológica sobre o processo educacional e atende as demandas dessa perspectiva (Duarte, 2021).

Nesse sentido, destacamos a premissa colocadas do "aprender a aprender", pois essa atribui ao educando um papel de protagonista do seu desenvolvimento educacional, que está permeada por um pensamento do empreendedorismo (podemos notar esse fato no fenômeno dos coachs adolescente)[1] e do ultra individualismo.

Nesse ponto, Duarte (2013, p. 69-70) deixa claro que é necessário combater as pedagogias do "aprender a aprender", que acabam por retirar da escola e do professor a função de transmissão do conhecimento sistematizado:

> Devemos lutar intransigentemente contra as pedagogias do aprender a aprender que destituem o professor da tarefa de ensinar, que destituem a escola da tarefa de transmitir o conhecimento, que destituem os cursos de formação dos professores da tarefa de formar com base teórica sólida. Nós precisamos discutir o conhecimento e a vida humana tendo como referência não o cotidiano alienado de cada um de nós, mas as riquezas do gênero humano. As riquezas do gênero humano têm sido produzidas nas sociedades de classes, mas elas ultrapassam em muito os limites das sociedades de classes (DUARTE, 2013, p. 69-70).

É necessário entender que as mudanças na educação impactam diretamente o cotidiano dos educandos. Essas passam a servir como uma outra reorganização do cotidiano da escola, como a extensão do tempo de aula, introdução dos itinerários formativos que, ao mesmo tempo, essas disciplinas muitas das vezes não tem nenhuma ligação com a prática social dos alunos. Há, portanto, na dimensão do espaço vivido um campo de possibilidades que podemos explorar, pois este está diretamente relacionado com a prática social dos sujeitos que produzem a escola. Segundo Ângelo Serpa (2023, p. 85):

> Uma Geografia dos espaços vividos reconhece e busca revelar o papel de intermediação do cotidiano e das representações espaciais, nas relações sociedade-espaço, o cotidiano visto aqui como um conjunto de momentos e eventos espaço-temporais, que dá concretude aos processos de alienação e desalienação, revelando também os limites das análises estritamente morfológicas e/ou ecológicas em Geografia, e mediando as dimensões material e abstrata na produção do espaço (Serpa, 2023, p. 85).

1 Uma análise mais detalhada sobre o tema é feita nesse vídeo: https://youtu.be/5daZ6QaZRL0?si=yDh3-NS0SBmz7Lqz

Nesse sentido, é necessário reconhecer que as mudanças realizadas pela BNCC-EM, modificou todo o cotidiano dos educandos e isso interfere na relação desses com a sociedade e com o espaço.

A nova reestruturação do trabalho produtivo causou, ao longo da consolidação das políticas neoliberais, mudanças consideráveis na forma como pensar o currículo escolar (Frigotto, 2001). Ele passou a ser enviesado por uma concepção liberal, que modificou a estrutura curricular e que busca se adequar aos novos ditames do mundo do trabalho.

Assim, o ensino público passou a ser pautado por uma lógica mercadológica, ligada ao pensamento neoliberal, que entende a educação como uma mercadoria (Frigotto, 2001). Devido a esse pensamento, criou-se novas disciplinas que tratam especificamente do mercado de trabalho, essas, por sua vez, tendo uma ideologia voltada para conceitos como: empreendedorismo, empresarial e, em certa medida, seguindo os ditames do sistema financeiro.

Com objetivo de contrapor esse pensamento, foi realizada uma intervenção em sala de aula, com estudantes do 1º ano do Ensino Médio, prestes a ingressar no mercado de trabalho ou já atuando nele na informalidade ou como jovem aprendiz, possibilitando um debate crítico acerca do conceito de trabalho.

3 O trabalho como conceito central no Ensino Médio.

A atividade prática com os alunos do ensino médio aconteceu durante a realização de um dos estágios supervisionado do curso de geografia licenciatura, que ocorreu no segundo semestre do ano de 2024, o estágio foi realizado em uma escola estadual de Minas Gerais, localizada na cidade de Alfenas e que atende alunos do ensino fundamental anos finais e do Ensino Médio. O estágio totalizou 60 horas no campo de atuação e 45 horas para análise e acompanhamento do estágio na universidade.

Ao acompanhar a professora de geografia regente da turma, identificou que ela também ministrava , uma disciplina vinculada ao Itinerário Formativo, especificamente a disciplina Introdução ao Mundo do Trabalho, esta disciplina possuía duas aulas por semana, nas duas turmas de 1 ano do Ensino Médio.

Ao acompanhar essas aulas, surgiu uma inquietação pois todas as aulas dessa disciplina eram conduzidas com objetivo de preparar os alunos para ingressar no mercado de forma passiva, sem compreender e criticar o

sistema. Para compreender melhor o objetivo desta disciplina foi realizada uma análise do caderno de preparação pedagógica do terceiro bimestre, destina ao professor e neste material foram identificados os seguintes objetivos:

- Habilidades sociais e emocionais aplicadas aos contextos de trabalho;
- Relações intrapessoais e interpessoais nos ambientes de trabalho;
- Processos coletivos e colaborativos nos ambientes de trabalho;
- Métodos e processos de gestão da comunicação em ambientes laborais. (Minas Gerais, 2023).

Diante deste contexto, surgiu o interesse de intervir por meio de uma sequência didática para levar os alunos a compreender o trabalho atualmente, sob a égide do neoliberalismo.

As sequências didáticas foram elaboradas com o objetivo de discutir o conceito de trabalho, na atualidade, e enfrentar as dificuldades encontradas no modo de produção capitalista. A teoria tomada como base de nossa discussão, em sua essência, foi a concepção crítica ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, os autores utilizados para essa sequência, ou seja, nossa base bibliográfica, foram os pensadores que buscam discutir esse modo de produção de forma crítica.

Antunes (2018) vai chamar essa nova classe trabalhadora, na qual estamos presenciando, de uma outra denominação chamada o "precariado". Para ele, o que estamos vivenciando não é a morte do trabalho, como tem acontecido com o sistema taylorista, mas uma nova forma de exploração do trabalhador. Esse precariado se constitui em pessoas colocadas em um mercado de trabalho com poucos direitos sociais, numa espécie de subemprego e, em última instância, tornam-se em uma massa de empregados temporários.

O autor chama a atenção para o processo de uberização do trabalho. Em vista dessa nova fase do capitalismo, o que estamos presenciando é um crescente descrédito de políticas consolidadas, como as leis trabalhistas, em favor de uma concepção do trabalhador empresário de si mesmo. Muitos jovens, quando perguntados sobre trabalhar no sistema CLT, apresentam uma ideia distorcida sobre o mercado de trabalho e, muitas vezes, preferem trabalhar em empregos sem carteira assinada.

Para iniciar o debate com os alunos, começamos com os conceitos mais básicos: como o conceito de mercadoria e trabalho. Partimos da

prática social dos alunos, pois todos temos contato com mercadorias e o próprio trabalho. Assim, almejamos, ao fim do debate, uma compreensão do modo de produção capitalista em seu movimento real.

Esse debate, realizado nas aulas do Itinerário Formativo Introdução ao Mundo do Trabalho, abriu espaço para compreender as relações de produção e o trabalho no século XXI. Em vista disso, buscamos compreender, juntamente com os educandos, como a classe trabalhadora, ou, como apresenta Antunes (2018), a classe que vive do trabalho, é vista no momento atual. Apresentando um debate profundo sobre essa temática.

Júlia Nunes (2025), em artigo publicado no G1, vai dizer que esses jovens veem o emprego de carteira assinada como algo marcado por "perrengues" e constituem como trabalhos mal remunerados. Assim, esses jovens preferem trabalhar sem registro, podendo construir suas próprias microempresas, se tornando aquilo que Antunes e Pinto (2017) vão apresentar como empresários de si mesmos. Eles acreditam que, ao trabalharem como prestadores de serviços, eles estão trabalhando sem os mandos e desmandos de um empregador. Mas, na realidade, acabam se transformando naquela classe de precarizados, que viemos tratando ao longo do texto.

Um exemplo, apresentado por Antunes (2020), são os trabalhadores intermitentes. Esses são uma classe de trabalhadores que trabalham por demanda, ou seja, eles funcionam como prestadores de serviços e são contratados para exercerem um trabalho rápido e com pouca duração. Antunes (2018) aponta que esse processo, quando não há demanda, mantém o prestador de serviços sem trabalho à mercê da plataforma e, muitas vezes, o trabalhador acaba sem renda e dependente do empregador.

Ou seja, ao final da sequência didática, os educandos conseguiram sintetizar os processos de produção de valor e como o trabalho é entendido no neoliberalismo.

O grande desafio enfrentado, nas aulas ministradas, foi passar de uma concepção alienada do trabalho, como propõe o material, para chegar a uma visão crítica e realista sobre esse conceito. O educando precisa romper com essa lógica da mercadoria e do mercado, compreendendo que o trabalho é uma categoria central para a tomada de consciência humana (Saviani, 2008). Segundo Frigotto (2001), o trabalho está presente desde do alvorecer da humanidade, estando, em seu sentido ontológico, ligado à evolução da humanidade.

Acreditamos no potencial da atuação docente questionadora, que enfrente as imposições curriculares e pensa a educação para além da concepção mercadológica. Nesse sentido, pautamos nossa proposta didática, em sua prática, sobre o viés da pedagogia histórico-crítica. Assim, nossa abordagem parte de uma perspectiva crítica da sociedade, buscamos uma democracia real e libertadora.

4 Considerações finais

A análise documental de políticas educacionais articulada a vivência da escola por meio do estágio supervisionado, permitiu entender como as políticas de cunho neoliberal se estruturaram para ampliar o controle dos estudantes, por meio dos itinerários formativos, neste caso em específico o de Introdução ao Mundo do Trabalho.

Essa pesquisa comprova que o foco do Novo Ensino Médio é qualificar a classe trabalhadora, mas mantendo a alienação do trabalho, ou seja, inserir no mercado, mas de forma alienada. Momentos de subversão desta política podem ocorrer, como o relatado neste texto, mas infelizmente isso nem sempre é possível, por isso a importância de lutarmos pela revogação da BNCC e da Nova Reforma do Ensino Médio.

Os educadores que buscam mudanças sociais devem combater aquilo imposto por essa ideologia, por meio de uma educação empenhada na disputa de narrativa, ou seja, aquela que não tem medo de se posicionar perante os ditames do capital e que possui formação pautada no valor social da educação.

Acreditamos na educação como ferramenta da tomada de consciência de classe e, ao mesmo tempo, sabemos da importância de se debater a nova morfologia do trabalho.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 16. ed. São Paulo: Cortez, 2018.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da**

educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista. São Paulo: Cortez, 2017.

BRASIL. **Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1996**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. . Diário Oficial da União, Brasília, 17 fev 2017a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 02 nov. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. ***Base Nacional Comum Curricular**: Ensino Médio*. Brasília, DF: MEC, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018**. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. *Diário Oficial da União*, Brasília, 21 nov. 2018.

DUARTE, Newton. A pedagogia histórico-crítica e a formação da individualidade para si. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 5, n. 2, p. 59-72, dez. 2013. DOI: 10.9771/gmed.v5i2.969.

DUARTE, Newton. **A pedagogia histórico-crítica, a formação humana e as lutas sociais**. Campinas: Autores Associados, 2021.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O ensino médio no Brasil: contradições de uma política pública em contexto de reformas neoliberais. **Educação & Sociedade**, v. 22, n. 75, p. 71-87, 2001.

MINAS GERAIS (Estado). Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais. **Currículo Referência de Minas Gerais: Ensino Médio.** Belo Horizonte: SEE/MG, 2022.

MINAS GERAIS. SEE. **Caderno Pedagógico**: Preparação para o Mundo do Trabalho. 2023.

NUNES, Júlia**. Jovens e o mercado de trabalho formal no Brasil**. *G1*, Rio de Janeiro, 2025.

PAULO NETTO, José. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S.

l.], v. 1, n. 1, 2009. DOI: 10.63595/rbhcs.v1i1.10351. Disponível em: https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351. Acesso em: 2 nov. 2026.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Edição comemorativa. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção educação contemporânea).

SERPA, Angelo. **Por uma geografia dos espaços vividos**: geografia e fenomenologia. 2. reimpr. São Paulo: Contexto, 2023.

Capítulo 16

O meio técnico-geográfico como condicionante da migração internacional para o Sul de Minas (2000-2025)

Gil Carlos Silveira Porto

1 Introdução

O fenômeno migratório internacional tem uma dimensão espacial. Esta dimensão é a que distingue a análise das migrações numa perspectiva geográfica dos estudos produzidos em outras áreas do conhecimento. Em outras palavras, queremos dizer que a identidade geográfica dos estudos migratórios perpassa pelo imbricamento entre o fenômeno migratório e as categorias da Geografia, com destaque para o espaço geográfico, seu objeto de estudo.

Consideramos que o espaço geográfico é um conjunto indissociável, inseparável e contraditório de sistemas de objetos e de sistemas de ações (Santos, 2006). Esses sistemas não se constituem sem a presença material e imaterial da técnica, elemento sem o qual a formação socioespacial brasileira não apresentaria as feições que possuem no período atual.

Nessa análise, a migração, seja ela interna ou internacional, se configura como uma das variáveis ou eventos constituintes dos sistemas de objetos e de ações que compõem a realidade geográfica. Desse modo, o presente escrito tem como objetivo central analisar a relação entre a dimensão técnica do espaço geográfico e o fenômeno migratório, considerando a migração internacional para as principais cidades da rede urbana sul mineira e suas regiões de influência (IBGE, 2018). Essas cidades são Alfenas, Lavras, Passos, Poços de Caldas, Pouso Alegre, São Lourenço e Varginha.

Desse modo, o escrito está estruturado em três partes. Inicialmente serão apresentados os condicionantes da migração. Em seguida será discutida a técnica e o meio técnico-científico-informacional como fator migratório, para em seguida apresentar um breve quadro empírico da presença de imigrantes oriundos de Países do Sul Global em localidades sul

mineiras, buscando argumentar como essa migração também é um reflexo do desenvolvimento técnico.

2 Fatores motivacionais da migração

A mobilidade espacial de homens e mulheres é tão antiga quanto a própria humanidade. Esse fenômeno marca, por exemplo, o deslocamento dos nossos ancestrais diretos, o *homo sapiens*, que há cerca de 70 mil anos espalharam-se da África Oriental em direção à Arábia, à maior parte da Eurásia, chegando, há cerca de 12.000 anos, ao que conhecemos hoje como América do Sul (Harari, 2016).

Na modernidade, a formação socioespacial brasileira foi sendo configurada, considerando a variável população, pela chegada de grupos de diferentes regiões do Globo. Entre esses contingentes de migrantes, destacamos colonos portugueses, escravizados trazidos de diferentes regiões do continente africano de maneira forçada, italianos e, mais recentemente, grupos de imigrantes de países situados na periferia do capitalismo, como haitianos, venezuelanos, angolanos e chineses, por exemplo. Todos esses não nacionais, vão aqui se estabelecer num território já ocupado por povos originários de diferentes etnias.

Uma dimensão dos estudos migratórios na Geografia da População e das Migrações é considerar os fatores que condicionam a saída dos imigrantes de seus locais de origem. Essa abordagem vai se somar a outras tantas que vêm sendo desenvolvidas nas diferentes áreas das Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

Quanto aos fatores motivacionais da migração, eles são diversos e possuem uma dimensão tanto material, quanto imaterial. Embora não seja um consenso, todos que se interessaram ou se interessam em estudar o fenômeno migratório, em algum momento de suas investigações, vão buscar analisar os fatores que condicionam a mobilidade de homens e mulheres no território.

Neste sentido, procuramos, ao revisar a obra de alguns desses pesquisadores, destacar quais são os fatores, por eles mencionados, que têm condicionado os migrantes internos e internacionais em suas trajetórias socioespaciais (Porto, 2014).

Quadro 1 - Fatores determinantes da migração.

Autores	**Fatores**
Ravenstein	Melhoria das estradas, facilidades oferecidas pelo sistema de transporte ferroviário, desenvolvimento da marinha mercante, hábito de viajar, crescente educação dos trabalhadores, posição geográfica dos lugares e suas características econômicas (comércio e indústria).
Lee	Associados ao local de origem e ao local de destino; obstáculos intervenientes (distância, barreiras físicas), fatores individuais, redes sociais (amigos, parentes).
George	Mobilidade da força de trabalho (vinculado às demandas do sistema socioeconômico), o papel da família, motivação econômica, fatores políticos.
Beujeau-Garnier	Econômicos, redes sociais, rede de transporte e comunicação, condições naturais, fatores históricos, cultura migratória, fome, descontentamento econômico, fatores psicológicos, fantasias construídas sobre local de destino, descoberta de novos recursos.
Singer	Fatores estruturais (deslocamento de atividades no espaço, crescimento diferencial da atividade em lugares distintos); os motivos individuais manifestam-se no quadro geral de condições socioeconômicas.
Damiani	Ligados à expropriação e concentração da propriedade e exploração do trabalhador.
Matos	Fatores objetivos e subjetivos; os primeiros relacionados às questões econômicas (fatores infraestruturais); distância geográfica, dentre outros.

Fonte: Porto (2014).

Como se observa, há uma diversidade de fatores responsáveis pelo projeto e execução da mobilidade (Quadro I). Inferimos que, de maneira sintética, esses fatores resultam de condições econômicas e laborais dos locais de origem e de destino, do papel das redes familiares e de amigos, de características individuais dos migrantes, de uma cultura migratória, de problemas sociais e políticos que estão ocorrendo nas sociedades de origem, como fome, desemprego e guerras, do desenvolvimento de técnicas de comunicação e de transporte, entre outros condicionantes.

O desenvolvimento dos meios de comunicação e de transporte e seus desdobramentos expressos na criação ou ampliação de objetos técnicos como rodovias, ferrovias, aeroportos e terminais rodoviários vão

compor o meio técnico-científico-informacional (MTCI), tanto nos países de origem, quanto de destino, mas também nas formações socioespaciais atravessadas pelos imigrantes na travessia. Acrescenta-se que o MTCI e sua organização também se configura como um fator que explica a migração.

3 O meio/período técnico-científico-informacional como condicionante da migração

A formação socioespacial brasileira vem passando por um constante processo de transformação de seu meio geográfico. Passamos de um meio natural, quando da chegada dos colonizadores portugueses, a um meio técnico, e desde meados do século XX a sociedade brasileira vem se reproduzindo num meio, definido por Santos (2006), como técnico-científico-informacional.

Essas transformações ocorridas no meio geográfico brasileiro imbricam-se à dimensão temporal de suas dinâmicas sociais, o que possibilitou Santos (*Ibidem*) a criar uma periodização da formação do Brasil, *pedaços de tempo*, identificados como período natural, período técnico e período técnico-científico-informacional.

Em outras palavras, queremos dizer que *meio* e *período* técnico-científico-informacional são dois lados de uma mesma realidade, e que, portanto, o território brasileiro, em constante processo de mudança, pode ser considerado a partir dessas duas dimensões. Essa mudança é parte

> [...] da substituição de um meio natural, *dado* a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente instrumentalizado por essa mesma sociedade (Santos, *Ibidem*, p. 233).

Segundo Santos (Ibidem), o período técnico-científico-informacional (PTCI) inicia-se nos países do centro do capitalismo após a Segunda Guerra Mundial e nos países do Terceiro Mundo nos anos 1970, diferenciando-se dos períodos anteriores em razão de seu denso conteúdo científico e técnico, comandado por um mercado global. Ainda de acordo com Santos (*Ibidem*), os objetos técnicos deste período tendem a ser, ao mesmo tempo, objetos técnicos e informacionais, pois já são produzidos como informação.

Desse modo, a ciência, a tecnologia e a informação estão na base do uso do território, onde, não somente as cidades grandes são o império das técnicas, mas também o campo, havendo, cada vez mais uma tendência de

uso mais agressivo da natureza "natural", o que poderíamos chamar de uma "primeira natureza". A informação passou a ser o vetor mais importante do processo social e os territórios foram equipados para facilitar a sua circulação (Santos, *Ibidem*).

A expansão do conteúdo técnico e informacional para além das metrópoles do Brasil tem provocado mudanças nos sistemas de movimento do território nacional, entre esses, destacam-se o sistema formado por imigrantes internacionais que se fixam com maior expressividade no interior do País.

É nesse contexto que se insere o Sul de Minas Gerais, que no PTCI ampliou seu contingente de não nacionais. Antes de avançar neste ponto, que será tratado na seção seguinte, destacar-se-á de maneira breve a relação entre técnica e migração.

O desenvolvimento técnico é elemento subjacente ao conteúdo e à forma do meio técnico-científico-informacional. Assim, nossa interpretação do espaço geográfico inclui, necessariamente, a variável técnica em sua explicação. E como há uma dimensão espacial da migração, esta é também permeada por um conteúdo técnico.

Nesse sentido, destacamos (Porto, 2026), que o desenvolvimento técnico tem contribuído não somente para a mobilidade de migrantes entre localidades e países – e nesse aspecto referimo-nos, sobretudo, não apenas à difusão das técnicas de transporte, mas também à possibilidade de um conhecimento amplo e sistematizado dos locais que se pretende acessar e onde se deseja residir por meio da migração.

> Esse conhecimento de espaços migratórios pode ser obtido, no período atual, mediante diferentes objetos técnicos e tecnologias, vinculados sobretudo ao desenvolvimento dos meios de produção e difusão de informações em diferentes mídias (Porto, *Ibidem*, p. 272).

Assim, chegamos no período da globalização com uma quantidade nunca observada de pessoas que não residem em seus países de nascimento. Segundo relatório da Organização Internacional para as Migrações, existiam em 2024, ao menos 304 milhões de migrantes internacionais (cerca de 3.7% da população do globo) (Mcauliffe & Ceriani Cernadas, 2026).

Este número expressivo de crianças, jovens, adultos e idosos residindo em formações socioespaciais onde não nasceram vai se constituir a essência e a aparência do fenômeno migratório internacional contemporâneo,

fenômeno este chamado por Santos (2017), de migrações econômicas e políticas. No entanto, além das motivações econômicas e políticas, esses deslocamentos também ocorreram em função das condições técnicas do espaço geográfico. Assim, a presença de imigrantes internacionais no Sul de Minas no período atual é um reflexo, e ao mesmo tempo uma condição do que ocorre no mundo como um todo.

4 Técnica e migração internacionais no Sul de Minas

O Sul de Minas integra a *Região Concentrada* do Brasil. Esse recorte regional é parte da regionalização intitulada *Os quatro Brasis*, proposta por Santos e Silveira (2005). Na Região Concentrada, que abrange os estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul há um adensamento do fenômeno científico, técnico e informacional, realidade esta, que vai se configurar numa maior atração de imigrantes internacionais.

Desse modo, há uma expressiva presença migratória na região aqui tratada. Considerando os imigrantes que se originaram de Países do Sul Global, há uma diversidade migratória em boa parte das unidades municipais que integram o Sul de Minas. Para efeito de análise empírica do tema aqui tratado, vamos considerar o registro desses não nacionais apenas em sete das mais importantes cidades que ocupam posição de destaque na rede urbana regional, já citadas na introdução.

Tabela 1: Imigrantes do Sul Global em Regiões de Influência de cidades no Sul de Minas (2000-2025).

Regiões de Influência	**Regiões Globais**			**Total**
	América Latina e Caribe	**África**	**Ásia**	
Alfenas	125	02	34	**161**
Lavras	428	200	32	**660**
Passos	178	6	24	**208**
Poços de Caldas	490	15	35	**540**
Pouso Alegre	812	185	885	**1.882**
São Lourenço	75	4	16	**95**
Varginha	921	36	101	**1.058**
Total	**3.029**	**448**	**1.127**	**4.604**

Fonte: Nepo/Unicamp, 2025.

Como se verifica na Tabela 1, foi registrado um expressivo contingente de imigrantes de países da periferia do capitalismo nas regiões de influência das cidades acima citadas. Em relação à origem desses imigrantes, destacam-se aqueles que vieram, respectivamente, da América Latina e do Caribe, da Ásia e da África. De origem latina e caribenha, colombianos, venezuelanos e haitianos formam os três grupos que mais se fixaram no Sul de Minas. Os migrantes de origem asiática que mais se destacaram foram chineses, taiwaneses e indianos. Há também registro de imigrantes que vieram do Líbano, do Irã e do Paquistão.

Por fim, em relação aos imigrantes que têm como origem formações socioespaciais do continente africano, destacam-se aqueles que vieram, respectivamente, de Angola, de Moçambique, de Guiné-Bissau e de Cabo Verde. Esses países integram, juntamente com Brasil, Portugal e São Tomé e Príncipe, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Neste último caso, além dos condicionantes econômicos, políticos e técnicos da migração, a questão da língua acaba sendo um fator que pode contribuir na decisão de migrar.

Em relação à quantidade de imigrantes nas regiões de influência das cidades aqui em questão, Pouso Alegre foi a que mais recebeu imigrantes no período aqui em evidência. Como se identifica na Tabela I, nas unidades municipais que integram essa área de influência foram registrados 1.882. O segundo recorte regional onde se registrou maior presença de imigrantes foi Varginha (1.058), seguida por Lavras (660), Poços de Caldas (540), Passos (208), Alfenas (161) e São Lourenço (95).

O quadro migratório empírico acima descrito é uma evidência do forte imbricamento entre o fenômeno migratório e o meio técnico-científico-informacional, ou seja, entre a mobilidade humana e a dimensão técnica do espaço. Pouso Alegre, Varginha e Lavras estão situadas na borda da Rodovias Fernão Dias (BR-381), importante objeto técnico que integra duas das mais importantes regiões metropolitanas do País (São Paulo e Belo Horizonte). A esse objeto técnico vão se juntar outros tantos, aglomerados de casas, praças de pedágios, estruturas industriais, de comércio e de logística que a margeia, potencializando assim, na sua "*hinterland*" a mobilidade humana de uma maneira geral, e a migratória em particular.

Considerando apenas as três mais importantes cidades da rede urbana sul mineira, Pouso Alegre acolheu 1.272 imigrantes no recorte temporal em questão, enquanto Varginha recebeu 714 e Poços de Caldas 272. Lavras, cidade que também se destaca nessa hierarquia, acolheu 634

novos residentes não nacionais. O principal grupo de imigrantes que se fixou em cada uma dessas cidades foi o de chineses em Pouso Alegre (722), o de venezuelanos em Varginha (243) e em Poços de Caldas (103) e o de colombianos em Lavras (195).

Entre os imigrantes de origem latino-americana e caribenha, destaca-se a presença haitiana na cidade de Andradas, localidade inserida na região de influência de Poços de Caldas. Dos 487 haitianos que se fixaram nos municípios sul mineiros em estudo, 231 estabeleceram-se no território andradense entre 2000 e 2025. Embora a cidade não seja atravessada por um objeto técnico com a rodovia Fernão Dias, a localidade situa-se na fronteira com o estado de São Paulo, está a cerca de 150 km do Aeroporto Internacional de Viracopos-Campinas e possui uma cultura migratória registrada, em função da migração italiano ocorrida no passado.

Assim, conforme apontou Porto (2024), Andradas tem se mostrado nos últimos anos como um importante nó de uma rede migratória haitiana internacional. No entanto, não somente Andradas tem essa função, mas todas as localidades sul mineiras aqui mostradas, uma vez que mantém interações com localidades situadas em formações socioespaciais de diferentes regiões do Sul Global, mostrando, que além de suas condições técnicas, que também sustentam a migração, indicam que o fenômeno migratório alimenta o Mundo, interpretado como uma totalidade em movimento.

5 Considerações finais

Como vimos, o componente técnico do espaço geográfico tem papel de destaque na atração migratória. Assim, destacamos que ele se estabelece como um condicionante, também determinante da mobilidade. Esta relação já foi apontada por diferentes pensadores da migração e aparece com clareza na teoria migratória escrita por Ravenstein em 1885 (Porto, 2014).

Também por conta dessa configuração do fenômeno migratório, que cidades sul mineiras e suas regiões de influência têm recebido expressivo número de imigrantes registrados, oriundos de países do Sul Global no período atual. Destacamos nesse cenário a cidade de Pouso Alegre, só para citar um exemplo, que tem se destacado como importante nó de uma rede migratória e técnica internacional. Além da função econômica que detém no Sul de Minas, sua posição técnica na região, uma vez que é a BR 381

a tangencia, também vai se consolidar como um importante centro de fixação de imigrantes estrangeiros.

Nesse campo, o que vem ocorrendo em Pouso Alegre e em outras cidades de destaque na rede urbana sul mineira, mineira e brasileira, além de mostrar o processo de interiorização da migração internacional, deixa clara a conexão entre migração, técnica e espaço geográfico, sendo uma das expressões deste último o meio técnico-científico-informacional, que também se configura como um período (o PTCI) dentro da formação socioespacial brasileira.

Referências

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens:** uma breve história da humanidade. Porto Alegre: L&PM, 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 187 p. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/redes-e-fluxos-geograficos/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html. Acesso em: 1º de nov. de 2026.

MCAULIFFE, Marie; CERIANI CERNADAS, Pablo (eds.). **World Migration Report 2026**. Geneva: International Organization for Migration (IOM), 2026.

PORTO, Gil Carlos Silveira. **Evolução da rede de localidades centrais na Bahia nos séculos XIX e XX:** permanências, complexidades e amadurecimento. 2014. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br

PORTO, Gil Carlos Silveira. O uso do território pela comunidade haitiana em Andradas (MG) no período da globalização. In: ALVES, Flamarion Dutra (Org.). **Sociedade, Território e Ambiente:** estudos da geografia sul-mineira. Alfenas: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Alfenas, 2024.

PORTO, Gil Carlos Silveira. Técnica e Migração: uma abordagem geográfica. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 36, n. 1, p. 262, 2026. DOI: 10.5752/P.2318-2962.2026v36nesp1p262. Disponível em: https://periodicos.pucminas.br/geografia/article/view/37878. Acesso em: 31 out. 2026.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** técnica e tempo. razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização:** do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2017.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil:** território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/São Paulo: 2005.

Capítulo 17

O uso do território por estudantes migrantes universitários em Alfenas (MG)

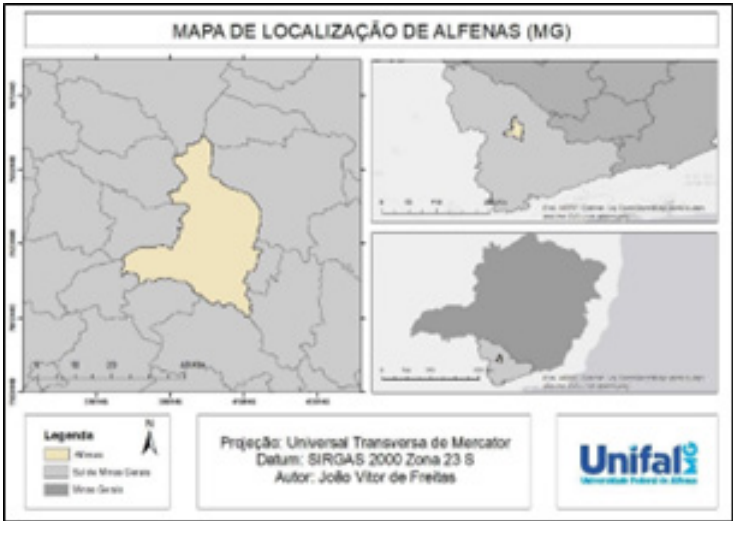
João Vitor de Freitas

1 Introdução

A migração interna de estudantes para o interior de Minas Gerais se trata de um fenômeno associado às transformações territoriais a partir da interiorização do ensino superior público, sobretudo com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), entre 2003 e 2012.

Historicamente um espaço de expulsão populacional, Minas Gerais passa, com a instalação de universidades federais em cidades médias como Alfenas (MG), município do Sul de Minas, como mostra a Figura 1, a gerar um novo fluxo de atração migratório, no qual o deslocamento de estudantes não decorre de escolhas isoladas, mas de necessidade de qualificação da mão de obra e relacionada a expansão da dinâmica do capital no território.

Figura 1 – Localização de Alfenas (MG).



Fonte: IBGE, 2026. Elaboração: O autor.

Este trabalho parte, portanto, do entendimento de que a migração estudantil deve ser compreendida a partir das condições materiais e históricas que a produzem, e não como fenômeno isolado.

A relevância desta pesquisa reside na possibilidade de articular, por meio da categoria de uso do território proposta por Milton Santos, a análise estrutural desses fluxos migratórios à experiência concreta dos estudantes que se instalam em Alfenas (MG), evidenciando como o acesso a políticas de assistência estudantil (em especial o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)) condiciona não apenas a permanência desses indivíduos no ensino superior, mas também o modo desigual como exercem sua cidadania no território de destino.

Compreender essa dinâmica contribui tanto para os estudos de Geografia da população e do território quanto para o debate sobre políticas públicas de assistência estudantil.

2 Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi realizada utilizando, principalmente, da revisão bibliográfica sobre migração interna, interiorização do ensino superior e categoria de uso do território em Milton Santos, assim como análise de dados secundários de fontes institucionais, como Censo da Educação Superior e indicadores do REUNI (MEC), registros da PRACE/UNIFAL-MG sobre perfis socioeconômicos e auxílio permanência, e o Atlas Digital da Migração Internacional para Minas Gerais (OBMinas).

3 Minas Gerais: de espaço opaco à espaço luminoso

Por boa parte do século XX, Minas Gerais gerava expulsão populacional. Vale, Lima e Bonfim (2012) mapeiam esse movimento em quatro fases sucessivas: primeiro a fuga das áreas tradicionais (Nordeste, próprio Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Santa Catarina), depois a corrida para o eixo São Paulo–Rio, a partir de 1930, em seguida o avanço sobre a fronteira já consolidada do Paraná, Maranhão, Goiás e Mato Grosso do Sul, nos anos 1940 a 1960, e por fim, a marcha sobre a fronteira em expansão do Norte do país e do Mato Grosso, a partir da década de 1970.

Minas, nesse desenho, era o que Santos e Silveira (2001) chamariam de espaço opaco: pouco denso tecnicamente, pouco equipado, território de

onde se saía, não para onde se ia. São Paulo, do outro lado, já configurava um espaço luminoso, sendo que dentro do próprio Sudeste, o fluxo apontava quase sempre em sua direção.

Essa história começa a mudar nos anos 1980, quando as cidades médias mineiras ganham infraestrutura e passam a atrair investimento por conta própria. Nasce daí um movimento de retorno intenso e duradouro, que se estende até o fim do século: indivíduos que haviam partido em busca de uma vida melhor na metrópole, esbarraram numa promessa que não se cumpriu como esperado, gerando retorno. Araújo (2022) situa esse ponto de virada com precisão: até meados dos anos 1970, o Nordeste e o Norte de Minas ainda eram tratados como "reservas de mão de obra", só por volta de 1995 o saldo migratório mineiro finalmente vira positivo.

Essa reversão é consequência, pois as metrópoles não davam mais conta do fluxo que recebiam, e o Estado passou a investir em centros urbanos regionais capazes de reter parte desse movimento, o que Amorim Filho e Serra (2001) chamam "diques" migratórios. É desse represamento que nascem, em número expressivo, as cidades médias mineiras: municípios equipados o suficiente para oferecer serviços essenciais, mas ainda com um custo de vida menor que o da metrópole. A migração de estudantes, tema deste capítulo, é herdeira direta dessa (re)configuração territorial, evidenciando que no capitalismo, migra-se menos para onde se quer e mais para onde se consegue morar.

O REUNI, programa que espalhou o ensino superior público pelo interior do país, é de onde nasce, entre outras, a Universidade Federal de Alfenas. Os números dessa expansão impressionam. No Brasil, o número de instituições públicas de ensino superior saltou de 39 para 58 entre 2000 e 2010, portanto, quase 50% de crescimento (Soares; Lobo; Meneses, 2021). Em Minas Gerais, o salto é ainda mais visível: de 8 municípios com universidade federal em 2002, para 28 em 2018. Martins *et al.* (2022) traduzem isso em matrículas

> As dez universidades sediadas no interior atuavam em 28 municípios e apresentavam 115.062 estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais em 2018 [...]. Para se ter ideia da expansão, considerando o total das onze universidades federais de Minas Gerais, o número de estudantes matriculados [...] era de 61.788 em 2002, passou para 104.437 em 2010, e 146.404 em 2018; um crescimento de 136,95% entre 2002 e 2018 (Martins *et al.*, 2022, p. 597).

Os números, porém, acabam por mascarar a redistribuição de poder territorial. As universidades deixam de ser privilégio do Centro-Sul do estado e passam a atrair pessoas para cidades que antes não eram luminosas. Uma universidade instalada não é só uma instituição, pois ela movimenta comércio, banco, aluguel, transporte, serviço de saúde. Contel (2010) já havia notado esse efeito cascata sobre o setor terciário das cidades médias, e o caso de Alfenas confirma a regra, não é só a UNIFAL-MG que usa o território da cidade, são também seus estudantes, todos os dias, de maneiras diversas.

É interessante ressaltar que nem todo estudante que se move rumo a essas cidades se instala nelas. Uma parte relevante do fluxo é pendular (vai e volta no mesmo dia), atraída pela proximidade e pela oferta de serviços de cidades vizinhas menores. Soares, Lobo e Meneses (2021) mostram como esse movimento se organiza em torno da capacidade de polarização de cada cidade média sobre sua região.

Mas é preciso separar bem essas duas figuras: quem realiza movimentos pendulares no espaço usa o território de um jeito; quem se muda para um território, aluga um quarto e passa a habitar aquele lugar, usa de outro. Nesta pesquisa, o segundo grupo tem centralidade. São os estudantes assistidos pela Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da UNIFAL-MG (PRACE) que melhor representam esse uso contínuo do território.

4 A relação entre Cidadania, Migração e Uso do Território

Há um fio que liga migração e cidadania, e ele passa exatamente pelo uso do território. Santos (1987) observa que, no capitalismo, o consumo tende a substituir a cidadania como forma de pertencimento, assim, as pessoas se sentem parte da sociedade não porque exercem seus direitos, mas porque consomem. O efeito colateral disso aparece no território: quanto mais limitado seu uso (pela forma como a cidade é gerida, pelas políticas municipais, estaduais e federais que regulam o que se pode e não se pode fazer nela), menos plena é a cidadania de quem ali vive.

Haguette (1982) separa essa cidadania em três direitos: o civil, ligado à liberdade de crítica; o político, exercido em eleições e participação sindical; e o social, que garante o básico, como alimentação, saúde, moradia. Ter o status de cidadão, segundo a autora, não garante que esses três direitos sejam de fato exercidos. E é aí que se encontra a problemática

de quem migra: um estudante que vive em Alfenas (MG) mas está registrado para votar em sua cidade natal, por exemplo, frequentemente não consegue exercer seu direito político, simplesmente porque não tem como voltar no dia da eleição. É um direito que existe no papel e não aparece na prática, o que Santos (1987) chama, com uma expressão que resume bem o problema, de cidadania mutilada.

Uma das possíveis soluções contra essa mutilação, no caso dos estudantes da UNIFAL-MG, seria o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em 2008, que sustenta moradia, alimentação, transporte, saúde e apoio pedagógico para quem não teria condições de se manter sozinho numa cidade nova. Em Alfenas, quem administra esse apoio é a PRACE, que organiza os estudantes em quinze perfis de vulnerabilidade socioeconômica, do zero (mais vulnerável) ao quinze, reservando o auxílio permanência para quem está entre os perfis 0 e 7.

O detalhe importa mais do que parece: é justamente esse auxílio que transforma um possível migrante pendular em morador de Alfenas (MG). Sem ele, diversos discentes nem sequer cogitariam a mudança. E é essa diferença (entre passar pendularmente pela cidade e morar nela) que explica por que a democratização recente do ensino superior no interior é tão significativa. Santos e Silveira (2000) lembram que, ainda em 1996, o ensino superior brasileiro seguia concentrado nas metrópoles: as nove regiões metropolitanas do país reuniam, naquele ano, 1,91% de sua população matriculada em cursos superiores. A instalação de estudantes migrantes em cidades como Alfenas (MG) é, portanto, elemento do século XXI, sendo um fenômeno recente demais para que a Geografia já tenha esgotado seu estudo.

Mas nem tudo o que o PNAES garante equivale a uma cidadania plena. Ter moradia e alimentação assegurados não resolve, por exemplo, a dificuldade de visitar a família com frequência, ou de participar de eleições na cidade de origem. Aqui cabe, desse modo, uma pergunta necessária: será que essa cidadania mutilada pesa igual para todos os estudantes? Um jovem que depende do auxílio permanência para ter duas refeições garantidas por dia usa o território de Alfenas (MG) de um jeito muito diferente de um colega de classe média, que pode ir e voltar de casa sempre que quiser, pagar um Uber, escolher onde morar sem pensar no valor do aluguel. Se o uso do território muda de pessoa para pessoa, a cidadania muda também.

A categoria território usado, de Santos e Silveira (2001), é quem ligar as ideias. Em vez de tratar o território como um recorte fixo no mapa,

os autores propõem pensá-lo como só existente na medida em que é usado por quem nele habita, trabalha, estuda, circula. Essa perspectiva desloca o centro da análise geográfica das formas para as ações, do concreto para a relação entre concreto e abstrato.

Em Santos (1996), esse uso aparece atravessado por disputas de poder. Uma cidade é, ao mesmo tempo, espaço de conflitos entre agentes com interesses opostos: de um lado, grandes empresas que buscam velocidade e eficiência, e de outro, comunidades locais e pequenos comércios, que resistem a essa lógica para preservar seus próprios modos de vida:

> Outro exemplo: objeto de normas locais, a velocidade é, por si mesma, um conflito. O interesse das grandes empresas é economizar tempo, aumentando a velocidade da circulação. O interesse das comunidades locais [...] frequentemente é o oposto. As regulamentações de uso da via pública respondem a esse conflito, seja harmonizando interesses, seja privilegiando este ou aquele (Santos, 1996, p. 229).

Operacionalizando isso para os estudantes migrantes, esse conflito ganha corpo em coisas pequenas do cotidiano: uma tarifa de ônibus que sobe torna o território mais difícil de usar, um projeto municipal de mobilidade, ao contrário, o torna mais acessível. Normas, leis, mas também costumes e decisões silenciosas de gestão decidem, em todo momento, quem consegue de fato usar o território da cidade.

Santos (1999) vai além ao afirmar que o território, isolado, não chega a ser categoria de análise para a Geografia, só o território usado, porque só ele carrega identidade, moradia, troca material e espiritual.

> O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence (Santos, 1999, p. 8).

É esse esquema que dá sentido a discussão aqui realizada. Alfenas só apresenta a configuração territorial que possui porque alguém a usa: o morador antigo, mas também o estudante que chegou há três meses e ainda está aprendendo os nomes das ruas. Os dois são, igualmente, agentes que usam o território.

Santos (1999) chama ainda atenção para um elemento que tornou esse uso mais rápido e mais desigual ao mesmo tempo: as técnicas da informação, capazes de conectar todas as outras técnicas entre si e de

produzir, à escala do planeta, a sensação de que tudo se move mais rápido do que nunca.

> Este fim de século permitiu a instalação das técnicas da informação, que são técnicas que ligam todas as outras técnicas [...]. Essas técnicas da informação [...] nos levam à ilusão da velocidade, como matriz de tudo [...] de tal modo que o dinheiro aparece como fluido dos fluidos, o elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história (Santos, 1999, p. 10).

Para um estudante de Alfenas (MG), essa fluidez toma forma através de aplicativos como Google Maps, iFood, entre outros. Mas essa mesma fluidez não chega a todos do mesmo jeito, por exemplo, os que não possuem dados no celular, ou dinheiro para pedir comida por aplicativo, usa a cidade de um jeito mais lento. A pergunta, portanto, é que técnicas criam esses estudantes migrantes, para usar o território, em especial quem não tem acesso às técnicas da informação e, assim, vive uma cidadania mutilada?

Santos e Silveira (2001) fecham essa discussão teórica lembrando que território não é sinônimo de espaço, pois é, na verdade, o espaço marcado por relações de poder.

> Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país. [...] Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território (Santos; Silveira, 2001, p. 19).

O território, então, não perde seu caráter político, mas sim se aprofunda, ao entender os agentes que o usam, cada um a partir da própria realidade. E é justamente porque o território condiciona o que se pode ou não fazer nele que muitos buscam outro território, quando o de origem já não oferece o que necessitam, como o ensino superior, trabalho, entre outros.

Santos (2005) nomeia essa relação como quadro de vida, onde o território aparece como pano de fundo onde uma existência inteira se desenrola, cruzando tempo (o meio técnico-científico-informacional, atual período) e espaço (a cidade concreta em que se pisa todos os dias).

Portanto, essa discussão permite entender o par de categorias: o território como abrigo, aquilo que acolhe e protege quem chega, e o território como recurso, aquilo que se explora, se usa como mercadoria. Para o estudante migrante assistido pela PRACE em Alfenas (MG), são

as técnicas de uso do território que irão definir, em meio a um uso como recurso, as maneiras de usar o território como abrigo.

5 Considerações finais

A migração de estudantes para Alfenas não deve ser lida como somatório de escolhas individuais, mas com resultado de um processo complexo: a resposta do Estado brasileiro, por meio do REUNI e da LDB, à necessidade histórica de qualificar força de trabalho fora dos grandes centros, reproduzindo lógica de acumulação que antes concentrava o ensino superior nas metrópoles.

Minas Gerais, espaço de expulsão por boa parte do século XX, transforma-se em destino não porque se tornou mais "atrativo", mas porque passou a ocupar outra posição na organização territorial, com cidades médias funcionando como diques que absorvem e retêm parte de um fluxo que as metrópoles já não comportavam.

Dentro desse quadro estrutural, contudo, a experiência da migração não se distribui de forma homogênea. O PNAES e a PRACE garantem a estudantes de baixa renda a possibilidade de instalação no território de destino, mas essa garantia é parcial: permanece a dificuldade de exercer plenamente os direitos político e social vinculados à cidadania, o que confirma a leitura de Santos (1987) sobre a cidadania mutilada como condição estrutural, e não excepcional, do capitalismo brasileiro.

E essa mutilação não atinge a todos igualmente: o uso do território de um estudante que depende do auxílio permanência é diferente do uso feito por um colega de classe média, reforçando que a categoria de uso do território, formulada por Milton Santos é reveladora de desigualdades que se materializam no espaço.

Referências

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. *In*: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (org.). **Cidades médias brasileiras**, Rio de Janeiro: IPEA, 2001. p. 15–40.

ARAÚJO, A. C. **Relação entre a implementação do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e a migração interna por motivo de estudos nas cidades-polo de apoio presencial em Minas**

Gerais. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação (MEC)**. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br. Acesso em agosto, 2026.

CONTEL, F. B. Rede urbana e cidades médias: abordagens clássicas, abordagens contemporâneas. In: HOLANDA, V. C. C.; AMORA, Z. B. (org.). **Leituras e saberes sobre o urbano: cidades do Ceará e Mossoró no Rio Grande do Norte**. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2010.

HAGUETTE, T. M. F. Os direitos de cidadania no nordeste brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 12/13, n. 1/2, p. 121–145, 1981/1982.

MARTINS, H. et al. Expansão das universidades federais e interiorização do desenvolvimento em Minas Gerais. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)**, Brasília, 2022, p. 593–614.

OBSERVATÓRIO DE MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (OBMinas). **Atlas Digital da Migração Internacional para Minas Gerais**. Belo Horizonte, 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço do cidadão**. São Paulo: EdUSP, 1987.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: EdUSP, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 1996.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense. São Paulo, 1999.

SANTOS, Milton. **O retorno do território**. OSAL: Observatório Social de América Latina, Buenos Aires: CLACSO, ano 6, n. 16, 2005.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília: ABMES, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SOARES, R. S.; LOBO, C.; MENESES, I. L. Redes de pendularidade estudantil dos polos sub-regionais do interior de Minas Gerais. **GeoTextos**, Salvador, v. 17, n. 1, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS. **Informações sobre a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis**. Disponível em: https://www.unifal-mg.edu.br/prace/sobre-a-prace/. Acesso em: 10 jul. 2026.

VALE, A. L. F.; LIMA, L. C.; BONFIM, M. G. Século XX: 70 anos de migração interna no Brasil. **Textos & Debates,** n. 7, 2012.

Capítulo 18

Mulheres no mercado de trabalho: papéis socioespaciais e autonomia econômica, a partir das cidades sul-mineiras de Muzambinho e Alfenas[1]

Letícia Almeida Araújo
Mariana Freire Romanzini
Ana Rute do Vale

1 Introdução

Falar sobre relações de gênero na Geografia tornou-se algo muito relevante no Brasil, pós-década de 1980, quando ela passou considerar que homens e mulheres agem de forma diferente sobre o espaço geográfico, seja na cidade ou no campo.

O trabalho amplia a autonomia econômica das mulheres, mas não reduz suas responsabilidades domésticas e familiares, o que limita sua liberdade em uma sociedade machista e patriarcal.

No campo, o domínio masculino leva muitas mulheres a migrar para a cidade, em busca de estudo, trabalho e autonomia. Embora atuem na agricultura familiar, seu trabalho é visto como "ajuda" e se soma às tarefas domésticas. A vida urbana amplia suas relações, mas transforma sua condição e as relações familiares?

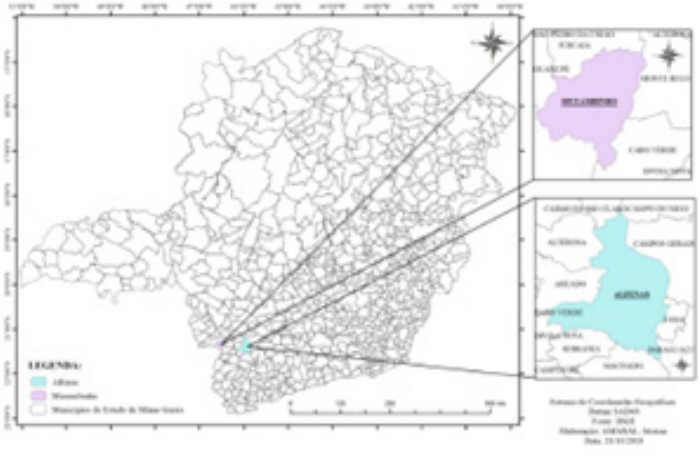
E para aquelas que buscam ser "donas do próprio negócio", que desafios encontram nessa trajetória almejando maior liberdade de escolha e contando com a divisão dos afazeres domésticos em casa?

Partindo desses questionamentos, esse trabalho se propôs a entender se inserção feminina no mercado de trabalho urbano, seja como assalariadas ou empreendedora, têm modificado seus papeis socioespaciais - quando sua origem é rural – tem permitido às mulheres das cidades sul-

1 O presente texto é parte de duas dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNIFAL-MG, uma denominada "Do campo à cidade: os papéis socioespaciais e as relações de trabalho das mulheres em Muzambinho-MG", por Letícia Almeida Araújo (2021), e a outra. "Ser mulher no comércio varejista da cidade de Alfenas-MG: proprietárias de lojas de vestuário e autonomia econômica", por Mariana Freire Romanzini (2024), ambas sob a orientação da Profa. Dra. Ana Rute do Vale.

mineiras de Muzambinho e Alfenas (mapa 1) alcançarem, realmente, sua autonomia econômica.

Mapa 1 - Localização geográfica dos municípios de Alfenas e Muzambinho no Estado Minas Gerais.



Sobre os referidos municípios, em termos demográficos, de acordo com o Censo Demográfico de 2022, Muzambinho tinha população total de 21.891 pessoas, sendo que 16.933 (77%) pessoas são urbanas e 4.958 pessoas (23%). Alfenas, por sua vez tinha uma população total de 78.970 pessoas, com 74.923 pessoas (95%) são urbanas e 4.047 pessoas (5%) rurais (IBGE, 2022a, IBGE, 2022b).

A relevância desta temática reside na análise geográfica das relações de gênero e de trabalho entre mulheres oriundas do campo, residentes em uma cidade pequena (Muzambinho), e empreendedoras do comércio varejista em uma cidade média (Alfenas). Essa abordagem evidencia a persistência da dupla jornada e a limitada participação masculina nas atividades domésticas, inclusive em domicílios compartilhados.

Nesse sentido, apresentaremos nesse capítulo um questionamento sobre a emancipação feminina pós-inserção no mercado de trabalho, em seguida, as mudanças nos papeis socioespaciais das mulheres que migram do campo para a cidade, em Muzambinho e, por fim, a busca pela autonomia econômica das mulheres empreendedoras no comércio de vestuário, em Alfenas.

2 Mulheres no mercado de trabalho: emancipação feminina?

O capitalismo promove profundas reconfigurações econômicas, sociais e espaciais, orientadas pela geração de lucro. Nesse contexto, o trabalho feminino formal passou a ser mais amplamente aceito por ampliar a renda e o consumo das famílias. As oportunidades de emprego para as mulheres cresceram de forma significativa, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial. Esse avanço, porém, não marcou o início da participação feminina no trabalho: as mulheres já exerciam atividades produtivas e reprodutivas, muitas vezes sem remuneração, antes de sua inserção formal no mercado.

> O capitalismo abriu as portas sim, mas do emprego, pois as mulheres já trabalhavam, havia muito tempo, mais que os homens. A realidade social é contraditória, comportando avanços e retrocessos (Saffioti, (2000, p. 73).

Com essa inserção, a mão de obra feminina é implementada como mais barata e desvalorizada, apesar de elevar o potencial de consumo e de produção. Dessa forma, as mulheres sofreram com a superexploração do capital, uma vez que a divisão sexual do trabalho (DST) tem, na força de trabalho feminina, um 'exército de reserva', sendo a subordinação das mulheres funcional ao capitalismo (Silva, 2013). Permanecem, então, as relações de desigualdades sociais e de ocupação de papéis trabalhistas.

As relações de trabalho são estruturadas pela divisão sexual do trabalho, que historicamente subordina e desvaloriza a força de trabalho feminina. Embora a inserção das mulheres no emprego remunerado tenha se ampliado, persistem a segregação ocupacional, as desigualdades na remuneração e o questionamento social de suas competências, reproduzidos pela articulação entre capitalismo e patriarcado.

No empreendedorismo feminino, a divisão sexual do trabalho permanece como obstáculo à autonomia econômica, pois estereótipos de gênero deslegitimam a atuação das mulheres como proprietárias e lhes atribuem, prioritariamente, o trabalho reprodutivo não remunerado, como os cuidados domésticos e familiares, mesmo quando contribuem de forma substantiva para a renda domiciliar. Desse modo, a transformação dessas relações ocorre de maneira gradual (Silva, 2013; Araujo, 2015).

3 Elas vieram do campo, mas o que mudou na vida delas na cidade? (Muzambinho)

A migração rural-urbana feminina resulta de fatores estruturais, como a modernização conservadora, a concentração de recursos produtivos e a falta de apoio à agricultura familiar. A divisão sexual do trabalho também desvaloriza a atuação das mulheres no campo, levando sobretudo as jovens a migrar em busca de estudo, renda e autonomia.

Em sua pesquisa sobre Muzambinho, Araújo (2021) mostrou que em cidades pequenas, esse fenômeno acontece, embora de maneira não massiva, pois as oportunidades de empregos são mais restritas, relacionadas principalmente ao setores de serviços, domésticos e o comerciais. Ainda assim, o salário próprio, na cidade, pode melhorar sua situação financeira e ampliar sua autonomia, mesmo entre as casadas e sob relações patriarcais.

Ressalta-se que, embora os setores de comércio e serviço possuam a maior expressão econômica, esse município de se destaca na produção cafeeira, refletindo na forte manifestação da ruralidade na cidade, comum em muitas delas no Sul de Minas.

Os dados apresentados a seguir foram obtidos pela autora, na referida pesquisa, durante sua entrevista 20 mulheres, oriundas da agricultura familiar que migraram para a sede desse município, em diferentes épocas. Eles tinham entre 26 e 86 anos, migraram entre as décadas de 1960 e 2020; 70% eram casadas. Esse perfil reflete a educação patriarcal no campo, em que a falta de autonomia econômica levava muitas mulheres a ver o casamento como uma forma de trocar o controle paterno pelo do marido.

Metade das entrevistadas cursou apenas o ensino fundamental: 25% o concluíram e 25% não. Outras 40% concluíram o ensino médio e 10%, o superior. A origem rural limitou o acesso à educação, sobretudo entre as mais velhas, que estudaram em escolas rurais restritas ao ensino fundamental. Para Lisboa (2006, p. 151),

> as principais causas das migrações estão ligadas à luta pela sobrevivência, oportunidade de trabalho, de estudo e conquista da independência em relação à opressão ou violência.

As trajetórias migratórias delas combinam experiências pessoais e fatores estruturais, como a divisão sexual do trabalho e o patriarcado no campo. A busca por estudo, educação dos filhos, renda e autonomia tornou a cidade uma alternativa à limitada inserção produtiva rural, como relata a Entrevistada 1, de 35 anos: “Vim morar sozinha para trabalhar,

pois na roça só havia serviço na época da 'panha' do café. Tirando isso não tinha. Então, eu vim para trabalhar".

Razões pessoais e a necessidade de tratamento médico na sede municipal também motivaram a migração (Araújo, 2021).

A obtenção de renda própria, para a maioria delas (16) ocorreu somente após a migração quando jovens (80%). As demais, migraram já aposentadas, sendo 3 por idade (15%) e 1 por trabalho rural (5%), (Araújo, 2021).

No mercado de trabalho urbano, a maioria das entrevistadas atuou em ocupações feminilizadas e desvalorizadas, sem chegar a cargos de chefia. O trabalho autônomo concentrou-se entre as mais escolarizadas e com melhores condições econômicas prévias. Assim, a migração ampliou a renda, mas a segregação ocupacional limitou a autonomia econômica (Araújo, 2021).

Das 11 entrevistadas que atuavam como trabalhadoras, 5 tinham renda extra ou informal: 3 vendiam quitandas, 1 revendia cosméticos e 1 fazia consertos de roupas.

Na época da entrevista, 9 mulheres eram aposentadas. Algumas nunca tiveram trabalho remunerado por se dedicarem à casa e aos filhos e, eles crescerem, não encontraram motivação ou oportunidades para ingressar no mercado. Outras 4 trabalharam com remuneração, mas se aposentaram por idade porque a falta de registro em carteira, em atividades como trabalho doméstico, cuidado de idosos, trabalho de babá e costura autônoma, impediu a contagem do tempo de serviço. Ressalta-se que a profissão de empregada doméstica foi regulamentada a apenas 11 anos atrás, pela Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015 (Brasil, 2015). Uma entrevistada aposentou-se como trabalhadora rural aos 55 anos e depois migrou para a cidade.

Sobre a remuneração mensal em salários-mínimos, a maioria das mulheres recebiam até 1 (12), vindo em seguida as de até 2 (5) e as de até 3 (3). Sem dúvida, o valor recebido reflete as profissões exercidas por elas, conforme já mencionado (Araújo, 2021).

Quando essas mulheres viviam no campo, no contexto da agricultura familiar, o controle masculino e o trabalho feminino não remunerado restringiam a autonomia dela, levando sobretudo as solteiras a migrar para a cidade em busca de independência econômica.

No entanto, uma coisa é certa: não importa se moravam no campo e depois na cidade, as atividades domésticas permaneceram sob a responsabilidade delas. O que mudou na vida urbana foi que o trabalho ampliou a mobilidade e a convivência das mulheres. As trabalhadoras ativas circulavam mais que as aposentadas ou dedicadas ao lar, sobretudo entre supermercados, locais de trabalho e casas de amigos; bancos e escritórios eram menos frequentados por serem associados a responsabilidades masculinas. Os espaços de lazer e cultura foram pouco citados, limitando-se a restaurantes e à praça para caminhadas, possivelmente devido ao isolamento social durante a pandemia de Covid-19, quando foram entrevistadas (Araújo, 2021).

Para elas, embora o trabalho feminino seja importante no campo e na cidade, ele é pouco valorizado, seja remunerado ou reprodutivo: "Eu acho que sou importante sim! Agora o reconhecimento da mulher de forma geral é muito pouco. A mulher trabalha muito tanto no campo quanto na cidade, mas parece que ninguém vê" (Entrevistada 3). "Eu vejo que na cidade eu tenho um pouquinho mais de reconhecimento sim, mas não sinto que seja assim importante para a cidade" (Entrevistada 18) (Araújo, 2021, p. 155).

Isso se explica, segundo Calió (1997, p. 4) pela articulação entre patriarcado e capitalismo sustenta a divisão sexual do trabalho na produção e na reprodução social, limitando o reconhecimento e a autonomia das mulheres migrantes mesmo na cidade.

Nesse sentido, a permanência da divisão sexual do trabalho no espaço urbano evidencia que a autonomia econômica, embora necessária, não elimina por si só as desigualdades patriarcais.

> Seria ilusório, entretanto, imaginar que a mera emancipação econômica da mulher fosse suficiente para libertá-la de todos os preconceitos que a discriminam socialmente Saffioti (2013, p. 128).

Como demonstrado, as mulheres trabalham, produzem e reproduzem espaços. Nesse contexto, um desafio central para a produção científica é analisá-las sem reduzi-las à condição de vítimas. Também é fundamental compreender as diferentes dinâmicas vivenciadas por aquelas que permanecem e trabalham no campo e por aquelas que migram para a cidade, como ponto de partida para reconhecer e superar as desigualdades existentes.

4 Elas empreenderam no comércio de vestuário, mas alcançaram a autonomia econômica? (Alfenas)

Segundo Freire (2024), quando se observa as mulheres empreendedoras no comércio de vestuário na cidade de Alfenas-MG, é possível compreender que, embora tenham mérito ao alcançar o próprio negócio, não há uma valorização equivalente. Além disso, a cobrança de que elas se responsabilizem pelos assuntos domésticos permanecessem. Logo, essas mulheres quando conseguem se colocar como proprietárias de um comércio varejista, a situação delas se modifica? Os papeis sociais e "estruturais" continuam? Elas conseguem, por meio do seu empreendimento, sua autonomia econômica?

Para compreender essa realidade foi realizado trabalho de campo nas áreas comerciais da referida cidade e aplicando questionário junto à 25 proprietárias de lojas de vestuários, sendo 14 na área central, 7 na Rua João de Souza Sobrinho (Vila Betânia II) e 4 na Avenida Jovino Fernandes de Salles (Boa Esperança, Novo Horizonte e Pinheirinho).

Ao traçar um perfil etário das mulheres entrevistadas, foi notável que a maioria delas tinham entre 41 e 50 anos (44%), seguidos por aquelas que estão acima de 51 anos (36%), totalizando 80% e, numa proporção bem menor, as mulheres de 31 a 40 anos (12%) e de 21 a 30 anos (8%) (Freire, 2023). Isso mostra que são mulheres mais velhas que atuam nesse setor, podendo indicar que ou que estão a mais tempo nesse ramo, ou passaram a empreender na maturidade.

Em relação ao grau de escolaridade, parte considerável das entrevistadas possuem ensino médio completo (40%), seguidos por aquelas que completaram o ensino fundamental e o ensino superior (20% cada), com ensino fundamental incompleto (12%) e, por último, com ensino fundamental e ensino superior incompleto (4% cada). Sobre o estado civil das entrevistadas, a maioria delas é casada (68%), seguidas pelas solteiras (28%) e pelas divorciadas (4%).

Com relação a maternidade, praticamente, metade das entrevistadas possuem 2 filhos (48%), seguidas por aquelas que possuem 3 (20%), nenhum (16%), 1 (12%) e 4 (4%). Logo, além de conciliar os serviços domésticos e a carga horária semanal de trabalho, com todas as questões necessárias para manter o comércio funcionando, ainda há responsabilidades relacionadas a criação dos filhos. Isso pode gerar uma tripla jornada de trabalho, pois, além de responsável pelo lar, o seu trabalho, também envolve a manutenção de

seu negócio, envolvendo o estudo de estratégias e novas formas de venda, além de manter o estoque de mercadorias (Freire, 2023).

Outra questão que se relaciona ao fato é a desvalorização das atividades domésticas, dada a sua invisibilidade social, 72% das mulheres, além do trabalho em sua loja, permanece sendo a principal responsável por essa função, em apenas 16% dos casos este é realizado pela mãe ou por faxineiras, e em 12% são divididas entre os moradores da casa. Ainda assim, a maioria das mulheres participa integralmente do sustento da casa, 36% indicou ser a principal responsável, mesma quantidade das que indicaram dividir as despesas igualmente, contra 28% que não são a principal responsável (Freire, 2023).

Antes de empreender nesse ramo, 52% exerciam outra atividade e 48% não. Dessa forma, muitas dessas mulheres mudaram de emprego e decidiram empreender em busca de melhores condições empregatícias e de vida, com uma maior renda e, ao que tudo indica, grande parte delas conseguiu, uma vez que 76% das entrevistadas responderam que atingiram esse objetivo. A renda da maioria das empreendedoras entrevistadas respondeu era de até 3 salários-mínimos (68%) - que, embora não seja tão elevada, certamente é mais do que a renda anterior -,

seguida por entre 4 e 10 salários-mínimos (24%). Nos dois extremos, apareceram rendimentos de até 1 salário-mínimo - mas com carga horária de menos de 20 horas semanais – e maior que 10 salários-mínimos, ambos representando 4% cada (Freire, 2023).

Partindo desta perspectiva, é possível afirmar que as mulheres entrevistadas possuem autonomia econômica. Isso devido ao fato de que elas têm a possibilidade de controle do lucro aferido por suas vendas, podendo decidir o destino dele. Nesse sentido, grande parte das empreendedoras também pretendiam continuar com o negócio até a aposentadoria, o que indica que estão satisfeitas. Por outro lado, continuava cabendo a elas cuidar da casa e dos afazeres domésticos, mostrando que, nem sempre sua autonomia econômica consegue modificar o pensamento patriarcal, no qual o capitalismo se apoia para explorar as mulheres, tanto no trabalho reprodutivo quanto produtivo.

5 Considerações finais

Quando a mulher migra para cidade, como na pesquisa em Muzambinho-MG, sozinha ou acompanhada pela família, encara

mudanças de um novo espaço, mas também de um modo de vida. Mesmo em uma cidade com ruralidades presentes, algumas dinâmicas são próprias do urbano e, algumas mulheres, dependendo de sua classe social, raça e estilo de vida no campo, podem vivenciá-las com mais intensidade pós-êxodo rural.

Mesmo em empregos urbanos, as mulheres enfrentam desigualdade, sobrecarga e desvalorização. Os espaços frequentados pelas mulheres ainda refletem papéis domésticos, como supermercados, por exemplo.

Em geral, as cidades não são planejadas para atender às necessidades das mulheres. Ainda assim, elas participam ativamente da organização e da transformação do espaço urbano**.** O trabalho produtivo e, sobretudo, o reprodutivo - muitas vezes realizado no ambiente doméstico - sustentam a dinâmica urbana.

Em Alfenas, as entrevistadas abriram o próprio negócio para ter maior controle sobre o tempo e as condições de trabalho. A busca por maior renda também motivou a escolha. Como administram os próprios lucros, há menor disparidade de gênero. Algumas abriram lojas perto de casa, fora do centro, onde os custos são menores.

Essas relações transformam o espaço urbano ao ampliar o deslocamento das mulheres e os fluxos de pessoas e mercadorias gerados pelas lojas.

As entrevistadas pretendem manter e aprimorar os negócios até a aposentadoria, com autonomia sobre a renda, apoio à família e participação na economia local.

Os estudos mostram que o trabalho urbano, assalariado ou empreendedor, amplia a independência econômica das mulheres, mas não as libera dos afazeres domésticos. Sem equidade de gênero, a dupla jornada persiste.

Referências

ARAÚJO, Laudicéia Lourenço. Geografia e as questões de gênero no contexto do trabalho: formas contemporâneas de inserção das mulheres no mercado de trabalho formal. **Revista Pegada.** v. 16, n. 2, p. 293-306, 2015a. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3928>. Acesso em: 15 mar. 2020.

ARAÚJO, Letícia Almeida. **Do campo à cidade:** os papeis socioespaciais

e as relações de trabalho das mulheres em Muzambinho-MG**.** 2021. 177f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2021.

BRASIL. **Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015**. Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga dispositivos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jun. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp150.htm. Acesso em: 04 out. 3026.

CALIÓ, Sonia Alves. Incorporando a Questão de Gênero nos Estudos e no Planejamento Urbano**.** In: ENCUENTRO DE GEOGRAFOS DE AMERICA LATINA, Resúmenes. Observatório Geográfico, v. 1,1997. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografia cultural/737.pdf. Acesso em 28 jun. 2026.

FREIRE, Mariana Romanzini. **Ser mulher no comércio varejista da cidade de Alfenas-MG:** proprietárias de lojas de vestuário e autonomia econômica. 2024. 102 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Alfenas, Alfenas, 2024. Disponível em: Repositório Institucional UNIFAL-MG. Acesso em 02 out. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/alfenas.html. Acesso em: 02 out. 2026.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/muzambinho.html. Acesso em: 2 out. 2026.

LISBOA, Teresa Kleba. Gênero e migrações- Trajetórias globais, trajetórias locais de trabalhadoras domésticas. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, vol. 14, núm. 26- 27, 2006, p. 151- 166. Disponível em: https://remhu.csem.org.br/index.php/remhu/article/view/39/31. Acesso em 02 out. 2026.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes.** 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 528p.

SAFFIOTI, Heleieth. Quem tem medo dos esquemas patriarcais de pensamento? **Crítica Marxista**, São Paulo, Boitempo, v. 1, n. 11, p. 71-75, 2000. (Dossiê Marxismo e Feminismo). Disponível em: Marxists.org. Acesso em 02 out. 2026.

SILVA, Susana Maria Veleda. A Contribuição dos Estudos de Gênero para a Compreensão da Geografia do Trabalho: uma pauta para discussão. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p.106 - 117, ago. / dez. 2013. Disponível em: file:///C:/Users/ander/Downloads/alides,+susana.pdf Acesso em: 03 de junho de 2026.

Capítulo 19

Contextualização socioeconômica, racial e segregação dos sujeitos negros no sul de Minas Gerais e Alfenas a partir do século XIX

Flávia Vieira Lourenço
Gil Carlos Silveira Porto

1 Introdução

A compreensão da presença e da trajetória da população negra no Sul de Minas Gerais exige considerar o território como resultado de processos históricos, sociais, econômicos e políticos que moldaram a organização do espaço. A partir do século XIX, a formação socioeconômica regional esteve ligada às atividades agropecuárias, à circulação de mercadorias e à exploração da mão de obra escravizada, na qual a população negra teve participação fundamental, embora submetida a profundas desigualdades e à restrição de direitos.

A abolição, em 1888, não eliminou essas desigualdades. A ausência de políticas efetivas de inclusão, o acesso desigual à terra e ao trabalho e a permanência de estruturas excludentes contribuíram para a continuidade da marginalização e da segregação da população negra no período pós-abolição.

Nesse sentido, investigar a trajetória dos sujeitos negros no Sul de Minas Gerais permite compreender como as relações raciais se materializaram no território, refletindo-se nas condições de moradia, trabalho, acesso aos serviços e oportunidades. Assim, a segregação socioespacial deve ser entendida como parte de um processo histórico de distribuição desigual de recursos e possibilidades.

A análise dessa trajetória contribui, portanto, para uma leitura crítica da formação territorial sul-mineira, reconhecendo a importância da população negra na construção econômica, social e cultural da região, bem como suas formas de resistência e as permanências das desigualdades que ainda se expressam no espaço geográfico contemporâneo.

2 A população negra e a produção do espaço sul-mineiro: história, território e desigualdades

A formação da sociedade brasileira foi marcada pela diversidade étnica e cultural, com significativa contribuição dos povos africanos trazidos forçadamente durante o período escravista. Apesar da valorização da miscigenação, as desigualdades raciais e sociais permaneceram estruturais, refletindo-se no acesso a direitos, recursos e oportunidades.

A população negra representa mais da metade da população brasileira: em 2025, 46,9% se autodeclarava parda e 12,4%, preta, segundo a PNAD Contínua. Em Minas Gerais, o Censo de 2010 registrou 53,5% da população como preta ou parda, evidenciando sua expressiva participação na composição demográfica estadual.

Entretanto, essa representatividade não se traduz em igualdade socioeconômica. A concentração da população negra nas menores faixas de rendimento evidencia a permanência de desigualdades relacionadas às relações raciais e à histórica organização social e territorial brasileira.

3 Escravidão e trabalho: a presença negra na construção do sul de Minas

A formação territorial do Sul de Minas Gerais resultou de um processo histórico complexo, marcado pela interação de fatores geográficos, econômicos, políticos e culturais que atuaram em diferentes escalas — local, regional, nacional e internacional. Desde o período colonial, a ocupação e a organização do território estiveram relacionadas às atividades econômicas desenvolvidas na região, inicialmente vinculadas à agricultura e, posteriormente, à expansão da cafeicultura, que assumiu papel de destaque na economia sul-mineira.

A expansão cafeeira impulsionou a economia sul-mineira e ampliou sua integração aos circuitos comerciais, mas esteve associada ao trabalho escravizado e à concentração de terras e riquezas. Assim, o crescimento econômico coexistiu com profundas desigualdades sociais, que atingiram especialmente a população negra submetida à escravidão.

No início da década de 1830, o território correspondente ao atual município de Alfenas integrava a freguesia de Cabo Verde, pertencente à Comarca do Rio das Mortes. Nesse período, a região centro-sul de Minas Gerais apresentava expressiva importância econômica e comercial

no contexto da província, sustentada por um conjunto diversificado de atividades produtivas. Além da agricultura, destacavam-se a pecuária e o comércio, atividades que contribuíram para a ocupação, a circulação de pessoas e mercadorias e a consolidação das redes de relações responsáveis pela organização do território.

Figura 1 - Mapa da comarca do Rio das Mortes, 1837



Fonte: ANDRADE, 1998-1999.

Nesse contexto, compreender a formação territorial de Alfenas e do Sul de Minas Gerais implica considerar não apenas a expansão das atividades econômicas, mas também as relações sociais que sustentaram esse processo, especialmente aquelas estabelecidas entre proprietários, trabalhadores livres e a população escravizada. Essas relações contribuíram para produzir uma estrutura territorial e social cujas desigualdades não se restringiram ao período escravista, apresentando permanências e transformações no decorrer do processo histórico.

4 Pós-abolição e permanências: entre a liberdade e a exclusão

O século XIX representou um período de importantes transformações na organização territorial do Sul de Minas Gerais, marcado

pelo surgimento de elementos associados à modernização e à formação de núcleos urbanos. As mudanças econômicas, urbanísticas e ideológicas que ocorreram nesse período contribuíram para a transição gradual de uma sociedade predominantemente rural e orientada por estruturas tradicionais para uma configuração cada vez mais urbana, dinâmica e influenciada por novos valores sociais.

O processo de urbanização esteve acompanhado por significativas alterações na estrutura fundiária. As grandes propriedades rurais passaram por sucessivos processos de parcelamento, decorrentes principalmente de partilhas por herança e de transações de compra e venda. Esse movimento contribuiu para a formação de uma estrutura fundiária mais diversificada e complexa, caracterizada pela multiplicação dos estabelecimentos rurais e pela ampliação da diversidade das atividades produtivas e comerciais desenvolvidas no território.

No sul de Minas Gerais, a intensificação da vida urbana, sobretudo a partir das últimas décadas do século XIX, esteve associada à incorporação de novos padrões de organização espacial e de valores vinculados à modernidade e à ascensão de uma sociedade de caráter burguês. A transformação dos espaços urbanos, entretanto, não ocorreu de maneira homogênea. Ao mesmo tempo em que determinados grupos sociais se beneficiavam das novas possibilidades econômicas e urbanísticas, outros permaneciam submetidos a condições de precariedade e exclusão.

Nesse contexto, a racionalização e a reorganização dos espaços urbanos também contribuíram para o estabelecimento de formas de diferenciação e segregação socioespacial. A distribuição desigual da população, dos serviços, das oportunidades e dos equipamentos urbanos passou a expressar as hierarquias sociais existentes, afetando particularmente os grupos economicamente menos favorecidos. Essas transformações produziram tensões e demandas sociais, estimulando reivindicações relacionadas ao acesso à infraestrutura, às condições de moradia, ao trabalho e à participação na vida urbana.

Assim, tomando como exemplo, o processo de urbanização do município de Alfenas, no sul de Minas Gerais, deve ser compreendido para além de sua dimensão física e econômica. A constituição de uma nova configuração urbana esteve diretamente relacionada às relações de poder e às desigualdades sociais presentes na sociedade, contribuindo para a produção de um espaço marcado, simultaneamente, pela modernização e pela permanência de mecanismos de exclusão e segregação.

> Assim, Alfenas forjou e difundiu imagem de urbe moderna, civilizada e culta sem modificar, substancialmente, sua base econômica tradicional. Projeto ambíguo e contraditório, pois, além da cidade permanecer dependente de uma agropecuária tradicional, nos jornais, clubes, escolas e teatro de Alfenas não faltaram vozes que, vez ou outra, atribuíram ao campo a característica de uma vida de paz, tranquilidade e virtudes. O mais importante é notar que, enquanto as elites trataram de dar um novo aspecto à cidade, esteve presente a resistência de tantos sujeitos à mudança. [...] (Martins, 2016, p.381)

A economia cafeeira desempenhou papel significativo na estruturação socioeconômica do Sul de Minas Gerais e, consequentemente, na configuração das desigualdades e dos processos de segregação socioespacial que marcaram a região. A organização da produção, a concentração da riqueza e da propriedade da terra e a permanência de relações sociais estabelecidas durante o período escravista contribuíram para a reprodução de hierarquias sociais e raciais no processo de transformação do território.

Com o avanço da urbanização e a reorganização dos espaços urbanos, essas desigualdades assumiram novas formas. A população negra, especialmente no contexto posterior à abolição, enfrentou obstáculos relacionados ao acesso à terra, ao trabalho, à moradia, à educação e aos serviços públicos essenciais. A ausência de condições equitativas de inserção na nova dinâmica urbana contribuiu para que parcela significativa dessa população fosse direcionada ou permanecesse concentrada em áreas menos valorizadas e com menor oferta de infraestrutura e equipamentos urbanos.

Nesse sentido, a segregação socioespacial não pode ser dissociada das relações raciais historicamente construídas. As desigualdades produzidas durante o período escravista e as dificuldades enfrentadas pela população negra no pós-abolição contribuíram para a configuração de espaços urbanos socialmente diferenciados. Assim, a formação das áreas mais vulnerabilizadas das cidades sul-mineiras deve ser analisada também à luz dos processos históricos de exclusão racial, evidenciando como as estruturas sociais do passado deixaram marcas na organização do espaço urbano e nas condições de vida da população.

5 O Sistema Escravista e as relações de trabalho

O Sul de Minas Gerais consolidou sua economia em torno da agropecuária, articulando desde a produção de subsistência em pequenas

propriedades até a comercialização em grandes fazendas. A expansão da cafeicultura intensificou a concentração de terras e de mão de obra escravizada, criando uma estrutura social altamente hierarquizada e desigual que persistiu com novas configurações mesmo após a abolição, impondo graves barreiras à população negra. Nas décadas que antecederam o fim do cativeiro, a transição para o trabalho livre atraiu expressivos fluxos migratórios para atender às demandas de consumo interno e agroexportação, ao mesmo tempo em que a própria população escravizada exercia um papel ativo na transformação do território por meio de negociações, fugas e estratégias de autonomia. Paralelamente, a formação das elites locais alinhou-se à consolidação do Estado brasileiro sob uma cultura política conservadora que preservava as assimetrias sociais e raciais sob discursos de progresso. Essa centralidade da força de trabalho escravizada na economia e na organização socioespacial da região encontra-se amplamente documentada nos registros censitários a partir de 1872, que revelam a diversidade das ocupações e a relevância desses sujeitos na formação histórica sul-mineira.

Tabela 1 - População escrava dos municípios sul-mineiros (1873, 1883 e 1885)

Municípios		**1873**		**1833**		**1885**
	nº de escravos	%	nº de escravos	%	nº de escravos	%
Alfenas	4.170	5.6	5.022	8.0	4.495	7.7
Ayruoca	3.564	4.8	3.092	4.9	2.654	4.5
Baependy	7.248	9.7	6.306	10.0	3.877	6.6
Cabo Verde	1.510	2.0	1.510	2.4	1.385	2.4
Caldas	2.391	3.2	2.720	4.3	2.492	4.3
Campanha	6.750	9.1	3.379	5.3	5.422	9.3
Carmo de Rio Claro	-	-	1.227	1.9	1.227	2.1
Christina	4.547	6.1	5.599	8.9	4.610	7.9
Dores da Boa Esperança	4.764	6.4	2.455	3.9	2.477	4.2
Itajubá	4.496	6.0	3.960	6.3	4.048	6.9
Jaguary	1.070	1.4	1.172	1.8	1.069	1.8
Lavras	8.380	11.2	6.322	10.0	5.417	9.3
Passos	4.065	5.4	5.623	8.9	4.792	8.2
Pouso Alto	-	-	2.439	3.9	2.282	3.9
Pouso Alegre	4.075	5.4	3.465	5.5	2.227	3.8

Municípios		1873		1833		1885
S. José do Paraíso	4.164	5.6	1.890	3.0	1.778	3.0
S. Gonçalo	-	-	37	0.05	151	0.2
S. Sebastião do Paraíso	3.598	4.8	3.814	6.0	3.537	6.1
Três Pontas	5.997	8.0	2.817	4.4	2.313	4.0
Ouro Fino	3.574	4.8	-	-	1.694	2.9
Total	74.363	100	62.849	100	57.947	100

Fonte: Delfino, 2010

No que se refere especificamente à dinâmica do mercado de trabalho, é importante considerar que o expressivo contingente de pessoas libertas após a abolição encontrou condições profundamente desiguais de inserção na sociedade e no mundo do trabalho. A ausência de políticas efetivas de integração socioeconômica, associada à permanência de estruturas herdadas do período escravista, contribuiu para a reprodução de desigualdades sociais e espaciais que afetaram particularmente a população negra.

> A população e os movimentos sociais eram formados por pessoas assalariadas, que exerciam funções públicas. A maioria delas morava em casas de ordens leigas ou de ordens terceiras, ou então em casas simples, construídas pelos que viviam em condições insalubres, sem trabalho fixo e entregues à própria sorte. Um dos maiores problemas que afetavam a vida cotidiana da população alfenense na Primeira República era a pobreza. (Davi & Porto, 2021, p.31)

A elite econômica e social dependia profundamente do trabalho escravizado nas esferas produtiva, comercial e doméstica. Com o acirramento das restrições para a reposição dessa mão de obra e as leis progressivas de emancipação que sinalizavam o fim do regime, os grupos dominantes viram-se forçados a buscar alternativas de reorganização do trabalho. No entanto, essa transição gerou forte resistência e insatisfação por parte das elites, que tentavam conter as ameaças à ordem social e econômica que as privilegiava.

6 Heranças africanas na formação territorial do Sul de Minas Gerais

No século XIX, os núcleos urbanos do Sul de Minas Gerais foram marcados por intensa diversidade cultural e social, o que estimulou o surgimento de movimentos e iniciativas coletivas voltados a atender às demandas de diferentes segmentos da população local.

> De qualquer forma, esse dinamismo social vivenciado nos núcleos urbanos provocou certa liberdade de ideias, contribuiu para formar grupos e movimentos sociais, recebendo pessoas de vários lugares que, muitas vezes, trocavam informações e traziam novas experiências de outros cantos. Essa convivência de pessoas de diferentes meios poderia causar preocupação nas autoridades, alertando para os riscos de sedições e práticas consideradas subversivas e contra as moralidades pregadas naquele momento. Esses embates ideológicos contribuíram para mudanças de valores e de pensamento, não ficando de fora as pequenas cidades do sul mineiro. (Sobrinho, 2016, p. 324)

A partir da segunda metade do século XIX, o sistema escravista enfrentou intensas pressões que desencadearam disputas entre defensores da transição gradual para o trabalho livre e setores focados na preservação do regime escravocrata. Superando narrativas tradicionais centradas apenas nas elites políticas e intelectuais, reconhece-se a atuação decisiva da população escravizada, liberta e livre, que usou de fugas, negociações e resistências cotidianas como estratégias ativas pela liberdade. Esse dinamismo social ocorreu em um Sul de Minas marcado por expressiva diversidade demográfica desde sua formação territorial, atraindo desde imigrantes europeus a populações africanas trazidas compulsoriamente, além de migrantes de diversas regiões. Essa multiplicidade étnica e social moldou a trajetória histórica e socioespacial de municípios como Alfenas, conforme documentado nos primeiros censos nacionais. Dessa forma, analisar a presença e as condições socioeconômicas da população negra no território alfenense entre os séculos XIX e XX é essencial para mapear padrões de ocupação e compreender os processos históricos de desigualdade e segregação socioespacial na região.

Para essa análise, parte-se da concepção de espaço geográfico desenvolvida por Santos (2008), compreendendo-o como resultado das relações estabelecidas entre sociedade e natureza e, sobretudo, como produto histórico das ações, práticas e relações sociais que se materializam no território. A partir dessa perspectiva, o espaço de Alfenas é entendido

não apenas como uma dimensão física, mas como uma construção social em permanente transformação, na qual se expressam relações de poder, desigualdades, conflitos, identidades e diferentes formas de apropriação territorial.

> [...] uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele contém e é contido pelas demais instâncias, assim como cada uma delas contém e é por ele contida. A economia está no espaço, assim como o espaço está na economia. (p. 12)

O Sul de Minas Gerais estabeleceu-se historicamente como um polo de atração migratória, atraindo populações de diversas origens que impulsionaram a agricultura, a pecuária, a indústria e as manifestações socioculturais regionais, sobretudo após o fim do tráfico transatlântico. Apesar dessa pluralidade demográfica, a estrutura fundiária moldada a partir da Lei de Terras de 1850 perpetuou profundas desigualdades raciais e mecanismos de exclusão, restringindo o acesso à terra e confinando a população negra a processos históricos de marginalização no trabalho e na moradia. Essa realidade de assimetrias e relações de poder encontra-se documentada no Censo Geral do Império de 1872, o primeiro recenseamento nacional, que revelou a expressiva presença negra na província mais populosa do país, os elevados índices de analfabetismo e o contingente de cerca de 1,5 milhão de escravizados no Brasil, servindo como fonte essencial para compreender a formação socioespacial e as dinâmicas sociais da região sul-mineira no século XIX.

Abaixo é possível observar os dados censitários referentes ao município de Alfenas, referência no Sul de Minas:

Tabela 2: Registro de estrangeiros da Paróquia de São José e N. Senhora das Dores de Alfenas, Alfenas, Minas Gerais.

Nacionalidade	Homens	Mulheres
Africanos	18	17
Espanhóis	1	0
Italianos	2	0
Portugueses	12	0

Fonte: Recenseamento, 1872.

A predominância numérica da população africana escravizada evidenciava a profunda desigualdade que estruturava a sociedade, sustentada por mecanismos de coerção, violência e normas discriminatórias.

7 O Sistema Escravista e a Divisão Social do Trabalho

A divisão social do trabalho, ao distribuir funções no sistema produtivo, atua diretamente na consolidação de hierarquias e desigualdades, conforme evidenciado pela análise das relações raciais e do regime escravista no município estudado. Com base nos dados do censo de 1872, os registros expõem uma estrutura profundamente desigual, na qual a classe de capitalistas e proprietários era restrita e composta exclusivamente por pessoas livres. Entre os lavradores, a mão de obra livre superava em número a escravizada, enquanto a maior parcela da população constava registrada sem profissão declarada, reflexo das limitações e especificidades dos levantamentos censitários da época.

Tabela 3: Situação econômica da população do município de Alfenas, Sul de Minas Gerais, em relação às profissões

Unidades Territoriais	Capitalistas, proprietários industriais e comerciais		Lavradores		Sem profissão		**Total**
	Livre	Escrava	Livre	Escrava	Livre	Escrava	
Alfenas	7	-	2472	278	9.485	1.312	**13.547**

Fonte: Recenseamento, 1872

A expressiva presença de estrangeiros escravizados registrada nos recenseamentos evidencia a intensidade do tráfico transatlântico de pessoas escravizadas e sua significativa influência na formação social e territorial brasileira, especialmente no período anterior à sua proibição, em 1850.

Esse tráfico se intensifica até 1850, e o número total de escravos "imigrados" é estimado por vários autores. As estimativas feitas pelos primeiros estudiosos parecem carecer de base real, porém, hoje, considera-se que esse número deve ter ficado ao redor dos 3 milhões. (GOULART, 1950, apud, LEVY,1974 p. 50).

A inserção da população negra em posições específicas da divisão social do trabalho, frequentemente marcadas pela exploração e pela

precarização, contribuiu para a reprodução das desigualdades sociais. Nesse sentido, a divisão do trabalho também revela como a distribuição de riqueza, poder, status e acesso aos benefícios do desenvolvimento econômico esteve historicamente condicionada pela estrutura social e racial.

8 Considerações finais

A formação socioeconômica e territorial do Sul de Minas Gerais é marcada por desigualdades raciais e socioespaciais oriundas dos processos históricos de ocupação, exploração e escravização. Embora a população negra tenha sido fundamental para a construção econômica, social e cultural da região desde o século XIX, sua presença expressiva na estrutura produtiva contrastou com a sistemática exclusão dos espaços de poder e riqueza. A abolição em 1888 não rompeu com esse cenário, perpetuando a marginalização por meio das barreiras de acesso à terra, moradia, trabalho e educação, o que fez com que os processos de modernização e urbanização regionais consolidassem dinâmicas de segregação territorial. A trajetória negra, contudo, supera a marca da exclusão: esses sujeitos atuaram como agentes ativos na produção do espaço, tecendo redes de solidariedade, estratégias de resistência e preservação cultural. Assim, reconhecer a centralidade da população negra e problematizar a permanência dessas assimetrias socioespaciais é indispensável para uma leitura crítica da história sul-mineira e para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Referências

BRAZIL. DIRECTORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral da republica dos Estados Unidos do Brazil em 31 de dezembro de 1890: Districto federal (cidade do Rio de Janeiro)..** Typ. Leuzinger, 1895.

DAVI, Rafaela Do Rosário.; PORTO, Gil Carlos Silveira. CONTRIBUIÇÃO PARA A RECOMPOSIÇÃO DA GEOGRAFIA PRETÉRITA DE ALFENAS (MG): AGENTES, OBJETOS E PROCESSOS. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas** , v. 1, n. 33, p. 13-45, 29 jun. 2021.

CUSTODIO SOBRINHO, Juliano. **Sobre um tempo de incertezas: o processo da abolição e os significados da liberdade em Minas Gerais (1880-1888)**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa, O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica. **Repositório USP**. São Paulo, 2011.

IBGE. **IBGE – Censo 2022. s/d.** Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/sobre/conhecendo-o-brasil.html. Acesso em: 02 maio. 2026.

IBGE – Cidades. Disponível em: Acesso em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/alfenas/pesquisa/23/22957?detalhes=true 05 de julho de 2026.

IBGE. Recenseamento do Brazil em 1872, Rio de Janeiro: Typographia G. Leuzinger, s.d. [prov. 1875].

IBGE. Recenseamento do Brasil em 1920, Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927.

LEVY, Maria Stella Ferreira. **O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972)**. Revista de Saúde Pública, v. 8, p. 49-90, 1974. Disponível em: https://www.scielosp.org/article/ssm/content/raw/resource_ssm_path=/media/assets/rsp/v8s0 /03.pdf

MATOS, R. Colonialismo, expansão capitalista e paisagens modernas na formação territorial de Minas Gerais. In: MATOS, R.; COSTA, A. (Orgs). **Luzes e Forjas**: O Lugar da Modernização na Formação Socioespacial de Minas Gerais. Belo Horizonte: Quixote + Do Editoras Associadas, 2019.

QUERINO, Manuel. O colono preto como fator da civilização brasileira. **Afro-Ásia**, n. 13, 1980.

SAES, Alexandre Macchione; MARTINS, Marcos Lobato; GAMBI, Thiago Fontelas Rosado. **Sul de Minas em urbanização: modernização urbana no início do século XX**. 2016.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SIDRA – IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: https://sidra.ibge.gov.br/Acervo?nivel=2&unidade=5#/S/CD/A/Q Acesso em: 20 de julho de 2026.

Capítulo 20

O panorama das Indicações Geográficas na Pós-Graduação em Minas Gerais

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria
Débora Cristina Santos
Eduardo Vieira Ananias
Leandro da Cunha Fermino

1 Introdução

O saber-fazer e a produção com origem remontam há séculos em todo o mundo, sobretudo na Europa, onde, regiões possuíam notoriedade por suas produções. Champangne na França, Porto em Portugal e Pilsen na República Tcheca são exemplos de cidades, regiões e ou territórios com notoriedade pela produção de espumante, vinho e cerveja, respectivamente. Este debate ampara-se na discussão das Indicações Geográficas (IGs), em que D'Alexandria (2020) ressalta que as IGs não são elementos do século XXI, isso porque, a relação de um produto com sua origem perpassa a história percorrendo-o por diversos momentos. É importante salientar que o debate das Indicações Geográficas chega ao Brasil a partir da Lei n° 9.279/1996, portanto, completando 30 anos no próximo ano de 2026. A referida legislação traz consigo o conceito de Indicação de Procedência e Denominação de Origem em nosso país.

Minas Gerais teve a sua primeira Indicação Geográfica reconhecida em 2005, após o registro da Indicação de Procedência Cerrado Mineiro (referente ao café). Neste cenário o estado desponta como uma das unidades federativas com maior número de IGs concedidas. Compreendendo a pujança do estado mineiro na valorização dos saberes e fazeres, bem como na obtenção de registros de IG, se faz necessário compreender estas IGs para além dos números, adentrando a construção de trabalhos acadêmicos ao longo destes 30 anos da existência da legislação brasileira e 20 da Indicação de Procedência Cerrado Mineiro. Para tal, o supramencionado trabalho tem como objetivo debater a produção acadêmica em Minas Gerais, através de teses e dissertações, sobre o objeto das Indicações Geográficas. É importante salientar que o supramencionado trabalho

é fruto de projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Federal de Alfenas entre 2023 e 2024. A busca primária no Catálogo da CAPES pelos descritores do tema retornou 15.962 registros brutos. Após o filtro pelas IES mineiras e a eliminação de duplicidades, chegou-se ao corpus de 37 trabalhos analisados. Para a construção desta bibliometria foram utilizadas as palavras-chave "Indicações Geográficas", "Indicação Geográfica", "Indicação de Procedência" e "Denominação de Origem".

2 Pressupostos teóricos: Indicações Geográficas, território e a Geografia

Em *prima facie*, se faz necessário apontar os primeiros trabalhos de Indicações Geográficas na Geografia brasileira a partir de Alcides Caldas e Ivanira Falcade, no que tange ao pioneirismo dos referidos professores ao se debruçarem sobre a temática recente no Brasil. Em pouco mais de 20 anos, o cenário geográfico ainda é incipiente quanto aos estudos das IGs. Nota-se a importância de se trazer as Indicações Geográficas para o contexto geográfico, uma vez que o debate está alicerçado na preservação do saber-fazer, no uso do território, do turismo, dos sabores etc. Caldas, Mattos e Santos (2024) destacam que as IGs possuem papel preponderante para fortalecer a cultura e a nacionalidade em nível local e/ou regional, uma vez que a notoriedade dos produtos ou serviços registrados com este signo distintivo evidencia sua importância também como patrimônio imaterial. No entanto, para que essa relevância ganhe densidade na análise espacial, a compreensão das IGs sob a ótica da Ciência Geográfica exige superar a visão cartesiana do espaço como mera superfície inerte ou limite político-administrativo normatizado.

Conforme sustentam D'Alexandria e Toledo (2026), a relação de um produto ao território está atrelada à construção histórica ou pela organização e elaboração de uma ideia, de uma identidade ou de uma representação associada ao espaço. Essa perspectiva extrapola as variáveis agronômicas ou climáticas do *terroir* tradicional para alcançar a complexidade da perspectiva do território usado (SANTOS; SILVEIRA, 2001), compreendendo que o espaço geográfico não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de coisas criadas pelo homem, mas o chão e mais à população, isto é, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. Assim, o território usado materializa as expressões das singularidades das Indicações

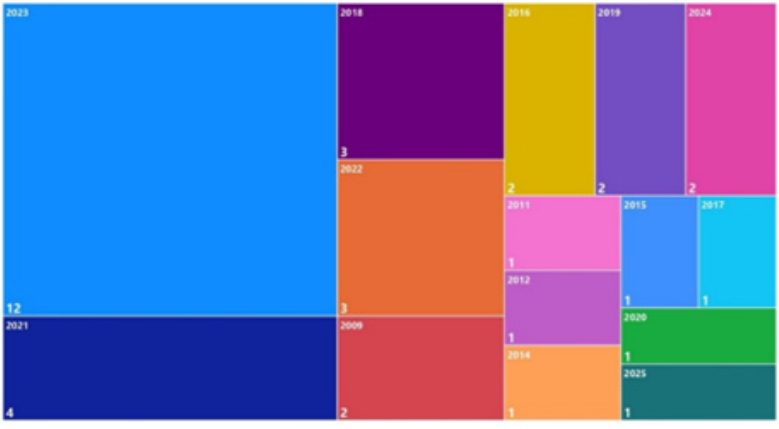
Geográficas, amalgamando o elo entre o produtor, o produto e a dimensão simbólica ali produzida, cujas características são evidentes tanto na materialidade paisagística na Denominação de Origem Vale dos Vinhedos (D'ALEXANDRIA, 2015), quanto nas tramas de fé e identidade da Indicação de Procedência Divina Pastora em Sergipe, onde as rendas ultrapassam a noção de simples mercadorias e carregam saberes geracionais de mulheres que adornam desde os altares sagrados até a formação histórica do município (D'ALEXANDRIA, 2023, 2025). Aponta-se, portanto, que o debate das IG não pode ser reduzido a um simples dispositivo tecnológico de mercado ou a um selo agropecuário voltado a agregação de valor (D'ALEXANDRIA; TOLEDO, 2026).

Neste contexto, a Geografia resgata a centralidade das pessoas, defendendo que os instrumentos de propriedade intelectual coletiva devem atuar como vetores de desenvolvimento territorial, capazes de acionar e organizar ativos latentes que antes estavam adormecidos em uma comunidade, sustentando a construção de uma governança participativa e compartilhada de base endógena (TOLEDO, 2024). Conforme asseveram Gaia, Cruz e Lira (2026), a mobilização das Indicações Geográficas e das Marcas Coletivas na Amazônia, assume um papel estratégico na afirmação de um território de direitos. Para tal, finca-se aqui, que as pesquisas em IGs e não devem findar-se no pragmatismo gerencial ou jurídico isolado da Propriedade Intelectual, mas sim incorporar o olhar geográfico para pensar as IGs como fenômeno de desenvolvimento territorial, de emancipação, de justiça socioespacial. Neste diapasão, torna-se imperativo questionar: mas este debate está verdadeiramente ancorado na Geografia em Minas Gerais?

3 A produção acadêmica em Minas Gerais

Ressalta-se a importância do debate sobre o fenômeno das Indicações Geográficas. Dessa forma, esta seção analisa: (1) a evolução anual das publicações sobre Indicações Geográficas em Minas Gerais; (2) o crescimento dos trabalhos ao longo dos anos, com foco no período de 2021 a 2025 e seu aumento progressivo; e (3) a distribuição por nível de pós-graduação, observando a proporção entre o mestrado acadêmico, o mestrado profissional e o doutorado.

Figura 01: publicações por ano de teses e dissertações sobre Indicações Geográficas



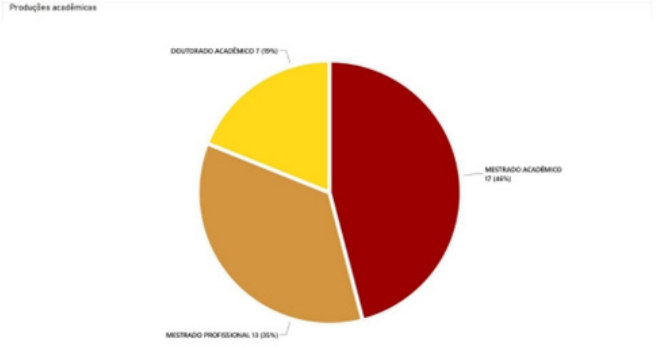
Fonte: autores (2026) adaptado de CAPES (2026).

Tendo em vista que as Indicações Geográficas estão em processo de expansão e consolidação no Brasil, nota-se a necessidade de ampliação dos estudos sobre o tema no âmbito acadêmico. Na série histórica analisada (2009 a 2025), identificou-se a distribuição temporal das defesas de teses e dissertações, com destaque para os anos de maior concentração de publicações: 2023 (12 trabalhos), 2021 (4 trabalhos), 2018 e 2022 (3 trabalhos cada), 2016 e 2019 (2 trabalhos cada) e os demais anos com 1 publicação (2009, 2011, 2012, 2014, 2015, 2017, 2020 e 2025), conforme indicado na Figura 01.

Ainda de acordo com a Figura 01, o ano com maior índice de publicações científicas é 2023 (12 publicações), seguido por 2021 (4 publicações) e 2018 (3 publicações). Os anos com menor incidência de registros são 2009, 2011, 2012, 2014, 2015, 2017, 2020 e 2025, com uma publicação por ano. Observa-se um aumento expressivo entre os anos de 2021 e 2023, demonstrando a aceleração recente do debate.

Ao considerar as produções por nível de pós-graduação, contabiliza-se o total de 37 produções acadêmicas na série histórica de 2009 a 2025. Neste contexto, as pesquisas sobre Indicações Geográficas concentram-se predominantemente no mestrado acadêmico (46%, totalizando 17 dissertações), seguido pelo mestrado profissional (35%, totalizando 13 dissertações) e pelo doutorado acadêmico (19%, totalizando 7 teses), conforme representado na Figura 02.

Figura 02 - As produções acadêmicas sobre Indicações Geográficas.



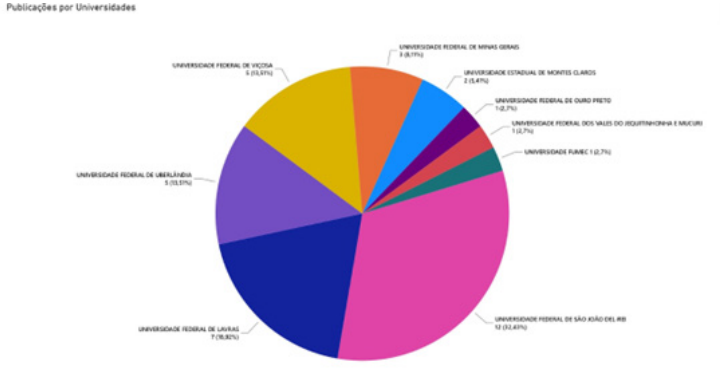
Fonte: autores (2026) adaptado de CAPES (2026).

Para explicar esse aumento expressivo representado em 2023, consideram-se duas suposições principais: (1) o represamento de defesas decorrente do contexto da pandemia de COVID-19 (2020-2022), que levou discentes a defenderem suas pesquisas tardiamente devido à dilatação de prazos; e (2) a maturação das turmas do PROFNIT (Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação), criado na UFSJ em 2019, que alterou o cenário das pesquisas aplicadas em Indicações Geográficas.

Em termos comparativos, entre os anos de 2009 e 2020, as produções acadêmicas em Minas Gerais somaram 15 trabalhos defendidos, apresentando um pico pontual no ano de 2018 com 3 publicações. Nos anos subsequentes, em específico após a criação do ponto focal do Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT) na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ) em 2019, a consolidação da temática no estado acelerou-se significativamente. O ano de 2023 registrou, isoladamente, 12 trabalhos defendidos o equivalente a 80% de toda a produção acumulada nos 12 anos do período de 2009 a 2020.

Entre as Instituições de Ensino Superior (IES) que concentram a maior quantidade de pesquisas sobre Indicações Geográficas em Minas Gerais, a UFSJ destaca-se com a maior participação no estado. Cabe ressaltar que a FUMEC figura como a única universidade privada no levantamento, conforme Figura 03.

Figura 03: Produções por universidades.



Fonte: autores (2026) adaptado de CAPES (2026).

Conforme supradito, o debate geográfico é incipiente no que tange às IGs; entretanto, tal debate tornou-se comum nos programas de pós-graduação do PROFNIT (11 trabalhos), principal expoente de pesquisa em Minas Gerais. Administração (5) e Economia (3) são os cursos com mais trabalhos concluídos além do PROFNIT. É importante salientar que cursos como Biotecnologia (2), Ciência e Tecnologia de Alimentos (2), Direito (2) e Extensão Rural (2) possuem mais teses e dissertações do que os programas de pós-graduação em Geografia em Minas Gerais. Economia (2), Administração (1), Agronomia (1), Ciência e Tecnologia de Alimentos (1), Estudos Rurais (1) e Zootecnia (1) são os únicos programas de doutorado com teses defendidas dentro do recorte temporal analisado.

É neste sentido que se ampara em Toledo (2024), ao trazer à luz a importância da Geografia no bojo das IGs. Seja na formulação de políticas públicas intervencionistas ou no planejamento territorial promovido pelo Estado em ações de escala local e regional, a Geografia deve oferecer seu aparato teórico-conceitual para auxiliar a compreensão e a efetivação dessas medidas no espaço.

Ainda em conformidade com Toledo (2024), destaca-se que profissionais do Direito, da Administração, do Turismo e da Agronomia possuem relevantes trabalhos de discussão, amparo e aplicação das IGs no Brasil, conforme evidenciado pelos dados desta pesquisa. Contudo, torna-se imperativo amplificar a participação dos profissionais e dos programas de Pós-Graduação em Geografia nesse debate. A pesquisa realizada evidencia uma marcante dispersão disciplinar, na qual áreas como Administração,

Economia, Direito, Biotecnologia e Ciência de Alimentos assumem o protagonismo da produção científica no estado.

No que tange à Geografia enquanto campo disciplinar, registra-se apenas uma dissertação de mestrado defendida em todo o Estado de Minas Gerais sobre a temática. Trata-se da pesquisa apresentada em 2022 na Universidade Federal de Uberlândia (UFU), de autoria de Guilherme Henrique dos Santos Santana, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Cervo Chelotti. O estudo abordou a Indicação Geográfica do café, analisando suas dinâmicas e territorialidades no Cerrado Mineiro, e evidenciou que a IG investigada se transforma conforme as determinações do mundo contemporâneo, revelando a seletividade territorial e os processos de apropriação dos atributos espaciais por agentes locais e globais.

A escassez de produções geográficas sobre o tema no estado é expressiva. Diante disso, indaga-se: a que fenômeno se deve essa lacuna, sobretudo considerando a relevância da Ciência Geográfica para a compreensão das Indicações Geográficas? Entendemos que a reduzida participação de geógrafos nesse campo investigativo em Minas Gerais pode ser atribuída a três fatores principais:

1. Insuficiente abordagem da temática nos currículos dos cursos de Geografia;
2. Ausência de disciplinas específicas voltadas ao estudo da Propriedade Intelectual e das Indicações Geográficas;
3. Desconhecimento dos discentes sobre o tema;

Como o próprio termo indica e em consonância com o que defendem Toledo (2024) e Toledo e D'Alexandria (2026), trata-se de um campo de investigação eminentemente geográfico. Assim, sugere-se a inclusão e a estruturação de conteúdos e disciplinas sobre Indicações Geográficas nos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) dos cursos de Geografia das universidades mineiras. Cabe recordar que o objeto central da Geografia é o espaço geográfico e suas dinâmicas territoriais, conforme assinala Suertegaray (2000). Pela própria nomenclatura e natureza do fenômeno, os estudos de Indicação Geográfica requerem a contribuição teórica e metodológica dos geógrafos para o desvendamento de suas complexidades socioespaciais. Com base nessa reflexão, reafirma-se o convite ao aprofundamento do debate nas pós-graduações em Geografia do estado.

4 Considerações finais

O presente trabalho, voltado para o levantamento das produções acadêmicas sobre as Indicações Geográficas (IGs) na pós-graduação em Minas Gerais (2009–2025) materializa um avanço recente do tema, especialmente a partir de 2021 pelo protagonismo de programas focados em Inovação e Propriedade Intelectual, como o PROFNIT, e por pesquisas nas áreas de Administração e Economia. Entretanto, a matriz teórica e empírica das pesquisas contrasta com uma latente lacuna no campo da Geografia, no que tange apenas uma dissertação de mestrado defendida no período analisado. Para tal, essa ausência de trabalhos nos programas de pós-graduação em Geografia evidencia que, embora as Indicações Geográficas centrem-se no debate da relação entre produto, saber-fazer e o território, a Ciência Geográfica encontra-se distante. O supramencionado trabalho aponta que que a fraca presença da temática decorre da ausência de conteúdos específicos nos Projetos Político-Pedagógicos e da pouca aproximação dos discentes com a Propriedade Intelectual enquanto escopo da Geografia.

Neste ensejo, reafirma-se que as IGs não devem ser reduzidas aportes mercadológicos ou instrumentos jurídicos de agregação de valor. Compreendê-las sob a ótica do território usado exige o aparato teórico-metodológico geográfico para analisar as dinâmicas de poder, a preservação dos saberes e fazeres, bem como a construção de governanças territoriais voltadas ao desenvolvimento territorial. Por fim, o texto não se finda nestas páginas, ao contrário, torna-se caminho insurgente para a Geografia adentrar ao debate. A preservação de saberes e fazeres, bem como desenvolvimento territorial são caminhos geográficos, ou seja, as Indicações Geográficas podem e devem fazer parte do bojo da Geografia.

Referências

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 15 maio 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9279.htm. Acesso em: 6 ago. 2026.

CALDAS, A. S.; MATTOS, M. M.; SANTOS, P. V. Indicações Geográficas (IG) e patrimônios imateriais no Brasil: análise do processo de proteção e ocupação do território nacional. Revista de Geografia

(Recife), v. 41, n. 2, p. 115-134, 2024.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES. Brasília: MEC, 2026. Disponível em: https://catalogodeteses.capes.gov.br/. Acesso em: 12 maio 2026.

D'ALEXANDRIA, Marcel Azevedo Batista. O marketing territorial nas indicações geográficas: um estudo da denominação de origem Vale dos Vinhedos. 2015. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

D'ALEXANDRIA, Marcel Azevedo Batista. As Indicações Geográficas do mundo para o Brasil: a construção do conceito brasileiro. GOT - Revista de Geografia e Ordenamento do Território, n. 20, p. 3-26, dez. 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.17127/got/2020.20.001.

D'ALEXANDRIA, Marcel Azevedo Batista. Uma década de registro: compreensões acerca da Indicação de Procedência Divina Pastora. Boletim Alfenense de Geografia, Alfenas, v. 4, n. 8, p. 75-91, 2025. ISSN: 2764-1422.

GAIA, Shirlene Cardoso; CRUZ, Benedito Ely Valente da; LIRA, Andréia dos Santos. Indicações Geográficas e Marcas Coletivas na Amazônia: proteção jurídica, bioeconomia e desenvolvimento territorial. *In*: CRUZ, Benedito Ely Valente da *et al.* (org.). Geografia, indicação geográfica e desenvolvimento territorial. Santo Ângelo: Ilustração, 2026. p. 223-239. DOI: https://doi.org/10.46550/978-65-6135-229-1.223-239.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SUERTEGARAY, Dirce. Espaço geográfico uno e múltiplo. *In*: Ambiente e lugar urbano: a Grande Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 2000. p. 13-34. Disponível em: https://revistes.ub.edu/index.php/ScriptaNova/article/view/313. Acesso em: 10 jun. 2022.

TOLEDO, Eli Fernando Tavano. A Indicação Geográfica como instrumento de ação e pesquisa para a Geografia Econômica. Boletim Alfenense de Geografia, Alfenas, v. 4, n. 8, p. 92-112, 2024. ISSN: 2764-1422.

TOLEDO, Eli Fernando Tavano; D'ALEXANDRIA, Marcel Azevedo Batista. Indicações geográficas para quê?: o papel da Geografia no debate. *In*: CRUZ, Benedito Ely Valente da *et al.* (org.). Geografia,

indicação geográfica e desenvolvimento territorial. Santo Ângelo: Editora Ilustração, 2026. p. 15-38.

Sobre os autores

Abigail Bruna da Cruz: Licenciada e mestra em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atua como professora na rede pública de ensino em uma escola do campo.
E-mail: cruz.abigailbruna@gmail.com

Alexandre Carvalho de Andrade: Licenciado e Bacharel em Geografia (2001), Especialista em Geografia do Turismo (2003), Mestre em Geografia (2005) e Doutor em Geografia: Organização do Espaço (2014), cursados na UNESP - Campus de Rio Claro. Atua nas áreas de Geografia Urbana, Turismo e Geografia da População. É professor do Campus Poços de Caldas, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas (IFSULDEMINAS) e do Programa de Pós-graduação em Geografia da UNIFAL-MG.
Email: alexandre.andrade@ifsuldeminas.edu.br

Ana Laura Freitas Corrêa: Graduanda em Geografia (IFSULDEMINAS). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).
Email: ana.freitas@alunos.ifsuldeminas.edu.br

Ana Rute do Vale: Doutora, mestra e graduada (Licenciatura e Bacharelado) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Rio Claro. Atualmente, é professora titular da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), atuando no curso de Geografia, na graduação e pós-graduação. É membro do Grupo de Estudos Regionais e Socioterritoriais (GERES), que compõe a Rede de Estudos Agrários (REA). Tem atuado em pesquisas na área de Geografia Agrária, principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, agronegócio, relações de gênero, juventude rural, bairro rural, relações campo/cidade e rural/urbano, pluriatividade, Trabalho escravo contemporâneo e educação do campo.
E-mail: ana.vale@unifal-mg.edu.br

Brenda Letícia de Paula Muniz: Geógrafa licenciada pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) pela mesma instituição. Membro do Grupo de Pesquisa GERES (Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais) e do grupo de estudos em rede e independente Sabotando o Raciocínio (SOR). Desenvolve pesquisa no âmbito da geografia urbana, com ênfase nos estudos sobre as espacialidades do hip-hop. Atualmente é bolsista CAPES.
E-mail: brenda.muniz@sou.unifal-mg.edu.br

Clara Ribeiro Silva: Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO/UERJ). Graduada em Geografia (Bacharelado e Licenciatura) e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Foi professora substituta no curso de Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), entre 2024 e 2025.
E-mail: clara.rs33@gmail.com

Daniel Fernandes Ferraresi: Graduando em Geografia (IFSULDEMINAS). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).
Email: daniel.ferraresi@alunos.ifsuldeminas.edu.br

Débora Cristina dos Santos: Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo-UNIFAL) e cursando o bacharelado na mesma instituição. Atuou como bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e na Iniciação Científica com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
E-mail: debora.cristina@sou.unifal-mg.edu.br

Eduardo Vieira Ananias: Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), com foco em pesquisas sobre Indicação Geográfica, território e identidade cultural. Atua no contexto do Sul de Minas Gerais, com ênfase no marolo de Paraguaçu/MG. Desenvolve pesquisas nos eixos de governança territorial, saberes tradicionais e valorização de produtos agroalimentares locais. Participou do projeto "Do

Saber ao Fazer: compreensões e potencialidades das Indicações Geográficas no Sul de Minas Gerais" na UNIFAL-MG.
E-mail: ananiaseduardo352@gmail.com

Estevan Coca: Professor Adjunto da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO), da UNIFAL-MG e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (Territorial), da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Bolsista de Produtividade C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Líder do Grupo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA). Membro da Rede Brasileira de Pesquisa das Lutas por Espaços e Territórios (DATALUTA), do Collective of Agrarian Scholar-Activists from the South (CASAS) e do Polo Agroecológico e de Produção Orgânica do Sul e Sudoeste de Minas Gerais.
E-mail: estevan.coca@unifal-mg.edu.br

Evânio dos Santos Branquinho: Professor Titular do Curso de Geografia na Universidade Federal de Alfenas-MG, nas modalidades Bacharelado e Licenciatura, desde 2008. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UNIFAL-MG) desde 2019. Graduação e Pós-Graduação em Geografia Humana na Universidade de São Paulo, onde atualmente desenvolve Pós-doutorado. Membro dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais GERES – UNIFAL e A Vida Cotidiana e o Urbano, Departamento de Geografia-USP.
e-mail: evanio.branquinho@unifal-mg.edu.br

Flamarion Dutra Alves: Professor Associado IV no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG. Líder do Grupo de Pesquisa "Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - GERES" da UNIFAL/MG. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ). Integrante da Rede de Estudos Agrários- REA. Graduação em Geografia e Mestre em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria. Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" Campus Rio Claro. Pós-doutorado pela Universidad Nacional de Colômbia – Bogotá.
E-mail: flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

Flávia Vieira Lourenço: Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). É membro do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES). Tem atuado como professora da rede municipal de ensino em Alfenas-MG.
E-mail: flavia.vieira1683@gmail.com

Gabriela Xavier: Licenciada e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). Doutoranda em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (UNESP), bolsista CAPES e membro do Núcleo de Estudos sobre trabalho, agroecologia, soberania alimentar (NETASA) da UNIFAL. Pesquisa nas áreas de agroecologia, gênero, reforma agrária, estudos agrários críticos e trabalho escravo contemporâneo.
E-mail: gabriela.p.xavier@unesp.br

Gil Carlos Silveira Porto: Licenciado, bacharel e mestre em Geografia pela Universidade Federal da Bahia (1999, 2000 e 2005). Possui doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014), com período-sanduíche na Universidade do Porto, Portugal. Atualmente é professor Associado 1 na Universidade Federal de Alfenas-MG, onde ministra aulas nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia. Realiza pesquisa nas áreas de Geografia Histórica, Econômica e da População e integra o Grupo de Pesquisa Estudos Regionais e Socioespaciais, a Rede de Pesquisadores sobre Cidades, Territórios e Meio Ambiente e a Rede de Pesquisadores e Pesquisadoras em Geografia da População. Realizou pós-doutorado na Universidade de São Paulo (2024).
E-mail: gil.porto@unifal-mg.edu.br

Glaucione Raimundo: Doutoranda em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com mestrado e licenciatura na mesma área pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Membra do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL-MG), atua em pesquisas associadas à Geografia Agrária, com foco no trabalho escravo contemporâneo na cafeicultura do Sul de Minas.
E-mail: glaucioneraimundo@ufmg.br

Guilherme Albuquerque de Oliveira Souza: Atua como docente de Geografia na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Possui Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL), onde realiza mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia. É integrante do Grupo de Estudo e Pesquisa de Ensino de Geografia em Defesa da Educação Pública (GEPEGEP) e do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES).
E-mail: guilherme.albuquerque@sou.unifal-mg.edu.br

Guilherme Guiari Silva Correia: Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), com financiamento da CAPES. Mestre e licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Especialista em Geoprocessamento pela FASOUZA. Integra o Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES/UNIFAL-MG), desenvolvendo pesquisas nas áreas de Geografia Agrária e Urbana, com ênfase nas relações campo-cidade, na dinâmica de cidades pequenas, nas cidades em regiões produtivas do agronegócio, na produção agrícola e na agricultura familiar, especialmente no contexto do Sul de Minas Gerais.
E-mail: guilherme.correia@sou.unifal-mg.edu.br

Gustavo Sousa Marinho: Geógrafo registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA-MG). Bacharel (2020), licenciado (2024) e mestre (2026) em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Membro do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) e membro da diretoria da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) – Seção Local Alfenas. Desenvolve pesquisas em Geografia Urbana, com ênfase na expansão urbana e no planejamento urbano participativo de cidades pequenas e médias do Sul de Minas Gerais.
E-mail: gustavo.marinho@sou.unifal-mg.edu.br

Henrique Vasconcelos Santiago: Professor de Geografia formado pela Universidade Federal de Alfenas-MG. Atualmente é discente pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO-UNIFAL) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Pesquisador vinculado ao Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES-UNIFAL) e membro do grupo de pesquisa DATALFENAS (FAPEMIG-UNIFAL).
E-mail: henrique.santiago@sou.unifal-mg.edu.br

Jéssica Letícia de Paulo: Graduanda em Geografia (IFSULDEMINAS). Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).
Email: jessica.leticia@alunos.ifsuldeminas.edu.br

João Vitor de Freitas: Graduado e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e doutorando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista – Campus Presidente Prudente (FCT/UNESP). Atualmente, é professor da rede pública e privada no estado de São Paulo, atuando no ensino básico (anos finais e ensino médio). É integrante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES). Possui experiência em Geografia da População e Geografia Econômica, com ênfase em migrações, uso do território e mobilidade populacional. Atualmente, pesquisa Geografia da Inovação, com foco na territorialização da inovação em cidades universitárias e nas relações entre universidade, inovação e território.
E-mail: joao.freitas@sou.unifal-mg.edu.br

José Luiz Alves Neto: Geógrafo pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG), mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia - PPGeo/UNIFAL. Pesquisador associado ao Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais GERES/UNIFAL,e ao Grupo de Estudos e Pesquisa de Ensino de Geografia em Defesa da Educação - GEPEGEP/UNIFAL. Integrante da Rede Mineira de Estudos Avançados em Desigualdades, Violência de Gênero e suas Interseccionalidades (REAGE). Membro do projeto de extensão Acervo da Memória e História do Orgulho LGBTQIAP+ no Sul mineiro - AMHOR/UNIFAL.
E-mail: jose.alves@sou.unifal-mg.edu.br

Laryssa Lucas Campos Micheline: Geógrafa licenciada e Mestra pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG). Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) e ao Grupo de Estudos de Pesquisa de Ensino de Geografia em Defesa da Educação Pública (GEPEGEP). Tem como área de pesquisa a Educação do Campo com enfoque na organização político-pedagógica da multisseriação.
E-mail: laryssa.marcelino@sou.unifal-mg.edu.br

Leandro Henrique Cunha Fermino: Doutorando em Geografia na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É mestre, licenciado e bacharel em Geografia (2025, 2024 e 2023) pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).
E-mail: leandro.fermino@sou.unifal-mg.edu.br

Leonardo Lencioni Mattos Santos: Licenciado e Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). É mestre pelo Programa de Pós Graduação em Geografia (PPGEO/UNIFAL-MG). É professor da rede municipal de ensino do município de São Sebastião-SP. É membro do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA) da UNIFAL.
E-mail: leonardosantos@educa.saosebastiao.sp.gov.br

Letícia Almeida Araújo: Licenciada e mestra em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Pesquisadora associada ao Grupo de Estudos Regionais Socioespeciais (GERES/ UNIFAL-MG). Professora de educação básica na rede pública e privada.
E-mail: araujo.leticia.almeida@gmail.com

Luan Pedro do Nascimento Ribeiro: Geógrafo licenciado pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL/MG), Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (PPGeo/ UNIFAL-MG). Pesquisador associado ao Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) e ao Grupo de Estudos de Pesquisa de Ensino de Geografia em Defesa da Educação Pública (GEPEGEP).
E-mail: luan.ribeiro@sou.unifal-mg.edu.br

Marcel Azevedo Batista D'Alexandria: Pesquisador de Pós-Doutorado em Desenvolvimento Rural na ESALQ/USP com bolsa FAPESP (Processo nº 2025/04103-6). Doutor em Geografia pela UERJ, com estágio doutoral na Universidad de Santiago de Compostela (Espanha). Mestre e Bacharel em Geografia pela UFBA, com MBA em Gestão de Varejo pela UniRuy e Bacharelado em Administração pela FVC. Membro dos grupos de pesquisa ExpandIG, GERES, GPIG e TERPI.
E-mail: marcel.ccs@gmail.com

Marcos Vinicius Bertachi: Licenciatura em História pela Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ), Mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Atua como Professor Efetivo da Educação Básica no Estado de Minas Gerais. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA). Possui experiência no trabalho e pesquisa com Movimentos Sociais e a Questão Agrária.
E-mail: marcos.bertachi@gmail.com

Rayssa Cristina Vieira Domingues: Mestra em Geografia na Universidade Federal de Alfenas, na area de Geografia Agraria, foi Bolsista BDCTI - IV (FAPEMIG), do projeto "O PAPEL DA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A UNIFAL-MG E AS PRÁTICAS ESPACIAIS NA REGIÃO IMEDIATA DE ALFENAS-MG". Graduada no curso de Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas - MG (UNIFAL); foi bolsista do Programa de Iniciação a Docência (PIBID) e voluntária do programa Residência Pedagógica pela CAPES. Bolsista de Iniciação Cientifica com foco no tema de Gênero e Geografia pela CNPq e participante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais – GERES.
E-mail: rayssacv@gmail.com

Renata Vieira de Melo: Graduada e mestre em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e doutora em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Atualmente, é professora substituta na Universidade Federal de Alfenas, onde atua no curso de graduação em Geografia, ministrando disciplinas nas áreas de Geografia Urbana, Planejamento Urbano e Regional, Geografia do Espaço Mundial e Paisagem e Produção do Espaço. É integrante do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES). Possui experiência em Geografia Econômica, com ênfase nos estudos sobre dinâmica regional, dinâmica econômica e processos de especialização produtiva.
E-mail: renata.vieirademelo78@gmail.com

Rodrigo Giacopini: Atua nas áreas de planejamento territorial e sistemas de inovação, com experiência nos setores de infraestrutura e agricultura. É doutorando em Política Científica e Tecnológica pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), onde desenvolve pesquisas sobre sustentabilidade

e agricultura digital como pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Mudança Tecnológica, Energia e Meio Ambiente (LABMEM), com bolsa CAPES. É mestre em Geografia e graduado em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG). Entre 2018 e 2023, integrou o Núcleo de Estudos em Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA) e o Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), ambos vinculados à UNIFAL-MG.
E-mail: r212948@dac.unicamp.br

Sandra de Castro de Azevedo: Professora Associada IV da Universidade Federal de Alfenas, atua nos cursos de Geografia e Pedagogia. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas-MG. Coordenadora do Grupo de Estudos de Pesquisa de Ensino de Geografia em Defesa da Educação Pública (GEPEGEP). Graduada em Geografia Licenciatura pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP/Rio Claro), mestre e doutora pela Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Atuou na Educação Básica por 10 anos, em redes públicas e privadas. Grupo de Estudos de Pesquisa de Ensino de Geografia em Defesa da Educação Pública (GEPEGEP) e é membro do Grupo de Estudos Regionais e Socioterritoriais (GERES).
E-mail: sandra.azevedo@unifal-mg.edu.br

Tamyris Maria Moreira da Costa: Geógrafa e professora de Geografia, graduada pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) e Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO/UNIFAL-MG). Atua como professora na rede pública municipal de Alfenas-MG e como Agente Territorial do Novo Pronacampo na Superintendência Regional de Ensino de Varginha (SRE-Varginha). Integra o Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES) e desenvolve pesquisas nas áreas de Geografia Agrária, agricultura familiar, cafeicultura, educação do campo e pluriatividade.
E-mail: tamyris.costaa@gmail.com

Thais de Cassia Silva Lemos: Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Mestra em Geografia pela Universidade Federal de São João del-Rey (UFSJ), Graduada em Geografia Licenciatura e Bacharelado pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL). É membro do Grupo de Estudos Regionais e Socioterritoriais (GERES) e do Grupo

de Geografia e Território (GEGATE). Tem atuado na área de Geografia Agrária com enfoque em Cafeicultura, Cooperativismo, Sucessão Geracional e Agricultura Familiar.
E-mail: thaisdecassiasilvalemos19@gmail.com

Thales de Oliveira: Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG) (2026). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Humana, atuando principalmente nos temas relacionados à produção do espaço, educação e espaço urbano. Atualmente, é discente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG).
E-mail: thales.oliveira@sou.unifal-mg.edu.br

O café que uma família cultiva no Sul de Minas Gerais pode chegar, por meio de uma cooperativa, ao mercado internacional. Em Alfenas, a chegada de estudantes à universidade pública cria novos percursos pela cidade e estreita seus vínculos com outros municípios. Entre a lavoura e a universidade, esta coletânea investiga como o trabalho, os deslocamentos e as disputas pelo uso da terra e da cidade transformam o território sul-mineiro. As pesquisas percorrem o campo e as pequenas e médias cidades da região. Examinam a expansão da soja, as estratégias das famílias para permanecer na terra e as condições de trabalho na cafeicultura. Do centro de Poços de Caldas aos locais de trabalho das mulheres em Muzambinho e Alfenas, os estudos revelam como as mudanças econômicas repercutem na vida cotidiana. As trajetórias de migrantes e a história da população negra sul-mineira ampliam essa leitura e trazem ao debate as desigualdades que marcam a formação regional. A obra celebra os 15 anos do Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais (GERES), de 2011 a 2026. Ao reunir pesquisadores em diferentes etapas de formação, convida o leitor a conhecer o Sul de Minas pela experiência de quem nele vive, trabalha, estuda e disputa os rumos de seu desenvolvimento.

ISBN 978-656135361-8

CAPES

PPGeo
Programa de Pós-graduação em Geografia
Universidade Federal de Alfenas - MG

GERES
Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais